



**ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES
DO ESTADO DO MARANHÃO (1976-1989)**

VANESSA AMORIM DANTAS

São Paulo

2016



VANESSA AMORIM DANTAS

**ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES
DO ESTADO DO MARANHÃO (1976-1989)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador Professor: Dr. Carlos Bauer de Souza

São Paulo
2016

Dantas, Vanessa Amorim.

Aspectos Históricos e Políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989)./ Vanessa Amorim Dantas. 268f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2016.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza.

1. Associativismo. 2. Sindicalismo. 3. História da educação. 4. Maranhão.

I. Souza, Carlos Bauer de. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA AMORIM DANTAS

ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO (1976-1989)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

São Paulo, 01 de abril de 2016.

Presidente: Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza– Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Orientador

Membro Externo: Prof. Dr. Amarilio Ferreira Junior– Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Titular

Membro Interno: Prof. Dr. Celso do Prado Ferraz de Carvalho – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Orientador

Suplente: Prof.^a Dr.^a Marisa Bittar Junior – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Suplente

Suplente: Prof. Dr. Jason Mafra – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Suplente

A Laercio Cavalcante Amorim (*in memoriam*),
meu pai, filho da classe trabalhadora
que nos deixou precocemente no
exercício do seu trabalho.
Saudade eterna!

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Carlos Bauer de Souza pela oportunidade, pelo trabalho compartilhado, pela paciência, pelo exemplo de humildade, pelo respeito...

À minha família, em especial à minha mãe, Joana Amorim, pela companhia e pelo cuidado comigo durante essa temporada em que estivemos juntas.

Ao meu companheiro, Hélio Dantas, pelo incentivo e, sobretudo, pela compreensão do longo período em que estive ausente.

Ao meu irmão e cunhada, Anderson Amorim e Patrícia Aquino, pelo apoio de sempre.

À minha irmã, Idalete Rodrigues, minha primeira aluna, primeira amiga e companheira.

Aos meus avós maternos, Raimundo Nonato Pereira e Joana Brito Pereira, pais na ausência dos meus pais, exemplos de vida. Força, Vô!

Ao Grupo de Pesquisa em História e Teoria do Trabalho Docente – GRUPHIS, pelo companheirismo, apoio, solidariedade e camaradagem com a qual me receberam no grupo que colaborou e tem contribuído para a formação daquela que estou me tornando. Sim, eu não sou mais a mesma! Carin, Paiva, Cássio, Cris, Emerson, Mirian, Vivi, Carol, Evanildo, Lahan, Victor, muitíssimo obrigada!

Aos professores da Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais com os quais eu interagi durante aulas e seminários, pelo acolhimento sincero, e pelo despertar para a autonomia no processo de construção do conhecimento.

Aos colegas do Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação e do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais pela convivência tranquila e produtiva que tivemos durante esse tempo.

À banca examinadora, constituída pelos professores Celso Carvalho, Amarilio Ferreira Jr., Jason Mafra e Marisa Bittar pela disposição em cooperar com a consecução da presente dissertação.

À prefeitura de São Luís e o governo do Estado do Maranhão, por cumprir o Estatuto do Magistério me concedendo o direito de afastamento para o mestrado.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela outorga da bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP.

À Universidade Nove de Julho - UNINOVE, pela concessão de bolsa integral para realização do mestrado.

A todos os amigos, dos mais antigos aos mais recentes, dos mais distantes fisicamente aos mais próximos, que sempre me incentivaram com suas manifestações de apoio, auxílio e palavras de estímulo e conforto.

A Deus, que se expressa diariamente a nós através da estética do universo.

*Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
(...)*

*Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*

Geraldo Vandré

RESUMO

Essa pesquisa enfoca a trajetória histórica do associativismo docente da rede pública estadual maranhense que se organizou durante o período da ditadura militar (1964-1985), com ênfase no movimento de organização sindical desses trabalhadores, tencionando, assim, ampliar as pesquisas sobre essa temática e compreender, criticamente, a proeminência deste processo social. A base empírica do estudo se alicerçou em documentos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão – SINPROESEMMA, entrevistas semiestruturadas, matérias jornalísticas veiculadas no espaço público e visou identificar e analisar as motivações e os percalços que os levaram a edificar esse tipo de organização, bem como apontar e aprofundar alguns dos importantes aspectos que evidenciam as lacunas existentes no percurso da história social dos trabalhadores em educação do Maranhão. Analisamos o cenário da educação básica pública, além de identificar os embates entre as forças políticas, estudantes e trabalhadores em educação, com o anseio de compreender criticamente os diferentes processos e sujeitos históricos que interagiram no contexto sociopolítico daquele conturbado momento. A partir da análise das disposições políticas educacionais na esfera federal e sua incidência na esfera estadual, localizamos as modificações sobrevindas no ensino com a ascensão de novos sujeitos políticos ao governo e, conseqüentemente, identificamos pontos nevrálgicos nas lutas por direitos desses sujeitos notempo social aqui considerado.

Palavras-chave: Associativismo. História da Educação. Maranhão. Sindicalismo Docente.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objeto de estudio en la trayectoria histórica de la asociación de enseñanza pública del estado de Maranhão y que se organizó durante el período de la dictadura militar en el periodo de (1964-1985), con énfasis en el movimiento de la unión de estos trabajadores, proponiendo así ampliar la investigación sobre este tema y comprender, de manera crítica, la importancia de este proceso social del Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão – SINPROESEMMA, entrevistas estructuradas, artículos periodísticos publicados en el espacio público, y tuvo como objetivo identificar y analizar las motivaciones y contratiempos que les llevó a construir este tipo de organización, así como el punto y profundizar en algunos de los aspectos importantes que muestran las brechas en el curso de la historia social de los trabajadores en la educación del Maranhão. La situación de la educación básica pública se fue comprendida, además, para identificar los conflictos entre las fuerzas políticas, estudiantes y trabajadores de la educación, con el deseo de comprender críticamente los diferentes procesos y sujetos históricos que tuvieron interactuado el contexto sociopolítico de la época turbulenta. A partir de los estudios de las políticas educativas a las disposiciones federales y su impacto en el ámbito estatal, localizamos los cambios exitosos en la educación con el ascenso de nuevos sujetos políticos al gobierno y por lo tanto se identificó los puntos críticos en la lucha por los derechos de estos individuos en el tiempo social que aquí se han considerado.

Palabras clave: Asociación. Sindicalismo. Historia de la Educación. Maranhão. Docente.

ABSTRACT

This paper focus on the historical trajectory of the teacher associativismo in Maranhão state public education that got organized during military dictatorship (1964-1985), emphasizing the movement of sindicatorial organization of these workers, therefore expanding the researchs over this thematic and critically understanding the proeminency of this social process. The empirical basis of the research grounded on Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão – SINPROESEMMA, semiestructured interviews, newspapers articles in public space and aimed identify and analyze the motivations and mishaps that lead them to build this type of organization, as well as point and deepen some of importante aspects that evidence the existing gaps on the social history of educational workers of Maranhão state. Analyzing the scenary of basic public education, besides identificate the clash between the political forces, students and education workers, wishing critically understand different procces and historical subjects that interacted in the sociopolitical context of that troubled moment. Starting with the analyzis of educational political dispositions in federal sphere and its incidence in stadual sphere, we locate the received modification teaching with the ascending of new political subjects to the government and, consequently, identifying neuralgic fights for rights of theses subjects on social time considered here.

Key words: Associations. Syndicalism. History of Education. Maranhão. Teacher.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Urge formar Cientistas	31
Figura 2: Movimento de professores da rede municipal de São Luís em 1985	119
Figura 3: Ato do dia 10 de outubro de 1985 - APEMA	122
Figura 4: Assembleia na Praça Deodoro – 29/10/1985	123
Figura 5: Ato com 10 mil professores durante a Greve de 1985	125
Figura 6: Passeata do dia 21 de fevereiro de 1986	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento Populacional.....	49
Gráfico 2: Causas de Não-Escolaridade	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: POPULAÇÃO ATIVA DO MARANHÃO POR ATIVIDADE PRINCIPAL - %	522
Tabela 2: Matrícula do Ensino Primário 1960	69
Tabela 3: Matrícula por dependência 1968	70
Tabela 4: Unidades escolares 1974/78	71
Tabela 5: Matrículas Ensino de 1º Grau.....	71
Tabela 6: Corpo Docente - Ensino Pré-Escolar.....	72
Tabela 7: Corpo Docente - 1º Grau	72
Tabela 8: Corpo Docente - 2º Grau	72
Tabela 9: Participação das Redes de Ensino	74
Tabela 10: Corpo Docente - Ensino de 1º Grau	75
Tabela 11: Primeira Diretoria.....	88
Tabela 12: Conselho Fiscal.....	89

LISTA DE SIGLAS

AI	Atos Institucionais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ANDES	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
APEMM	Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís
APEMA	Associação de Professores do Estado do Maranhão
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APRUMA	Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ABE/MA	Associação Brasileira de Educação do Maranhão
ASTE	Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMA	Centro Educacional do Maranhão
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CNTE	Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação
CPB	Confederação de Professores do Brasil
CPPB	Confederação de Professores Primários do Brasil
CEPLEMA	Comissão Executiva do Plano Estadual do Maranhão
CIPPEB	Congresso Internacional de Práticas Pedagógicas da Educação Básica
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODOMAR	Companhia Docas do Maranhão
CPB	Confederação de Professores do Brasil

DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EDUFSCar	Editora da Universidade Federal de São Carlos
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FMTVE	Fundação Maranhense de Televisão Educativa
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GRUPHIS	Grupo de Pesquisa em História e Teoria do Trabalho Docente
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMTEC	Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LIPED	Linha de Políticas Educacionais
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PEA	Plano de Estudos Acadêmicos
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PGC	Programa Grande Carajás
PPGE	Programa de Pós-graduação em Educação
PM	Polícia Militar
PT	Partido do Trabalhadores
PR	Paraná
PREMEN	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PRODASEC	Programa Nacional de Desenvolvimento de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes
PSD	Partido Social Democrático

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
RJ	Rio de Janeiro
SAEI	Superintendência da Área de Educação Infantil
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de São Luís
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SINPROESEMMA	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão
SINDEDUCAÇÃO	Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís
SINTERP	Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão
SIOGE	Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento Da Amazônia
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TVE	Televisão Educativa
UDN	União Democrática Nacional
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
USAID	Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 PERIODIZAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	20
1.1 Revisão literária de cunho histórico-maranhense	25
1.2 Estrutura da pesquisa	27
1.3 Procedimentos da pesquisa	28
2 A CONJUNTURA HISTÓRICA, POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA E AS RELAÇÕES COM O MARANHÃO.	38
2.1 Aspectos concisos da política maranhense	41
2.1.1 <i>Um Breve Resumo dos Governos Maranhenses e seus Impactos na Sociedade</i>	43
2.2 O crescimento demográfico e suas implicações	48
2.3 Movimento sindical maranhense	52
2.4 O contexto educacional maranhense e as condições para o movimento docente	54
2.4.1 <i>O Papel do Liceu Maranhense no Movimento Docente</i>	55
2.4.2 <i>A Conjuntura Educacional Maranhense antes de 1964</i>	57
2.4.3 <i>As reformas no Brasil a partir da década de 1960 e suas Implicações</i>	61
2.4.4 <i>O contexto educacional maranhense após o golpe de 1964</i>	64
2.4.5 <i>Dados estatísticos do ensino maranhense em momentos que precederam a organização do movimento docente</i>	68
2.5 O movimento sindical docente no Brasil e o papel da confederação de professores do Brasil	76
3 A ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.	81
3.1 As origens da associação de professores do estado do Maranhão	81
3.2 Os objetivos da associação de professores do Estado do Maranhão	85
3.3 Da relação com o Governo do Estado	86
3.4 A primeira diretoria da APEMA e os primeiros desafios	92
3.5 Década de 1980: as contradições das lutas e o crescimento da entidade	98
3.5.1 <i>A luta pela efetivação da Lei nº 4.270 e os marginalizados do Grupo dos Contratados</i>	100
3.5.2 <i>Outras ações de mobilização empreendidas pela APEMA</i>	104
3.5.3 <i>O Enquadramento ao Novo Estatuto do Magistério e a “Herança Maldita”</i>	107
3.5.4 <i>A doação da sede da Associação de Professores do Estado do Maranhão e o prenúncio de sucessivas paralisações</i>	110
3.6 A primeira greve de professores da rede pública estadual maranhense	114
3.6.1 <i>As Primeiras Lutas</i>	114
3.6.2 <i>A Greve de 1985</i>	121
3.6.3 <i>A retomada da greve de 1985 e o seu desfecho</i>	128

3.6.4 <i>O pós-greve 1985/86</i>	133
3.6.5 <i>O processo de transição sindical e a sua efetivação do ponto de vista legal</i>	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS	141
ANEXO A.....	I
ANEXO B.....	I

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa integra o campo de estudos que temos chamado de História Social da Educação e traz consigo a aspiração de colaborar com a construção da memória e da história política, associativista e sindical dos trabalhadores em educação. O nosso objetivo e o corolário dos nossos esforços é o de procurar oferecer em seu constructo, elementos teóricos, reunião e discussão de fontes primárias e referências metodológicas que possam contribuir com o desenvolvimento e o fortalecimento de temáticas preocupadas em entender o empenho organizativo e a atuação dos trabalhadores da educação no universo acadêmico educacional.

Partindo de uma análise comparativa este estudo traz em seu bojo a compreensão de que a organização sindical dos professores das redes públicas maranhenses, guardadas suas peculiaridades, acompanham os seus similares presentes nos demais estados da federação, traz consigo uma série de conflitos herdados dos seus primórdios vinculados a etapa associativista de sua história, ao papel de suas lideranças e a forma como caracterizavam e encarnavam as relações com os representantes governamentais do período pesquisado.

Ao longo de sua construção promovemos discussões e apresentamos considerações sobre alguns aspectos da conjuntura social, econômica e política que os trabalhadores em educação enfrentaram, tencionando com isso compreender as condições objetivas e subjetivas que haviam de influenciar decisivamente no processo da transição associativista magnetizado pela Associação de Professores do Estado do Maranhão – APEMA.

Na consecução desse objetivo reconstruímos a trajetória deste movimento desde sua etapa associativista até a fundação do sindicato num período histórico que se desdobrou por muitos anos, de 1976 até 1989, e foi marcado pelo processo histórico e social de questionamentos à ditadura militar¹ passando pelos tumultuados dias de abertura política até o início da etapa democrática experimentada hoje no país.

Neste sentido, as discussões em torno dos esforços de organização política, associativista e sindical dos trabalhadores em educação tem um papel fundamental na afirmação do direito inalienável a educação pública gratuita e de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

A organização da dissertação se encontra assim distribuída: No capítulo I – temos a periodização, fundamentação teórica e metodológica; no capítulo II – apresentamos a conjuntura histórica, política, econômica e social brasileira e as relações com o Maranhão, no capítulo III – discutimos a Associação de Professores do Estado do Maranhão, os aspectos

¹ Oficialmente a Ditadura Militar perdurou de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985;

históricos da sua organização e a consolidação política sindical dos trabalhadores da educação básica maranhense e, finalmente, as considerações finais sobre os estudos realizados.

Concernente aos objetivos de compreender histórica e criticamente a formação dos movimentos associativistas dos professores da educação básica que atuam nas escolas públicas estaduais maranhenses, de pronto pressupõem, entre outras coisas, evidenciar algumas informações sobre as condições econômicas, políticas e sociais do Estado do Maranhão relativas à periodização do período estudado.

A construção do presente estudo historiográfico educacional, se valeu de fontes que permitem apresentar, simultaneamente, tanto uma narrativa cronológica e articulada sobre os processos fundacionais da APEMA, quanto a disposição de estabelecer um juízo crítico e contextualizado com a dinâmica da vida social daqueles dias, ambicionando assim, uma visão mais ampla dessa entidade.

Dentre as várias fontes documentais, destaca-se a ata de fundação, além de outras atas avulsas que remontam os primórdios da APEMA. Esses documentos possibilitaram identificar traços identitários do professorado maranhense, posicionamentos políticos, pautas reivindicatórias, planos de ação, entre outros elementos de análise. O acesso aos estatutos da entidade dos anos de 1976, 1983 e 1989, permitiu compreender importantes e arrojadas ações e as transformações políticas da categoria. Outros documentos acessados foram os Estatutos do Magistério dos anos 1973, 1980 e 1986, além do Decreto nº 8.214 de 10 de agosto de 1981 e o de n.º 8.272 de 10 de setembro de 1981, e a Lei n.º 4.277 de 27 de abril de 1981 que influenciaram diretamente no comportamento da categoria de trabalhadores em educação do Estado do Maranhão.

Outra importante fonte primária de pesquisa foi a imprensa escrita, uma vez que esta quando coletada, apreciada e articulada com as devidas precauções, agregam conteúdos fundamentais para a compreensão do solo histórico em que estão situados os professores e os seus esforços organizativos por nós estudados. Em nosso caso, esse procedimento ampliou o campo de visão dos processos que se deram nas esferas política e econômica não apenas do Maranhão, mas de outras partes do país, além de nos informar sobre uma série de eventos, congressos, conferências, palestras, paralisações, greves e demais movimentos realizados pela APEMA.

As fontes pesquisadas possibilitaram o acesso a muitos episódios da história da APEMA esmaecidos no tempo com riqueza de detalhes, bem como, contribuíram para o preenchimento da lacuna existente diante da ausência dos documentos produzidos pela própria entidade que poderia remontar sua história, mas que foram extraviados, ou mesmo seu

tombamento negligenciado como uma parte importante da sua memória impressa com o resgate de suas lutas sindicais e políticas educacionais.

Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns professores que participaram ativamente do movimento que deu origem ao maior sindicato da categoria de trabalhadores em educação do Maranhão, por considerarmos esse procedimento apropriado para nos aproximarmos dos nossos objetivos de maneira que pudéssemos dirimir o máximo de supressões e atingir os intentos desta pesquisa. Lançar mão dessas entrevistas, conhecer esses professores de perto, observar a emoção presente em cada narrativa, a hesitação quando questionados sobre momentos antagônicos, contribuiu muito para a construção do trabalho. Isso porque uma simples reação inquietante diante de um questionamento esboça certas atitudes que quando verbalizadas parecem expressar o contrário daquilo foi a realidade. Portanto, a aspiração é conseguir trazer à tona um pouco do que foram aqueles dias do movimento dos trabalhadores em educação básica pública do Estado do Maranhão.

A bibliografia sobre o associativismo e sindicalismo docente maranhense é extremamente escassa. Por conta disso, a tese do professor Robson dos Santos Camara Silva (2013) constituiu um ponto de apoio importante para esta pesquisa, sendo considerado o precursor dos estudos sobre a reconstrução da trajetória histórica do associativismo e sindicalismo docente da educação básica no Estado do Maranhão. Além do franco acesso a sua pesquisa, o professor Robson cedeu a carta de memórias da professora Isméria Marques da Silva, uma das fundadoras da entidade.

Procuramos ainda agregar aos elementos pós-textuais deste estudo, as fontes expressas em documentos da APEMA e sete entrevistas realizadas com professores/fundadores e dirigentes da entidade, a fim de apoiar pesquisas futuras que requeiram fontes como as que utilizamos no procedimento metodológico.

O anseio deste estudo é que possa contribuir, mesmo que modestamente, para a construção da história e a preservação da memória social dos que vivem do próprio trabalho e atuam na educação.

1 PERIODIZAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Dentre as características que marcaram a ditadura militar brasileira podemos destacar a intolerância, a violência e as arbitrariedades na história política do país, contra todos aqueles que procuraram resistir aos seus ditames, considerando-os subversivos. Nesta conjuntura, ao mesmo tempo em que cerceou as liberdades políticas impôs ao conjunto da nação um modelo de desenvolvimento econômico excludente e concentrador da riqueza social fazendo assim com que as mazelas sociais se espalhassem por todo o território nacional. No Maranhão, por exemplo, segundo relatório apresentado no dia 26 de setembro de 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos – SDH, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, mostrou que este foi um dos Estados com maior índice de pessoas assassinadas² nesse malfadado período histórico.

Foi também neste conturbado cenário marcado pela efervescência política e arbitrariedades sociais que a APEMA, fruto da movimentação dos professores procurou se constituir como um efetivo mecanismo de aglutinação daqueles docentes que atuavam nas instituições públicas desse estado.

Neste momento, torna-se oportuno abrir um parêntese para dizer que não podemos ter uma visão linear do processo de transmutação de associação para sindicato, antes pelo contrário, o período histórico que percorreu os anos de 1976 a 1989 foi extremamente diversificado. Razão pela qual escolhemos apenas a fase associativista para realizar este estudo, procurando assim, estabelecer as relações de continuidade e de ruptura, e os principais traços políticos que demarcaram cada uma das etapas constituintes desse movimento.

A consecução desse intento pressupôs superar algumas dificuldades da escassa bibliografia e estudos acadêmicos sobre essa temática, o problema de se localizar coleções de jornais e boletins sindicais devidamente catalogados ou ainda o acesso direto aos sujeitos sociais que pudessem, com os seus relatos e vozes contribuir com a preservação e a edificação desse importante capítulo da história da educação maranhense.

As fontes do universo sindical, a que tivemos acesso, se mostraram insuficiente no tange a ausência de ações políticas e institucionais preocupadas em resgatar e preservar as fontes orais, impressas e iconográficas que constituem o patrimônio histórico e memorialístico dos que fazem parte do mundo do trabalho, inclusive as próprias entidades associativista e sindicais não possuem a dimensão que estão imprimindo a própria história.

²<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/o-caso-das-maos-amarradas-prisaoemorte-de-um-sargento-nacionalista/>. Acesso em: 10/12/2014.

Razão pela qual, consideramos que o presente estudo tem relevância para preservação da memória e da história do movimento associativista e sindical maranhense.

A definição de algumas premissas teóricas que se construíram no bojo do marxismo nos pareceu ser a mais adequada no desenvolvimento do presente estudo. Isso porque parece ser significativo procurar compreender a realidade social levando-se em conta suas contradições e antagonismos, seus momentos de continuidades e perspectivas de rupturas, enfim, procurando valorizar a dimensão de movimento e a totalidade que se encontra na própria essência da vida social.

A história social dos trabalhadores em educação, seus discursos, ações e manifestações políticas no contexto da ditadura militar (1964-1985) à transição do associativismo ao sindicalismo docente da rede pública estadual do Maranhão constituíram o cerne das discussões do presente trabalho.

No seu processo de constituição em premissas e desenvolvimento de pesquisas acadêmicas realizadas nas mais variadas regiões do Brasil como também em diferentes universidades estrangeiras, essa temática tem motivado os pesquisadores que produzem suas reflexões nas mais variadas áreas do conhecimento humanístico e social. Por sua vez, esta proposta procurou se fundamentar em perspectivas históricas educacionais e pretendeu descortinar, entre outras coisas, como se deu a gênese do sindicalismo dos trabalhadores em educação pública da rede estadual maranhense. Desta sorte, é recorrente o apontamento de estudiosos sobre a necessidade de melhor compreender aquele que pode ser considerado como um dos principais movimentos da história política e social do Brasil contemporâneo.

A produção de estudos empíricos e mesmo teóricos preocupados em caracterizar o movimento associativista e sindical dos trabalhadores em educação tem oferecido inúmeros caminhos e abordagens metodológicas, inclusive, com delimitações temporais e geográficas distintas. Autores como BAUER; DINIZ e PAULISTA (2013); BOITO (1991); DAL ROSSO (2004, 2011, 2013); FERREIRA JR. (1998; 2006); GINDIN (2006); GOHN (1991; 2008 e 2010); OLIVEIRA (2015); RÊSES (2008; 2015); SILVA (2013) entre tantos outros que foram chamados a contribuir conosco na construção da presente dissertação.

A perspectiva adotada para o desenvolvimento desta pesquisa foi a compreensão, por meio da localização, catalogação e análises das fontes primárias, tais como: matérias publicadas em três periódicos distintos do período estudado, boletins, panfletos, teses de jornais sindicais, documentos da entidade e entrevista, constituindo assim uma abordagem qualitativa com a intenção de desvelar o fenômeno social que se convencionou chamar de associativismo e posteriormente sua transição para o sindicalismo dos trabalhadores em

educação pública no Estado do Maranhão. É importante dizer que essa transição se operou logo após o fim da ditadura militar no Brasil, passando pela chamada nova república, e também quando tivemos por força do inciso VI, do artigo 37, inscrito na Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988, a garantia e a legalização da livre organização sindical e corporativa dos trabalhadores que atuam no serviço público. Desta forma, objetivamos apresentar e analisar algumas das atividades realizadas, ao longo desse período pela Associação de Professores do Estado do Maranhão APEMA, procurando identificá-la como parte das forças sociais políticas que resistiram as muitas arbitrariedades e negação dos direitos sociais que marcaram profundamente aquele tempo da história social maranhense.

Parece ser importante o posicionamento de que estudos e pesquisas em educação, particularmente no que se refere a compreensão que temos da história social dos trabalhadores que atuam nessa área somente podem alcançar relevância e importância política se houver uma tentativa de compreendê-los criticamente.

Nesse aspecto, e diante da perspectiva que temos das pesquisas que procuram contribuir com a construção da história e os seus desdobramentos na educação é que nos aproximamos dos escritos de E. P. Thompson. Reconhecemos esse autor como um dos nossos interlocutores e fonte de apoio teórico para o estudo que realizamos sobre algumas passagens da trajetória do associativismo e sindicalismo docente maranhense. Como se verá mais adiante, consideramos sua origem e a sua inserção no contexto social que assistiram o emergir dessas organizações.

Baseado nas afirmações de E.P. Thompson é possível dizer que o modo de vida característico dos trabalhadores está associado com determinado modo de produção, nos quais os valores partilhados pelos que viveram durante aquele período histórico, por exemplo, que convencionamos chamar de revolução industrial, foi um dos responsáveis na ótica thompsoniana, pela produção das formas de expressão cultural e política da classe operária. Em sua obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, o autor se preocupou em estudar as experiências cotidianas, as condições de vida, os desejos e a racionalização que são impostos aos trabalhadores, observando que,

Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 1987, v.1, p. 11-12).

Essa concepção remete a ideia de que a classe é, prioritariamente, uma formação tanto cultural quanto econômica e política, que se produz e se manifesta historicamente nas

relações humanas e sociais, como um dos resultados de experiências comuns, determinadas, principalmente, pelas relações de produção. Não é de outra forma que a chamada consciência de classe, para este autor

[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, v.1, p. 10)

Ainda para o autor, baseado nos discursos dos próprios trabalhadores, a classe não é construída somente em termos dos reflexos dos ditames econômicos, pois se baseia na construção histórica de experiência. Quando se faz uma releitura do passado busca-se a pluralidade de experiências, tenta-se realizar um balanço de tudo que teve ampla acuidade histórica, porquanto só assim compreendem-se os conflitos e os processos de transformação que estão em curso no seio da sociedade.

Das inúmeras indicações oferecidas pelo historiador priorizamos a categoria de experiência e a formação de classe. A classe é constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais e sua consciência faz parte das experiências na relação histórica de como elas se relacionam (1981, p. 115-116).

A experiência – em que reside o senso comum – possui estatuto próprio para uma investigação com possibilidades explicativas e igualmente com limitações, tornando clara esta compreensão ao argumentar, por exemplo, que o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas ambos permanecem ainda mistificados em relação à monarquia e à cosmologia.

Mas os impactos não são apenas na vida individual e coletiva: são também sobre a cultura como um todo e sobre cada pessoa em particular. Para analisar essa articulação entre a vida coletiva, organizada sobre a forma de uma ampla e densa cultura, e a vida individual, ou seja, entre o sujeito e a vida social, Thompson, por um lado, fará um uso muito interessante e criativo da noção de “determinação” e, por outro, desenvolverá estudos e argumentação sobre cultura e “experiência” e suas relações procurando argumentar que “a consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.” (1987, p. 10).

Thompson (1981, p. 405-406) distingue entre experiência I – experiência vivida – e experiência II – experiência percebida. Muitos estudiosos e sociólogos contemporâneos, quando ouvem a palavra “experiência” a identificam imediatamente à experiência II, a

experiência percebida. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social. Como consequência, nas palavras de Thompson, afirmam que a “experiência II” é um meio imperfeito e corrompido interior do ser social, com frequência, resulta de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origem à experiência vivida, à experiência I, mas não penetram como “reflexos” na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. A noção de experiência implica, necessariamente, o reconhecimento dos sujeitos como reflexivos que, em suas ações, repõem continuamente o movimento da história.

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182)

Thompson reafirma a lógica histórica como sendo o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história, como determinação do campo cultural:

Toda teoria da cultura deve incluir o conceito da interação dialética entre cultura e algo que não é cultura. Devemos supor que a matéria-prima da “experiência de vida” esteja em um dos polos, e todos os infinitamente complexos sistemas e disciplinas humanos, articulados ou não, formalizados em instituições ou dispersos das maneiras menos formais que “manejam”, transmitem ou distorcem esta matéria-prima, estejam no outro polo. É sobre este processo ativo, que é, ao mesmo tempo, o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história, que venho insistindo. (THOMPSON, 1981, p. 398; grifo no original).

Neste sentido, experiência e cultura aparecem intimamente ligadas, constituindo um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humana, onde homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta experiência tanto no âmbito do pensamento, como no do sentimento. Na cultura, como no âmbito de sua experiência social, os sujeitos lidam com o sentimento como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores, ou mediante formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isso se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e

expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências (THOMPSON, 1981, p. 16).

Com base nesse entendimento, temos a expectativa de que alguns aspectos residentes no anonimato conseguirão emergir das profundezas do esquecimento e poderão auxiliar na interpretação de ações experimentadas pelos sujeitos sociais que tencionamos estudar, onde sem a análise desses aspectos tal realidade jamais pudesse ser compreendida.

1.1 Revisão literária de cunho histórico-maranhense

A construção do presente estudo nos levou a consultar um conjunto de artigos, livros, teses, dissertações, etc. que tiveram uma importância inegável em sua construção, como também nos permitiram oferecer a nossa própria interpretação da urdidura e desenvolvimento do associativismo e dos primórdios do sindicalismo presentes na educação básica e pública maranhenses. Também achamos oportuno frisar que tal temática é pouquíssimo presente nos anais da história da educação brasileira.

A tese de doutorado do maranhense Robson Santos Camara Silva (2013) foi nossa primeira leitura direcionada para a construção deste estudo, isso porque seus esforços na pesquisa de viés sociológico sobre o associativismo e o sindicalismo docente no Maranhão estabelecem uma interlocução direta com nossos objetivos aqui propostos. Em sua tese e outras publicações ele também procurou demonstrar que as raízes do esforço organizativo de professores remontam ao início do século XX apontando que o magistério desse Estado foi um dos primeiros da Federação a emergir no associativismo ficando em antiguidade apenas atrás de São Paulo e Rio de Janeiro (2015, p. 383).

Os estudos de Wagner Cabral da Costa, historiador e professor da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, também contribuíram para nossa compreensão crítica sobre a história recente do Maranhão, especialmente no que tange o aspecto político, por meio dos livros: “Sob o signo da morte: O poder oligárquico de Vitorino a Sarney” (2006), “História do Maranhão: Novos Estudos” (2004) e “A Terceira Margem do Rio” (2009), os dois últimos como organizador, além de vários artigos publicados. É relevante ressaltar que esse professor tornou-se referência no debate sobre a história recente do Maranhão e de sua atual conjuntura política.

Os estudos do historiador e professor da UFMA, José de Rimar C. Caldeira (1976, 1978), publicados na Revista Brasileira de Estudos Políticos, também contribuiu para compreensão e análise do processo histórico, político, econômico e, portanto, da conjuntura social maranhense; colocando o processo de transformações econômicas como mais um fator explicativo do declínio da oligarquia de Victorino Freire, que em 1974 viu a possibilidade de retornar ao poder, à correlata ascensão de Sarney, que mais tarde também veio a ser caracterizada por oligarquia.

Outros dois autores que nos permitiu compreender mais sobre a história do Maranhão foi Mário Martins Meireles (1994, 1996) que em seus escritos oferece subsídios sobre a formação histórica, política e social maranhense; e Bandeira Tribuzzi (2011) que faz uma reconstrução da trajetória histórica maranhense no contexto brasileiro destacando os altos e baixos da economia desde o período colonial até o século XX.

Para compreender os processos pelos quais se desenvolveram a política educacional maranhense, os estudos de Adiel Tito de Figueiredo (1984); Maria Nubia Bonfim (1982; 1985) e Maria Regina Nina Rodrigues (1983) oferecem elementos importantes de análise. O primeiro autor apresenta um estudo respeitável sobre a educação no Estado do Maranhão durante o Estado Novo; a pesquisa da segunda autora faz uma crítica contundente às políticas implantadas no Maranhão a partir da ascensão de José Sarney ao governo do Estado e o alinhamento às políticas desenvolvimentistas implantadas pela Ditadura Militar; e o último traz à tona uma avaliação incisiva do setor educacional maranhense no que se refere ao ensino de 1º grau. Esses estudos também favoreceram uma aproximação da conjuntura local nos aspectos social, econômico e político do período do recorte histórico.

Os trabalhos de Silvia Maria Oliveira da Rocha (2001), Vania Mondego Ribeiro (2006) e de Sandra Maria Barros Melo (2009) contribuíram para a compreensão da formação e organização do professorado maranhense. No primeiro e segundo estudo foi possível entender a implantação do ensino secundário público maranhense por meio do Liceu Maranhense, instituição criada para ofertar educação aos filhos da elite local; e, no terceiro estudo, analisamos o percurso histórico da formação de professores no Estado do Maranhão; focando nos fatos antecedentes a criação e constituição do Instituto de Educação do Maranhão em 1939, como centro de referência para a formação do professor primário, dentro do contexto político e social do Estado Novo, instituído em 10 de novembro de 1937, tendo em vista o governo ditatorial de Vargas que fez uso da educação como aparelho basilar para a reprodução do pensamento ideológico dominante na formação e consolidação da consciência nacional.

Tentamos, ainda, estabelecer uma interlocução com os escritos da professora da UFMA, e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil- HISTEDBR, Maria de Fátima Félix Rosar (1995; 2011), na medida em que sua compreensão crítica acerca das relações estabelecidas entre as políticas educacionais e a ordem econômica mundial, nos permite identificar estratégias da classe dominante e como são fincadas na sociedade. Além de levantar questões sobre a prática da centralização dos recursos públicos a nível federal e descentralização do sistema educacional pela via da municipalização, o que incide diretamente na categoria dos trabalhadores em educação.

Outra leitura que favoreceu a compreensão do contexto político e sindical maranhense, no período de 1970 a 1980, foi a dissertação de Arleth Santos Borges (1998) que traz em seu bojo uma interpretação do papel do Partido dos Trabalhadores no contexto sindical maranhense no que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”.

Essas leituras e a interpretação desses trabalhos nos permitiu lançar um olhar sobre a história do Maranhão e seus aspectos sociais, político e econômico, nos permitindo identificar as condições objetivas e subjetivas que desencadearam o movimento associativista da categoria de professores públicos da rede estadual, tal qual será possível observar nos próximos capítulos.

1.2 Estrutura da pesquisa

O presente estudo, intitulado Aspectos Históricos e Políticos da Associação de Professores do Estado do Maranhão (1976-1989), apresenta os resultados da pesquisa, sistematizada e distribuída da seguinte forma: introdução, três capítulos e considerações finais.

Na introdução foram apresentados o apanhado dos elementos motivadores e os objetivos da pesquisa. No primeiro capítulo, trazemos a periodização, a fundamentação teórica e metodológica, destacando a bibliografia consultada, questões teóricas e metodológicas que fundamentaram o trabalho. No segundo capítulo, apresentamos a conjuntura histórica, política, econômica e social brasileira e as relações com o Maranhão e seu contexto educacional, apresentando alguns elementos estatísticos que apontam o crescimento quantitativo do professorado maranhense, encerrando com um breve resumo do movimento sindical brasileiro. E, no terceiro capítulo, abordamos a perspectiva histórica da Associação de Professores do Estado do Maranhão e aspectos de organização e a consolidação política dos trabalhadores da educação básica maranhense.

1.3 Procedimentos da pesquisa

Identificamos a metodologia da pesquisa nos marcos de uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico e dialético e seus desdobramentos no campo da cultura e da história social. A pesquisa qualitativa envolve o levantamento de dados descritivos, obtidos em nosso contato direto com a realidade estudada, enfatizando mais o processo do que o produto.

Nesse percurso o método de pesquisa que tem orientado o nosso trabalho é a coleta de dados por meio das fontes primárias buscando o entendimento daqueles que estão compromissados com a construção da história dos trabalhadores em educação maranhense.

É importante observar que encontramos um número reduzido de investigações sobre a temática. E as fontes que tivemos acesso foram obtidas no âmbito do SINPROESEMMA, no Arquivo Público do Maranhão, na Biblioteca Pública Benedito Leite, Cartório Cantuária de Azevedo, arquivo da Assembleia Legislativa do Maranhão e nos acervos da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

No sindicato tivemos acesso as primeiras Atas da APEMA e ao segundo Estatuto da entidade por intermédio do professor José dos Santos Brussio, que foi militante da APEMA e também está realizando pesquisas sobre o período associativista da associação.

No Arquivo Público do Maranhão tivemos acesso a alguns dados estatísticos que permitiram trazer à tona o crescimento quantitativo de profissionais contratados para a docência na década de 1970, bem como o aumento do número de escolas e matrículas. Em que pese, a título de informação, a Secretaria Estadual de Educação só possui levantamentos sistematizados retroativos a 1996, sendo com isso necessário que recorrêssemos ao arquivo em busca de outros documentos estatísticos.

Nos arquivos da Assembleia Legislativa do Maranhão conseguimos cópias de algumas leis que regiam os servidores públicos contratados na década de 1970 e 1980, e os Estatutos do Magistério regulamentados nos anos de 1973, 1982/83, 1986, 1994.

Nas bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão tivemos acesso a dissertações e teses que contribuíram para revisão literária de cunho histórico do solo maranhense, conforme já relatado anteriormente.

No Cartório Cantuária de Azevedo, encontramos o registro de uma ata fundacional diferente daquela a que tivemos acesso no sindicato, assim como o assentamento do primeiro Estatuto da APEMA.

Na Biblioteca Pública Benedito Leite, fizemos a coleta das fontes da imprensa escrita do período histórico por nós estudado, ou seja, treze anos (1976-1989). Buscamos coletar publicações em três periódicos de cunho jornalístico distinto: Jornal O Imparcial, Jornal Pequeno e Jornal O Estado do Maranhão, todas as matérias analisadas constam nos elementos pós-textuais da pesquisa. Utilizamos ainda uma matéria do jornal Diário da Manhã para descrever aspectos do Liceu Maranhense num dado momento, conforme poderá ser constatado posteriormente. Trabalhar com estas fontes foi um desafio, visto que os tratamentos dos dados colhidos em fontes da imprensa escrita são uma prática recente.

O reconhecimento e o uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica, ainda que sua disseminação como meio de comunicação remonte ao século XIX, a forte influência positivista foi um fator impeditivo que inibiu o uso dos jornais como fontes primárias para a construção da história do Brasil.

A professora de História Social, Tania Regina De Luca, aponta que esse foi um dos motivos do baixo quantitativo de trabalhos até a década de 1970 com o uso de jornais e revistas como fonte.

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (2005, p. 112)

Essas palavras nos ajudam a esclarecer que na primeira metade do século XX, os investigadores brasileiros manifestavam olhares antagônicos para o jornal enquanto fonte documental: uns com desdém, ao avaliar os periódicos como fontes duvidosas, portanto, sem legitimidade; enquanto outros enalteciam uma nova opção de fonte, reconhecendo nos jornais, autênticos repositórios dotados de veracidade, analisando as informações como relatos legítimos de acontecimentos registrados, entendendo que

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm

da Colônia, passam pelo Império, persistem na Primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até nossos dias. (MARTINS & DE LUCA, 2008, p. 8)

Ter os jornais como fonte primária nos permitiu traçar um panorama das diversas contradições e peculiaridades do movimento sindical docente maranhense, pois tivemos a possibilidade de relacionar a trajetória política, econômica e social do Estado, além de conseguir dar nexos as partes constitutivas desse processo, por meio dessa abordagem que desvenda acervos, desmonta visões muitas vezes consagradas e põe em discussão afirmações viciadas e recorrentes nas mais variadas interpretações presentes na historiografia maranhense sobre seu processo histórico.

Para isso, foi necessário compreender que os periódicos desde sempre foram campos de disputas políticas, que deram origem a diversas lutas por representações. No Maranhão, por exemplo, o periódico *O Estado do Maranhão* (1973), tem essa característica desde que a família Sarney se tornou proprietária desse jornal, outrora intitulado, *O Dia*. Por isso, como Chartier ressalta,

[...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER apud PACHECO, 2005, p. 3-4)

O excerto, acima reproduzido, nos alerta para a necessidade da leitura de representações presentes nos jornais que utilizamos como fonte, da mesma maneira que constatar um fato nesses periódicos é irrelevante se não fugirmos de uma abordagem que se dedica apenas a analisar o texto pelo texto, sem os cuidados necessários com tudo que o envolve.

Isso implica dizer que, não basta encontrar os jornais, é necessário interpretá-los partindo do princípio de que a produção de um impresso, seja um livro, um jornal ou uma revista, possui sua historicidade em consonância com as possibilidades existentes no momento de sua produção; bem como a análise de outros tipos de documentos, tais como, as primeiras atas da APEMA, as legislações publicadas no Diário Oficial do Estado do Maranhão, dentre outras fontes secundárias de caráter bibliográfico que também tiveram que ser analisadas remetendo-as a um campo de subjetividade e intencionalidade com o qual é

indispensável examinar.

Ao analisar a primeira e segunda versão de um documento sobre a APEMA intitulado: *Memória e Identidade do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão Sinproesemma*, redigidos com base nas memórias da professora Isméria Marques da Silva³, identificaram, logo nas suas primeiras linhas, as duas versões do documento apresentam o dia 21 de dezembro de 1976, como data de fundação da Associação de Professores do Estado do Maranhão - APEMA, no entanto, ao analisar as atas, percebemos ter sido fundada em 29 de junho de 1976.

Burke (1992), afirma que se os historiadores estão mais preocupados do que seus antecessores com uma diversidade de atividades humanas, e para isso devem examinar uma variedade maior de evidências. Esse alargamento no campo das abordagens e difusão do universo das fontes, iniciado a partir das relações que se deram no espaço das Ciências Sociais com o diálogo que possibilitou as discussões e renovação temática ressignificando os limites daquele historiador, garantiu o subsídio metodológico para nos aproximar dessas fontes e construir uma percepção crítica sobre aquilo que ela quer nos dizer.

Em 1964, por exemplo, o periódico *O Imparcial* de 07 de janeiro, traz a matéria (p.7)



Figura 1: Urge formar Cientistas

³Isméria Marques da Silva – foi professora contratada do Estado durante a década de 1970 e 1980. Fez parte do grupo de professores que fundou a Associação de Professores do Estado do Maranhão.

A temática traz a concepção de que a educação é a causa e a solução de todos os problemas do país. Isso porque, na sociedade burguesa, a educação também tem o papel de se apresentar como o campo que deveria preparar alguns dos seus cidadãos trabalho. Logo, pelo raciocínio mecanicista, presente no excerto jornalístico, acima reproduzido, o desenvolvimento da indústria no Brasil poderia tornar o país independente, sendo para isso, necessário formar de mão de obra qualificada e cientistas que desenvolvessem tecnologia própria. O que o articulista não expõe é que a educação burguesa tem o papel precípua de preparar o homem para o trabalho reificado e alienado.

Na sociedade de classes sob a égide do capital, a educação torna-se um instrumento basilar para reproduzir as relações sociais alienadas. Assim, a classe dominante utiliza a educação no sentido *stricto* como um ambiente fértil para a difusão de seus conceitos e de seus interesses.

A matéria nos permite, ainda, constatar que a educação, importante instrumento no processo de reprodução social, vem assumindo papéis diferentes em cada momento histórico, atendendo cabalmente na contemporaneidade aos interesses do capital. Em outras palavras, a educação como complexo social fundado pelo trabalho tem a finalidade de moldar os indivíduos ao que é posto no âmbito da produção. O trabalhador expropriado dos meios de produção, por meio da formação educativa que teve acesso ao longo de sua história, entende serem naturais às relações que se estabelecem na sociedade capitalista, acreditando piamente não existir outra forma de organização social senão esta que lhes é imposta. Em verdade, a exploração do homem é tamanha que o trabalhador não tem tempo para refletir sobre sua condição de explorado. Suas preocupações estão nos problemas que considera estarem temporalmente mais próximos de resolver, como as contas a pagar no dia seguinte ou a doença que lhe acometeu um dos seus. Não lhe sobra tempo para refletir sobre a exploração de uma classe sobre outra, até porque suas experiências políticas e sociais não lhe ofereceram as condições de se tornar um sujeito consciente, mas apenas para se amoldar passivamente às necessidades apresentadas pelo mercado.

Mas, voltando nossas discussões para o uso dos jornais como fontes primárias, uma problemática que vem sendo superada, originária do positivismo enraizado no mundo acadêmico, consiste no argumento que alguns pesquisadores têm, de ver a imprensa como “objeto morto” (CRUZ & PEIXOTO, 2007); que pode realmente o ser se estudados fora do seu conceito e historicidade, ou, ainda, como fonte secundária, utilizadas meramente como fontes de informação. Carlos Henrique Leite, professor da Universidade Estadual de Londrina, ao tratar da importância e contribuição dos jornais no conhecimento histórico, não

deixa de sugerir alguns questionamentos prévios relevantes quando do uso dessas fontes.

As questões iniciais que se propõem a análise do periódico são fundamentais para o direcionamento da pesquisa. Quem são os seus proprietários? Quando foi produzido? A qual público é direcionado? Quais seus objetivos e intenções? Como se constitui enquanto força ativa no seu período de circulação? Como se constitui enquanto sujeito? Qual sua relação com as conjunturas de seu tempo e campos de atuação? Quais seus aliados e opositores? (ibid. 2014, p. 825)

As respostas a essas questões nos guiaram no procedimento metodológico de análise dos periódicos, pois entendemos que a imprensa não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos particulares da realidade. (CAPELATO, 1998, p. 24). Ter essa concepção nos fez compreender que é muito importante considerar todos os aspectos do periódico utilizado como fonte, nomeadamente o título, data de publicação; periodicidade, projeto gráfico, processo de produção, tiragem, circulação, e distribuição, bem como os sujeitos envolvidos na constituição do mesmo (proprietários; diretores; coordenadores e redatores).

[...] O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Dá a necessidade de promovermos uma interlocução com outras fontes, como documentos da APEMA (atas, estatutos, fotos), entrevistas, além dos jornais. Isso nos permitiu estabelecer vínculos entre os sujeitos e práticas sociais, a partir do contexto e da historicidade, dito, de outra forma, procuramos estabelecer ligações e conexões com a história social mais ampla. Isso foi possível, partindo do princípio que a imprensa

[...] oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhem Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (Id.)

É importante reconhecer que essas possibilidades só foram possíveis porque houve uma expansão no conceito de fontes, o que permitiu a ampliação gradativa do uso dos jornais como fontes em estudos históricos. Para alguns pesquisadores a terceira geração da Escola dos Annales, a renovação marxista da historiografia, preocupada com a revitalização da história da cultura material, foram alguns dos responsáveis por essa abertura conceitual.

O acesso a imprensa jornalística e sua multiplicidade como fonte, é, portanto, um dos legados que esses pesquisadores nos deixaram ao apresentar novas abordagens metodológicas

para a pesquisa histórica. E essa diversidade de fontes se expressa por meio de um impresso local, regional, diário, revistas especializadas, militantes, alternativos ou de humor, que podem ser analisados em seus editoriais, colunas sociais, artigos, cartas aos leitores, crônicas, notícias, fotografias e uma infinidade de outras possibilidades (LEITE, 2015, p. 4). O ponto basilar é que há uma riqueza de informações nesse conjunto, e o reconhecimento do uso da imprensa e sua multiplicidade como fonte de pesquisa histórica, desvelou novas concepções metodológicas para o pesquisador frente à fonte jornalística tornando possível a escrita da história por meio da imprensa, partindo do pressuposto de uma perspectiva temporal e espacial da ação humana que se permite vir à tona a partir da análise desses documentos.

Com o objetivo de colaborar com a construção da trajetória histórica da APEMA os periódicos nos permitiram identificar registros preciosos em suas páginas, que podemos usá-los como memórias impressas daqueles contextos que, muitas vezes, se perderam no tempo. Um bom exemplo do que falamos é o relatório redigido pela professora Marlene Guará, que operou o importante papel de apresentar aos maranhenses, a nova entidade de professores que havia sido fundada no Estado. Publicada, em 14 de outubro de 1976, no Jornal O Imparcial, a mesma também evidencia que algumas personalidades tiveram na construção do movimento docente, além da sua composição política e o formato da associação que almejavam edificar.

Analisar os jornais trouxe à tona a corrente ideológica predominante, algumas cisões internas, manifestações, greves, mobilizações e embates, condições de vida e trabalho, as formas de relações com o Estado e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças, etc. Enfim, os registros impressos nos ajudaram, enormemente, na obtenção de respostas para as mais diversas questões acerca da entidade puderam ser encontradas nas páginas dos periódicos consultados que se constituíram um instrumento essencial para essa pesquisa.

A imprensa como fonte propicia que os acontecimentos ocorridos na sociedade, bem como a reconstrução da história social, permeada da cultura e estereótipos sociais, fazem dos jornais um potencializador de fontes de memórias locais ou mesmo nacionais.

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Militar, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação e resistência, e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2005, p. 129).

Na temática política, as fontes impressas sobressaem por serem os jornais um suporte que apresenta uma ligação direta com poderes representativos, ao registrar e demonstrar, diariamente, os acontecimentos e as mudanças ocorridas nesse cenário. Tania De Luca (2005,

p. 128), afirma que “as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder.”

Ao analisarmos os mais variados elementos dos jornais, devemos levar em conta que o jornalismo trata-se de uma atividade de cunho político-pedagógico influenciado pelo seu meio social e histórico. Isso significa dizer que não existe neutralidade no jornalismo, bem como em nenhum outro lugar, pois tudo está permeado de fatores externos expressos nos aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos, e internos relacionados a questão de organização e de adequação à equipe que compõem, por exemplo, a redação dos jornais.

O jornalismo, portanto, opera subjacente às forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar à suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade (MARCONDES FILHO, 1989, p. 11).

Além disso, cabe afirmar que não são os jornalistas, mas os editores e, mesmo, os donos dos jornais que definem o que é ou não a notícia, diante da magnitude do número de acontecimentos. Essa demanda implica em uma triagem de acordo com os próprios critérios jornalísticos, que são determinadas pela ideologia política seguida pelos responsáveis pela edição do periódico.

Além dessa seleção, existe a angulação ou abordagem que é conferida a cada matéria. Não se pode desconsiderar que está presente no enfoque da notícia a dimensão que se quer atribuir a um determinado caso. Mas, também,

[...] é em função da maior ou menor previsibilidade que um fato adquire o estatuto de acontecimento. Quanto menos previsível for, mais probabilidade terá de ser notícia. E de um universo vasto, apenas alguns chegam à condição de notícia (MIOTTO, 2003, p. 54)

Com isso, podemos afirmar que os jornais podem ser considerados, ao mesmo tempo, uma testemunha da história e um agente participativo na configuração da própria história. Legam, desse jeito, uma relevante contribuição à historiografia, devido promoverem uma ampliação do campo temático, possibilitando o desenvolvimento de diversas abordagens, e beneficiarem o alargamento do conhecimento histórico.

Arrolada às fontes impressas da imprensa e os documentos da APEMA, procuramos valorizar as vozes dos sujeitos históricos participantes desse processo de construção da entidade, dando-lhes o espaço de direito na história por intermédio das entrevistas.

Nossa opção pelo método dialético, entre outras coisas, permitiu interpretar a realidade com enfoque na totalidade dos processos que a regeu, bem como no reconhecimento da existência do princípio de contradição dos fatos históricos. Por isso, está muito ligada a

esta temática que propusemos estudar, num cenário social notadamente povoado de conflitos e contrassensos na realidade histórica e social.

Procuramos organizar o processo da pesquisa inicialmente fazendo o levantamento de dados bibliográficos constituído de obras que tratavam direta ou indiretamente do associativismo e sindicalismo docente. Em seguida fomos à busca das fontes primárias que poderiam dar sustentação às nossas conclusões preliminares. E, por último, realizamos a coleta de depoimentos por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com os artífices do associativismo docente e que, inclusive, mais tarde promoveram a transição para o sindicalismo dos trabalhadores da educação maranhense.

Lüdke e André (1986) observam que a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados e, simultaneamente, cria uma relação de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde, permitindo captar de modo imediato e corrente o teor e a substância da informação desejada. Porém, mais do que isso, transformando as entrevistas em verdadeiros depoimentos e concedendo aos sujeitos da pesquisa a sua devida importância histórica e social. Em que pese a possibilidade de manifestarmos quaisquer abordagens piegas, foi possível observar até mesmo as emoções emanadas da descrição de determinadas lutas, o receio de caracterizar o papel político e sindical de determinados dirigentes, a satisfação de trazer à memória os primórdios da constituição de sua entidade representativa e as lágrimas por recordar de pessoas com que conviveram nessas jornadas, mas que agora estão mortas!

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes para a sua plena divulgação, e suas transcrições foram realizadas respeitando características e singularidades linguísticas dos entrevistados. Consideramos essas memórias como uma parte importante da construção dessa pesquisa, por conseguinte, aparecem reproduzidos em seus anexos.

A proposta metodológica adotada favoreceu que o objeto de estudo fosse mais bem compreendido no contexto histórico-social no qual ocorreu e produziu suas ações. Ir a campo na busca de compreender os fatos a partir das pessoas inseridas nele foi imprescindível para captar e dirimir dúvidas que surgiram a partir da incursão que fizemos a fim de extrair das fontes documentais o levantamento de dados descritivos do processo. Parece que isso possibilitou entender de forma coesa, a dinâmica do contexto histórico.

Nessa perspectiva, aqueles que se preocupam com a memória e a história social da educação maranhense, não podem desconsiderar ou mesmo minimizar o esforço político-organizativo dos trabalhadores em educação. Assim, esperamos que este trabalho colabore

para uma reflexão crítica dos sujeitos que atuam na educação básica maranhense, nos movimentos de luta, dentro e fora das instituições escolares e dos sindicatos, contribuindo para que essa história não se perca no esquecimento e possa oferecer conhecimentos significativos para todos aqueles comprometidos com a edificação de nova ordem social.

2 A CONJUNTURA HISTÓRICA, POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL BRASILEIRA E AS RELAÇÕES COM O MARANHÃO

A partir das décadas de 1920 e 1930 pode-se verificar com mais nitidez uma série de transformações políticas, econômicas e sociais em curso no Brasil. São mudanças de toda ordem, merecendo ser ressaltado o acelerado processo de urbanização que percorre diferentes regiões do país e que haveria de influenciar decisivamente o debate e a projeção de quais reformas educacionais seriam necessárias à incrementação dos modelos econômicos e societais, propícios à inserção, cada vez maior, do país no mundo do capital.

Do ponto de vista cronológico, podemos citar alguns momentos importantes da efervescência política e ideológica que marcaram esse período, são eles: a ascensão de Getúlio Vargas ao poder (1930); a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930); a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932); a Constituinte de 1934, que entre outros aspectos, garantiu o voto feminino; a decretação do Estado Novo (1937); a destituição de Vargas (1945); a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (1945); a eleição de Dutra e seu governo (1946); a cassação dos parlamentares comunistas (1948); a volta democrática de Vargas ao governo (1950) e seu suicídio (1954); a eleição de Juscelino Kubitschek e o seu Plano de Metas (1955), a inauguração de Brasília (1960); a eleição de Jânio Quadros e a sua renúncia (1961); a crise política militar gerada pela possibilidade da efetivação do rito constitucional de posse de João Goulart, então, vice-presidente da República, a solução da instalação do gabinete parlamentarista liderado por Tancredo Neves; a realização do plebiscito que restituiu o presidencialismo no país, o anúncio das chamadas reformas de base que podem ser entendidas como o prenúncio da crise política que culminou na ação golpista militar de 1964.

O golpe perpetrado contra o governo de João Goulart, em 31 de março de 1964, trouxe, como se sabe, a instauração de uma ditadura que haveria de se manter no poder até os meados da década de 1980.

Caracterizar esse período não tem sido fácil para os historiadores e demais interessados no assunto, pois, com o processo de redemocratização e tentativa de consolidação da democracia no Brasil, a todo o momento surgem evidências e discussões pertinentes a participações de diferentes sujeitos sociais na conspiração e na ação golpista imposta ao governo Goulart. Desta sorte, o que temos para alguns é a existência de uma ditadura militar, para outros uma ditadura civil-militar e, para outros ainda, uma ditadura empresarial-militar. Esse tipo de caracterização não é algo fortuito e diz respeito à tentativa de

melhor caracterizar e compreender crítica e profundamente todas as classes sociais e representantes da sociedade civil que se envolveram, de uma forma ou de outra, no controle do Estado brasileiro a partir de 1964. Ocorre que, para os fins do presente estudo, o aprofundamento dessa polêmica não será por nós desenvolvidos. Iremos, portanto, trabalhar com a noção de ditadura militar amplamente difundida na compreensão do período.

Os representantes da burguesia agrário-exportadora que atuavam no Brasil não foram os únicos a fazer frente e questionar a política econômica e de acelerada industrialização que havia sido colocada em marcha em meados dos anos 1930, procurando resistir a perda de sua hegemonia para as frações industriais que atuavam e cresciam em importância social e política naqueles dias. Concomitantemente, alguns estratos da classe trabalhadora e setores médios da sociedade vislumbravam, naquela conjuntura, conseguir melhores condições de vida que as propaladas mudanças que estavam em curso faziam anunciar.

Num cenário de grande turbulência social e política, que teve na insurreição de 1935, um dos marcos mais emblemático da primeira metade do século XX; os representantes do empresariado nacional e estrangeiro manifestaram o seu receio com as mobilizações populares, trazendo, assim, as disputas que se faziam no seio da burguesia, sobre as formas de como a economia, a vida política e cultural, deveriam se organizar, para à luz do dia.

Para alguns intérpretes da história econômica brasileira, o Estado passou a ter um papel nevrálgico no ordenamento e financiamento das atividades que são próprias da sociedade capitalista. A partir da década de 1930, ficava nítido que se constituía no Brasil um poderoso “Capitalismo de Estado”. Otávio Ianni, afirma que nesse momento histórico houve uma “redefinição da atuação do Estado, visando acelerar o desenvolvimento econômico particularmente a industrialização, e impulsionar o setor primário nacional e estrangeiro” (1977, p. 142). No bojo desse modelo econômico, as reformas educacionais patrocinadas pelo Estado, gradativamente, haveriam de assumir papéis, ora distintos, ora mais harmoniosos, mas sempre comprometidos com o fortalecimento e a consolidação dos valores da sociedade liberal burguesa no Brasil.

Sinteticamente, essas transformações que percorreram aproximadamente quatro décadas podem ser assim descritas: a Reforma Francisco Campos, segundo Luís Antônio Cunha (2005), estabeleceu a modernização do ensino secundário brasileiro e se buscou organizar esse nível por meio de várias estratégias escolares, como a seriação do currículo, a frequência obrigatória, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal.

Assim, o pensamento hegemônico difundido nas escolas procurava desenvolver o comportamento burguês nos estudantes secundaristas, a partir da educação integral e de práticas de disciplinamento e de autogoverno. Posteriormente, durante o Estado Novo (1937-1945) a regulamentação do ensino foi levada a efeito, a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Foi com base nesse aparato legal que se estruturou o ensino industrial, se reformou o ensino comercial e se criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário.

Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. Em 1946, já no fim do Estado Novo e durante o Governo Provisório, a Lei Orgânica do Ensino Primário organizou esse nível, com diretrizes gerais e a determinação de que continuasse a ser de responsabilidade dos estados, além de organizar o Supletivo, com duração de dois anos, destinado aos adolescentes a partir dos 13 anos e adultos; a legislação de ensino organizou também o Ensino Normal e o Ensino Agrícola e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Nesse momento o Ministério da Educação estava a cargo de Raul Leitão da Cunha. Mais adiante, a Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68 e, logo em seguida, a 5.692/71.

Como vimos, nesse curto período histórico, porém, marcado por distintos e muitas vezes contraditórios projetos educacionais, tivemos um avanço vertiginoso do acesso à escolarização do povo brasileiro. Do ponto de vista do discurso político, questões como a universalização do ensino de primeiro grau estavam, irremediavelmente, postos no seio da sociedade. Pelos mais variados prismas o papel da educação era projetado no debate social e político. Para alguns, ela deveria ser parte indispensável para favorecer o desenvolvimento econômico; para outros, haveria de se realizar um grande esforço para que fosse possível superar os altíssimos índices de analfabetismo e o verdadeiro obscurantismo cultural reinante no Brasil; para outros ainda, o Ensino Médio e Superior deveriam ser fortalecidos proporcionando, assim, a promoção da ciência e a consolidação dos projetos industriais e agropecuários que buscavam se consolidar no país, sem falar nas teorias do capital humano e outras que preconizavam papéis mais auspiciosos e ou ideologicamente comprometidos com a manutenção do *status quo*.

Toda essa movimentação teve grande influência nas transformações que se projetaram para o Estado do Maranhão, em que pese o fato de que alguns setores de suas elites políticas e econômicas terem dificuldades de incorporá-las no seu fazer governamental. Esse foi o caso das lideranças locais representadas por nomes como os de José Sarney, Pedro

Neiva de Santana e Osvaldo da Costa Nunes Freire, que haviam constituído um forte e coeso grupo político em torno de lideranças como a de Victorino Freire e mesmo do próprio Sarney, com o objetivo de garantir a manutenção dos seus privilégios políticos, econômicos e sociais, mas ao mesmo tempo, tendo que ajustá-los aos ditames emanados do governo federal.

A partir de agora, sucintamente, vamos apresentar algumas características de ordem política, econômica e social que nos permitiram melhor compreender o solo histórico sobre o qual se desenvolveu a Associação de Professores do Estado do Maranhão – APEMA.

2.1 Aspectos concisos da política maranhense

Após o advento do chamado Estado Novo, lideranças da política maranhense começaram a se movimentar para que o estado deixasse de ser administrado por interventores federais. O sufrágio universal, direto e secreto era um direito regido pela Constituição da República do Brasil, e os maranhenses desejavam usufruir desse direito e eleger seus próprios governadores. Para isso, seria necessário, antes de tudo, reestruturar os partidos políticos e fortalecer a sociedade civil.

No cenário nacional, com a realização da eleição presidencial, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito pelo Partido Social Democrático – PSD. Foi então que Victorino Freire adentrou a política maranhense, contando, sobretudo, com o apoio do presidente recém-eleito, uma vez que existia uma relação de amizade entre os mesmos.

Com a queda do Estado varguista e a instalação de um período razoavelmente democrático, a partir de 1946, a sociedade brasileira experimentou um conjunto de impressionantes transformações e reformas sociais que seriam abruptamente ceifadas com o golpe de 1964.

Ocorre que, no Maranhão, as forças oligárquicas pareciam não querer sair de cena, como foi o caso de Victorino Freire, instalando o que ficou conhecido, na história local, como período Vitorinista. Essa época foi marcada pelos governos de Sebastião Archer da Silva (1947-1951); Eugênio Barros (1951-1956); José De Matos Carvalho (1956-1961); e Newton De Barros Bello (1961-1965).

O período Vitorinista foi caracterizado pela ausência de políticas econômicas que viabilizassem condições de desenvolvimento à indústria maranhense, além do alto índice de analfabetismo e, também, pelo empobrecimento, evidenciado pela contradição em relação ao progresso presenciado por outras capitais, a saber, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais. (CALDEIRA, 1978, p. 59).

O fim da liderança de Victorino Freire começou a ser pavimentado ainda no governo

Eugênio Barros. Foi nesse momento que José Sarney adentrou ao panorama político como Chefe de Gabinete, mas, sem quaisquer rupturas ou sobressaltos com o poder estabelecido, conforme esclareceu o próprio Victorino Freire em seu livro de memórias.

Seu pai o Desembargador Sarney, mantinha comigo relações pessoais há muitos anos. Nos idos de 1950, desejoso de ver seu filho lançar-se na política do Estado, solicitou-me que interferisse junto ao Governador Eugênio Barros no sentido de arranjar uma colocação para seu filho, José Ribamar Costa, ou José Sarney, como se assinava, no gabinete do governador. (apud COSTA, 2004, p. 265).

Com relação a eleição de Eugênio Barros, de acordo os historiadores maranhenses, o apoio do judiciário à fraude eleitoral foi decisivo para garantir a vitória do grupo vitorinista. Esses eventos provocaram a eclosão da mais expressiva revolta vista em São Luís até, então, registrada nos anais de sua história.

Caracterizado, por muitos estudiosos, como o maior movimento da classe trabalhadora ludovicense, a “Greve de 1951” ou a “Balaiada Urbana”, como também ficou conhecida, deixou a capital maranhense completamente paralisada. Organizada nos moldes de uma greve geral, nos meses de fevereiro e março por 15 dias e setembro a outubro, por 20 dias (COSTA, 1997, p. 4), sua magnitude foi tal que reunia, nas manifestações diárias, contingentes de 3 a 4 mil pessoas na Praça da Liberdade. Para uma cidade com população de apenas 120 mil habitantes, essa foi uma manifestação popular de grande expressão, envolvendo trabalhadores, estudantes, setores médios da população, constituídos por profissionais liberais, políticos e mesmo representantes da pequena burguesia. Foi a partir de então que São Luís recebeu a provocante denominação de Ilha Rebelde.

Com esse magnífico impulso, de proporções políticas e capacidade de mobilização inusitada, os movimentos sociais foram crescendo, conforme aponta o historiador Wagner Cabral,

No campo, com destaque para o vale do Pindaré, os trabalhadores rurais organizavam-se pela permanência na terra, contra a invasão das lavouras pelo gado, pela reforma agrária. Já se esboçava também no interior da Igreja Católica um setor voltado para os problemas sociais, considerado precursor da Teologia da Libertação. Em São Luís, crescia a mobilização de estudantes, trabalhadores, intelectuais em torno das bandeiras nacionalistas e reformistas (as “Reformas de Base”) que empolgavam o país às vésperas do golpe de 1964. (1997, p. 4).

Embora José Sarney tenha, inicialmente, começado a caminhar na vida pública com o apoio de Victorino Freire, foram esses movimentos sociais que faziam oposição ao governo que deram forças para sua ascensão ao Governo estadual. Mas,

[...] apesar da vinculação inicial com a oligarquia Victorino, a carreira política de José Sarney foi construída na oposição, quando se filiou à UDN, partido integrante das “Oposições Coligadas”, união interpartidária que reunia um amplo leque de grupos e partidos descontentes com o mandonismo vitorinista, configurando uma oposição oligárquica. Embora nunca tenha conseguido derrotar eleitoralmente a “máquina” da oligarquia Victorino, alicerçada sobre o PSD e amparada pelo uso

sistemático da fraude eleitoral como forma de sustentação no poder, a atuação das “Oposições” conseguiu articular em torno de si o apoio de diversos segmentos sociais, muito especialmente das massas populares de São Luís que, pelo menos num momento, chegaram a “explodir” contra os desmandos do grupo dominante (COSTA, 1997, p. 4)

Iniciava-se, assim, o que se convencionou chamar, na historiografia maranhense, de Oligarquia Sarney que, usando os mais variados expedientes políticos e sucessórios, inclusive, incorporando os seus próprios filhos, no exercício do poder, conseguiu se manter no poder por longos cinquenta anos, ou mais, precisamente, de 1966 a 2014.

José Sarney, filiado ao PSD, foi eleito governador do Maranhão por sufrágio universal. Seu governo foi marcado pelo discurso de modernização do Estado, o que, no período vitorinista, fora caracterizado como atrasado, fazendo com que José Sarney recebesse, por isso, o apoio dos militares que, com vistas à expansão das relações de produção próprias da modernização conservadora que acalentavam, almejaram também a extensão da sua influência política por todo o país.

A professora Ilse Gomes Silva afirma que,

A frente do governo estadual em 1966, José Sarney investiu na modernização do aparelho burocrático de Estado através da contratação de funcionários de “reconhecida capacidade técnica” e na adaptação do arcabouço jurídico-político e da infraestrutura às novas necessidades de acumulação do capital, ao mesmo tempo manteve as mesmas práticas políticas do período anterior, essas no entanto foram mascaradas pelo manto da modernização. São dessa época a criação da SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão), o Porto do Itaqui, a Rodovia São Luís/Teresina, a Lei de Terras Nº 2979 em 17 de julho de 1969 e a criação das delegacias de terras que visavam respectivamente reordenar o espaço físico do estado e disciplinar a ocupação do espaço físico do estado, institucionalizando a grilagem no Maranhão. (2013, p. 5).

Essas políticas foram todas desenvolvidas e aprofundadas por governadores que, em meio a rupturas e discontinuidades, eleitos direta e indiretamente, formaram a famigerada, Oligarquia Sarney.

2.1.1 Um Breve Resumo dos Governos Maranhenses e seus Impactos na Sociedade

Como já foi dito, de 1946 a 1965, período de restabelecimento da democracia no país, o Maranhão esteve sob o comando do então senador Victorino Freire que procurou exercer um papel de mediação nas relações políticas estabelecidas entre o Governo Estadual e Federal. Isso favoreceu a construção de uma estrutura oligárquica composta por donos de terra e sustentada pelos latifúndios e coronéis que faziam a manutenção desse mecanismo com a única e exclusiva finalidade de atender aos interesses da burguesia.

Assim, o clientelismo, reconhecido pela troca de favores, era a forma de relação estabelecida por Victorino Freire e, conforme Caldeira (1978, p.60), a sua ação estava

centrada em torno do controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas que juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do Vitorinismo.

Por outro lado, segundo Bonfim (1985, p. 04), o conteúdo político dos grupos que se autodenominavam “oposições” era estruturalmente o mesmo da situação, tendo como base uma estrutura agrária arcaica e uma indústria local incipiente, e como diretriz a conquista ou manutenção do poder. O que marcava os embates entre grupos políticos, portanto, era tão-somente a mudança dos sujeitos, confluindo para conservação do modelo político vigente desde a República Velha.

Para corroborar com a acentuada liderança de Victorino Freire, os governos maranhenses de Sebastião Archer (1945-1950), Eugênio Barros (1951-1956), Matos Carvalho (1956-1961) e Newton Bello (1961-1965), estiveram sob seu domínio e liderança.

Com a afirmação da ditadura militar e as eleições para governador, a insatisfação popular à política coronelista é materializada na imagem de Victorino Freire, sobretudo na capital do Estado.

Alguns setores da ilha, constituídos por operários, portuários, funcionários, estudantes entre outros, mostrando-se exauridos pela espoliação, descrentes de promessas repetidas durante 20 anos consecutivos, estavam receptivos para uma proposta de mudança. Já não interessava à população de modo geral, a simples substituição de um coronel por outro ou por um seu representante (BONFIM, 1985, p. 29).

O desejo por mudança no cenário político maranhense esbarrou na pessoa de José Sarney, primeiro gestor estadual do período da ditadura militar. Contudo, a trajetória política de José Sarney, quando analisada, é marcada por incoerências, evidenciando a aspiração pelo poder por direções distintas, ou seja, ora se apresentava como situação, ora como “oposição”. Para Bonfim (1985, p. 13), a própria posição de Sarney mostra-se confusa, uma vez que, enquanto volta a apoiar (não abertamente) o partido governista local, continua udenista atuante na Câmara Federal.

A evidência que Sarney era um político situacionista ficou clara quando saiu candidato pela oposição coligada e demonstrou consonância das diretrizes políticas adotadas pelo regime militar. A verdade é que os contestadores dos políticos maranhenses só lograram êxito, porque contou com o apoio decisivo da ditadura militar (CABRAL apud MATIAS, 2002, p. 15). Cabral (1978, p. 6), secunda Caldeira, quando diz que “a eleição de José Sarney para o Governo do Estado em 1965” representa para a história política contemporânea do Maranhão, “apenas o referendun da sociedade civil do Estado para a consecução dos objetivos do Governo Central”.

Na realidade, as duas principais correntes políticas do Maranhão, consoante Caldeira – Vitorinismo e Sarneísmo –, se sustentaram no poder por terem, respectivamente, o apoio político do Governo Federal de cada período, e este, por sua vez, mantinha no poder estadual quem permanecesse em harmonia com os intentos da política nacional de cada momento.

A essas pseudo vanguardas na política maranhense, Caldeira atribuiu o seguinte conceito:

[...] vitorinismo – coronelismo peculiar, dominante no processo de condução da política legal do Estado, cujo poder político era regulado de conformidade com os interesses do então Senador pelo Maranhão, Victorino Freire, que possuía ampla liberdade para manipular todo sistema político do Maranhão e o sarneísmo – corrente política, cujos atores políticos com ela identificados se caracterizam por manterem um comportamento dentro do seu Partido – a Arena, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo seu líder... são pessoas pertencentes aos estratos sociais médios do Estado, oriundos da oposição política ao vitorinismo. Ideologicamente se identificam com o projeto de modernização da sociedade maranhense [...] é produto da Revolução de 1964⁴ e a sua existência se vincula à criação da Arena (1978, p. 4; 10).

A suposta harmonia da sociedade civil no Maranhão, decorrente do sistema político, provocou a exclusão do Estado no processo de modernização pelo qual passou o país. Caldeira reflete sobre essa estagnação da sociedade e das crises no poder político do maranhense, e aponta quatro aspectos expressivos:

(1) os elementos constitutivos da formação histórica da sociedade do Maranhão condicionaram-na a estruturar-se sob o regime de classes, atrelada ao exemplo da sociedade brasileira; (2) os padrões culturais desenvolvidos e mantidos pela sociedade do Maranhão, assim como as suas formas de estruturação social e de organização da economia contingenciaram a regulação do poder político do Estado por parte de uma única classe; (3) a grande distância geográfica dos centros política e economicamente hegemônicos do País manteve a sociedade do Maranhão isolada dos processos de transformação que deram nova configuração à sociedade civil nacional, a partir de 1930, e permitiu, por outro lado, que o poder político do Estado desenvolvesse formas peculiares de relacionamento com a sua sociedade civil, com o Poder Central do País e deste para consigo; (4) a diversificação intra-regional do Estado, assim como a dificuldade de intercomunicação entre as regiões – inclusive com a Capital, São Luís –, favoreceu a constituição de oligarquias locais que puderam impor a tarefa de dominação política do meio, de conformidade com o pacto firmado com a classe controladora do Poder Central do Estado. (1978, p. 3).

Há consonância entre pesquisadores da história maranhense de que, considerando tais elementos, não existiram alterações no âmbito político, apesar da mudança de representantes. De modo que há também entre aqueles que se propõe reconstruir a história do Maranhão um equívoco conceitual quando utilizam o termo “oposição” para caracterizar os sujeitos políticos de diferentes grupos. Oposição política é a ação de quem se coloca contrário ao governo, que faz objeção, que combate as medidas do governo. No entanto, não é preciso

⁴ “A Revolução de 64”, ocorrida em 31 de março de 1964, tecnicamente, foi um golpe de Estado, e não uma revolução, como afirmam os militares. O termo “revolução” soava melhor aos ouvidos, tanto da população quanto da própria corporação dos militares que não queriam passar a imagem de golpistas.

muito esforço para identificar as similaridades entre Freire e Sarney no modo de governar.

Meirelles (2001, p. 358), afirma que José Sarney Costa, o candidato da UDN ao governo do Maranhão (1966 - 1970), foi eleito por sufrágio universal, direto e secreto, e por esmagadora maioria 51,70%. Caldeira (1978, p. 6) demonstra que esse foi um dos raros períodos de participação política da sociedade, que legitimamente se manifestou contra o predomínio do poder político tradicional do Maranhão, ao sagrar, com larga margem de votos, o candidato que teoricamente era opositor do vitorinismo, mas, que somente sancionou a decisão do Governo Federal, que nesse momento coincidia com o desejo da população. Cabral (apud MATIAS, 2002, p. 15), conclui ao afirmar: “Moral da estória: o Maranhão “trocava seis por meia dúzia”, pois saía de cena a oligarquia vitorinista e começava a se formar a oligarquia Sarney, que cresceu e se fortaleceu à sombra dos militares no poder.

Sarney ascendeu ao governo do Estado disposto a pôr em prática seu plano de desenvolvimento que agregaria ao Maranhão os interesses do regime militar. Essa inclusão representou a expansão do capitalismo, aprofundamento das desigualdades sociais e concentração fundiária (CABRAL apud MATIAS, 2001, p. 15). Para isso, ele reformulou secretarias e criou a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, cujo objetivo era elaborar e supervisionar o plano de desenvolvimento do Estado.

Na conjuntura de implantação dos órgãos que visavam o desenvolvimento pretendido pelos militares, criou-se a nível federal, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. No Maranhão, a SUDEMA, era responsável pelo planejamento e programação financeira, órgão repassador de recursos para financiamento do plano governamental e regulador da aplicação desses recursos. Com isso, confunde-se com o próprio Governo, pela característica dos seus objetivos: planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão.

Algumas obras foram iniciadas nesse percurso, entre elas, a malha rodoviária no Maranhão promovendo o intercâmbio com outras regiões do país. Nesse período foi construída a ponte do rio Anil, a barragem do rio Bacanga, o asfaltamento de avenidas importantes da capital que liga o centro de São Luís aos bairros e começou o fornecimento de energia elétrica para alguns municípios.

Outro destaque é para os projetos agropecuários que foram estimulados pela Lei de Terras de 1969 e promulgados no governo de Pedro Neiva em 1970 facilitando a aquisição de terras. Por meio dessa Lei, houve um aumento significativo do número de latifúndios no Maranhão, sendo que seus proprietários eram pessoas vindas de outros estados, especialmente

grupos vindos do sul do país.

Os grandes projetos agropecuários não trouxeram benefícios para a população, pois estas foram expulsas de suas terras, partindo para a capital ou para outros estados em busca da sobrevivência. A verdade é que esse foi um dos projetos causadores da ampliação de desigualdades sociais, acelerando o processo de concentração fundiária, bem como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando enormemente os conflitos no campo e em toda região.

O discurso propalado era de um “Maranhão Novo”, um tempo de prosperidade e modernização, mas aconteceram poucas modificações expressivas para a população, e assim como no período da liderança de Victorino Freire, ficava evidente que essas modificações continuaram favorecendo somente um pequeno grupo.

Pedro Neiva de Santana, sucessor de Antônio Dino (vice-governador de Sarney que deixara o cargo para se candidatar ao senado), administrou o Maranhão (1971 – 1975), foi eleito de forma indireta pela Assembleia Legislativa, após indicação do Presidente Médici. Antes de ser o representante estadual, trabalhou em vários departamentos do governo, entre eles, Prefeito de São Luís e Reitor da Universidade Federal do Maranhão.

Nesse governo ocorreram algumas alterações de ordem administrativa, como o fim da SUDEMA, surgimento da Secretaria de Administração, além da Secretaria de Indústria e Comércio. Segundo Meirelles, com a criação de

[...] um Sistema Estadual de Planejamento que elaborou um Orçamento Plurianual de Investimentos -1972/1974 através do qual pôde dar ênfase ao sistema rodoviário, à rede de energização e de saneamento do interior e uma política de colonização agrária; no campo da educação, vale acentuar a criação a instituição do Conselho Estadual de Cultura e a Fundação Cultural do Maranhão com vistas a uma futura universidade estadual; no campo econômico, além da política de colonização agrária, a atividade do Banco de Desenvolvimento do Maranhão, e a criação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão e da Companhia Progresso do Maranhão; no da segurança, a interiorização da Polícia Militar, com a criação de cinco batalhões, sediados em São Luís, Caxias, Pindaré-Mirim, Imperatriz e Livramento. (2001, p. 360).

E continuou expandindo a concepção de desenvolvimento do governo anterior com a inauguração da Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR, atualmente, o Porto do Itaqui, seguindo os mesmos rumos já traçados pelo seu antecessor.

No governo seguinte, período em que o movimento de professores da rede pública estadual começa a se organizar, assume Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975 - 1979). Este foi deputado estadual e representou o Maranhão na Câmara Baixa no Rio de Janeiro e em Brasília. Uma das principais mudanças em seu governo foi a mudança da máquina administrativa reestruturando a Secretaria de Administração.

De 1979 a 1982, o Estado foi governado por João Castelo Ribeiro Gonçalves, eleito pela Assembleia Legislativa, sua administração foi marcada pelo grande número de contratação de professores e outros profissionais por meio da Lei n.º 4.277 de 27 de abril de 1981. Outra marca deixada pelo seu governo foi a forte repressão policial na Greve da Meia-Passagem em 1979.

Com a renúncia de João Castelo, Ivar Saldanha assume o governo do Estado, com quem a APEMA no curto período de seu mandato estabelece várias relações. Seu mandato ocorreu de maio de 1982 a março de 1983, quando assumiu Luiz Rocha.

Com o processo de redemocratização do país, Luiz Rocha foi eleito em novembro de 1982 pelo PDS. Seu mandato perdurou até 1987. Grandes embates ocorreram entre a APEMA e esse governo, como poderemos constatar no próximo capítulo.

E por fim, Eptácio Cafeteira, que se elegeu em 1986 com apoio de Sarney, e governou de 1987 a 1990, quando renuncia o cargo para se candidatar ao senado. Após ser eleito, a exemplo de João Castelo, rompe politicamente com José Sarney.

Diante desse cenário é possível constatar que os agrupamentos políticos no Maranhão não dissentiam por ideais que pudessem melhorar as condições de vida dos maranhenses. Antes, as lutas empreendidas eram para se conquistar ou manter o poder, sem considerar a sociedade, bem como suas necessidades.

Isso responde o porquê do histórico atraso do Maranhão se comparado a outras regiões do país. Não existia interesse por mudança das condições sociais como veremos a seguir. Portanto, as lutas empreendidas no interior dos partidos políticos eram tão-somente para mudanças de protagonistas.

2.2 O crescimento demográfico e suas implicações

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população do Maranhão em 1960 era de 2.477.371, esse quantitativo cresceu vertiginosamente, passando em 1991, para uma população total de 4.929.029 residentes, isso equivale a um crescimento de 2.451.658 habitantes em apenas três décadas. Destaque-se, neste ponto, não apenas a elevação populacional que quase dobrou, mas o particular de que foi na década de 1970, parte do período em análise, que apresentou maior incremento demográfico.

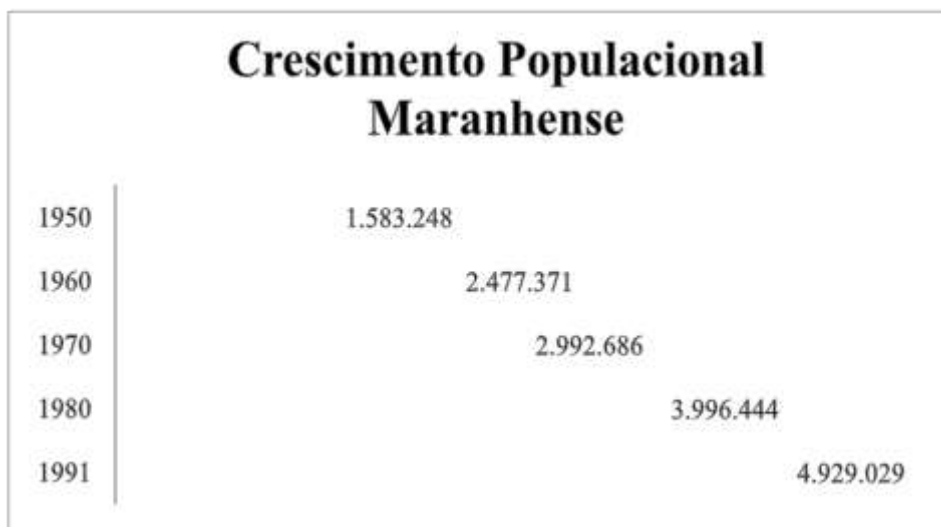


Gráfico 1: Crescimento Populacional

Fonte: BRASIL – IBGE. Censos Demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991

O Estado do Maranhão, de 1960 a 1970 apresenta um crescimento populacional de 513.315, enquanto que entre 1970 e 1980 o número é de 1.003.718 habitantes, isto é, praticamente o dobro de crescimento da década anterior; os números caem no período de 1980 a 1991 para um quantitativo de 932.635 habitantes, mas ainda assim, é um número expressivo de crescimento em um curto espaço de tempo, especialmente se considerarmos o crescimento entre a década de 1950 e 1991, que atinge um percentual de crescimento na casa de 211,32%.

Durante a década de 1970, em se tratando de condições habitacionais, a população estava dividida em 570.593 domicílios, onde, segundo dados do IBGE, apenas 5,72% eram abastecidos de água; e somente 6,23% tinham luz elétrica. O percentual de domicílios com instalações sanitárias ligadas à rede geral de esgotos era de 0,93%; sendo que 1,54% possuía fossa séptica e 12,39% possuía fossa rudimentar. Com esses dados, é possível observar que nesse período cerca de 85,14% das residências não gozavam de instalações sanitárias.

Outro dado registrado nessa década diz respeito aos domicílios recenseados onde mais da metade só tinha um dormitório para uma média de 5,2 habitantes por domicílio.

Uma contradição social expressiva, visto que o Brasil vivia um processo de grandes transformações em seu sistema socioeconômico, oriundas das políticas econômicas, administrativas e ideológicas desencadeadas desde 1930. Ora, se o país estava em franco desenvolvimento porque tais benesses não chegavam às camadas populares da sociedade?

Essas condições sociais são na verdade, não os reflexos da histórica fragilidade presente na economia maranhense do século XX que apresentou, nesse percurso, curtos

períodos de dinamicidade no setor, mas da própria estrutura que o sistema capitalista invoca, favorecendo apenas os detentores dos meios de produção, em detrimento dos “debaixo”, como dizia o professor Florestan Fernandes. Conforme o Manifesto do Partido Comunista, “À medida que a burguesia cresce, isto é, o capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe operária moderna que só pode viver sob a condição de encontrar trabalho e que só o encontra quando o seu trabalho aumenta o capital” (MARX & ENGELS, 2001, p. 5)

Grande parte da burguesia do país estava concentrada nas regiões sul e sudeste, onde os investimentos eram massivos, enquanto que nas demais regiões, a população era marginalizada pelo poder público, e por isso mesmo, distante das oportunidades de emprego e renda tão propaladas pelo sistema capitalista. No Maranhão, como já mencionamos, o capitalismo só começou a ser desenvolvido efetivamente, a partir do Governo Sarney.

Mas os contrassensos do modelo econômico não poderiam ser camuflados, de modo que os problemas econômicos eram refletidos em todos setores. Na educação, por exemplo, em 1964, uma pesquisa foi realizada pelo governo do Estado com a finalidade levantar as principais causas alegadas para a não-escolaridade da população de faixa etária entre 7 e 11 anos. Os fatores apontados, conforme o gráfico abaixo, foram: deficiência física ou mental, falta de escola ou vaga, conclusão do curso primário, por trabalho, por pobreza por outro motivo.

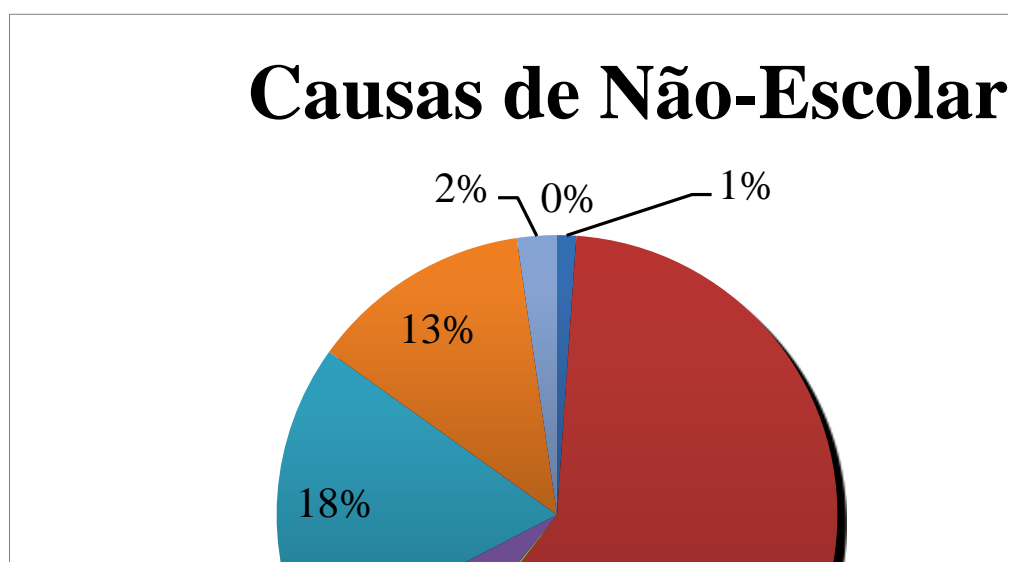


Gráfico 2: Causas de Não-Escolaridade

FONTE: MARANHÃO – Plano de Governo 1971/74. p.107

Em números absolutos, 162.922 pessoas alegaram não ser escolarizada por falta de escolas ou vaga, 48.277 por pobreza. E é importante ressaltar que 93,4% desse percentual vivia na zona rural.

Neste texto de Bandeira Tribuzi é possível constatar um resumo da condição de vida em que se encontrava a população maranhense até meados da década 1970.

Mas o que é esse Maranhão? É o Estado que tem maior número de analfabetos do Brasil: 74% da população e 70% das crianças em idade escolar estão fora das escolas. O ensino médio é um privilégio e o universitário o seu requinte.

Com seus privilegiazinhos, o Maranhão tem, também, na Capital um médico para cada 706 habitantes. É média muito boa, porque a média satisfatória é um médico para cada 500. No interior, entretanto, há um médico para cada 11 mil e, nota-se, que só existiam médicos, já com dois anos do novo governo, em trinta municípios. [...]

O Maranhão tem menos estradas que o Piauí. E o Piauí é o Estado mais pobre do Brasil. No Maranhão não se abriram estradas, porque abrir estradas é fator de pulverização de latifúndios[...] há uma super-concentração fundiária no Maranhão. 1.400 proprietários possuem mais terras do que 200 mil pequenos proprietários [...] A economia do Maranhão repousava na agricultura, na pecuária e no extrativismo vegetal [...] As estatísticas revelam que quando uma criança nasce no Maranhão, hoje, deve esperar viver 30 anos, essa é a esperança de vida ao nascer. A vida média é de 32 anos. (TRIBUZI apud KREUTZ, 1983, p. 41).

As contradições no Estado eram de toda ordem. No campo da agricultura, que era a base da economia, esta possuía ainda um modo de subsistência, pois as técnicas utilizadas nas lavouras eram rudimentares. Quem plantava não detinha a propriedade da terra, antes, viviam a mercê de latifundiários e grileiros. As atividades desenvolvidas nesse setor eram: a extração do babaçu e a produção de gêneros de subsistência, dentre eles, o arroz.

Na pecuária, ocorreu um avanço na criação de gado que aumentou o percentual de rebanhos nas regiões do Mearim e Tocantins. A ocupação de terras ao longo dos grandes eixos de rodovias federais no Estado e o aumento da exploração da força de trabalho levou a uma mudança na estrutura rural e a um crescimento da produção agrícola.

A economia decorrente da atividade urbana, como o setor de comércio e serviços, era muito pequena, por conta da baixa renda per capita da população, tornando-a fraca e excludente do mercado consumidor estável no Estado.

As mudanças de ordem econômica só começaram a acontecer quando o governo federal realizou a interligação nacional através da construção da malha rodoviária que uniu todas as regiões do país. A rodovia cortou o Maranhão rumo à Belém e à Amazônia e ampliou a integração econômica maranhense com outras áreas do Nordeste, assim como o restante do país. Esse sistema rodoviário possibilitou a ampliação de polos de comercialização em direção ao interior do Estado, quebrando dessa forma o oligopólio do principal bairro do comércio de São Luís, Praia Grande.

Tabela 1: POPULAÇÃO ATIVA DO MARANHÃO POR ATIVIDADE PRINCIPAL - %

RAMOS DE ATIVIDADE	1960	1970	1980	1990
AGROPECUÁRIA E EXTRATIVISMO	82,4	78,4	61,71 ¹	64,7
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2,9	5,1	8,1 ²	10,8 ³
COMÉRCIO E TRANSPORTE	5,1	6,0	7,3 ⁴	11,7

Tabela 1: POPULAÇÃO ATIVA DO MARANHÃO POR ATIVIDADE PRINCIPAL - %

FONTE: IBGE. Censos Demográficos. (apud FEITOSA, 1994, p. 221)

1. Inclui atividades de pesca
2. Inclui atividades da construção e industriais. Indústria de transformação 4%
3. Inclui os serviços de comunicações
4. Inclui indústria da construção civil e outras atividades industriais. Indústria de transformação 4,8%

Feitosa, ao realizar estudos sobre o processo socioeconômico do Maranhão, demonstra que na década de 1980, mesmo depois dos esforços promovidos para alavancar o setor industrial, a força de trabalho se concentrou, basicamente, na economia primária. Suas análises mostram ainda que, do Programa Grande Carajás⁵, uma parte significativa dos projetos não foram desenvolvidos. As empresas e os empregos diretos e permanentes que de fato foram gerados não ultrapassaram seis usinas de ferro gusa; Companhia Vale do Rio Doce (porto e ferrovia; ALUMAR (Fábrica de alumínio); que juntas totalizaram 5.373 empregos, o que correspondeu a 7% apenas da estimativa do projeto original. (1994, p. 221)

2.3 Movimento sindical maranhense

A conjuntura maranhense caracterizada por relações políticas de caráter oligárquico, a urbanização incipiente e o míngua nível de organização da sociedade civil, culminou num sindicalismo de pouca expressão numérica e, politicamente atrelado ao Estado. Os estudos de Borges, sobre as origens e organização do Partido dos Trabalhadores – PT, confirmam que

No Maranhão do início dos anos 1980, o setor sindical não se destacava como movimento organizado; não teve presença significativa nas mobilizações de caráter democrático e tampouco na construção do PT. A discussão aqui se justifica, contudo, pela relação que mantém com [...] – o Partido dos Trabalhadores – onde o sindicalismo costumeiramente figura como um dos atores mais destacados. Apesar da ausência de uma relação mais estreita entre o PT e sindicalismo, como ocorreu em outros lugares do país, há que se registrar uma efêmera presença de sindicalistas no momento de fundação do partido no estado, [...] nessa experiência, o partido é

⁵O Projeto Carajás conhecido como Programa Grande Carajás - PGC, é um projeto de exploração mineral, iniciado nas décadas de 1970 e 1980, nas mais ricas áreas minerais do planeta, pela Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. Estende-se por 900 mil km², numa área que corresponde a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, e engloba terras do sudeste do Pará, norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão. Foi criado pela Companhia Vale do Rio Doce, durante o governo Figueiredo, quando Eliezer Batista era presidente da Vale.

que foi o elemento propulsor de um movimento sindical nos moldes do *novo sindicalismo* e não o contrário, decorrendo disso uma certa singularidade do PT no Maranhão. (2008, p. 81)

A autora ratifica, ainda, que o grau de atrelamento e dependência do Estado eram abissais. Em suas palavras, esse foi um dos

[...] setores menos atingido pela movimentação política no final dos anos 1970, o número de sindicatos no Maranhão era reduzido enquanto eram grandes eram grandes seus vínculos com o Estado, via Ministério do Trabalho, com patrões, ou mesmo com os governantes locais. Não havia atividade sindical como prática cotidiana, coletiva e autônoma; a ação do sindicato limitava-se à ação de sua diretoria, notadamente do presidente. Como exemplo do tipo de preocupação dos dirigentes sindicais da época, há um abaixo assinado, de janeiro de 1978, onde os mais destacados sindicatos maranhenses manifestam a sua solidariedade à eleição do Gal. Figueiredo para presidente da República, através do senador José Sarney, que foi escolhido por eles como representante ou porta-voz dos sindicatos diante do futuro governo federal⁶. Outro exemplo foi o estabelecimento de uma representação dos trabalhadores junto ao governo estadual, mediante indicação de um dirigente sindical [...] para atuar na Secretaria de Trabalho e Ação Social, como porta-voz das demais lideranças sindicais, junto ao secretário e, por extensão, junto ao governador João Castelo. (BORGES, 2008, p. 81-82)

Entre os sindicatos de base mais numerosa, aqueles com papel importante na organização dos trabalhadores, estão os do setor terciário ou de serviços, entre os quais podemos citar o sindicato dos motoristas, comerciários e bancários. Os funcionários públicos estaduais constituíam, a maior categoria, mas, segundo Borges (2008, p. 85), “além do veto legal à sua organização sindical, padeciam de desarticulação política aguda e de difícil superação, agravada pelos padrões clientelistas de recrutamento para os empregos públicos”.

O sindicalismo rural maranhense⁷, no entanto, teve maior expressão e remonta a década de 1950, a partir da Campanha Nacional para cinco milhões de assinaturas por uma reforma agrária democrática, foram criadas às primeiras organizações de trabalhadores rurais no Maranhão, que vieram integrar a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, entidade incentivada pelo Partido Comunista. Essa grande movimentação se deu por conta do grande número de conflitos fundiários que foram intensificados com respaldo do governo por meio da Lei de Terras, nº 2.979 de 17 de julho de 1969 criada durante o governo Sarney. Borges, conclui que

Mesmo o sindicalismo rural que, no Maranhão, tem uma tradição de organização e de luta [...] a essa altura [entre as décadas de 1970 e 1980] estava desmobilizado em grande parte do estado, embora o momento fosse de intensa violência no campo e de resistência organizada pelos trabalhadores rurais. Isto porque ao longo da ditadura militar os sindicatos mais atuantes foram reprimidos (caso do STR de Santa Luzia e Imperatriz), e ou transformados em meros órgãos de assistência. Apenas nas regiões onde os conflitos haviam se exacerbado e explodido em violências contra trabalhadores e aliados seus, como Alcântara, Imperatriz, Santa Luzia, Bom Jardim,

⁶Segundo a autora esse documento encontra-se publicado no Jornal O Estado do Maranhão de 1º de janeiro de 1978.

⁷FONTE: http://www.fetaema.org.br/arquivos/publicacoes/revista_40anos.pdf Acesso em: 02 de março de 2016.

Barra do Corda, Parnarama, Esperantinópolis e outros, o STR via-se compelido a assumir uma posição de independência e enfrentamento diante do Estado e dos *políticos*; às vezes ocorria que essa postura era assumida diretamente por grupos de trabalhadores, independentemente das estruturas organizativas tradicionais. (2008, p. 85-86; grifo nosso).

Na capital maranhense, alguns movimentos e organizações responsáveis por mobilizações reivindicatórias, apesar de não conseguirem se firmar como vanguardas nas disputas políticas, expressaram o ativismo político assim como em outras partes do país em atos de cunho democrático, entre os quais, nomeamos: Movimento Oposição pra Valer; a Pastoral da Juventude; Movimento Contra a Carestia; Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH; a Seção Estadual do Comitê Brasileiro pela Anistia; e o Movimento Estudantil (BORGES, 2008, p. 47).

O Movimento Estudantil Maranhense teve participação importante no âmbito da política. Seu protagonismo, de acordo com Costa (2014), remonta a 1930, quando suas lutas eram centradas no processo de constituição do ensino superior, e suas vozes ecoavam por meio de impressos acadêmicos, como: Folha Acadêmica (1934); Esquerda (1934); Voz Universitária (1954); Universitário em Marcha (1955); Vigilância (1957); Movimento (1958); e Universitário (1958). Mas, com o regime militar, o movimento esmaeceu, afinal um forte esquema de controle foi implantado pela reitoria, através da Assessoria de Segurança e Informação - ASI. Apenas em 1977, a organização do movimento foi retomada sob a liderança dos universitários da UFMA, que nesse período tinham a influência do setor progressista da Igreja Católica. Mesmo com a liberdade cerceada por todo o país, diversos momentos de lutas estudantis atingiram projeção social e influenciaram efetivamente o processo de reconstrução do movimento. A capacidade mobilizadora desse segmento pode ser vista quando em 1979, encabeçaram a Greve da Meia-Passagem⁸, tornando esse embate contra o governo, o mais emblemático de sua história.

2.4 O contexto educacional maranhense e as condições para o Movimento Docente

Como já foram observados, anteriormente, pelo menos desde a década de 1930, os estadistas brasileiros procuravam disseminar a experiência educacional para mais variadas camadas da população brasileira. No caso específico do Maranhão essas mudanças também serão sentidas, porém, em ritmos bastante diferenciados, mormente, relacionadas a

⁸FONTE: RODRIGUES, A.(orgs.). A Visão da Imprensa sobre a Greve Estudantil de 1979: Primeiras Aproximações. In:MOYA, A. M. (coord.). Evidencias, conjeturas y hallazgos en torno a la Historia de la educación Latinoamericana. Amaya Ediciones, México, 2015, p.1318. ISBN 978-607-8408-18-4.

predominância das atividades agrárias, pecuárias extrativistas e a sua insipiente indústria. Esse quadro foi retratado de forma alarmante por alguns autores, que denunciavam

A desassistência dos poderes públicos no Estado do Maranhão em relação à questão educacional da população maranhense foi algo de estarrecedor, mas se colocada no quadro geral da conjuntura do Estado, naquele período, poderemos constatar que não se constituiu um fato surpreendente. (RAPÓSO, 1985, p. 71)

Os governantes maranhenses não tinham até então demonstrado um amplo interesse pelas questões educacionais, restringindo suas preocupações do acesso das camadas mais abastadas da população ao Liceu Maranhense (fundado em 24 de julho de 1838) ou ainda no oferecimento de uma escola pública com o número muito restrito de vagas oferecidas para os filhos dos trabalhadores. Alguns segmentos das elites políticas econômicas maranhenses também podiam se valer do ingresso às instituições privadas confessionais. Mas, neste ponto, importa-nos trazer à tona um pouco mais da trajetória histórica do Liceu Maranhense, uma vez que foi também, nas condições concretas vividas nesta instituição que docentes deram os primeiros passos em direção à organização e o fortalecimento do movimento docente por meio da Associação de Professores do Estado do Maranhão – APEMA.

2.4.1 O Papel do Liceu Maranhense no Movimento Docente

Por muito tempo o ginásio visou atender as camadas mais abastadas no Maranhão, preparando-os para o acesso aos cursos de formação superior, assim como, para a manutenção desses grupos sociais no poder. O centenário Liceu Maranhense, durante muito tempo, foi o único colégio público a oferecer essa etapa de ensino para os setores econômicos e políticos privilegiados do Estado.

Essa instituição remonta ao Império quando a Constituição de 1824 delegou ao governo central a responsabilidade da instituição pública secundária em todo o país. Com isso, em 24 de julho de 1838, mediante a Lei nº. 77, foi fundado pelo presidente da província do Maranhão, Vicente Thomaz Pires Figueiredo, o Liceu Maranhense. (GARCÊZ, 1997, p. 14).

O currículo era de concepção humanista e ministrada por professores reconhecidos por integrar o grupo de intelectuais maranhenses, entre eles: Sotero dos Reis e Rubem de Almeida. Notadamente tradicionalista em sua conduta, a ordem e a disciplina faziam parte da educação oferecida. Com a Proclamação da República, foram conservados o modelo e o objetivo do ensino.

Somente em 1945, as portas da instituição começaram a funcionar no noturno para as camadas populares.

Contudo, alguns estudos sobre o Liceu Maranhense apontam que, a partir de 1966, os padrões de ensino passaram a ser questionados por uma série de artigos publicados em periódicos de grande circulação, denunciando problemas, tais como: falta de materiais básicos, como giz; falta de professores; falta de um diretor, etc. A repercussão das mazelas que atingiam a principal representante das escolas públicas maranhenses incorreu na suspensão imediata das aulas do noturno, atingindo predominantemente os filhos da classe trabalhadora.

Nesse período, o Projeto de um “Maranhão Novo” bradado por Sarney durante a campanha eleitoral, ecoou nos ouvidos do movimento estudantil, que passou a reivindicar do governo, condições de funcionamento para o Liceu Maranhense. Em matéria publicada sob o título *Liceístas também aderem: Movimento Oposicionista*, o jornal Diário da Manhã, afirmou:

Alunos do Colégio do Estado que têm sido bastante atingidos pelos desmandos e arbitrariedades do atual Governo, acompanhando a grande massa estudantil [...] Segundo afirmaram a reportagem membros da diretoria do “Centro Liceístas”, o clima de revolta ali existente se justifica mais acentuadamente pela falta de assistência do “Maranhão Novo” à entidade representativa do corpo discente daquele estabelecimento que, apesar dos esforços empenhados, não conseguiu receber no ano letivo corrente a verba ordinária que sempre recebeu pela secretaria de educação tendo o “aviador” Medeiros quando Titular daquela pasta, passado o 1º semestre todo na embromação do “vem amanhã” e por último mesmo deixa de receber os alunos do Colégio oficial do Estado em seu gabinete. Queixam-se também da indiferença com que, de um modo geral, tem se portado José Sarney – ex-aluno, diante dos problemas do velho Liceu. (04/11/1966, não paginado).

O movimento estudantil esperava que Sarney se sensibilizasse com a situação do Liceu Maranhense, haja vista sua condição de ex-aluno, no entanto, pesquisas sobre a trajetória histórica demonstram que o novo governo, não só herdou como manteve, da oligarquia vitorinista, as deficientes condições de trabalho e estudo no âmbito dessa importante instituição que outrora era vista como referência na educação maranhense. Isso não implica afirmar que em seus primórdios o Liceu Maranhense não tenha vivenciado momentos de dificuldades, antes, esses problemas acentuaram a partir da segunda metade da década de 1960. Essas condições objetivas reverberaram na prática pedagógica docente, se constituindo em fatores que quando localizados e estudados podem responder a muitas questões.

Gênese e desenvolvimento do sindicalismo em educação são temas de relevância social e objeto para a pesquisa acadêmica. A começar pela interpretação das condições objetivas e subjetivas que foram necessárias para o surgimento do sindicalismo em educação.

Tanto o sindicalismo, quanto os movimentos sociais e as ações de classe dependem de condições objetivas e concretas, entre elas a densidade demográfica e a condição proletária da categoria e da classe, apenas para citar algumas. (RÊSES, 2015, p. 13;19)

Para Silva, o Liceu foi decisivo na consolidação do associativismo e sindicalismo maranhense, pois,

A organização do Departamento maranhense da Associação Brasileira de Educação (ABE) foi organizada, em grande parte, por professores do Liceu. As reuniões organizativas dessa entidade associativa foram feitas nas suas dependências em 1929. Após a revolução de 1930, o professorado liceísta apareceu em distintas posições políticas em decorrência do apeiamento das lideranças políticas do poder. Expoentes do integralismo e das ideias da Aliança Nacional Libertadora tinham seus representantes no magistério secundário ligado à instituição, como já frisado. Assim como ocorreu na organização do Departamento maranhense da ABE, o Liceu novamente protagoniza a criação de uma entidade associativa no ano de 1976. Trata-se da Associação de professores do Maranhão (2013, p. 191).

O autor confirma que o professorado liceísta foi decisivo para o movimento e a organização da Associação de Professores do Estado do Maranhão, que veio preencher a lacuna de representação do magistério no Estado do Maranhão.

Com isso, é possível perceber que nesse percurso, os problemas enfrentados pelos trabalhadores e alunos do Liceu Maranhense se manifestam em condições objetivas, impulsionando as primeiras lutas que tempos depois desencadearam o movimento associativista dos professores da rede pública estadual maranhense.

Neste ponto, nos parece relevante, trazer à tona um breve resumo do setor educacional no Maranhão no período que antecedeu o golpe militar.

2.4.2 A Conjuntura Educacional Maranhense antes de 1964

As circunstâncias políticas e educacionais experimentadas nacionalmente, nos instantes que imediatamente antecedem a ditadura militar podem ser descritas sucintamente da seguinte forma:

A Normalidade democrática, o nacionalismo e o populismo caracterizaram a vida política nesse período, enquanto prosseguia a implantação da indústria pesada e acentuava-se o crescimento da indústria leve. Radicalizaram-se posições ideológicas com as esquerdas e as direitas surgindo, de forma atuante, no cenário nacional. Quanto à educação, esse período se caracterizou pelo reinício das lutas ideológicas, em torno do projeto de Lei das Diretrizes e Bases. (ROMANELLI, 1978, p. 129)

Julgando ter ficado manifesto pelo fragmento acima alguns desses aspectos do cenário brasileiro, prosseguimos na tentativa de localizarmos suas repercussões no Estado do Maranhão e suas implicações no âmbito educacional. Neste sentido, é preciso também abarcar a forma como se estruturou a política partidária, até o início da década de 1960. Os senhores de terra, que ali dominavam o setor rural, e os povoados do interior do Estado, perduravam o paradigma do “coronelismo” político herdada do período da chamada República Velha. Assim, a política se processava nas relações estabelecidas pelos chamados coronéis, o governo estadual e o governo federal.

A sua liderança montava-se na disciplina partidária e no respeito pelo chefe político dos Municípios que, segundo Vitorino, era a autoridade máxima na sua zona, mandando tanto quanto o Governador, que na maioria das vezes também era um coronel. Ostentava nos círculos políticos sua bandeira de luta, sintetizada na frase: “*Aos amigos tudo, aos inimigos a lei*”⁹. Como se percebe, prevalecia uma política pautada no clientelismo, na permuta de favores, que em última instância, estava a serviço dos interesses do grupo oligárquico, detentor do poder. (BONFIM, 1982, p. 16, grifo do autor).

Sendo essas algumas das principais características da conjuntura político-social na qual viviam os maranhenses naquele período, as bases da política educacional maranhense se amoldavam às características do coronelismo, ou seja, estruturavam-se tendo como o seu tripé de sustentação, as concepções autoritárias, o pragmatismo e o paternalismo praticados pelas autoridades estaduais desde muito tempo atrás. Em todo o sistema educacional estava intrínseco a reprodução dos interesses particulares dos detentores do poder e todo e qualquer acesso ao ensino realizado era, oferecido como favor, da parte dos coronéis e senhores aos desvalidos da terra.

O resultado desse comportamento, conforme Amorim (2002, p. 35), foi o acentuado índice de analfabetismo, escassez de escolas e, por consequência, falta de vagas para o ensino primário, médio e superior, dentre outros elementos que compuseram o quadro de desatenção com educação maranhense. Além disso, a repetência e a evasão eram constantes.

Toda essa retrógrada disposição e ordem dos elementos que constituíam as raízes da educação maranhense também podiam ser vistos pelo reflexo dos indicadores de acesso à escola. De acordo com os arquivos do Governo do Estado do Maranhão, nos anos 1960, a população escolarizável era de 275.000, no entanto, somente 61.071 tiveram acesso à escola, o que, evidentemente, deverá justificar o alarmante índice de que 64% da população fossem caracterizadas como analfabetas.

Bonfim (1982, p. 19) reconhece que o projeto educacional é parte do aparato direcionado pela organização sociopolítica e econômica maranhense, afirmando que “ela se atrelara ao poder dominante, adquirindo suas formas e recompondo suas nuances, tendo caráter iminentemente político, constituindo-se desse modo como um elemento a serviço da oligarquia”; como também da ideologia que esses grupos carregavam como uma fórmula eficiente para se perpetuarem no poder.

Reiniciavam nesse período as lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional que se faria com a efetivação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nesse contexto, as polêmicas que foram suscitadas diziam respeito a centralização ou a descentralização do controle do ensino pelo Governo Federal, a liberdade de ensino, a

⁹O Segredo de Vitorino. *Jornal do Dia*, São Luís, 27 de outubro de 1954 apud Bonfim, 1982.

abertura didático-pedagógica para escolas de iniciativa privada e aos recursos que poderiam auferir dos cofres públicos. Esses interesses seriam respaldados, a partir de 20 de dezembro de 1961, com a aprovação da Lei n. 4.024, mas, como já foi lembrado pela historiadora da educação Otaíza de Oliveira Romanelli (1978), a eficácia de uma lei depende dos homens que a aplicam.

No caso do Maranhão, “a Lei de Diretrizes e Bases teria atravessado esses fatores, visto que se algumas mudanças aconteceram não se poderia atribuí-las à existência de um texto legal a pressioná-las” (BONFIM, 1982, p. 104). Por conta disso, autora supracitada confirma que mesmo com a regulamentação da educação para todo o país, nesse estado os interesses de uma pequena minoria continuavam sobrepondo às necessidades da população “Chega Newton Bello ao Governo do Maranhão (31/01/61) e desde sua campanha eleitoral enfoca a necessidade de incrementar o ensino particular por perceber a impossibilidade do Estado de arcar com todo o ônus da educação”. (Ibid.)

Esses reclamos eram também levantados pela Igreja Católica que, agora, respaldava-se na nova lei e, através do seu alto clero, influenciava diretamente a política partidária maranhense, assumindo publicamente o seu interesse pelo ensino secundário. Manifestavam-se, evidentemente, não apenas pela perspectiva de beneficiar financeiramente com esse comércio educacional, mas pela doutrinação religiosa que desde tempos idos havia exercido com toda liberdade e amplo domínio social.

Nessa mesma época o Brasil firmou acordo internacional na área educacional por meio dos programas entre o Ministério da Educação brasileiro – MEC, e a United States Agency for International Development - USAID, (Arapiraca, 1982 apud Saviani, 2008, p. 297). Pela análise dos acordos MEC/USAID é possível verificar a predominância da ideologia liberal burguesa, a expansão e a consolidação do modelo econômico capitalista estadunidense em curso no Brasil.

Em nome da democratização do ensino, a expansão do sistema educacional deveria se dar com o respaldo legal. Porém, é notório que o acesso das camadas populares à educação, que haveria de se materializar com o espantoso e vertiginoso crescimento de matrículas, com a estruturação do ensino profissionalizante, com a finalidade de preparar o chamado exército de trabalhadores para ocupação de funções nas indústrias que estavam se instalando em seletas regiões do país.

Essa política veio a se potencializar no Maranhão e encontrar formas mais propícia a sua estruturação e condições objetivas para o seu desenvolvimento, a partir da sucessão sem

ruptura do governo de Victorino Freire e a ascensão de José Sarney¹⁰ na administração pública maranhense.

Os primórdios dos governos militares não assistiram mudanças profundas na educação maranhense, sendo possível apresentar o seguinte panorama daqueles dias:

Dos alunos que iniciaram em 1965 a primeira série, apenas 27,1% conseguiam alcançar a terceira. Estes dados nos dão uma idéia do elevado índice de evasão e/ou repetência, evidenciando o ponto de estrangulamento em que se achava a base do sistema educacional do Maranhão. (KREUTZ, 1983, p. 35)

No campo a situação se agravou, pois, o trabalho na lavoura e no extrativismo, predominante, impedia o acesso da população às escolas. A lavoura tomava o tempo integral de pais e, filhos precisavam ajudar, além de não verem como a educação poderia ajudá-los nesse tipo de atividade. Somava-se a este aspecto, o interesse da oligarquia rural dominante em manter essa situação de descaso com o ensino.

[...] estava em jogo o prestígio político dos chefes em vários níveis de hierarquia conseguir essas ‘benfeitorias’ para sua área de atuação. Comportamento típico de uma política paternalista, repercutida também no setor educacional. Assim, a construção de escolas, a nomeação de pessoas para cargos do magistério, a liberação de verbas para o poder local dependem da força política dos controladores do poder (BONFIM, 1985, p. 51)

Por anos a fio a educação pública no Estado esteve subordinada aos interesses políticos retrógrados e de caráter conservador que, entre outras coisas, dificultaram muito o acesso da população à experiência escolar que pudessem colaborar com a sua condição de vendedores de mão de obra barata e desqualificada para os capitalistas, do campo e da cidade, que atuavam no Maranhão.

Como vimos anteriormente, experiências educacionais como as produzidas no Liceu Maranhense estão principalmente associadas à perspectiva de preparar o ingresso dos jovens com poderio econômico, político e social para frequentarem as instituições voltadas para o ensino superior.

Porém, como será observado logo em seguida, mesmo que de forma pouco consistente e massiva, houve uma expansão da escola pública no Estado do Maranhão, pois

A classe dominante para manter-se como tal, necessita da escola para efetivar e garantir a sua dominação. Assim o aparelho escolar é levado a contribuir à sua maneira, na reprodução das relações sociais de produção não só colaborando para a formação da força de trabalho quanto inculcando a ideologia dominante. (ANDRADE apud ROCHA, 2001, p. 38)

No âmbito desta concepção que entende a educação como sendo crucial no processo de reprodução do pensamento ideológico dominante e, simultaneamente, procurando compreender que nela podem ser identificados os mecanismos que são cruciais à legitimação

¹⁰José Sarney foi deputado federal (1955/1966), governador do Estado (1966/1970), senador (1970/1985; 1991) e presidente da república (1985/1990).

do *status quo* e a divisão social do trabalho realmente existente; podemos dizer que com a chegada de novas forças políticas e a incrementação de um projeto que se propunha a construir um “MARANHÃO NOVO”, está em sintonia com os papéis preconizados para a educação no Estado.

No plano discursivo, o governo Sarney procurava deixar bem claro seu apreço aos valores liberais e ao papel que a educação poderia alcançar, particularmente, no encaminhamento da juventude maranhense para as relações de trabalho que estavam em franca e aceleradas modificações no estado. Também pode ser dito que o propalado projeto de um “Maranhão Novo” tornava visível a aproximação com os rumos que se tomavam na educação nacional, por exemplo, quando identificamos o grande apreço pelo ensino profissionalizante e a todo ideário que estaria presente, de forma mais acabada com a aprovação, não muito tempo depois da Lei nº 5.692/71. Tais medidas foram apresentadas pelo Governo Sarney como sendo uma ruptura ao modelo até então vigente representado pelo período vitorinista, no qual diziam seus críticos, não existia nem mesmo um reles planejamento educacional, sendo suas ações marcadas pelo paternalismo e o clientelismo.

Esse não é o nosso objeto de estudos, mas é importante dizer que existem evidências históricas de que o governo de José Sarney procurou adequar o seu fazer governamental atrelado aos ditames e diretrizes políticas ideológicas do governo federal.

2.4.3 As reformas no Brasil a partir da década de 1960 e suas Implicações

O governo militar, com seu regime centralizador, se esmerou em controlar o país de diversas formas. A educação estatal foi utilizada para a difusão das premissas morais e dos conceitos ideológicos por eles defendidos. O golpe militar pôs o Estado brasileiro sob o comando das forças armadas, aliados a setores da burguesia nacional e os representantes dos monopólios internacionais, além de mantê-lo alinhado aos interesses estadunidenses. Este Estado teve como uma de suas características a despolitização, comum a regimes autoritários, uma vez que, nesses regimes, é proibido fazer política sob a pena de sofrer sanções ao infringir tal premissa.

A ditadura militar instaurada em março de 1964 estava imbuída de um conjunto de desígnios e ações reacionárias, além de caracterizar-se como um regime coercitivo, com o viés de desenvolvimento associado, embasado na indústria e no capital estrangeiro, o que preconizou o chamado “milagre econômico”, política dos militares e empresários em favor do monopólio econômico, baseado no crescimento das taxas de concentração de renda – aumentar o bolo para depois dividi-lo, no dizer do famoso jargão oficial – e na contenção dos

movimentos sociais populares (HILSDORF, 2003, p. 122), neste caso apoiado na ideia de segurança nacional, sobretudo no combate ao perigo comunista que, então, apregoavam assolar o mais.

Com o passar do tempo, o regime de exceção também fez o uso de inúmeros decretos-leis, enviesados de autoritarismo que, no ano de 1968, tomou proporções maiores, com o Ato Institucional n.º 5, o AI-5 –, marcado pela repressão e perseguição aos opositores do projeto social, econômico e político defendido pelos militares.

Nos anos seguintes ocorre o aprofundamento da ditadura, ou seja, atos de censura, prisões políticas arbitrárias e práticas de tortura ocorriam em crescente escala, amparadas pelos Atos Institucionais (AI) que conheceram seu clímax com o decreto do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968. Antes, no mesmo ano, pronunciamentos dos deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, que entre outras coisas, apelavam para que o povo não participasse dos desfiles militares de 7 de setembro foram considerados como provocações aos militares. Seguiram-se meses tensos e de impasse. Houve a solicitação do governo ao Congresso Nacional para cassação dos dois deputados. Um dia após ter a solicitação recusada pela Câmara, durante o governo do general Costa e Silva, é decretado AI-5, que vigorou até dezembro de 1978, produzindo ações arbitrárias de efeitos duradouros. Pode-se entender como sombrio esse momento da história brasileira, à medida que este era também o período mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.¹¹

Nas escolas, esse controle se deu por meio da censura ao conteúdo ensinado, aos livros adotados, aos termos que podiam ser usados e do cerceamento explícito do trabalho dos educadores. A disciplina de história passou por medidas restritivas, tanto no âmbito da formação como, também, na atuação dos professores. O currículo foi reorganizado no sentido de desempenhar a função de principal instrumento de controle ideológico e romper com quaisquer possibilidades de resistência ao regime imposto.

As Comissões da Verdade¹² tem evidenciado a grande perseguição contra professores com e sem histórico de militância política em função de seus posicionamentos ideológicos. Muitos foram calados para sempre, alguns se exilaram, outros se recolheram a vida privada, houve aqueles que foram demitidos, trocaram de profissão e os menos afortunados acabaram presos, torturados, chegando muitas vezes a terem suas vidas ceifadas pela violência pelo estado de terror instalado no país.

Alguns professores que vivenciaram aqueles dias afirmam que o pensamento de Paulo Freire, por exemplo, era vedado em muitas escolas e também nos cursos de formação de professores. O professor e deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), conta que teve um livro didático censurado nesse período, chamado “História da sociedade brasileira”, e que outra

¹¹D'Araújo, M.C. OAI-5. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>.

¹² Grupos formados para investigar a violação de direitos humanos ocorridas no Brasil, por agentes do Estado, no período que antecedeu a ditadura militar até a transição democrática.

forma de perseguição e controle a professores de 1º e 2º graus que passassem em concurso público, era a necessidade de apresentar um “Nada Consta” do Departamento de Ordem Política e Social – Dops em suas fichas de ingresso profissional.

Para dirimir as forças de pensamentos oposicionistas, os militares se preocuparam, ainda, com a disseminação de algumas disciplinas de caráter ideológico, como foi o caso de Organização Social e Política Brasileira – OSPB, e Educação Moral e Cívica, regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que as tornou obrigatórias nas escolas do então 1º e 2º grau.

O regime militar expressou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: primeiramente invadindo universidades, depois prendendo estudantes, ferindo-os em confrontos com a polícia, sendo que alguns foram mortos, única forma de calar os artífices do movimento estudantil, culminando com a proibição de funcionamento e a destruição física da sede da União Nacional dos Estudantes; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores; e o Ministro da Justiça e da Educação, Luiz Antonio da Gama e Silva teria mesmo chegado a declarar publicamente que os *estudantes têm que estudar e não podem fazer baderna*.

Foi, então, com base nesse empobrecido ideário que se promoveu uma modernização conservadora, o que, na análise de Bauer (2012, p. 59), gerou um tipo específico de pobreza associado à modernidade urbano-industrial que se desenvolveu de forma vertiginosa no Brasil, porém com esse modelo conservador da modernização da economia brasileira, o imperialismo se instalou no interior de sua estrutura “O imperialismo estabeleceu sua dominância direta no interior do país, determinando um desenvolvimento dependente do capitalismo e aniquilando ou reduzindo a guetos os que se dispunham traçar um caminho alternativo”. (BAUER, 2012, p. 61)

No entanto, mesmo com toda repressão e o esforço policialesco efetivado na perseguição daqueles que haviam ousado efetivar as mais diferenciadas formas de resistência e burlar as arbitrariedades cometidas pelo regime, a década de 1960 terminava com a reivindicação dos mais variados segmentos sociais pela redemocratização das relações políticas no Brasil. Nesse momento, as organizações de professores cresciam por todo o país e com o discurso em defesa da educação tomando novos rumos. Isso porque, até então, a postura de muitos daqueles que faziam parte dos quadros do magistério era de passividade. Uma parte do professorado, inclusive, com suas associações, apoiou o golpe militar perpetrado em 1964. Contudo, o cenário instaurado naquele momento, promoveu entre a

categoria, o florescimento de um novo olhar, crítico, constituído com base nas práticas de resistência contra a opressão oriunda do regime ditatorial.

As reformas educacionais implementadas por meio das Leis nº 5.540/68 e 5.692/71 foram um divisor de águas na composição social da categoria dos professores de 1º e 2º graus no que diz respeito às transformações ocorridas na sua origem econômica e cultural. Os estudos de Ferreira Jr. e Bittar, propiciam uma reflexão esclarecedora sobre a categoria dos professores públicos nos idos da década de 1970.

Do ponto de vista da extração social, a nova categoria dos professores públicos do ensino básico resultou, fundamentalmente, de duas vertentes da estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertenciam às camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletariados econômica e socialmente no curso de monopolização que as relações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. Já a segunda, originou-se de determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da expansão da educação universitária, a partir dos anos 1970, e efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide da estrutura social. (2006, p. 72)

A expansão da categoria dos professores era necessária, entre outras coisas, por conta da perspectiva dos artífices do regime de dar à formação educacional um caráter massivamente profissionalizante. Os defensores do ensino técnico argumentavam que essa modalidade haveria de contribuir, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira, porém essa ampliação constituiu-se social e culturalmente pela “via-crúcis” da política de arrocho salarial e da precária formação inicial pedagógica, tornando possível afirmar que a nova composição social dos professores nasceu sob o signo social da proletarização.

Associado às reformas, além da ampliação do quadro de profissionais docentes no país, pensava-se também, em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Para extirpa-lo definitivamente foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF que, mesmo sem conseguir alcançar o seu objetivo e cercado de fortes denúncias de corrupção e a malversação de suas verbas, não foi extinto.

As políticas educacionais orquestradas e desenvolvidas pelo regime militar influenciaram rapidamente os sistemas educacionais estaduais de todo o país e o contexto educacional maranhense não se constituiu como uma exceção.

2.4.4 O contexto educacional maranhense após o golpe de 1964

Como já mencionamos, com o apoio do governo federal, Sarney assumiu o governo do Estado, em 1966, ironicamente, firmado em seu compromisso mudancista, eivado de valores

éticos e à disposição de enterrar as mazelas que assolavam a sociedade no passado. Eis o que disse no dia de sua posse:

[...] nada temos a continuar, tudo temos a inovar, em nosso Estado [...] estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que, por tudo isso, deve ser sepultado para sempre. (Discurso de posse de José Sarney apud CALDEIRA, 1976, p. 42).

Deste modo, Sarney procurou planejar seu Programa de Governo com base nas diretrizes desenvolvimentistas que na região sul e sudeste já tinham forte atuação. Aliás, foi com esse discurso, que recebeu apoio direto do regime militar para ascender ao governo do Estado. Para viabilizar a implantação dos projetos industriais e agropecuários, o apoio do governo federal era fundamental, pois viabilizaria os recursos financeiros e a infraestrutura que demandariam para se consolidar.

Barbosa¹³ descreve com rigor o pensamento idealizado que estava sendo difundido e que tinha origem no projeto autoral de Sarney, intitulado de “Maranhão Novo”, trazendo à tona suas impressões de forma contundente, quando afirma:

Personalizando o projeto de um “Maranhão Novo”, José Sarney iniciou sua trajetória no comando da política maranhense. Cabe ressaltar que sua ascensão se deu na mesma medida em que os militares também assumiam o controle do aparelho de Estado brasileiro (Caldeira, 1978). Tratava-se, para José Sarney, de superar (na verdade, recompor), no campo político, o que denominara “atraso” e decadência. Nesse sentido, foi ágil na criação de uma infra-estrutura jurídico-política que possibilitasse o estreitamento dos laços com o capital monopolista. Apresentou as mudanças efetuadas no aparelho estatal como superação do atraso por meio da criação de novos dispositivos político-institucionais que, sob a égide da racionalidade burocrática, propiciassem a imediata ruptura com o passado. (Idem, p. 2)

No entanto,

O corte simbólico entre o passado e o presente seria a marca que o diferenciaria da era vitorinista, identificada com o “velho” e com o “arcaico” da política maranhense. Articulando-se ao movimento de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, sob a égide dos militares, o governo Sarney (1966-1970) adotou uma política desenvolvimentista, materializada na aliança Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica. (Ibid., p. 3)

Numa conjunção de fatores como esta, a educação pública deveria assumir uma importante tarefa na reprodução ideológica e nas premissas modernizantes presentes no programa de governo “Maranhão Novo”. Bonfim (1982, p. 6) corrobora nessa análise e “situa a Educação como elemento político, por excelência”. Gradativamente, as políticas no setor

¹³Barbosa, Zulene Muniz. As “Temporalidades” da Política no Maranhão. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2015.

educacional foram desenvolvidas nos moldes do que a autora classifica por “imediatismo” uma vez que o “governo não ponderou a realidade do Estado em suas múltiplas e diversas dimensões”. (Id, p. 8) Vangloriavam-se de que, a partir de então, haveria planejamento, porém, o cerne das decisões que constituíam a política educacional do país estava preenchido por aquilo que era necessário ao plano governamental de desenvolvimento econômico do país e não pelas reais necessidades educacionais da população maranhense.

Embora a política educacional da ditadura militar tenha sido direcionada para as reformas do ensino universitário (Lei 5.540/68) e do 1º e 2º grau (Lei 5.692/71), seus efeitos foram devastadores para todas as etapas da educação básica e os seus resultados operaram sua lastimável precarização, não apenas no Maranhão, mas em todo país.

Os chamados Planos Trienais que haviam sido gestados na esfera federal, contando com o apoio estadunidense e da tecnocracia estatal, inclusive, dos quadros que atuavam no Ministério de Educação e Cultura – MEC passaram a nortear as ações do Governo do Estado do Maranhão em todos os setores. Ao discursar para a Assembleia Legislativa, o Governador Newton Bello, em 1963, deixava claro, a presença da USAID, na construção de propostas para saúde e educação: “Firmamos um convênio para a execução do plano trienal de Saúde. O Plano trienal de Educação está sendo presentemente estudado pelos técnicos da USAID/Brasil.” (BELLO, 1963 apud BONFIM, 1982, p. 108). Bonfim, afirma ainda que, “os Acordos MEC/USAID”, iniciaram no Brasil a partir de 1961 e se intensificaram depois de 1964”. (id.) Isso nos mostra que as empreitadas da USAID foram anteriores ao golpe de 1964.

Para dar sustentação ao Plano Trienal, no âmbito local, foi promulgada a Lei nº 2.335, no dia 13 de dezembro de 1963. Entre os seus objetivos estavam à reestruturação da Secretaria de Educação do Estado que passaria a se responsabilizar pela execução de um plano alheio a realidade social dos maranhenses. Além disso, enquanto a secretaria estava sendo reorganizada, foi criada também a Comissão Executiva do Plano Estadual do Maranhão – CEPEMA, com a função, sobretudo, de garantir meios para execução do Plano, uma vez que esta era responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Ao relatar a origem desses recursos, Bonfim (1982, p. 110) é categórico ao dizer que

É evidente que a ajuda maciça adviria da USAID, fato que motivaria o próprio direcionamento do Plano, contemplado com uma soma de recursos financeiros superior a qualquer pretensão do Estado, àquela época, para a condução da política educacional. Basta constatar que o índice geral de analfabetos no Maranhão era de quase 80%. Diria que a ajuda despontara para resolver os problemas quase crônicos do Estado, que responsabilizava a inércia e a carência do sistema educacional (falta de professores, equipamentos, mobiliário, material didático e salas de aula) “a insuficiência de recursos financeiros federais e estaduais destinados a esta finalidade”.

Havia a ideia de que para empregar esses recursos financeiros e suprir as necessidades que limitavam o desenvolvimento da educação no Maranhão, era mister vincular sua gestão a teoria da administração de empresas organizadas segundo o modo de produção capitalista.

Obviamente, do ponto de vista dos discursos emanados das autoridades, o objetivo seria mais auspicioso, aliás, conforme afirmou o próprio José Sarney num documento intitulado *Política Educacional do Maranhão* (1964), “o preparo da juventude maranhense para a vida do Maranhão”. (SARNEY apud BONFIM, 1982, p. 122)

Documentos da Secretaria de Educação do Estado nos mostram que as escolas da rede estadual apontaram um crescimento significativo em número de matrículas, o que denotava o início da democratização do ensino no Maranhão. No entanto, uma nova problemática surge, pois na mesma medida em que cresciam os índices de matriculados, ampliava-se também, a margem de reprovação e de evasão nessas instituições.

Num levantamento realizado em 1967 para Secretaria de Educação, observamos, por exemplo, que apenas 6,7% dos alunos que ingressavam no primeiro ano tinham condições de cursar o ensino médio. Nessa mesma direção, havia um crescente percentual do analfabetismo, mostrando que embora houvesse o reconhecimento governamental desse preocupante e problemático quadro social, o mesmo não era suficiente para superá-la, mesmo que se afirmasse o compromisso com projetos com esse fim.

Com o reconhecimento dos mais variados e arcaicos problemas instaurados no Maranhão, as políticas educacionais passariam a preconizar a superação das desigualdades sociais e a mudança do currículo, objetivando o desenvolvimento econômico e inovador. Para isso, a Secretaria de Educação deveria estabelecer parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que por sua vez, passaria a prestar assessoria para as suas equipes de planejamento. Estas deveriam desenvolver projetos voltados para a preparação de recursos humanos que formariam o Programa Oficial de Educação do Estado.

A maioria dos projetos era voltada para o Ensino Médio e Superior, o que confirma a tendência tecnicista das políticas educacionais desenvolvidas naquele momento, sobretudo, para formação de recursos humanos. Foram poucos os recursos direcionados aos demais níveis de ensino, com isso, a educação básica maranhense enveredou por um caminho de abandono e sucateamento.

Os Projetos Bandeirantes, TV Educativa, Madureza, Centauro, João de Barro dentre outros, por mais que denotassem uma extraordinária “revolução na educação maranhense” alcançando um quantitativo expressivo em termos de matrícula e de afeição popular, pecava

ao desconsiderar questões fundamentais. Bonfim, ao relatar suas impressões acerca do Projeto Bandeirantes descreve:

Assim, estaria encoberta a premissa de que se antes de 1966 não houvera uma ação dinamizadora da educação de nível médio pelo Governo Estadual teria sido porque a forma de inclusão do Estado no modo de produção econômico não reclamara ainda esse tipo de educação. Tanto é que quando a equipe de planejamento interpreta o real, admitindo que tudo estava por ser feito no terreno educacional maranhense é porque está estabelecendo uma relação entre esse fato e a nova forma econômica que ganharia o espaço maranhense. Até parece que antes mesmo dela ser anunciada, devessem estar todos os setores, inclusive o educacional, preparados e a serviço do seu atendimento. Desse modo, a ação política aflora de modo sutil, parecendo àqueles menos avisados que o atraso educacional seria apenas motivado pela estagnação do sistema e pela má administração dos governantes, encobrindo a relação simbiótica existente entre a estrutura econômica e o desempenho atingido pelo setor educacional: a escassez de escolas, a inércia do sistema de ensino corresponderia ao próprio estágio atingido pelas forças produtivas naquele Estado nordestino, ainda não capturado pelo novo estágio do sistema de produção. (1982, p. 167-168)

Com o passar do tempo, ficou manifesto que os avanços não chegavam e que as condições materiais ainda eram muito escassas para que as questões educacionais fossem priorizadas no Maranhão. Além disso, os professores eram, dia após dia, desvalorizados, chegando ao nível de serem, inclusive, substituídos por “orientadores de estudo” durante a vigência dos projetos TVE e Madureza, que utilizavam o recurso da vídeo-aula, descartando-os sumariamente.

Também por esses dias, o Estado era o principal empregador do professorado brasileiro, contratando-os massiva e maciçamente, com isso incorporava-se um grande número de filiados aos sindicatos e associações, e essas instituições sendo um poder abrangente dessa categoria aceleram a eclosão de greves com significativos números de adesão e participação.

O comportamento social que caracteriza os movimentos grevistas da categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, no final da década de 1970, era do tipo que já engendrava uma “*consciência da solidariedade de interesses gestada entre todos os membros do grupo social*”, e que questionava, ainda que do ponto de vista econômico, as bases jurídicas do Estado ditatorial brasileiro. (FERREIRA JR & BITTAR, 2006, p. 72, grifos do autor)

2.4.5 Dados estatísticos do ensino maranhense em momentos que precederam a organização do movimento docente

Para justificar os problemas do ensino primário o Plano de Governo de 1971/74 argumentou que o fator econômico foi determinante para falta de escolas, como vimos no Gráfico 1. De fato, construir escolas nos moldes desta sociedade sem os recursos necessários, é inviável. No entanto, a premissa não deveria ser levantada pela falta de recursos, mas pela condição histórica de sua aplicabilidade em outros setores, resultando em apenas 174.379

matriculados em 1968, quando na faixa etária de 7 a 11 anos, essa população era de 508.000, consoante informa esse mesmo documento.

De acordo, com o Plano de Governo de 1971/74, de um total de 5.348 professores existentes no Estado em 1964, 3.919 eram professores leigos, ou seja, 73,27% do professorado não tinha formação. Esse quantitativo referia-se ao número de professores em todas as dependências administrativas, ou seja, docentes do ensino federal, estadual, municipal e particular.

Outro impasse era o percentual de 60% da população analfabeta. Para um governo marcado pela ideologia desenvolvimentista e modernizante, onde a educação, com base na teoria do capital humano ocupava posição destacada, os parâmetros educacionais não eram nada animadores. O Estado passou então, a ampliar as matrículas, construir escolas e contratar professores.

TABELA 2 - MATRÍCULA GERAL NO ENSINO PRIMÁRIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, EM SÃO LUÍS – DE 1964 A 1967

Anos	Dependência Administrativa		
	Estadual	Municipal	Particular
1958	5.829	1.932	4.878
1959	6.595	1.903	4.120
1960	7.836	1.985	5.185
1961	7.991	1.761	5.812
1962	8.868	1.779	6.411
1963	10.081	2.281	6.221
1964	14.053	2.856	6.880
1965	15.675	3.998	6.968
1966	26.984	5.367	8.367
1967	26.347	6.904	8.062
Total	131.259	30.766	62.904

Tabela 2: Matrícula do Ensino Primário 1960

FONTE: Ensino no Estado do Maranhão 1958/67 – SUDEMA/

Departamento Estadual de Estatística. São Luís, 1969

TABELA 3 – NÚMERO DE MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – ENSINO PRIMÁRIO COMUM - 1968

Dependência Administrativa	Matrículas no início do ano		
	Todas as Séries		
	Total	Urbana	Rural
Federal	4.161	318	3.843
Estadual	74.730	62.014	12.716
Municipal	196.873	43.746	153.127
Particular	34.603	29.104	5.499
Total	310.367	135.182	175.185

Tabela 3: Matrícula por dependência 1968

FONTE: MARANHÃO - Anuário Estatístico do Maranhão – 1969, p. 232.

É possível observar que, entre 1966, quando José Sarney assumiu o governo do Estado, e o ano de 1968, que o ensino primário da rede estadual obteve um crescimento expressivo no número de matriculados, materializado num percentual de 176,94%, em números absolutos. Em 1966 o registro de matriculados era de 26.984, enquanto que, em 1968, o quantitativo equivale a 74.730. Por outro lado, esse crescimento ocorreu em todas as dependências administrativas, como também pode ser observado nas tabelas acima. Esse aumento caracterizou o início de uma pseudodemocratização do ensino, porém o resumo dessa questão pôde ser assim descrito

Em 1968, existiam 4.698 unidades escolares frequentadas por 310.367 alunos matriculados no ensino primário. Desse total de unidades escolares, nada menos de 3.929, ou seja mais de 83%, pertenciam à rede municipal e, sua quase totalidade, 96,7%, estavam localizadas na zona rural. Mas não se pode concluir que a população rural estivesse melhor assistida pelo sistema educacional que a urbana. Do total de alunos matriculados, 135.511 residiam na zona urbana e 171.894 na rural. Em outras palavras: do total de alunos matriculados, 56% era da zona rural. Ora, proporcionalmente este percentual é muito baixo pois 76% do total da população residia na zona rural. (KREUTZ, 1983, p. 34)

Na tentativa de superar os gargalos da educação maranhense, como as políticas educacionais tinham como premissa a expansão de matrículas, o Estado passou a contratar professores, desenvolver projetos e construir escolas, como se isso por si só fosse capaz de dirimir as contradições da política desenvolvimentista. Senão vejamos os quadros:

TABELA 4 - ENSINO DE 1º GRAU - UNIDADES ESCOLARES

ANOS	UNIDADES ESCOLARES				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1974	7.456	76	1.591	5.431	358
1975	8.367	82	1.763	6.145	377
1976	7.576	88	1.665	5.500	323
1977	8.224	17	1.402	6.522	283
1978	8.792	17	1.667	6.840	268

Tabela 4: Unidades escolares 1974/78

FONTE: MARANHÃO. Sinopse Estatística do Maranhão 1980, p.108

O número de escolas estaduais apresentou um crescimento maior em 1975, depois disso há um declínio. Por outro lado, como é possível verificar na tabela a seguir, o número de matrículas, seguiu em rumo oposto, se elevando, ano após ano.

TABELA 5 – ENSINO DE 1º GRAU - MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO DE 1974/78

ANOS	MATRÍCULAS NO INÍCIO DO ANO				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1974	517.668	5.176	140.765	295.496	76.231
1975	542.837	4.995	162.732	296.810	78.300
1976	546.195	3.488	168.692	294.978	79.037
1977	617.209	641	170.280	365.277	81.011
1978	659.851	711	179.485	394.395	85.260

Tabela 5: Matrículas Ensino de 1º Grau

FONTE: MARANHÃO. Sinopse Estatística do Maranhão 1980, p.108

Com a elevação das matrículas, há também, como já mencionamos um crescimento no quadro de professores estaduais, como poderá ser constatado nas próximas tabelas.

Em outra análise, se pegarmos o número de matrículas do ensino primário da rede estadual da Tabela I do ano de 1968, e compararmos com o número de matrículas que se apresenta nesse mesmo nível de ensino, dez anos depois, na Tabela III, o crescimento tem proporções elevadíssimas com percentual de crescimento em 140,17%. Por outro lado, o

número de professores da rede estadual atuando no ensino do 1º grau em 1968 em termos absolutos é de 2.336, e dez anos depois o quantitativo chega a 6.345.

Como pode ser verificado, o crescimento de matrículas na rede estadual de ensino público incidi diretamente no quadro de professores, que também apresenta um crescimento a priori um crescimento proporcional.

**TABELA 6 – ENSINO PRÉ-ESCOLAR - CORPO DOCENTE SEGUNDO A
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DE 1974/78**

ANOS	CORPO DOCENTE				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1974	430	2	69	165	194
1975	498	2	92	190	214
1976	600		79	248	273
1977	607		79	249	279
1978	970		88	487	395

Tabela 6: Corpo Docente - Ensino Pré-Escolar

FONTE: MARANHÃO. Sinopse Estatística do Maranhão 1980, p.107

**TABELA 7 – ENSINO DE 1º GRAU - CORPO DOCENTE SEGUNDO A
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DE 1974/78**

ANOS	CORPO DOCENTE				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1974	17.199	168	5.356	8.602	3.073
1975	17.246	136	5.162	8.706	3.242
1976	16.640	104	5.151	8.476	3.909
1977	19.584	19	5.549	10.528	3.488
1978	21.809	19	6.345	11.750	3.695

Tabela 7: Corpo Docente - 1º Grau

FONTE: MARANHÃO. Sinopse Estatística do Maranhão 1980, p.108

**TABELA 8 – ENSINO DE 2º GRAU - CORPO DOCENTE SEGUNDO A
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DE 1975/79**

ANOS	CORPO DOCENTE				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1975	2.251	115	218	62	1.856
1976	2.335	144	252	105	1.834
1977	2.504	185	212	125	1.982
1978	2.857	176	453	114	2.114

Tabela 8: Corpo Docente - 2º Grau

Contudo, entre os anos de 1974 e 1978, conforme pode ser verificado na tabela 6, o percentual de crescimento do professorado é de apenas 8,44%. O resultado desses números possivelmente vai incidir em salas lotadas com implicações comprometedoras para o ensino público.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DAS REDES DE ENSINO DO 1º GRAU NA MATRÍCULA GERAL – 1974/1978

Ano	Matrícula Geral		Redes de Ensino							
			Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1974	517.668	100%	5.176	1,00	140.765	27,19	295.496	57,08	76.231	14,73
1975	542.837	100%	4.995	0,92	162.732	29,98	296.810	54,68	78.300	14,42
1976	546.195	100%	3.488	0,64	168.692	30,88	294.978	54,01	79.037	14,47
1977	617.209	100%	641	0,10	170.280	27,59	365.277	59,18	81.011	13,13
1978	659.851	100%	711	0,11	179.485	27,20	394.395	59,77	85.260	12,92

Tabela 9: Participação das Redes de Ensino
 FONTE: MARANHÃO. Síntese Estatística do Maranhão 1980, p. 109

TABELA 10 – ENSINO DE 1º GRAU CORPO DOCENTE NOS MUNICÍPIOS DA MR – SÃO LUÍS – 1984-86

Municípios	Corpo Docente					
	1984		1985		1986	
	Total	Estadual	Total	Estadual	Total	Estadual
São Luís	994	148	4.391	1.928	4.260	1.833
São José de Ribamar	85	4	397	180	252	99
Paço do Lumiar	78	21	365	246	386	234
Rosário	243	62	289	147	312	162
MR – SÃO LUÍS	1.400	235	5.442	2.501	5.210	2.328
ESTADO	27.996	7.933	30.842	9.045	30.730	9.429

Tabela 9: Corpo Docente - Ensino de 1º Grau

FONTE: Sinopse Estatística Municipal Maranhão / Microrregião de São Luís 1989, p.34

O Estado, a fim de reduzir a demanda de professores, passou a oferecer aos servidores que tivessem o curso de normalista e que atuasse em outros setores do serviço público, a transferência para o setor da educação. Porém essa medida não foi suficiente, pois muitos servidores recusaram a oferta e os poucos que vieram não supriram as necessidades.

Em uma entrevista realizada com a professora Deusailza Cutrim, da rede estadual, a mesma nos esclareceu, de forma pitoresca, como ocorria o ingresso para a carreira de professores na rede,

[...] entrei para o Estado em 1982, foi uma amiga minha que me arranhou, ela me disse assim: [...] - Eu quero arrumar um emprego pra ti, mas só tem de professor. Eu disse: - É essa a minha área. [...] Aí logo em seguida entrou o Luiz Rocha, foi na chamada “Lei do Cão”, não é?! E o Luiz Rocha foi, procurou regularizar todo mundo, porque veio aquele, como sempre, “Novo Governo”, ah vai colocar pra fora todo mundo... aí ele vai lá, fez uma semana de um curso preparatório, e esse curso preparatório é justamente pra legalizar a situação de todo mundo... Naquela época não tinha concurso, era só indicação. (Entrevista concedida em: 07/01/2016, ANEXO B, p. XVIII)

Nos periódicos consultados para esta pesquisa, bem como em todas as entrevistas realizadas, encontramos uma série matérias e depoimentos que ratificam a fala da professora Deusailza Cutrim sobre esse tipo de ingresso de professores no serviço público estadual, algo que abordaremos, com mais precisão, no terceiro capítulo.

2.5 O movimento sindical docente no Brasil e o papel da Confederação de Professores do Brasil

Na busca de consumir nossos objetivos de resgatar criticamente a história dos primórdios do movimento associativista e sindical dos trabalhadores em Educação da rede pública estadual maranhense, que tem na APEMA um dos seus momentos mais destacados, julgamos oportuno associá-lo ao percurso que foi realizado pelos seus congêneres em escala nacional, mesmo que de forma abreviada.

Em linhas gerais podemos dizer que essas entidades se organizam na esteira da grande efervescência que tomou conta dos movimentos da classe trabalhadora, principalmente com os ventos da redemocratização e a perspectiva de por fim ao período golpista de 1964. Dentro desse mesmo contexto também é preciso ter em conta que o esforço organizativo realizado pelos trabalhadores da educação está associado a luta pelo estabelecimento de melhores condições de trabalho, ampliação da massa salarial e reivindicações de cunho político educacional, como foi o caso de propostas vinculadas aos planos de carreira, planos de formação continuada, democratização das relações de poder na escola, com a instalação de conselhos e a eleição direta para diretores, etc.

Do ponto de vista histórico, a organização dos trabalhadores em educação no Brasil, não é recente e, pelo menos, desde os meados da década de 1930, tem apresentado sinais de sua existência histórica e social, passando por muitas modificações, superando e afirmando pautas reivindicativas, organizando greves e outros movimentos reivindicatórios até terem plenamente o reconhecimento público de sua organização política e sindical. Essa trajetória se deu em meio enfrentamento e embates travados, muitas vezes duros e com consequências desastrosas, como é o caso de prisões, demissões, etc. para os que estiveram presentes na urdidura e desenvolvimento das lutas em defesa dos interesses daqueles que fazem parte do mundo do trabalho educacional.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, conforme apresentado anteriormente, procurou-se firmar no Brasil um modelo econômico que pretensamente haveria de exigir a construção de uma mão de obra qualificada que pudesse atuar com desenvoltura em setores cruciais como é o caso da indústria. Essa premissa de caráter ideológico em muito justificou, inclusive, com ampla aceitação política e social, a expansão dos sistemas públicos de ensino. Essa realidade trouxe como consequência uma ampliação muito grande no quadro de professores que iriam atuar nas escolas espalhadas por todo país. Evidentemente, a expansão dos sistemas públicos de ensino, não era e nunca foi qualificar a mão de obra e, assim,

ampliar a massa salarial dos trabalhadores, produzindo com isso uma distribuição mais equânime da riqueza material disponível no país.

O ingresso no magistério, nesse período histórico, trouxe mudanças significativas para o seio da categoria que estava prestes a se formar, massivamente, com imensuráveis contingentes de trabalhadores da educação recrutados em todos os rincões do país. Nesse quadro expansivo, da mão de obra professoral, não podemos deixar de levar em conta as condições objetivas do arrocho salarial, condições vida e trabalho dos professores, muitas vezes contratados por meio de dispositivos legais que não davam garantias, frequentes atrasos no recebimento de seus vencimentos, dentre outros fatores.

Conforme Ferreira Júnior, em *Sindicalismo e Proletarização: a saga dos professores brasileiros*, (1998), analisou a Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB, no período de 1964 a 1985, abordando o engajamento dos professores na atuação do movimento sindical, contribuindo para o fortalecimento das demais organizações estaduais e a importância desses atores nas disputas travadas dentro do movimento com a organicidade da participação docente no enfrentamento da ditadura militar.

Uma das experiências mais marcantes da atuação dessa organicidade foi a de professores da Educação Básica e, na década de 1960, um dos congressos mais significativo da história docente, com a participação de várias entidades de diversos Estados brasileiros deu vazão à fundação, em 1960, da Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB, em Recife.

Para o autor supracitado, a organização sindical nesse período possuía mais um caráter pedagógico do que reivindicativo e que as questões próprias dos reclamos políticos e sindicais só tomou espaço nos congressos a partir de 1970.

A confederação dos Professores Primários do Brasil, em outras palavras, filiou-se a uma entidade internacional de educadores que não tinha, necessariamente, como preceito basilar a luta sindical do tipo reivindicatória por melhores condições de vida e de trabalho, mas, sobretudo, fundada no entendimento da valorização profissional do magistério em torno de uma estérea valorização social. (FERREIRA JR, 1998, p. 23).

Em seus primórdios, a CPPB, de posicionamentos pouco ou nada aguerridos, evidenciava comportamentos que se alinhavam ao regime militar, chegando inclusive a participar de eventos educacionais promovidos pelo governo após o golpe perpetrado em 1964. Neste período, a entidade reconhecida pelo atrelamento a ideologia imposta à sociedade foi caracterizada como “uma organização sindical de carimbo” (FERREIRA JR, 1998, p. 51).

Concomitantemente, os resultados das políticas econômicas implantadas no país foram decisivos para uma série de mudanças nos demais setores, como o educacional que, como já

ponderado, vai crescer assustadoramente com vista a atender as supostas demandas do mercado.

As mudanças de paradigmas, portanto, a partir da década de 1970, provoca uma reorientação das entidades existentes e o surgimento de associações de professores por todo país com vistas à lutar por melhoria das condições de trabalho, vantagens previdenciárias, etc. Como a legislação só permitia a sindicalização aos professores da rede privada, enquanto que aos trabalhadores do serviço público esse direito lhes era negado, os professores das redes públicas federais, estaduais e municipais passaram a se organizar em torno de associações que não mantinham atrelamento burocrático junto ao estado.

As entidades de professores de 1º e 2º graus das redes públicas de ensino se filiavam à Confederação de Professores do Brasil – CPB, que teve origem na CPPB, com 11 entidades estaduais filiadas. A partir de 1973, segundo Cunha (2009, p. 74), quando a LDB n.º 5.692/71 foi aprovada, a CPPB alargou seus quadros ao retirar o traço distintivo “Primários”, passando a abarcar filiações das entidades de “professores licenciados, que reuniam docentes mais combativos, portadores de experiências na política estudantil em cursos de nível superior”.

Esta mudança foi motivada pela reforma do ensino de 1º e 2º graus de 1971 (lei 5692), que uniu o curso primário ao primeiro ciclo do ginásio. Ainda mais, esta lei propiciou condições legais para a emergência de uma nova fase da organização dos professores, ao determinar que cada sistema de ensino (inclusive a nível municipal) estruturasse a carreira docente, num estatuto do magistério. Dentre os elementos novos que essa carreira deveria contar estava a remuneração conforme qualificação obtida em cursos e estágios, sem distinção dos graus escolares nos quais os professores estariam atuando. Em decorrência, aumentou a demanda de estudos adicionais para os professores já em atividade. Deste modo, o próprio governo fornecia a esta categoria, castigada por longo e intenso processo de redução de salários, uma base legal para contestar os padrões vigentes de remuneração, seleção e promoção. (CUNHA, 2009, p. 74)

A grande questão era se, por um lado, o governo fornecia ao professorado uma legislação que oferecia a possibilidade de reivindicar, por outro,

A ausência do Estado de direito democrático, imputado pelo golpe militar de 64, facilitava a malversação dos recursos públicos por parte do Poder Executivo, pois, não havia o controle exercido pelos outros poderes republicanos e, muito menos, do conjunto das agências pertencentes à sociedade civil. Ora, a fiscalização da aplicação das quotas do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, estabelecidas pelo Decreto nº 66.254/70, ficava a cargo do Tribunal de Contas da União, este era um órgão juridicamente manietado pelo Poder Executivo Federal. Este controle das verbas públicas, mesmo depois da promulgação da Constituição de 1988, destinadas à educação continuava apresentado profundas distorções [...] (FERREIRA JR, 1998, p. 44)

Os recursos destinados à Educação já eram escassos devido a concentração de renda, como se não bastasse eram desviados para toda sorte de rubricas que se apresentava aos governadores, restando aos professores os baixíssimos salários, quando não atrasados, o que desencadeou grandes mobilizações grevistas dos professores do ensino de 1º e 2º graus

públicos das redes estaduais e municipais.

Segundo Cunha (2009), em 1978, a CPB passou a combater as políticas impostas pelo governo ditatorial, bem como o regime autoritário. Suas práticas reivindicativas foram substituídas de moções e notas à imprensa, por pressão política promovida através dos congressos nacionais que eram realizados no início de todos os anos, convocação para a greve e união dos movimentos de reivindicação. Ou seja, para esse autor, a CPB, a partir de então, passou a apresentar uma politização crescente.

Nesse momento a CPB se articulava para tentar conquistar o direito à aposentadoria do professorado aos 25 anos de serviço. Algo que, nas palavras de Ferreira Jr. (2013, p. 154), a entidade de representação nacional já havia investido por duas vezes, levando a proposta em governos anteriores, mas as tentativas foram frustradas. Contudo, essa luta reverberou nos espaços de discussões políticas, a imprensa nacional começou a divulgar amplamente esse importante item da pauta de reivindicações do magistério público brasileiro. Como também diversas mobilizações foram empreendidas e sistematicamente organizadas, pressionando a Câmara dos Deputados para que negociasse junto à CPB. Ferreira Jr., conta que mesmo depois de aprovada na Câmara, houve resistência por parte do governo militar que

Pressionado pela sociedade civil e por um dos poderes da sociedade política, não sobrou alternativa ao regime militar a não ser promulgar a emenda constitucional que concedia aposentadoria especial para o professorado. Até porque, o episódio era uma oportunidade para demonstrar concretamente que a proposta de reforma institucional encetada no Palácio do Planalto comportava a independência política do Legislativo. Assim, a CPB conseguiu transformar em realidade uma de suas principais reivindicações econômicas, que estavam em pauta desde o final da década de 1960. (Ibid. p. 163)

A conquista da proposta de aposentadoria veio em 1981, com a ressalva de que, para os professores, ela só se daria aos 30 anos de serviço público, enquanto que, para as professoras, estaria garantida aos 25 anos. Ao analisar esse fato, Ferreira Jr. caracteriza-o como um “ponto de inflexão na trajetória político-sindical da CPB, deslocando-a da órbita de influência ideológica da ditadura militar para a esfera de atuação da sociedade civil brasileira que reivindica o Estado de direto democrático”. (id.)

A modulação na conduta da CPB para uma prática sindical combativa fez com que as lutas perpetradas em vários Estados adquirissem força para manter suas mobilizações contra os governos autoritários e intransigentes. Isso porque a confederação passou a apoiar e defender os movimentos que eclodiam a todo instante pelo país.

A década de 1980 foi, até então, o período em que mais ocorreram greves no setor educacional em todas as esferas de ensino e setores privados e públicos. Em São Luís, há registros que demarcam uma série de mobilizações dos professores da rede privada, desde

paralisações, convenções coletivas, piquetes, atos públicos, até uma grande greve ocorrida em meados de setembro de 1986, com a impressionante adesão de cem por cento da categoria.

Episódios significativos como esse demonstram a existência de uma série possibilidades de estudos que são próprios do movimento sindical docente brasileiro que precisam ser identificados e analisados, inclusive do ponto de vista histórico e político educacionais. Se por um lado, os professores do ensino privado tinham dificuldades de manifestar os seus problemas salariais, por outro, não se furtavam de encontrar possibilidades de se organizar e lutar, coletivamente, por melhores condições de vida e trabalho.

As vicissitudes causadas pelas mudanças políticas e ideológicas, no âmago da sociedade brasileira, se constituíram fator decisivo para a emergência de entidades de representação docente de todos os níveis e esferas de ensino.

Resultantes do processo de redemocratização do Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, o advento da abertura sindical para servidores públicos fez com que grande parte dessas associações, se não, todas, buscassem a carta sindical junto ao Estado. Foi o que ocorreu com a CPB, em 1989, momento em que, por decisão congressional, iniciou os procedimentos para se tornar a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, tal como aponta Cunha,

Em janeiro de 1989, o congresso da CPB aprovou a mudança do nome da entidade para Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação-CNTE, processo que culminou, um ano depois, com a incorporação de três entidades: a Confederação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas-CONAFEP, a Federação Nacional de Supervisores Educacionais-FENASE e a Federação Nacional de Orientadores Educacionais-FENOE. (2009, p. 73)

Como resultado, a CNTE estima hoje representar mais de dois milhões e meio de professores, especialistas e funcionários das redes públicas de educação básica, contando com 50 sindicatos filiados de todas as partes do Brasil.

3 A ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesse capítulo pretendemos apresentar determinadas peculiaridades e a interpretação que realizamos acerca da trajetória histórica do movimento docente de professores públicos da rede estadual maranhense. Buscaremos também descrever alguns dos principais embates entre a categoria de professores e os governos maranhenses entre as décadas de 1970 e 1980, quando o movimento eclodiu e se organizou em torno da Associação de Professores do Estado do Maranhão – APEMA, tornando possível reconhecê-la, em suas contradições, vicissitudes e formas de atuação, como imprescindível na história em defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos os maranhenses.

3.1 As origens da Associação de Professores do Estado do Maranhão

No Estado do Maranhão, de acordo com Silva (2013; 2015), desde o início do século XX condições efetivas ocorreram para o surgimento do movimento docente que se expressaram na constituição de entidades em que as suas ações eram predominantemente de caráter pedagógico e mutualista. É o caso da Associação Pedagógica Almir Nina (1912), seguida da Associação Brasileira de Educação – ABE/MA (1929) e da Associação de Professores Normalistas do Maranhão (1931).

Essas entidades acabaram se dissolvendo com curtos períodos de atuação. Todavia, a partir de 1945, o movimento docente começou a esboçar as primeiras ações para uma organização mais efetiva e perene. Isso acabou ocorrendo com o surgimento da Associação de Professores Secundários e Primários de São Luís que, em 1947, após receber a carta sindical, passou a se chamar Sindicato de Professores do Ensino Primário e Secundário de São Luís; sendo, atualmente, denominada Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Maranhão – SINTERP-MA, constituindo-se, portanto, na mais antiga entidade de representação docente do Estado em atividade.

Por sua vez, os primeiros passos para a organização dos professores públicos maranhenses só começaram a serem dados 27 anos depois, com a fundação da Associação de Professores do Ensino Médio do Município de São Luís – APEMM (1972), atual Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís – SINDEDUCAÇÃO; em seguida tivemos a criação da Associação de Professores do Estado do Maranhão – APEMA (1976), em nossos dias, denominado de Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão – SINPROESEMMA.

Neste trabalho procuramos entender o associativismo como a prática do movimento de trabalhadores de uma determinada categoria que, organizados em sua entidade de representação lutam, não apenas pela defesa de seus interesses imediatos; mas também pela transformação social, imbuídos dessa premissa é procuramos compreender a partir da trajetória histórica da Associação de Professores do Estado do Maranhão, o movimento e a organização dos trabalhadores em educação básica da rede pública estadual maranhense.

Conforme dados bibliográficos que discorrem sobre o movimento docente no Brasil, foi possível identificarmos que as origens da APEMA podem ser buscadas aos inícios da década de 1950, em momentos que marcaram a presença de representantes maranhenses no I Congresso de Professores Primários organizado pela Sociedade Unificada de Professores da Bahia, na cidade de Salvador, em 1953. Existem registros também que apontam a presença de professores maranhenses em congressos realizados na cidade de Belo Horizonte e do Recife, ocorridos em 1955 e 1960, respectivamente. Essas reuniões, encontros e congressos marcaram também o surgimento da Confederação de Professores Primários do Brasil – CPPB.

No entanto, diferente do que se imaginava ao fazermos a leitura de trabalhos publicados sobre o movimento docente no Brasil, os educadores maranhenses presentes nesses espaços de discussão política, eram muitas vezes representantes do governo, alguns, inclusive, com mandato claro de se inteirar a cerca das discussões levantadas em nível nacionais sobre as questões político-educacionais debatidas nesses espaços.

Na entrevista que nos foi concedida pelo professor José dos Santos Brussio, militante da APEMA e atual dirigente sindical do SINPROESEMMA, quando questionado sobre quem eram os representantes maranhenses que aparecem nos registros históricos de eventos realizados por entidades nacionais, afirma:

Na verdade, o Maranhão sempre teve, não ligado à Associação, era direto da Secretaria de Educação, do governo, que se fazia presente. A Secretaria de Educação encaminhava os seus representantes pra essas conferências. Até porque o governo precisava saber o que estava acontecendo, não me refiro só ao governo maranhense [...] mas o Governo Federal. Então, quando eu mando alguém para um estado, ele volta, e volta com a mente de qualquer forma [modo] pensando de uma forma [diferente]. Associando as coisas de uma forma diferente, né? Então o governo precisava saber [...] é tão tanto que o controle era rígido dessas pessoas [lideranças], né? Queriam saber onde ele estava, qual era a função que ele tava [exercendo] fazendo. Então era um negócio... (Entrevista concedida em 12/01/2016, ANEXO B, p. XV)

Nas palavras do professor Brussio é possível identificar que o Maranhão no momento histórico em questão, não tinha uma intenção manifesta de acumular forças políticas e sociais para ser ponto de apoio na luta do professorado público daquele Estado. Porém, é

óbvio que isso aconteceu posteriormente, contudo, não podemos afirmar se foi espontâneo ou intencional.

Essas entidades de representação docente a nível nacional sempre recorriam ao governo para apoiar financeiramente a realização de eventos como esses congressos com participação de representantes maranhenses. Para o governo era muito importante manter um relacionamento amistoso, afinal contas, o objetivo era ter trânsito livre nesses espaços de discussão política, a fim de identificar possíveis subversivos que viessem influenciar os professores a promover mobilizações em prol de direitos sociais, políticos e mais qualidade na educação, conforme também pode ser constatado no depoimento do professor José dos Santos Brussio. Era necessário “garantir a paz, a ordem social” e, “pra isso o governo precisava estar atento, vigilante”.

Como vimos, anteriormente, o período histórico que estudamos foi extremamente marcado pela pressão imposta a amplos setores pelo governo ditatorial. Ocorre que a participação nos congressos nacionais organizados pelos professores que atuavam nesses dias foi muito marcante, ainda que a presença de alguns representantes tivesse objetivos controversos, essas aglomerações contribuíram para as sucessivas e irremediáveis mobilizações do magistério público de várias partes do país.

Para o professorado maranhense o movimento, a organização e a fundação de uma entidade atuante de representação se materializaram após a participação de uma delegação de professores públicos maranhenses no XII Congresso Nacional de Professores, organizado pela Confederação de Professores do Brasil – CPB, realizado em Curitiba– PR, no período de 31 de janeiro a 07 de fevereiro de 1976.

Esse evento seria decisivo para orientar os primeiros passos a serem tomados com o propósito de organizar algo similar em solo maranhense, conforme nos contou Mário Carneiro:

Eu entrei no Liceu em 1975, no governo Nunes Freire, como diretor do Liceu. E quando eu estava diretor, recebi a visita da professora Thereza Noronha, presidente Nacional da Associação dos Professores do Brasil, ela do Rio Grande do Sul, e... esteve aqui nos visitando. E, neste ano de 1976, aconteceu um congresso nacional, e parece-me, que até Internacional, no Paraná, e ela nos convidou, e nós ficamos entusiasmados aqui; eu diretor do Liceu... eu fui ao governador, meu amigo na época... eu tinha dificuldade pra mandar esses professores ao Paraná, fui ao governo, fui ao palácio lá, ele colocou à minha disposição um ônibus. Olha bem, lotei esse ônibus aqui de professores da rede pública e fomos ao Paraná pra esse congresso internacional de professores. Isso foi um sucesso, saiu daqui, passaram três, quatro dias daqui pra lá, outros três, quatro, de lá pra cá, isso foi uma diversão, foi um divertimento muito grande deles. Eu não pude ir, mas mandei a delegação... E quando eles chegaram da viagem, todo mundo entusiasmado, foi que aí nós fundamos no Maranhão, a Associação dos Professores do Estado do Maranhão, com

sede no Liceu Maranhense, eu dispus uma sala pra poder ficar. (Entrevista concedida em 22/01/2016, ANEXO B, p. XXXII)

Pelo teor das respostas que nos foram confiadas pelo professor Mário Carneiro, é possível confirmamos a relação estabelecida com o governo para que representantes maranhenses estivessem presentes nesses congressos. Neste contexto, sua atuação enquanto gestor do Liceu Maranhense foi o que impeliu a participação de uma delegação maranhense nesse evento.

Em conversa com a professora Isméria Marques da Silva, por ocasião da realização de nossas pesquisas, ficamos sabendo que alguns do grupo de professores participantes do conclave em Curitiba, não tinham clareza de estarem a caminho de um congresso de caráter político e sindical, achavam que iriam participar de um congresso pedagógico. Em suas palavras acreditavam que iriam para um congresso a fim de “aprender métodos pra melhorar nossas aulas, mas quando a gente chegou lá à gente aprendeu, mas aprendeu que tinha que se organizar pra lutar pelos nossos direitos”.

Diante do caráter, evidentemente, polêmico dessas afirmações, perguntamos:

— A senhora, então, não imaginava que ia para um congresso político?

Ela respondeu:

— Não, ninguém esperava que ia chegar lá e ia discutir salário, aposentadoria, estatuto, nossos direitos... Eu mesma, era contratada na época, ganhava muito pouco... Pra gente foi muito bom porque a gente viu ali uma forma de unir força pra lutar... Nós fomos e lá um grupo de professores nos incentivou a voltar para o Maranhão e fundar nossa entidade.

Para aqueles que pesquisam sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação, é muito pertinente trazer à tona realidades como esta, vivenciadas pelos artífices da APEMA, que fogem do campo ideológico das próprias convicções ou idealistas que observam o mundo material a partir do prisma meramente subjetivo. Do ponto de vista metodológico deste tipo de pesquisa, não basta se afastar do objeto, é preciso descrever os fatos com o caráter que interpretamos no cruzamento das fontes. Isso nos permitirá chegar mais próximo da realidade histórica em questão.

Em que pese não ser algo fundamental, para os propósitos do presente estudo, julgamos oportuno observar que existe uma controvérsia quanto à data de fundação da APEMA. Autores como Robson Silva (2013) ou, mesmo, memorialistas desse processo, como é o caso da professora Isméria Marques da Silva, que apontaram o dia 21 de dezembro de 1976, como sendo a ocasião que marcou a gênese dessa entidade.

Em outro estudo, publicado por Silva (2015, p. 380), se afirma que “o registro de fundação data 27 de junho de 1976”, enquanto isso, em documentos que pudemos levantar, o dia 29 de junho de 1976 aparece registrado na Ata n.º 1, porém essa documentação foi lavrada apenas no dia 10 de julho de 1976. Essa discrepância parece ter sido causada pela forma em que os registros manuscritos foram transcritos para a certidão cartorial, que registra ainda o primeiro “Estatuto da Associação de Professores do Estado do Maranhão, este sim, aprovado na 2ª Assembleia Geral de 21 de dezembro de 1976”. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO, 1976, p. 1)

Essas são apenas algumas das peculiaridades que o trato com as fontes primárias pode nos oferecer!

3.2 Os objetivos da Associação de Professores do Estado do Maranhão

Em uma das primeiras reuniões, realizadas no Centro de Ensino de 2º Grau – Liceu Maranhense, quando tratavam de assuntos referentes às necessidades para dar prosseguimento à formação da associação, estabeleceram também, os objetivos da entidade, ficando assim definidos:

[...] promover a integração dos professores que lecionam, nas escolas oficiais localizadas no Estado do Maranhão, defender dentro dos princípios legais, diante dos poderes públicos autoridades administrativos e jurídicas os interesses da classe e dos associados relacionados com sua vida funcionadas com sua vida funcional, proporcionar meios e condições de atualizações de atualização, aperfeiçoamento profissional e cultural da classe, colaborar com os poderes públicos e entidades na solução dos problemas de âmbito educacional, promover excursões, cursos, palestras e reuniões de caráter pedagógico, cultural e recreativo no território nacional, solicitar, perante as autoridades públicas melhores condições de trabalho com fundamentos técnicos de acordo com as exigências da educação integral, promover congressos educacionais no território nacional e neles fazer-se representar envidar esforços que visem ao crescimento e fortalecimento da entidade, proporcionar assistência técnico jurídica, social e médica, geral enfim aos associados [...] (APEMA – ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO 29/06/1976, ANEXO A, p. LXII)

Ao analisar os objetivos da associação é possível identificar suas aspirações pela criação de uma entidade de caráter mutualista e, também recreativa. O mutualismo, muito comum nas associações de representação docente desse período, pode ser identificado logo na Ata n.º 1 quando “foi aprovada a proposição de que a Associação faria todo o possível para desenvolver uma campanha de ajuda em favor do Prof. Floriano de Jesus que se encontrava enfermo” (APEMA – ATA Nº 1, 1976, p. 2, ANEXO A, p. XLVII).

Porém, também é importante mencionar que existe a clarividência da necessidade de união da categoria de professores a fim de promover a luta em prol de direitos para o magistério maranhense.

[...] em continuidade usou da palavra o Prof. Mário José Dias Carneiro, dizendo da importância da reunião, apresentando as razões pelas quais os professores maranhenses necessitavam de uma Entidade de Classe para defender os interesses de uma classe tão numerosa, justificando e enfatizando mais uma vez a importância da Associação dos Professores. (id.)

As razões pelas quais os professores necessitavam de uma entidade que os representasse não aparecem elencadas no registro do discurso do professor Mário Carneiro, todavia, muitas foram às mazelas no campo educacional que constatamos ao longo do estudo realizado. Mas o que nos chama atenção nessa reunião, ocorrida em 3 de julho de 1976, é a compreensão e a consciência do esforço que deveria ser empreendido no sentido de aglutinar esses trabalhadores em prol de unidade e da soma de ânimos, possibilitando a efetiva resistência frente à política educacional do governo do estadual maranhense.

Os fundadores da APEMA sabiam que para alcançar uma política educacional que valorizasse o magistério maranhense seriam necessários uma organização massiva e presente nos locais de trabalho. Por isso, visando o aceleramento do desenvolvimento da entidade, uma campanha de divulgação da entidade passou, inclusive a ser planejada, com intuito de realizar visitas às escolas, não apenas na rede estadual, mas também em escolas municipais. (id.)

3.3 Da relação com o Governo do Estado

A APEMA, como entidade de representação associativista de professores da educação pública, era uma organização que se situava exclusivamente no âmbito da sociedade civil e não tinha quaisquer vínculos com a malha da burocracia e do corporativismo ditados desde o Ministério do Trabalho, tal como fica evidente nos seus registros de estatutos em cartório. Mas, a exemplo da Confederação de Professores do Brasil – CPB, sua maior referência de entidade representativa dos professores do país, a APEMA mostrou em suas primeiras reuniões que veio a se constituir sem qualquer perspectiva de manter a independência da classe ou mesmo receio de se atrelar ao governo para levar adiante o atendimento dos reclamos da categoria que se dispunha a representar.

Havia entre os seus dirigentes a preocupação quanto ao lugar que deveria abrigar a futura sede da entidade, cobrança de taxas para custear as despesas, aprovação do Estatuto do Magistério, entre outras providências, e a APEMA objetivava contar com a ajuda do Estado, conforme o excerto documental de sua de fundação abaixo transcrito:

[...] foram tratados os seguintes assuntos: necessidades de alugar uma casa para funcionamento da sede da Diretoria para o que pensamos em solicitar dos associados uma taxa inicial de vinte cruzeiros de mensalidade, provisoriamente, até a aprovação do Estatuto, além da taxa inicial de dez cruzeiros de inscrição; visita no dia dezesseis de julho do ano em curso ao Exmo. Sr. Secretário de Educação de Estado e à Secretária de Educação e Ação Comunitária do Município de São Luís no sentido de comunicarmos nossos objetivos como dirigentes da APEMA e solicitarmos ajuda para mobiliar a Associação dos Professores, bem como comunicarmos da Fundação da Entidade e, também, solicitarmos permissão para realizarmos campanhas informativas nas escolas oficiais da rede escolar estadual e municipal. (APEMA – ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO 29/06/1976, ANEXO A, p. XLVI)

Para a maioria dos professores que iniciavam a entidade, não havia nenhuma incoerência política ou incongruência dos seus objetivos de representação social entre os financiamentos governamentais e o processo de constituição da entidade associativista de representação do magistério estadual maranhense. No bojo dessa concepção não havia contradição no estabelecimento da condição de dependência político-organizativa, de fato tal relação não haveria de implicar no levantamento de barreiras que tivessem por fim obstruir a liberdade e a autonomia sindical da categoria. Embora a polêmica tal compreensão do papel das entidades políticas e sindicais que são construídas pelos trabalhadores com a perspectiva de assegurar e defender os seus direitos corporativos ou sociais, no âmbito do professorado, ela se mostrou muito comum.

Não. Nosso governador e o nosso candidato era a Educação. Melhores condições para nós exercermos a educação! [...]. Olha, eu quero te dizer outra coisa, que apesar de nós estarmos em 1976, ainda no regime militar, mas a fundação da nossa associação, até onde eu sei, como um dos cabeças, modéstia parte, um do principal cabeça dessa fundação, eu nunca tive qualquer uma influência do lado militar contra nós. Muito antes, pelo contrário. Eu como diretor do Liceu, nós éramos bastante requisitados pelo quartel aqui, 24 BC, pra participar de festividades, etc. e tal, festividades que nós tínhamos no Liceu, convidávamos as autoridades todas e participávamos muito de práticas esportivas, e vice-versa... nós tínhamos uma convivência muito boa. (MÁRIO CARNEIRO, Entrevista concedida em 22/01/2016, ANEXO B, p. XXXIV)

Como se pode comprovar pelo trecho da entrevista acima reproduzido, a postura da direção majoritária da APEMA, no transcurso de suas relações com o governo, trazia o comprometimento dessa entidade se firmar com independência e trilhar o caminho da autonomia e liberdade sindical. Tal postura, por conseguinte trazia a impossibilidade desta coordenar qualquer tipo de oposição ou mesmo se credenciar como uma legítima interlocutora na elaboração e apresentação de propostas alternativas aos projetos educacionais emanados do estado.

Esse *script* do associativismo maranhense não é algo inusitado, pelo contrário, naqueles dias muitas entidades apresentavam ou mesmo reproduziam as formas de ação que,

como já frisamos, tinham similitude com os traços da CPB. As formas de resistência então existentes estão principalmente relacionadas aos mecanismos de defesa das reivindicações ou dos interesses corporativos, retirando dessa categoria as responsabilidades com o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora que naquele momento procurava se levantar contra os arbítrios e desmandos ditatoriais militares.

Esse perfil da APEMA se assemelha ao “hiato político entre o conjunto do professorado e a sua estrutura associativista”, tal qual demonstra Ferreira Jr. (1998) ao analisar a CPB. O autor também observa outro aspecto dessa afirmativa, materializado na adesão pífia do conjunto do professorado às afiliadas dessa confederação, que registravam um total de 1.205,771 professores atuando no país, enquanto, apenas 6,20% encontravam-se associados às respectivas entidades estaduais. No caso da APEMA o contingente de professores filiados é, verdadeiramente, inexpressivo não superando o número de 150 professores, tal qual pode ser observado no relato abaixo:

A princípio era só a organização tentando se estabelecer, chamar professores a se filiar porque ninguém tinha conhecimento quase, começou com 150 professores lá no Liceu Maranhense, quando a associação começou foi no Liceu, com 150 professores. (ADAILTO CARVALHO, Entrevista em concedida em 21/01/2016, ANEXO B, p. II)

A diretoria provisória da associação foi eleita por aclamação no dia 03 de julho de 1976, em assembleia geral, sendo composta conforme a tabela descreve:

Primeira Diretoria da APEMA	
Presidente	Prof. ^a . Dr. ^a Antonia de Arruda Soares
1ª Vice-presidente	Prof. ^a Conceição de Maria Bandeira de Melo Rodrigues
2ª Vice-presidente	Prof. ^a Maria Bernardina de Jesus
Secretária Geral	Prof. ^a Léa Irene de Sá
1ª Secretária	Prof. ^a Marlene Léda Guará
2ª Secretária	Prof. ^a Maria Salete Menezes Santos
1º Tesoureiro	Prof. ^a Maria Esterlina Pereira
2º Tesoureiro	Prof. Walter Ribamar Martins

Tabela 101: Primeira Diretoria

Fonte: Associação de Professores do Estado do Maranhão – ATA – Nº 1 – 1976

Conselho Fiscal
Prof. Mário José Dias Carneiro
Prof. Clodomir Caldas
Prof. Miguel Arcangelo Bernardes Filho
Suplentes
Prof. Victor GiltensBouty
Prof. Celso Rabelo
Prof ^a . Angélica Ribeiro Ory

Tabela 112: Conselho Fiscal

Fonte: Associação de Professores do Estado do Maranhão - ATA - 1976

Essa diretoria, voltou a se reunir em 04 de agosto de 1976, quando foi lido o ofício 211 da CPB congratulando o professorado maranhense pela iniciativa ao associativismo, além do recebimento de exemplares do Estatuto da Confederação de Professores do Brasil, para o conhecimento da categoria. Nessa reunião foi divulgado ainda, realização do II Seminário Nacional de Associações de Professores que seria realizado em Porto Alegre. Existiam duas vagas para o evento, no entanto,

[...] resolvemos solicitar ao Exmo. Sr. Prefeito de São Luís, mais duas passagens aéreas [...] considerando que o Dr. Jerônimo Pinheiro, Secretário de Educação do Estado, concedeu uma passagem aérea para Porto Alegre, ida e volta para a presidente de nossa Associação [...] (ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO - ATA N. 4 – 1976 ANEXO A, p. LI)

A APEMA mais uma vez, estabelece uma relação de dependência, desta vez com um pedido de ajuda ao prefeito de São Luís, pois havia o desejo de enviar um número maior de professores ao referido encontro nacional de associações, e como os recursos eram parcos, a entidade não encontrava outra saída, senão a de contar com o apoio do governo.

Algo que nos chamou atenção na Ata N.º 6 foi a decisão de recusar a associação de professores leigos à entidade

[...] a equipe rejeitou a idéia de inscrição de pessoas que lecionavam sem a devida habilitação legal para o exercício do magistério. É negado o devido cumprimento da legislação nessa [sic] para o ingresso em nossa associação, foi opinião geral. (ANEXO A, p. LV)

Pelo teor das muitas entrevistas realizadas, as práticas sindicais adotadas pela APEMA em seus primórdios não estavam associadas ao desenvolvimento de concepções classistas que pudessem balizar sua atuação social e política.

Eu caracterizo a APEMA como uma entidade puramente dirigida ao seu domínio: Educação. Ao seu domínio dos seus associados; associação democrática que lutava pelos interesses da categoria dos servidores da educação. Isso era na Assembleia, ia lutar pelo estatuto do magistério; ia lutar pelas leis que beneficiavam os profissionais da educação. Nós, não quer dizer que fugíamos a isso, mas a nossa

primeira e mais importante luta, era pela educação, educação de qualidade, salários dignos, lutamos muito com isso. Eu acho que isso aí já era o tempo suficiente pra nós lutarmos por nós, não tínhamos tempo pra lutar pelos outros. (MÁRIO CARNEIRO, Entrevista concedida em 22/01/2016, ANEXO B, p. XXXVI)

Pouco nos foi dito sobre a existência no seu interior de preocupações que colocassem na ordem do dia um papel de maior envergadura no estabelecimento de relações mais profícuas com o conjunto da classe trabalhadora no itinerário das conquistas de melhores salários e condições de vida para todos aqueles que vivem do trabalho.

Essas concepções acima expressas nos ajudam a entender o esforço ou as preocupações da APEMA em unir a categoria, em torno de propostas sociais e recreativas, como foi o caso da organização de uma excursão à cidade de Belém-PA onde os professores haveriam de participar do Círio de Nazaré, com apoio da Assembleia Legislativa, que concederia o transporte aos participantes dessa manifestação religiosa. A viagem não aconteceu, no entanto, foi pensada e registrada em Ata.

Pouco dias depois, por ocasião do Dia dos Professores, O Imparcial de 15 de Outubro de 1976, publicou o seguinte relatório da APEMA redigido pela professora Marlene Guará narrando o nascimento d'

A NOVA ASSOCIAÇÃO DO MARANHÃO

Tudo começou no XII Congresso Nacional de Professores em Curitiba, nos idos de fevereiro do ano em curso.

De repente, um mundo diferente, algo novo com que havíamos sonhado, mas pouco ou nada de concreto realizado. Divisamos num só relance, o Brasil reunido de norte a sul, a procurar num esforço equilibrado e equânime, traçar metas para o desenrolar de misteres e que consequentemente traria uma dimensão nova para o magistério.

Depois, o egresso, a responsabilidade crescendo, o ideal queimando qual tocha olímpica num dia de festa. O tempo passou não muito e eis que a 29 de junho de mil novecentos e setenta e seis, surgiu um nome a mais nas Associações de classe do nosso Estado, a APEMA, assim tão bem compreendida: "Associação dos Professores do Estado do Maranhão". Como toda obra pioneira, o trabalho tem sido árduo entre os membros da Diretoria Provisória, que como o termo indica, não é definitiva e luta pela auto-afirmação. Sentindo este nem sempre compreendido, mas vivido no sentido de um crescimento vertical para todos aqueles que desejarem dela se aproximar, como célula máter de reivindicações justas.

Dignifica-nos sentir que a idéia foi recebida com simpatia nos altos escalões da nossa esfera Estadual. A oportunidade nos foi dada quando da oferta de passagens aéreas pelas Secretarias de Educação, Agricultura, Viação e Obras Públicas, dando ensejo assim da participação da APEMA no IIº Seminário Nacional de Associação de Professores em Porto Alegre e mais recentemente num outro encontro que ora se realiza em Belo Horizonte.

Naquele simpático entrosamento na capital Gaúcha, aprendemos a conhecer de perto a estrutura das organizações de classe. Sentimentos que não estamos sós, desde o lema daquele povo irmão, que é: "Um esforço isolado perde-se, energias conjugadas removem montanhas". A conjuntura é bem simples: Cada Estado e a sua organização de classe deve filiar-se à C.P.B. ou Confederação dos Professores do Brasil, em cuja direção está a figura impar de Teresa Noronha de Carvalho, que é

também Vice Presidente da CEMOP, ou Confederação Mundial das Organizações de Professores. Inegavelmente temos representação na O.N.U., cérebro das altas decisões internacionais. Não concebemos a política educacional brasileira, desacordo com aquelas linhas de realizações. Naquele Seminário, observamos, sim, porque o Maranhão é da categoria dos ainda não filiados, mas, como auditório silencioso, aprendemos a ouvir o documento final e aqui destacamos pontos que consideramos fundamentais:

- Levar aos profissionais do magistério o conhecimento de seus direitos e deveres, como membros de uma classe.

- Sensibilizar o governo para que busque cooperação e assessoramento nas entidades de classe.

- Comemorar, anualmente, a semana do professor, com programação que objetiva a sua valorização.

Estamos portanto dentro da Semana do Professor. Dia “15 de outubro”, lembra o Mestre, quer o da Escola primária, de importância fundamental na nossa formação, ou o leigo que num despreendido esforço, substitue nas nossas zonas rurais geralmente, o material carente e profissional. Ainda, aquele que tendo mais oportunidade divisa um novo horizonte e luta por ele dentro da classe. Refiro-me ainda ao professor que transmite pela satisfação de formar e informar. Que ele esteja no 1º. 2º ou 3º Grau, mas que sinta em si o ideal do educador. Pensando no tão decantado “Mestre”, a Associação dos Professores do Estado do Maranhão e o Sindicato dos Professores de São Luís, irmanados nesta data Nacional resolveram homenagear a todos aqueles que ministram pelas nossas Escolas. Se o ideal é unir, porque separar aqueles no dia que lhes é comum, numa data que é nossa e de todos os professores do Brasil?

Começaremos pela imprensa audio-visual, numa breve mensagem a toda classe. Seguiremos com o culto religioso, visita aqueles que já se foram, tarde esportiva, conferencia e confraternização na Escola Técnica Federal do Maranhão.

Posteriormente, seguiremos com os nossos objetivos, de fazer da APEMA, uma personalidade juridicamente respeitada e acatada. (O IMPARCIAL, 15/10/1976, p. 6)

Como fica evidenciado, a professora Marlene Guará noticia a criação da nova entidade, descrevendo com emoção a satisfação de finalmente, a categoria de professores do Maranhão constituir uma “associação de classe” tal qual classifica. Ela descreve ainda, sua participação no evento da CPB, e os primeiros objetivos da associação, afirmando que a APEMA, apesar de marcar presença nesses eventos ainda não havia se filiado a entidade nacional.

O periódico O Imparcial de 29 de abril de 1977, notifica uma visita agendada para o dia 3 de maio da então presidente da CPB, professora Thereza Noronha de Carvalho, e que o objetivo da visita seria “manter contato com o magistério maranhense e com autoridades educacionais”, e que ali permaneceria até o dia 6, sobretudo com a finalidade de incentivar o magistério ao associativismo. Coube à direção da APEMA elaborar a agenda da renomada dirigente sindical que na época era também vice-presidente da Confederação Mundial de Professores.

Como podemos comprovar pelos excertos jornalísticos acima reproduzidos, começa a haver um processo de aproximação e aglutinação das entidades regionais em torno da CPB que, não muito tempo depois, teria efeitos significativos no processo de transição do associativismo para sindicalismo dos trabalhadores da educação no país.

3.4 A primeira Diretoria da Apema e os primeiros desafios

Em 19 de junho de 1977, O Imparcial anunciou que a APEMA acabava de eleger em assembleia sua primeira diretoria, a ação integrava o primeiro resultado à visita da presidente da CPB. A assembleia foi realizada no dia 15 de junho e concordou com a apresentação de chapa única, a qual submetida a votação foi eleita por maioria absoluta dos associados.

A Associação de professores do Estado do Maranhão – APEMA, em sessão de assembleia geral realizada dia 15 de junho do corrente, elegeu a sua primeira Diretoria Executiva. [...] Fundada por um grupo de esforçados professores do Liceu Maranhense, tem a Associação de Professores do Estado do Maranhão por objetivo estreitar ainda mais os laços de amizade entre os educadores de nossa terra e, ao mesmo tempo, constituir um órgão que de forma coesa, venha defender os interesses da classe. (O IMPARCIAL, 19/06/1977, p. 7)

De acordo, com essa fonte jornalística, a primeira diretoria da APEMA foi composta pela direção executiva, conselho fiscal e conselho de professores, e teve como Presidente: Antonia de Arruda Soares; 1º Vice-presidente: Walter Ribamar Martins; 2º Vice-presidente: Ana Lúcia Sanches Silva; Secretário geral: Leé Irene de Sá; 1º Secretário: Iani Viana de Carvalho Leão; 2º Secretário: Orlandex Pereira Vieira; Tesoureiro geral: Victor GittensBouty; 1º Tesoureiro: AntonioBibiana dos Santos; 2º Tesoureiro: Carlos Alberto BaymaSaads. Conselho Fiscal: José Carlos Martins Tavares, José Clodomir Caldas da Silva, Angélica Ribeiro Ory, Abimael Ascensão Ribeiro e Mariovilma Rios Mariz. Suplentes: Sebastiana de Carvalho Pires, Júlio Elias Pereira, Marcelina H. Santos Castro, José Luís da Silva e Alice Amate Péres. Conselho de Professores: Antonio Anacleto Ferreira, Maria Rita Santos, Luís Raimundo Ramos Leão, Marlene Fontoura Chaves, Maria da Salete Menezes Santos, Mary Costa Teixeira, Adilson Teodoro de Jesus, Vera Lúcia Lobato Almeida, Ruth Maria Diniz Cunha. (p.7)

A professora Antonia de Arruda Soares¹⁴, primeira presidente da APEMA, era também farmacêutica graduada pela Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo e

¹⁴Em janeiro de 1932 se mudou para a capital maranhense e foi nomeada médica de cirurgia da mulher para a Santa Casa de Misericórdia. Participou de muitas cirurgias como anestesista e auxiliar do Dr. Odilon Soares, tanto na Santa Casa como no Hospital Português. Foi também Médica do Asilo Orfanológico Santa Luzia. Em 1937, junto com o Dr. Odilon Soares, fundou e inaugurou a Liga Maranhense contra a Tuberculose. Em 1974, participou do Congresso Maranhense de Farmacêuticos como co-autora do trabalho “Palmeiras de São Luís”. Também foi autora e expositora de vários trabalhos científicos na área da saúde. Foi chefe do Departamento de Farmácia e de Pesquisa Clínica, bem como do Departamento de Tecnologia Farmacêutica na UFMA. Em 1976,

médica graduada pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro. Foi professora de nível médio do Liceu Maranhense, professora Catedrática de Farmacognosia e professora substituta de Botânica da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Evidentemente, quer seja por sua origem social, e formação acadêmica, quer seja pela sua notável atuação no campo da educação e da saúde, a professora Antonia de Arruda era muito respeitada por todos. Quando questionado sobre o papel político, sindical e o que representava a liderança intelectual exercidos pela professora Antonia Arruda, o professor Adailto de Carvalho, nos apresentou a seguinte caracterização:

Olha, eu acho que [ela] foi muito importante pra nós professores, não digo só pra APEMA, pra categoria, [ela] foi realmente o pendão da esperança. É porque ela era uma pessoa de coração de mãe, mãe muito justa, muito séria, e pela idade. Ela tinha naquela associação, assim, um amor tão imenso... Esses 150 professores quando eu conheci já estavam associados, tinham ela assim como uma deusa, porque ela era muito carinhosa, muito dócil, e todo interesse pra categoria, foi uma bênção. Não podia ter começado de maneira melhor. (ADAILTO CARVALHO, Entrevista concedida em 21/01/2016, ANEXO B, p. VI e VII)

Muito embora os sentimentos que afloraram, em nosso entrevistado, não possam ser dimensionados nessas páginas, nos parece importante dizer que professor Adailto Carvalho foi acometido de sincera emoção ao descrever o papel desempenhado pela professora Antonia Arruda nos primórdios da associação. A realização desse encontro nos permitiu concluir que essa liderança manteve uma portentosa relação com o professorado, não sofria qualquer restrição política ou ideológica no interior do movimento associativista, oferecendo assim o seu prestígio como elemento aglutinador e dirigente da APEMA em seus anos iniciais.

Tal qual já havia crescido a professora Isméria Marques, a professora Antonia de Arruda foi aclamada à presidência da entidade por seu *status* social, uma vez que para a categoria, havia a “necessidade de uma pessoa de respeitabilidade e que pudesse ter livre acesso à classe política e econômica que dominava o governo estadual” (apud SILVA, 2013, p. 163).

A primeira diretoria da APEMA foi empossada num período em que a educação vinha sofrendo grandes transformações no seio da sociedade capitalista. Ao passo que a expansão do ensino alcançava as camadas populares, as escolas necessitavam de novos

se tornou a Primeira Presidente da Associação dos Professores do Maranhão (APEMA). Em 1986 foi homenageada pela UFMA com a Inauguração do Horto Medicina: Prof^a. Antonia de Arruda Soares”. Em 1989 foi condecorada com a Medalha Sousândrade de Mérito Universitário com o título de Professor Emérito. Pelo CRF-MA foi agraciada com a placa de prata devido à sua dedicação e amor ao ensino. Após a morte do Dr. Odilon Soares, seu esposo, abdicou do exercício da Medicina e passou a se dedicar, integralmente, ao magistério na Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Maranhão. Fonte: <http://www.crfma.org.br/index.php/blogs/item/71-comenda-do-merito-da-ciencias-farmaceuticas-maior-honraria-ao-profissional-farmacutico-maranhense#sthash.99ebBNhh.dpuf> Acesso em: 20/03/2015

professores para atender essa demanda, e o Maranhão, entende-se por governo maranhense, tinha o grande desafio de suprir essa carência.

Só no ano de 1976, foram abertas por todo o estado 552 novas salas de aula, e mais 202 outras estavam sendo preparadas para atender cerca de 40 alunos por turma em 1977 (O IMPARCIAL, 21/10/1976). Conforme os periódicos consultados, faltavam professores de todas as áreas.

O que fez então o governo maranhense para prover esse profissional?

O primeiro passo foi à convocação de servidores do Estado que ocupavam cargos administrativos e que possuíam habilitação para o magistério, estes deveriam se apresentar ao Departamento de Ensino para efetuar inscrição e, passar, então, a dar aulas. O segundo passo foi abrir “seleção de professores para o ensino”. (O IMPARCIAL, 15/02/1977, p. 6)

Cursos de qualificação, aperfeiçoamento, atualização, entre outros, estavam sendo promovidos periodicamente pela Secretaria de Educação e Cultura com os recursos do PRODASEC¹⁵; além da realização do I Censo Escolar do Maranhão, no sentido de cumprir as metas do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN, criado por meio do Decreto N.º 70.067, de 26 de janeiro de 1972, que tinha como objetivo “aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil”, conforme Art. 1º do referido dispositivo legal. (O IMPARCIAL, 02/07/1988, p. 2)

Nesse período, estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura – UNESCO, concluíram que nos países ditos subdesenvolvidos, em cada grupo de 1.000 crianças que iniciavam o antigo primário, que durava quatro anos, apenas 50% concluíam. No Brasil, o então Senador João Calmon (O IMPARCIAL, 13/04/1977), alertou que o cenário era mais preocupante, pois a cada 1.000 crianças, apenas 228 finalizavam o curso primário. E, no Norte e Nordeste, esse quantitativo despencava, já que em cada grupo de 1.000 crianças que começava o curso primário, somente 80 concluíam. Isso implicava afirmar que, aproximadamente 91% das crianças evadiam das escolas naquele momento. E como frisamos no segundo capítulo deste estudo, no Maranhão, de acordo com pesquisas realizadas pelo governo estadual, o principal motivo alegado para esse abandono era a pobreza.

¹⁵Programa Nacional de Desenvolvimento de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas e Rurais - PRODASEC, foi criado em 1980, objetivando: a) “Promover a atuação integrada dos órgãos de Educação e Cultura, vinculados ao Ministério da Educação e Cultura, Estados, Municípios e Setor Privado, para o desenvolvimento de ações que beneficiem diretamente as Populações Carentes Urbanas e Rurais”; b) “integrar a ação dos órgãos, do Setor Educação e Cultura com os programas no campo social - em particular nas áreas de desenvolvimento de comunidade, de desenvolvimento urbano, habitação, formação profissional, saúde e assistência social - que se destinam a atender às necessidades básicas dos grupos pobres urbanos e rurais”. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002256.pdf> Acesso em: 20/02/2016.

Mas as mazelas na esfera educacional não ficavam apenas nesse patamar, havia ainda o gargalo da remuneração profissional, um dos principais itens da pauta do XIII Congresso Nacional de Professores realizado em Maceió – AL, realizado no período de 21 à 28 de janeiro de 1978, promovido pela CPB, e pela Associação de Professores de Alagoas – APAL. De acordo com a professora Antonia de Arruda Soares, representante da APEMA no evento, “foram discutidos inúmeros problemas que afligem o professorado brasileiro, sendo o principal deles, a valorização profissional e a melhoria da qualidade do ensino no país”. (O IMPARCIAL, 16/02/1978, p. 2)

Os baixíssimos salários não davam aos professores quaisquer alternativas, senão a busca pelo exercício de outras atividades que elevasse renda familiar. Em conformidade com o professor Lourival Castelo Branco, que, além de lecionar no Colégio São Luís e Liceu Maranhense, era também secretário do Sindicato dos Professores de São Luís¹⁶, naquele momento, denunciavam os muitos problemas que assolavam a educação; fazendo, inclusive, uma analogia ao afirmar que exercer a profissão docente nessas condições de trabalho tornava-os verdadeiros sacerdotes, e por conta disso muitos estavam se afastando das salas de aula.

A evasão de professores é motivada pela deficiência física dos colégios, baixos salários permitindo que entre para o magistério os estudantes universitários que fazem da profissão docente um “bico”, ou fonte de rendimento passageiro”, é uma das questões mais graves denunciada pelo secretário do Sindicato que reforçou: “Hoje quem tem curso de Pedagogia vai ser funcionário público ou vendedor de loja”, disse Castelo Branco, pois eu conheço professoras normalistas que ganham mais como balconistas do que lecionando. (O IMPARCIAL, 17/10/1978, p. 7)

Nessa mesma manifestação jornalística, intitulada “Professores fazem apelo ao Governo”, um dos fundadores da APEMA, e diretor sindical do Sindicato dos Professores de São Luís, Miguel Arcângelo Filho, manifestava sua concepção acerca da condição social do professor:

O incentivo que deve ser dado às professoras normalistas foi justificado pelo presidente do Sindicato, professor Miguel Arcângelo Filho da seguinte maneira: “O sindicato acha que a normalista é a base da educação e precisa ser estimulada para refletir bem na vida do educando. Se ela ganha mal, ganha apenas o salário mínimo, constituindo-se numa autêntica sacerdotiza do magistério, observa-se as acusações de falta de base e pouco preparo do educando, que atribuem à normalista”. (Id.)

Esses depoimentos reproduzidos da imprensa maranhense, dos finais da década de 1970, prenunciavam um processo de degradação que haveria de se desenvolver de forma avassaladora nos anos subsequentes trazendo com ele excessivas jornadas de trabalho,

¹⁶Atualmente é denominado Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Estado do Maranhão - SINTERP/MA. Fundado em 10 de junho de 1945. Reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 12 de setembro de 1947. Filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE.

ausência de condições objetivas para o desenvolvimento do trabalho do professor; com seus salários cada vez mais depreciados, enfim, estavam mesmo “pagando para trabalhar” naquele momento, conforme nos relatou a professora Iani Viana de Carvalho Leão, ex-presidente da APEMA. A dirigente sindical, afirmou ainda, que não havia aumentos salariais, o que havia era um reajuste intrínseco a inflação que esporadicamente o governo concedia. O que se pode concluir? As necessidades do professorado eram demasiadas, e sempre estiveram presentes no cotidiano maranhense e os atrasos nos pagamentos eram uma constância.

Para alguns dos dirigentes sindicais que atuaram nos idos da década de 1970, essas dificuldades eram atribuídas aos órgãos responsáveis pela educação, visto que, em alguns casos, os seus ocupantes “nada entendem das relações educativas que tem a responsabilidade de dirigir”. Eram, muitas vezes, médicos, dentistas, advogados, engenheiros, etc., que pouco conhecia do ofício de educar, conforme expressou Castelo Branco. Para ele, sendo os professores aqueles que conhecem a realidade da sala de aula, que estão no chão da escola, “porque estes nunca são vistos a ocupar certas posições de destaque? nunca se ouviu falar que um professor foi Secretário de Educação”. (O IMPARCIAL, 17/10/1978, p. 7)

Conhecedor da realidade na qual viviam os professores Castelo Branco, que lecionava na educação básica da rede pública e privada, chegou a fazer pela imprensa um apelo às autoridades, enumerando alguns dos seus reclamos e reivindicações quanto à condição do trabalho docente, então, reinantes não só no Maranhão, mas em todo o país:

APELO AS AUTORIDADES

- 1- Que as autoridades constituídas do País e do Estado dêem o devido valor à classe de professores, fazendo com que se cumpra as leis existentes como o Estatuto do Magistério e a Lei 5.692 de 1971;
- 2- Que dêem aos mestres condições condignas de salário conforme a qualificação dos mesmos;
- 3- Que ajudem materialmente os colégios particulares, para que possam oferecer aos professores condições também dignas, haja visto que esses colégios cobram anuidades baixas, compatíveis com o baixo poder aquisitivo do povo, assumindo dessa forma, uma responsabilidade que é do Estado;
- 4- Que propiciem um ambiente físico de trabalho, que corresponda às necessidades dos professores;
- 5- Que o governo acate a recente decisão da justiça, favorável a mais de 100 professores da rede de ensino do Estado, não recorrendo contra os mestres que são os responsáveis diretos pelo desenvolvimento do País, hoje relegado a último plano;
- 6- Que se crie o estatuto do magistério para colégios particulares a nível nacional e estadual;
- 7- Padronização do salário-aula em todo o Brasil;
- 8- Que o futuro governador, João Castelo, forme uma comissão constituída de professores, especialistas em legislação e representantes dos órgãos de classe, com o objetivo de fazer uma reformulação no Estatuto do Magistério e a sua consequente implantação. (O IMPARCIAL, 17/10/1978, p. 7)

Assim como o professor Castelo Branco, vários docentes integravam a rede de ensino privada e pública, mas essa jornada dupla não os eximia das necessidades básicas, e mesmo trabalhando muitas horas diariamente, seus vencimentos não eram suficientes para custear o essencial às respectivas famílias. Ironicamente, até o general presidente Figueiredo chegou a reconhecer e a declarar publicamente que o professor ganhava muito pouco, e que essa era uma questão a ser revista,

O candidato eleito à Presidência da República, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, disse ontem, que o professor ganha muito mal, e que os salários que recebem não dá para o sustento de sua família. Assegurou, esta injustiça terá que ser corrigida, pois sem os professores nenhum país será grande. (O IMPARCIAL 12/11/1978)

A luta pela valorização do magistério maranhense nunca cessou. Por diversas vezes docentes tiveram que recorrer à justiça para garantir seus direitos. Em fins da década de 1970, uma ação coletiva, ajuizada havia mais de dois anos, requerida por mais de 100 professores da rede estadual, com a finalidade de anular “o sistema de classificação e remuneração do pessoal do magistério”, teve como alegação, o fato de que o sistema de classificação de então, contrariava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

Esse aparato jurídico assegurava aos professores uma remuneração baseada na qualificação pessoal, independente do nível de ensino em que atuasse ou, dito de outra forma, o sistema de classificação e remuneração do pessoal do magistério no Maranhão pagava de acordo com o nível de ensino que o professor lecionava, enquanto que o professorado almejava o reconhecimento dos esforços empreendidos para qualificação. (O IMPARCIAL, 28/09/1978, p.5). A decisão do judiciário maranhense julgou procedente à ação dos professores e determinou que o Estado revisse a política adotada para classificação, no entanto, essa situação só passou a ser considerado em 1981, por meio dos Decretos nº 8.214 de 10 de agosto de 1981 e nº 8.272 de 10 de setembro de 1981. Sobre estes decretos, retomaremos posteriormente.

A professora Iani Viana de Carvalho Leão, presidente da APEMA nesse período, durante festa realizada pela associação em homenagem aos professores, ressaltou em seu discurso, o fato dos professores estarem adquirindo, cada vez mais, a consciência dos seus direitos, frisando ainda que o tempo era o de lutar e o de reivindicar:

[...] a importância da união da classe, e da própria associação, dizendo que o professor “está se diluindo, está se acabando; por isso é hora de lutar, de colocar os pés no chão. E os professores do Maranhão, felizmente (diz ela) já adquiriram essa consciência de luta pelos seus direitos, pelo salário mais justo, por melhores condições de trabalho”. E, finalizando seu discurso - improvisado, lançou uma palavra de ordem: “É tempo de luta e de reivindicar” (O IMPARCIAL, 16/10/1979, p.7)

Esse momento de embates reivindicatórios ficou marcado pela Greve da Meia-Passagem, um movimento iniciado desde 1977, com diversas ações organizadas pelos estudantes secundaristas e universitários e que dois anos depois, culminou com a eclosão de um movimento grevista de grandes proporções, substancialmente, contando com o apoio de todo professorado maranhense. O governador João Castelo respondeu aos protestos com forte repressão policial sobre estudantes, pais, professores e outras franjas da sociedade civil que deram apoio aos que lutaram pela efetivação desse direito.

3.5 Década de 1980: as contradições das lutas e o crescimento da entidade

Nos primeiros dias do ano de 1980, conforme publicado, em 27 de janeiro, pelo periódico O Imparcial, os professores da rede oficial estavam dispostos a lutar com todos os meios para colocar fim a exploração de seu trabalho e combater os fatores que resultavam na péssima qualidade do ensino. A premissa partia da participação dos professores maranhenses em evento de caráter nacional, realizado em Brasília, quando aprovaram um conjunto de 43 propostas tratando desde aposentadoria com 25 anos de serviço, fixação de 20% do orçamento dos estados e municípios para Educação até a rejeição do projeto de criação da Ordem de Professores do Brasil nos termos em que estava sendo proposto pelo Congresso.

Deu-se, então, a Campanha de Moralização do Ensino, que levada ao conhecimento dos professores de todos os níveis, tinha intenção de, inicialmente, conscientizá-los dos direitos e deveres pertinentes à categoria. A APEMA, que naquela ocasião já havia se filiado à CPB passou a percorrer os mais variados municípios maranhenses com o objetivo de divulgar suas reivindicações nessas localidades, se constatou, contudo, que os professores estavam sendo extremamente aviltados em seus direitos institucionais e muito da submissão que se impunham estava associada à falta de informação sobre quais eram seus direitos básicos.

Trabalhando em “condições especiais”, isto é, sem nenhuma estabilidade no serviço público, os docentes chegavam a lecionar 24 horas semanais, mas só recebiam por 14 horas conforme seus contratos de trabalho assinados junto ao governo. Todavia, o que aumentavam as preocupações da categoria era o fato dos professores do interior receberem salários inferiores aos que atuavam na capital (O IMPARCIAL, 27/01/1980, p.6). Se os vencimentos pagos aos professores da capital já estavam muito aquém da dignidade, tornava-se imensurável a avaliação sobre a situação dos docentes do interior do Estado.

O que se pode identificar com os depoimentos dos diversos professores que entrevistamos, é que não havia um salário fixo ou mesmo padrões estabelecidos, além da má

remuneração aos docentes de instituições públicas e particulares, as condições de trabalho em ambas eram precárias, muitas funcionavam em porões, sem ventilação, sem sanitários, água para beber, enfim, condições mínimas para funcionamento.

O professor e vereador Hécio Silva, (O IMPARCIAL, 15/10/1980) certa vez chegou a afirmar que a educação estava em “falência”, e que a mesma não existia no Maranhão e nem no Brasil. Argumentava ainda que a legislação não considerava as especificidades regionais, e que mais de 60% das verbas eram destinadas para gabinetes de burocratas e tecnocratas, “pessoas que estão longe de sentir o real valor da educação, além do relacionamento professor/aluno”. Afirmou ainda, ao citado jornal, que o Estado do Maranhão contava apenas com 16 funcionários na Inspeção Escolar para vistoriar as instituições de ensino de todo o Estado, sendo que desse quantitativo, “metade estava lotado no setor burocrático e a outra parte, responsável pelo trabalho externo que não possuía nem um automóvel para realização das vistorias”. O que é possível perceber com isso? O Estado não oferecia condições para o desenvolvimento do modelo de educação por ele mesmo idealizada. (p. 2)

Mas, retomando a pauta do Congresso da CPB realizado em Brasília, em janeiro de 1980, é importante abrir um parêntese para ressaltar o pedido dos professores à direção da Assembleia Geral da Confederação de Professores do Brasil para emissão de uma nota em repúdio à forma como o país vinha sendo conduzido. A Moção, de grande significado político, naquele momento da história do país, criticava a alteração da legislação a respeito da prisão cautelar desumana praticada, muitas vezes, injustamente, favorecendo a corrupção, o arbítrio e a tortura, constituindo-se em mais um meio de intimidação do povo e daqueles que integravam associações de classes em suas mobilizações. Além disso, no bojo dessa discussão largamente politizada, clamavam pela

[...] anistia de professores cassados; observância de requisitos de formação profissional específica em educação no preenchimento de vagas ou espaços profissionais no sistema educacional; lutar pela readmissão de todos os professores que foram demitidos por força do arbítrio (O IMPARCIAL, 27/01/1980, p. 7).

Os problemas, então, discutidos naquela oportunidade, deitavam suas raízes em longos anos de abandono à escola pública pelas autoridades brasileiras. Todavia, não bastasse isso, nesse mesmo ano, o Congresso Nacional negou a proposta de aposentadoria aos professores com 25 anos de trabalho, e o Estado, bem como a rede privada de ensino rejeitava a Resolução nº 100 do Conselho Estadual de Educação, assim como a Lei Federal nº 5.692/71, que estabeleciam normas para o financiamento da educação e a efetivação do ensino.

No dia 15 de outubro de 1980, os professores ao se reunirem para receber homenagens, afirmavam que dispensavam a euforia que era própria de um dia festivo, pelo contrário, “não havia motivos para comemoração”. Isso por conta das condições que vinham passando ao longo do tempo, na luta por melhores salários, condições de trabalho e reivindicações, como o Estatuto do Magistério e sua efetivação (O IMPARCIAL, 16/10/1980, p.5).

3.5.1 A luta pela efetivação da Lei nº 4.270 e os marginalizados do Grupo dos Contratados

Em 1971, o Art. 36 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto, estabeleceu objetivos considerados fundamentais para a carreira do magistério:

- a- prover condições para a profissionalização do magistério do 1º e 2º graus, mediante condigna remuneração, assegurando-lhe a permanência dos profissionais habilitados, inclusive, em todas as regiões do Estado;
- b- definir responsabilidades e direitos na área do magistério, garantindo condições para o ingresso e progressão na carreira, de acordo com as habilitações adquiridas;
- c- estabelecer critério de movimentação de magistério, dentro de normas que atendam aos seus interesses e também aos sistemas de ensino;
- d- definir as exigências de constantes aperfeiçoamento e atualização do profissional do magistério, oferecendo igualdade de tratamento entre os funcionários e os contratados no regime da legislação do trabalho.

O Estatuto do Magistério, portanto, estabeleceu a norma de um regime jurídico do pessoal docente e especialista em educação a nível do ensino de 1º e 2º Graus vinculado ao magistério oficial dos Estados e, em casos especiais, conforme previsto, também, aos Municípios.

Assim, para obter concessão de auxílio financeiro da União aos sistemas estaduais de ensino, os governos deveriam considerar o Decreto nº 71.244, de 11 de outubro de 1972, que estabeleceu alguns desses critérios:

- Art 1º. Para concessão do auxílio de que trata o artigo 54 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, considera-se satisfatório o Estatuto do Magistério Público que contiver, entre outras, as seguintes disposições:
- a) paridade da remuneração dos professores e especialistas com a fixada para outros cargos a cujos ocupantes se exija idêntico nível de formação;
 - b) igual tratamento de professores e especialistas, funcionários ou contratados;
 - c) não discriminação entre professores em razão de atividade, área de estudo ou disciplina que ministrem;
 - d) processo de aperfeiçoamento dos professores ou especialista, e, em particular, o que envolva afastamento do pessoal do magistério para realização de cursos de especialização e atualização.
 - e) prazo máximo de um ano para o início do pagamento dos avanços verticais ou horizontais resultantes de maior titulação, a contar da data do requerimento que a comprove;
 - f) avanços horizontais por tempo de serviço e por atividade em locais inóspitos ou de difícil acesso, além dos previstos nos itens anteriores; e
 - g) normas sobre o regime jurídico e o campo de aplicação; conceitos que definam pessoal do magistério e suas atividades; direitos e vantagens especiais da carreira do magistério, incluindo promoção, acesso e regimes de trabalho; preceitos éticos

especiais; critérios de admissão e movimentação do pessoal; deveres e proibições especiais; administração das unidades escolares.

Art 2º. As normas deste Decreto aplicam-se também às fundações e entidades instituídas ou mantidas pelos Poderes Públicos.

Art 3º. Este Decreto entrará em vigor, para os convênios de concessão de auxílio federal a serem estabelecidos, a partir do ano de 1973, revogadas as disposições em contrário.¹⁷

A APEMA, naquele momento, como também ocorria com suas congêneres, em diferentes estados brasileiros, trabalhava pela reformulação e execução do Estatuto do Magistério que havia sido publicado no Diário Oficial em 31 de dezembro de 1973; mas, que não atendia aos anseios da categoria, uma vez que dava abertura para a execução da Lei nº 3.578 de 14 de novembro de 1974, responsável por nomear professores interinamente, trazendo insegurança e produzindo estagnação na carreira. (SILVA, 2013, p. 164).

A professora Darcy Moraes Reis ao conceder entrevista, ressalta uma reivindicação universal entre a categoria de professores do Brasil: “um melhor salário para o professor primário deveria ser pago”, e acrescentou,

[...] “que o Governador olhe para essa classe pois eles também são humanos. Melhores condições de trabalhos, porque o professor primário também é gente e pode-se considerá-los como os mais sofridos do magistério” (apud O IMPARCIAL, 15/10/1980, p. 7).

A professora Ana Maria Gama, nessa mesma reportagem, reivindicou: “gostaríamos que o governador esclarecesse a situação dos professores que ainda não foram enquadrados, além de um salário mais elevado para a classe” (id.).

Nas vozes das professoras é possível mensurar o nível de insatisfação do professorado, sobretudo, o grau de decadência em que se encontrava a educação básica pública maranhense, pois além de tudo o professor não tinha estabilidade no exercício do serviço público.

Como parte dos docentes da rede pública estadual atuavam, tanto na rede privada como na rede municipal de São Luís, foi a partir das lutas empreendidas pela efetivação do Estatuto do Magistério do município, em 1978, que os docentes passaram a reivindicar um novo estatuto para o grupo do magistério do ensino público estadual.

Essa reformulação do estatuto foi uma das principais reivindicações da categoria ao governador João Castelo (o último conduzido ao cargo indiretamente, exercendo mandato de 1979 a 1982), e a APEMA impôs ações efetivas em prol dessa pauta, reivindicando questões

De salário, de carga horária, de aprovação do estatuto do magistério... No governo de 1978 a 1982 que fui deputado, tivemos a aprovação do estatuto do magistério. A espinha dorsal do que existe hoje foi aprovado nessa época na Assembleia Legislativa, tem isso tudo lá. Nós lotamos aquela Rua do Egito, ali, a assembleia

¹⁷ Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71244-11-outubro-1972-419670-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em: 22/04/2015

lotada inteiramente de professores, foi o movimento maior do mundo. (MÁRIO CARNEIRO, Entrevista concedida em 22/01/2016, ANEXO B, p. XXXII)

Em 23 de dezembro de 1980, a Lei nº 4.270 que dispôs sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º grau do Estado do Maranhão foi, finalmente, publicada, no Diário Oficial, trazendo em seus artigos, parágrafos e incisos, os seguintes princípios e objetivos:

Art. 1º - O presente Estatuto regula o provimento e a vacância dos cargos públicos do pessoal docente e especialista em educação, em nível do ensino de 1º e 2º Grau, para:

- I – estimular a profissionalização do pessoal do magistério, mediante remuneração condigna, e assegurando-lhe a permanência em todas as regiões do Estado;
- II – definir direitos e responsabilidades;
- III – estabelecer requisitos e condições para o ingresso e a progressão na carreira;
- IV instituir incentivos financeiros e funcionais;
- V – fixar critérios para a elevação e a movimentação de pessoal.

A categoria acreditava que os benefícios com uma lei dessa envergadura fosse de fato contribuir para trazer dias de mais tranquilidade ao professorado, que por serem em sua maioria contratados, sofriam com as sucessivas arbitrariedades impostas pelo governo.

E com a implantação do estatuto, aí a categoria se sentiu mais fortalecida, entendeu? [...] deu uma garantia maior, a categoria não tinha segurança. Quando entrou o chamado estatuto, todo mundo sentiu, inclusive, o impacto dessa luta, todo mundo se sentiu orgulhoso de ter participado disso. (ADAILTO CARVALHO, entrevista em concedida em 21/01/2016, ANEXO B, p. VII).

A grande questão era que, apesar das regras, os Estados e os municípios aprovavam e regulamentavam Estatutos do Magistério sem nenhum compromisso em cumprir os mesmos, conforme fica claro no discurso que foi proferido, naquela ocasião, pelo professor Antonio Anacleto Ferreira (empossado em 29/06/1981), presidente da APEMA: “O Novo Estatuto do Magistério está pronto, regulamentado, mas não atende, em seu todo, o que o professor deseja. A classe está querendo, pelo menos, que ele seja efetivado” (O IMPARCIAL, 20/11/1981).

Quando questionado sobre as críticas recebidas, o Secretário Estadual de Educação, professor Antonio Carlos Beckman, respondeu aos jornalistas nos seguintes termos:

[...] com a efetivação, todos os professores nomeados serão amparados pelo novo Estatuto. A medida de sua implantação, os demais professores serão atendidos. Ficarão de fora apenas os contratados, já que o Estatuto é elaborado especificamente para professores nomeados [...] as críticas que vem sendo feitas ao novo Estatuto, muitas delas são gratuitas, não contribuem para nada. Estamos fazendo um trabalho de defesa do Magistério e vêm pessoas desprovidas de bons propósitos, criar um clima de inquietação. A nossa meta é apenas garantir aos professores a sempre almejada valorização da classe. E a lei de efetivação dos interinos já é um grande passo, já que os professores que estão de fora passarão a se beneficiar de todos os dispositivos do novo Estatuto e não só aqueles que se beneficiavam com o antigo. (O IMPARCIAL, 20/11/1981 p. 6)

Por aqueles dias, havia muitas preocupações no interior da categoria, uma delas se referia aos trabalhadores nomeados interinamente por meio da Lei nº 3.578 de 14 de novembro de 1974. Concernente ao o Art. 88 da Lei Estadual nº 6.110, de 15 de agosto de

1994, eram “professores, administradores escolares, inspetores escolares, orientadores educacionais e supervisores escolares” atuando no serviço público maranhense sob o aparato jurídico de uma legislação que não oferecia estabilidade.

Sobre os professores desse grupo de trabalhadores, o secretário de administração, José Antonio da Costa Brito, havia prometido que dentro de três meses, realizaria um “curso especial seletivo” que seria o passaporte para efetivação/nomeação dos mesmos. Assim, a expectativa era que após participação no curso viria a efetivação no Estado e finalmente gozariam dos benefícios do Estatuto do Magistério que acabara de ser aprovado.

No entanto, outra vicissitude acometia a categoria. Eram os professores “boias-frias” (contratados em regime de carga-horária, e maior parte da categoria docente pública estadual), tal qual o professor Antonio Anacleto Ferreira os denominava (O IMPARCIAL, 15/10/1981, p.5). Estes não poderiam participar do curso seletivo em razão de terem sido contratados por meio da Lei nº 4.277, dispositivo legal que deixava à margem a maior parte do professorado. Dito de outra forma, o Novo Estatuto do Magistério não abarcaria essa parcela da categoria em razão de não terem o direito a realizar o curso seletivo que lhes garantiria a efetivação na rede estadual de ensino. Em concordância com o professor Adailto Carvalho, militante de base da APEMA, lembramos que “antigamente tudo era por aula, hora-aula, e era uma dificuldade, não desse aula não tinha salário, dia que adoecia não tinha salário, era uma dificuldade, pensa?” (Entrevista concedida em 21/01/2016, ANEXO B, p. II)

A rede pública estadual maranhense, segundo edição de O Imparcial (15/10/1981, p.6), contava nesse período com aproximadamente 30 mil professores, no entanto, apenas 7 mil docentes estavam regularmente contratados para atuar no 1º Grau, e aproximadamente 800 profissionais no 2º Grau.

A grande maioria do professorado foi contratada por meio de dispositivos como a Lei nº 4.277/81, a famigerada “Lei do Cão”.

A Lei do Cão surgiu no governo de Castelo, e eu era deputado. Naquela época o governador Nunes Freire entregou o Governo do Estado para João Castelo com 22 mil funcionários, o João Castelo deixou o estado com 52 mil funcionários. Ele nomeou 50 mil funcionários para o Estado (MÁRIO CARNEIRO, Entrevista concedida em 22/01/2016, ANEXO B, p. XXXIV)

Essa Lei nº 4.277 de 27 de abril de 1981, que instituiu regime jurídico aos servidores admitidos em caráter temporário, dava certas providências, conforme transcrito abaixo.

Art. 1º - A presente Lei estabelece o regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada, nos órgãos da administração direta e autárquica do Estado.

Art. 2º - Além dos funcionários públicos e do pessoal regido pela Legislação trabalhista, poderá haver na administração estadual servidores:

I – admitidos para a execução de serviço de caráter temporário;

II – contratados para o desempenho de função de natureza técnica especializada.
 Art. 3º - As formas de provimento, classificação e remuneração dos servidores de que trata esta Lei, serão definidas em regulamento próprio. (MARANHÃO, 1981)

Esse aparato legal oferecia ao governo a liberdade de deliberar sobre esses servidores, que receosos de perderem, muitas vezes a única fonte de renda, se submetiam a todo tipo de desrespeito imposto pelo governo aos trabalhadores. Isso se materializava, por exemplo, nos baixíssimos salários que não eram ajustados mesmo com a oscilação inflacionária, muito comum nesse período, e no atraso frequente dos salários.

A APEMA estava passando por um processo de transição que deu origem a um novo impasse relacionado às suas deliberações que foram, então, expressas nas páginas d'O Imparcial, datado de 07 de junho de 1981. As quais informavam sobre o resultado da eleição para compor a nova diretoria da APEMA, realizada no dia anterior, e demonstrava que muitos professores ficaram insatisfeitos com o impedimento de abertura de novas chapas para concorrerem ao pleito, uma vez que o Estatuto da entidade só possibilitava participação de associados em cargos de direção caso estivessem na condição de fundadores. Talvez isso explique a participação de apenas 40% dos 700 associados da época, e a formação de chapa única na qual se elegeu Antonio Anacleto Ferreira. Este aproveitou seu discurso para afirmar que em sua gestão iria procurar priorizar a reformulação do estatuto da entidade, bem como a estrutura física da sede. (p.2)

Por outro lado, a base da categoria via que os pontos primordiais a serem considerados pela nova direção da APEMA, pelo menos, naquele momento era especialmente, a regulamentação do Estatuto do Magistério, que desde janeiro daquele mesmo ano (1981), havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa mas, até então não tinha sido regulamentado, além da pauta nacional de aposentadoria do professor aos 25 anos de serviço e 12% do orçamento da União para o setor da Educação. Isso acabou provocando divergências entre a base e a nova direção do sindicato.

Dois decretos foram incorporados também ao Estatuto do Magistério que dispuseram sobre as progressões horizontal e vertical, Decretos nº 8.214, de 10 de agosto de 1981, e o de N.º 8272, de 10 de setembro de 1981. Essa legislação acabou por não suprir as necessidades dos professores, sobretudo porque sua execução foi, arbitrariamente, e sucessivas vezes impedida pelos governos que seguiram.

3.5.2 Outras ações de mobilização empreendidas pela APEMA

Passado alguns meses da posse de Antonio Anacleto Ferreira, em decorrência da situação educacional no Estado, a APEMA organizou o Primeiro Seminário Estadual de

Professores, realizado exatamente no dia 15 de outubro. O evento iniciou com debate e protestos, pois o pagamento do salário estava há quase 30 dias em atraso. Outro ponto discutido foram os rumos que as políticas educacionais estavam tomando no país. Ao avaliar a Lei nº 5.692/71, o presidente da APEMA, professor Antonio Anacleto Ferreira, se posicionou sobre a lei, e afirmou que a mesma objetivava

[...] apenas preparar uma mão-de-obra barata a serviço do sistema de opressão e enfraquecimento das classes de elite do sistema capitalista. Em consequência disso - acentuou - veio o barateamento dos salários e empobrecimento cultural e econômico das classes trabalhadoras brasileiras. (O IMPARCIAL, 15/10/1981, p. 7).

Nesse mesmo sentido, questionou de forma enfática o que chamou de

[...] a robotização do aluno, a criação de gerações frustradas, e o enfraquecimento da sociedade num todo [...] são os principais fatores que estão levando o ensino brasileiro à falência, além da verba de 12 por cento que a Educação tem direito, e, no entanto, são empregados apenas 4 por cento, que além de pouco, são ainda desviados para outros projetos. (Ibid.).

Naqueles dias tumultuados, do início da década de 1980, em que a transição política brasileira procurava se firmar, alguns intérpretes do campo educacional observavam que esta enfrentava um quadro de insolvência. Por outro lado, muito embora a profissão docente seja uma das mais antigas do país, o magistério ainda era visto como um sacerdócio e não como um trabalho sujeito aos rigores da lei e a disciplina laboral imposta pelos empregadores públicos ou privados. Na verdade o que os professores tinham era um salário achatado, péssimas condições de trabalho, ausência de liberdade de cátedra, além de influência e manipulação ideológica do regime militar.

No entanto, é importante dizer que, nos chamou atenção, nos excertos do discurso do professor Antonio Anacleto Ferreira, acima reproduzidos, uma manifestação clara e consciente da realidade educacional que se impunha pela força do estado naquele momento histórico que o país atravessava.

O professor José de Ribamar Ferreira Gomes, do município de Coelho Neto, na edição d'O Imparcial de 15 de outubro de 1981, declarou que “os salários baixíssimos, não compensam, e para se viver melhor, temos que ter uma média de quatro empregos, caso contrário, o professor morre de fome”. (p. 5)

Como já ressaltado, os docentes ainda tinham que lidar com a questão dos constantes atrasos nos pagamentos. E nesse período, tanto o Estado como boa parte dos municípios estavam com os pagamentos dos professores atrasados, segundo informou a orientadora Marilda Lopes, trabalhadora das duas redes:

[...] os vencimentos de setembro deveremos receber com o de outubro, se este também não atrasar demais. Além do pagamento do professor-contratado, pelo Estado, que está atrasado há dias (O IMPARCIAL, 15/10/1981, p. 5).

Os debates em torno da educação maranhense continuaram, e a APEMA junto ao Sindicato dos Professores de São Luís, Associação de Professores de São Luís e o Centro Cultural Bandeira Tribuzi, promoveram a I Semana dos Professores de São Luís; ocorrida de 04 a 11 de novembro de 1981, no auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite, que teve como tema “Qualidade de Ensino e a Valorização do Professor”. A abertura do evento foi realizada pela delegada regional do MEC, que mais tarde, em 1983, viria a se tornar Secretária Estadual de Educação, Leda Tajra. Além de ter na programação discussões sobre a realidade do ensino em São Luís, implantação do Estatuto do Magistério, ensino profissionalizante e a luta dos professores por melhores salários e a marginalização do professor; o evento contou, ainda, com a participação do professor Gumerindo Milhomem, presidente da, então, Associação dos Professores de São Paulo, que mais tarde veio a se tornar o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP. (O IMPARCIAL, 06/11/1981, p. 2)

A APEMA demonstrava um crescimento organizativo e o fortalecimento na sua atuação sindical, por meio das ações que vinha realizando e pela postura que tomava diante da situação educacional do Estado. Como é caso da preocupação em realizar atividades nas cidades do interior do estado, tal qual ocorreu, em 21 de novembro de 1981, na cidade de Caxias, com o objetivo de conscientizar, mobilizar e unir a categoria com vistas a enfrentar a situação da educação, além de convocar o professorado para o 15º Congresso Nacional dos Professores, promovido pela Confederação dos Professores do Brasil.

O professor Antonio Anacleto Ferreira expôs sua avaliação sobre a sociedade:

[...] a sociedade brasileira era alienada, e que os professores com seus salários achatados numa situação de indignidade sem nenhum respeito ao magistério, por parte dos governos que fazem dos professores uma mera peça, usada pelo sistema para seus próprios benefícios [...] Os objetivos da APEMA estão aceitos pelos professores de Caxias e da região, em demonstração de interesse de se unirem para lutar contra o seu inimigo comum que é a estrutura política, econômica e social do momento. (O IMPARCIAL, 28/11/1981, p. 13)

Pelo teor dessas declarações é possível dizer que alguns setores da direção da APEMA tinha clareza do que significava o regime autoritário e os prejuízos causados à sociedade naquele momento tão conturbado no país. Entendia, também, que a escola poderia ser considerada um aparato de reprodução dos interesses do Estado cooptando os seus professores, mas não todos que jamais iriam se curvar como fidedignos representantes do modelo ideológico disseminado pela ditadura militar e que a sua união poderia trazer força e ânimo para que o modelo vigente pudesse ser superado.

3.5.3 O Enquadramento ao Novo Estatuto do Magistério e a “Herança Maldita”

Seguindo, o exemplo da Confederação de Professores do Brasil, a APEMA emitia notas oficiais, congratulando-se com as ações desenvolvidas pelo governo em resposta às reivindicações da entidade, como é possível comprovar com a manifestação que localizamos edição do Jornal O Imparcial

A Associação de Professores do Estado do Maranhão - APEMA - distribuiu ontem nota [oficial] se dizendo gratificada pelo rápido atendimento do Governo do Estado para com as reivindicações dos professores quando a seleção para ingresso dos mesmos no Novo Estatuto do Magistério e ao mesmo tempo lamentando, entretanto, o período para o seletivo a ser efetivado em janeiro, quando os professores estão de férias”. É a seguinte a íntegra da nota assinada pelo presidente, Antonio Anacleto Ferreira:

SIMPATIA E APREENSÃO DA APEMA FACE AO SELETIVO DE PROFESSORES

Abertas as inscrições para o SELETIVO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL, objetivando o ingresso dos mesmos no NOVO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, a APEMA sente-se gratificada pelo rápido atendimento que o governo através da Secretaria de de Administração dá à sua PROMESSA feita aos professores, quando no dia 17 de novembro passado [...] Ressalta-se também, o empenho e o esforço do Sr. Secretário de Educação Prof. Antonio Carlos Beckman, no sentido de se melhorar a situação do “boia-fria”, definindo-lhe funcionalidade e salário mais digno. Esperançosa, a APEMA vigilante e ciosa, há de cobrar do governo promessas e palavras dadas, comprometendo-se porém em publicar, não por julgar favores públicos, todas as realizações governamentais feitas para bem servir a Classe.

....Antonio Anacleto Ferreira....

PRESIDENTE DA APEMA (09/01/1982, p. 7)

A nova tabela salarial para o Grupo do Magistério foi divulgada, e com ela veio o anúncio de efetivação do Art. 18 e 19 do, então, recém-aprovado Estatuto do Magistério, conforme abaixo reproduzido.

CAPÍTULO III

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS

Art. 18 – Incentivo financeiro e a vantagem pecuniária atribuída ao pessoal do magistério em razão do seu efetivo desempenho em sala de aula.

Parágrafo único – o incentivo será adicionado ao vencimento-base.

Art. 19 – O incentivo financeiro será fixado em bases percentuais, observados os seguintes critérios:

I – pelo exercício em escola de difícil acesso;

II – pelo exercício em escola ou classe de alunos excepcionais;

III – pela efetiva regência das seguintes classes:

a) pré-escolar;

b) alfabetização de adultos;

c) das quatro primeiras séries do 1º grau;

d) das demais séries do 1º grau, e

e) do 2º grau.

IV – pelo exercício em escola localizada na periferia da capital;

V – pelo exercício em escola ou classe estabelecida em local e em ambiente insalubre ou vizinha de local onde se desenvolvam atividades assim consideradas.

(MARANHÃO, Lei nº 4.270, de 16 de dezembro de 1980)

O incentivo financeiro, que nos dias de hoje é conhecido por Gratificação de Atividade de Magistério – GAM (MARANHÃO, Lei nº 6.110 de 15 de agosto de 1994, Art.

58) estava sendo implantado e seus percentuais foram calculados sobre o vencimento-base do docente conforme excerto abaixo,

I – Pelo efetivo exercício em classe de alunos excepcionais da rede estadual de ensino (cinquenta por cento); II – Pela efetiva regência das seguintes classes: a) pré-escolar (vinte por cento); b) alfabetização de adultos (dez por cento); c) das quatro primeiras séries de 1º Grau (dez por cento); e) do 2º Grau (dez por cento). (O IMPARCIAL, 04/03/1982, p. 7)

Para a categoria essa era uma conquista parcial visto que, como já foi dito, o Estatuto do Magistério só beneficiava uma parcela pequena do professorado maranhense. Para dirimir essa questão, foi nesse momento que o Estado iniciou o curso e/ou treinamento seletivo aos professores que em seu término, mediante aprovação, teriam o direito à sua efetiva nomeação.

A aprovação, no chamado Treinamento Seletivo daria ao professor o *status* necessário para se enquadrar ao Estatuto do Magistério e garantiria o direito à melhoria salarial, bem como a outros benefícios, tais como progressões horizontal e vertical que, conforme mencionado anteriormente, foram incorporadas à Lei nº 4.270 de 16 de dezembro de 1980.

Para o professorado a estabilidade era um dos pontos mais importantes da pauta de reivindicações e, conquistá-la seria um grande triunfo. Em entrevista realizada com a professora Raimunda Rilma Melo de Carvalho, aposentada da rede estadual e remanescente desse período, foi possível perceber suas impressões acerca desse processo:

[...] João Castelo, encheu o Estado, encheu o Estado, “Trem da Alegria”, aí quando Luiz Rocha entrou, [...] Aí deve ter tido um acordo entre Luiz Rocha e João Castelo né? E o quê que aconteceu? Foi feito tipo um curso, eu te digo porque eu entrei naquele tempo [...] um curso de mais ou menos 15 dias, não lembro: uma semana ou 15 dias e no final desse período eles fizeram uma prova, que era justamente pra aprovar todo mundo, pra poder dizer que era concursado, e isso deu a estabilidade. E foi isso que garantiu realmente a estabilidade de todo mundo naquela época. (Entrevista concedida em 20/01/2016; ANEXO B, p. XL)

Nesse primeiro seletivo, havia uma perspectiva para o enquadramento de 3 mil professores, mas isso não ocorreu imediatamente, o que gerou muitos embates entre a categoria e a direção da associação. Isso culminou na decisão da APEMA em realizar o I Congresso Maranhense de Educação, ocorrido entre 28 e 31 de junho de 1982, com participação de aproximadamente quinhentos professores, no auditório da Biblioteca Benedito Leite, com a temática “Educação e realidade”. A proposta era, após debater os problemas educacionais, encerrar o evento com uma pauta reivindicatória, entre outras coisas, exigindo:

[...] mais verbas para educação, piso salarial mínimo de 2,5 salários mínimos, Décimo Terceiro Salário para os funcionários; escolha dos diretores das Escolas pelos professores, valorização da classe profissional, repensamento de um modelo atual, ensino público gratuito para todos implicados em melhores salários para o professor, extinção da Caixa Escolar, desobrigatoriedade do uniforme, melhor Assistência Educação, menos opressão nas escolas, liberdade de pensamento para o

professor e para o aluno, desmilitarização do ensino e promoção intelectual do professor. (O IMPARCIAL, 30/07/1982, p.6)

É importante destacar que, o conjunto de reivindicações da APEMA, ao final desse congresso, trouxe em seus temários e resoluções questões sociais e o posicionamento mais alinhado à tendência progressista de intervenção favorável ao processo de transição democrática que estava em curso no cenário político nacional.

Dias depois, Antonio Anacleto Ferreira, enviou nota à imprensa primeiramente exaltando a “honestidade, sabedoria e grandeza de alma de Ivar Saldanha”, isso porque o governo estava começando a enquadrar os primeiros professores interinos (sob o regime da Lei nº 3.578/74). Contudo, a matéria demonstra o dissabor do presidente da APEMA em relação ao Secretário de Educação, ao mencionar que ele

Desabafou também, em relação à assinatura dos decretos de enquadramento, a insatisfação da APEMA, por não ter sido convidada para as solenidades concluindo isso acontecer por razões óbvias, as quais são de conhecimento público, originando a ausência de centenas de professores no Salão de Atos do Palácio dos Leões. Criticou, no ensejo, o discurso de agradecimento do Secretário da Educação, argumentando o princípio universal do Direito. “Agradecer o quê, excelência? – disse na nota – A estabilidade devida ao professor e defendida com denodo pela classe? Por acaso isto é favor? Quem nomeou os professores inconstitucionalmente? Quem ficou desde 1967, por culpa do Governo, ao arrepio da Lei?” (O IMPARCIAL, 15/08/1982, p. 7)

O presidente da APEMA, na carta, demonstrava a insatisfação por não ter sido convidado para a solenidade de assinatura dos decretos de enquadramento de professores, e chamou de “herança maldita” a situação funcional de muitos servidores, que segundo ele, eram assim contratados pelo Estado desde 1967, tal qual aponta o excerto abaixo.

“HERANÇA MALDITA”

Alegando que “direito não se pede, exige-se”, Anacleto Ferreira acentuou haver mesmo uma obrigação do Governo em reparar esta “herança maldita” deixada pelas gestões anteriores, quando, desrespeitando a Constituição, nomearam funcionários sem concurso público. Lamentamos que ao reparar tamanha injustiça, hoje deixe-se para governos futuros uma herança bem mais maldita e muito maior: os prováveis vinte mil funcionários admitidos pela lei quatro mil duzentos e setenta e sete, sem nenhuma perspectiva de funcionalidade legal” (Id.)

Para o dirigente associativista, uma das maiores preocupações era com os 20 mil funcionários, contratados por meio da Lei nº 4.277 de 27 de abril de 1981, que não oferecia nenhuma perspectiva de funcionalidade legal. Uma inquietação da categoria que resumia

[...] a miséria reinante no setor educacional; dos salários achatados, aos que, durante todos este ano, não ganharam ainda os seus ordenados, como a maioria dos professores dos Ginásios Bandeirantes, dos admitidos neste ano; além dos que lecionam em salas sujas, sem luz sem água e sem ventilação, com crianças sedentas no chão por falta de carteiras em inúmeros colégios. (O IMPARCIAL 15/08/1982, p. 7)

É importante lembrar que, por aqueles dias, foram realizados muitos investimentos na expansão do acesso ao ensino, porém, o que se percebe pelo teor da declaração é que não

houve uma manutenção dos prédios escolares, colocando trabalhadores e alunos em condições insalubres.

Antonio Anacleto Ferreira, como outros do seu tempo, é o caso do professor Mário Carneiro, exerciam um modo muito particular de fazer política. Seu discurso oscilava entre o afago e a crítica impiedosa contra os seus adversários ou mesmo aliados de ocasião. Esse contorcionismo político talvez seja o que melhor explique o débito que a associação criou ao receber do governador aquela doação, além dos esforços que ele estava fazendo para dar respostas a outras pautas, como o reajuste do qual mencionamos, que para categoria foi um “aumento salarial que contemplou cerca de 12 mil professores em todo o estado e a autorização para o terceiro Treinamento Seletivo, que segundo o, então Secretário de Administração, Antonio Carvalho Silva, “significava correção das distorções presente na situação funcional desses professores” (O IMPARCIAL, 01/04/1982, p. 7).

Os esforços da APEMA não cessaram em relação à implantação do Estatuto do Magistério, sobretudo ao grupo dos professores contratados, vindo mais tarde, paulatinamente, todos que resistiram sob essas condições de trabalho, serem nomeados, mesmo aqueles contratados no regime da Lei nº 4.277/81, acabaram sendo enquadrados pelos Estatutos do Magistério de 1986 e 1994. Em que pese operar um deslocamento na periodização do presente estudo, acreditamos ser oportuno, abrir um novo parêntese, para dizer que os Governos do Estado do Maranhão veem mantendo a tradição de aprovar e regulamentar Estatutos do Magistério sem nenhum compromisso em cumpri-los.

3.5.4 A doação da sede da Associação de Professores do Estado do Maranhão e o prenúncio de sucessivas paralisações

As relações que se estabeleciam entre os dirigentes associativistas e os representantes governamentais nem sempre foram marcadas pela defesa dos interesses classistas e ou políticos dos seus porta-vozes. Não é de se estranhar, nesses casos, o estabelecimento de relações pautadas na amizade existentes entre os interlocutores ou mesmo que procurassem traduzir certas particularidades presentes na forma pelo qual os seus personagens agiam. Não foi de outra forma que a APEMA recebeu do Governo do Estado a doação de um prédio para funcionamento de sua sede, local no qual, até os dias de hoje, funciona o SINPROESEMMA.

Tais premissas, acima esboçadas, ficam evidenciadas pelas palavras do professor Mário Carneiro quando observa que foram as relações de amizade entre ele e Ivar Saldanha que propiciou à categoria o recebimento da doação de um prédio no centro histórico de São Luís.

Quando eu [fui] deputado e o colega deputado Ivar Saldanha foi assumir o governo pela saída de João Castelo, ele era o vice, porque o vice, General Arthur Carvalho tinha morrido, então ficou como vice, na hierarquia o presidente da Assembleia, e Ivar era o presidente da Assembleia. Quando João Castelo renunciou pra ser Senador da República, então Ivar Saldanha assumiu o Governo; nesta época nós conseguimos com Ivar Saldanha e amizade com ele, mas nós professores, era nosso colega, nós estávamos juntos na Assembleia, votava junto comigo as coisas dos professores, aí nós conseguimos aquela casa lá no centro, [...] só sei que conseguimos a casa através do Governado Ivar Saldanha, nós devemos isso a ele, e ele era a pessoa de nossa alegria ali dentro. (Entrevista concedida em 22/01/2016, ANEXO B, p. XXXIV)

Havia também uma pressão do presidente da APEMA, Antonio Anacleto Ferreira, sobre Ivar Saldanha, que se materializava através de notas à imprensa, o que pode ter contribuído para essa doação, já que havia uma lista grande de demandas do professorado maranhense. De todo modo, a resposta da APEMA ao ato de concessão do prédio para fixar sua sede, foi dar a Ivar Figueiredo Saldanha, o título de benemérito da associação. A entrega do título estava programada para o dia 15 de outubro de 1982, mas o governador se manifestou publicamente pedindo desculpas por não poder comparecer à festa em comemoração ao dia do Professor, quando receberia em ato solene a honraria. (O IMPARCIAL, 15/10/1982, p. 7)

Foi assinado, então, pelo governador Ivar Saldanha, no dia 14 de outubro de 1982, em solenidade no Palácio dos Leões, o projeto de lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa autorizando a doação do imóvel,

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Professores do Estado do Maranhão – APEMA, entidade civil de direito privado, o imóvel de propriedade do Estado situado na Rua Henrique Leal, n. 128, nesta cidade, a fim de que a referida associação ali instale sua sede própria. (MARANHÃO, Lei nº 4.488 de 22 de fevereiro de 1983)

No mesmo dia em que foi firmado esse projeto de lei, um novo “Treinamento Seletivo” teve sua realização anunciada, com o objetivo de enquadrar mais 7 mil professores ao novo Estatuto do Magistério.

O secretário Antonio Fernando por sua vez, destacou a importância do treinamento a ser promovido que vai beneficiar milhares de professores. ele revelou que “nos treinamentos anteriores mais de 7.500 professores foram beneficiados e destacou o apoio do Governo que tem traduzido as aspirações da classe” (O IMPARCIAL, 15/10/1982, p. 7)

Esse discurso do secretário de educação trouxe à tona inúmeras contradições uma vez que, no mês de maio do ano seguinte, a edição d’O Imparcial (19/05/1983, p. 5) se expunha a preocupação da APEMA em garantir o enquadramento dos professores participantes do Treinamento Seletivo ao Estatuto do Magistério. Segundo o professor Antonio Anacleto Ferreira informou, o quantitativo de partícipes foi inferior, 4.500 docentes

até então já haviam realizado o treinamento e não 7.500 como havia dito o representante do Estado, e destes “somente 10 foram enquadrados entre agosto de 1982 e março de 1983”.

Essa era a materialização de mais uma manobra do governo sobre a categoria dos professores maranhenses.

Por outro lado, muitas dúvidas pairavam sobre a situação funcional dos professores horistas. A Lei nº 4.277/81, como já foi mencionada, era um dispositivo legal utilizado pelo Governo a fim de contratar pessoal para o exercício do serviço público, mas, por outro, era um método utilizado com a intensão visível de excluir do trabalhador qualquer possibilidade de estabilidade. Geralmente esses contratados eram indicados por políticos, o que não os eximia de incorrer nos sucessivos atrasos salariais e demissões sumárias.

Essa situação desencadeou em novembro 1982 um Debate Político organizado pelo núcleo da APEMA na cidade de Caxias. O intuito era discutir com as lideranças políticas daquela cidade e do Estado suas propostas para a educação, já que aquele era um período eleitoral e muitos problemas assolavam os professores caxienses tanto da esfera pública como da privada, sendo o principal deles, atrasos em seus vencimentos. (O IMPARCIAL, 07/11/1982, p. 12)

Em março de 1983 os professores de Caxias, começaram a realizar manifestações contra o governo pela falta de pagamento que, conforme o periódico O Imparcial, o atraso já ultrapassava os dois meses. A mesma matéria afirmava também que os professores

Alegavam que na situação de crise, em que se encontram, as implicações desse atraso, na vida de pessoas que têm desse salário um único meio de sobrevivência é inexplicável que o Governo do Estado adote uma política de discriminação entre eles e os funcionários da capital, que já receberam seus vencimentos de fevereiro, enquanto muitas cidades do interior ainda não receberam nem o mês de janeiro. (04/03/1983, p. 5)

O resultado desse movimento reivindicatório foi uma greve, deflagrada em 07 de março de 1983, com adesão de professores da rede pública estadual e privacidade ensino, ironicamente, todos estavam com salários atrasados (O IMPARCIAL, 08/03/1983, p. 7).

Nas mesmas páginas desse jornal, o professor Sidney Rocha, presidente da APEMA do núcleo de Caxias declarou:

Como agentes transformadores da sociedade, os professores [...] não estão sujeitos em hipótese alguma, a viver sem salários. “Acima de qualquer lei [...] está o direito humano e, assim sendo não há lei humana nem divina que obrigue se trabalhar sem salários. O professor de Caxias está passando fome e miséria e não se pode trabalhar com fome.

Sendo chamado para as negociações, o professor Antonio Anacleto Ferreira, presidente estadual da APEMA utilizou seu velho método de pressionar, lançando notas à imprensa,

[...] o Governador Luiz Rocha e sua inteligente assessoria sensível às mutações sociais, cioso do papel do professor, haverá de conduzir o magistério do Maranhão e o ensino de modo geral a uma plenitude histórica de realce. (O IMPARCIAL, 18/03/1983, p. 5)

Luiz Rocha havia acabado de assumir o papel de condução do Estado, e o professor Antonio Anacleto Ferreira, esperava sensibilizar o seu governo para os problemas não apenas concentrados na cidade de Caxias, mas em todas suas regiões. Afinal, dias depois o professorado da rede estadual na cidade de Barão do Grajaú iniciaria uma paralisação pelo mesmo motivo da greve em Caxias, que havia sido os atrasos nos seus vencimentos.

Uma série de discussões foi iniciada com a recém-chegada Secretária de Educação Leda Maria Chaves Tajra e uma comissão formada pela APEMA, tendo como um dos pontos principais a situação dos professores contratados pela Lei. n° 4.277/81.

A fim de abrir as discussões para a categoria, a APEMA planejou dois eventos. O primeiro em São Luís com a realização do II Seminário Estadual dos Professores, sob o tema: Política Educacional e Organização dos Professores, realizado em 14 e 15 de outubro 1983 no Liceu Maranhense (O IMPARCIAL, 16/10/1983), e o segundo na cidade de Bacabal – I Seminário Municipal de Professores de Bacabal, com a temática: Política Educacional do Governo e as Entidades de Professores. O objetivo dos encontros era discutir os problemas pelos quais os trabalhadores estavam sofrendo naquele momento, como: ameaças de demissões (O IMPARCIAL 20/05/1983, p. 5); situação funcional dos docentes (O IMPARCIAL, 04/09/1983, p. 5); atrasos nos pagamentos (O IMPARCIAL, 04/03/1983, p.5; 16/04/1983, p.5; 26/10/1983 p.2; 28/10/1983, p. 10).

Nesse momento, a APEMA fixou núcleos em várias regiões do estado, mais precisamente nas cidades de Imperatriz, Caxias, Timon, São Mateus, Bacabal e Chapadinha (O IMPARCIAL, 20/05/1983, p. 5).

Por conta da passagem do dia do Servidor Público, consagrado na data de 28 de outubro, a APEMA, distribuiu uma nota de protesto contra o governo, conforme é possível verificar pelo seu excerto abaixo reproduzido:

A nota é dirigida aos funcionários públicos e professores, dizendo que hoje não é um dia de festa, mas uma data para reflexão e até protestos contra a insensibilidade dos nossos representantes na área do Executivo e do Legislativo. Protesto contra a política anti-povo que o Governo vem mantendo, embora diga que governa para o povo, afirma a nota.

Os protestos são contra a impassividade dos nossos parlamentares que nada fazem para melhorar a condição de penúria em que está vivendo a nossa gente. Também contra o que chamou de sadismo consciente do Poder Público, que parece sentir prazer em, paulatinamente, matar o povo de fome, de angústia por não poder honrar seus compromissos em razão dos atrasos salariais.

A Nota da Associação dos Professores incita a classe a unir-se em torno de uma grande paralisação que já conta com a adesão de 63 municípios. (O IMPARCIAL, 28/10/1983, p. 3)

Conforme apuramos O Imparcial não publicou a nota na sua íntegra, mas a encerrou afirmando que os professores estariam se mobilizando para uma paralisação de grandes proporções no Estado.

Em meados de junho 1984, cerca de 800 professores do segundo grau paralisaram suas atividades por estarem com os salários atrasados por cerca de 4 meses. A fim de amenizar a situação com o professorado o governo anunciou um aumento salarial de cem por cento, tal qual se pode constatar, pela notícia jornalística, abaixo reproduzida:

[...] “O funcionalismo público maranhense e particularmente os professores estão de parabéns com o aumento salarial concedido pelo Governador Luiz Rocha”, disse ontem o ex-presidente da APEMA, professor Antonio Anacleto Ferreira [...] “os professores maranhenses passam a ter vencimentos superiores aos dos seus colegas de alguns Estados nordestinos [...] a nossa confiança renasce agora com o substancial aumento concedido à classe, graças ao espírito público do Governador Luiz Rocha, que se afirma cada vez mais”. (O IMPARCIAL, 04/07/1984, p. 5)

Nesse momento, o professor Antonio Anacleto Ferreira, não estava mais na presidência da APEMA, seu sucessor foi o professor Antonio Marmo Martins Pavão, que deixou o cargo em poucos meses. A liderança da entidade ficou, então, a cargo da vice-presidente, professora Lucimá Goes de Sousa que esteve à frente da entidade por 23 anos.

3.6 A primeira greve de professores da rede pública estadual maranhense

3.6.1 As Primeiras Lutas

O período em que a APEMA se constituiu foi um tempo difícil para os maranhenses, como de resto, em todo o Brasil, no Maranhão, se vivia um momento de grande “arrocho salarial”.

Com a inflação desgovernada houve momentos em que as entidades sindicais reivindicavam reajustes na casa de 250% para os funcionários públicos. Sucessivas e incontáveis greves foram deflagradas por profissionais de todas as áreas dos setores públicos, como também nas organizações e empresas privadas.

Em 1985, por exemplo, foi formada uma comissão de oito sindicatos e associações para coordenar as atividades de negociação junto ao governo, cuja base mantinha vínculo empregatício com o Estado. (O IMPARCIAL, 15 de março de 1985).

O movimento dos trabalhadores do Estado do Maranhão contava nesse mesmo ano com representatividade de cerca de 20 entidades, o que refletia o nível de descontentamento no seio das diversas categorias, originado dos baixos salários recebidos e do alto custo de vida que assolava todos os assalariados do país.

No Dia Nacional de luta dos Professores Brasileiros, 11 de abril, a Associação dos Professores do Estado do Maranhão (APEMA) encaminhou ao Governo Luiz Rocha

uma carta aberta, em que reivindica o direito da categoria, desfrutar dos seus direitos inalienáveis. Em razão disso, a APEMA solicita o enquadramento ou a reclassificação daqueles professores que estão amparados por lei, no prazo de 30 dias, para que a categoria recupere a confiança nas autoridades constituídas e, assim, possa “ouvir os sinos da Nova República”. (O IMPARCIAL, 13/04/1985, p. 7).

Acima temos o fragmento de uma carta aberta enviada pela APEMA ao governador Luiz Rocha. Na mesma, a associação afirmava que embora o enquadramento e a reclassificação, tanto dos celetistas como dos estatutários fosse um direito líquido e certo, há mais de dois anos não vinham sendo cumpridos, e que há muito tempo a associação vinha tentando sensibilizar o governador para “a situação esdrúxula em que se encontrava a categoria” (APEMA apud O IMPARCIAL, 13/04/1985, p. 7).

Nas mesmas páginas do jornal se fazia, ainda, a alusão ao XVIII Congresso Nacional de Professores, que havia definido o dia 11 de abril como dia Nacional de Luta por mais verbas para educação; como também a defesa do piso salarial de três mínimos, o reajuste trimestral, a efetivação do Estatuto Nacional do Magistério, as eleições diretas para diretores e delegados de ensino, e propostas de cunho político como eleição de uma constituinte livre, democrática e soberana, dentre outras reivindicações.

Ocorre que o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus há muito não exercia qualquer influência sobre governantes a fim de garantir os direitos da categoria. Então a APEMA, em 06 de abril de 1984, enviou um manifesto em prol desses trabalhadores.

A APEMA observa, na carta aberta, que embora “o enquadramento e a reclassificação, tanto dos celetistas como dos estatutários, seja um direito líquido e certo, há mais de dois anos não vêm sendo cumpridos”. A associação há algum tempo vem tentando sensibilizar o Governador para “a situação esdrúxula em que se encontra a categoria”, através de documentos (manifesto de 06.04.84, reformulação do Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus, em 09.01.85, proposta de aumento, em 14.01.85) e reuniões a nível de Secretaria de Educação e do próprio Gabinete do Governador. (APEMA apud O IMPARCIAL, 13/04/1985, p. 2)

Pelas matérias coletadas dos jornais é possível termos uma noção das adversidades que assolavam toda a população nesse período histórico. Eram perturbações de toda sorte, e a censura talvez uma das mais difíceis de enfrentar.

No interior do Estado a problemática era ainda maior. Na cidade de São Mateus (distante 251km da capital), por exemplo, no dia 1º de maio, o Clube de Mães e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, organizaram uma manifestação pública. Nessa ocasião, por conta de tomar a palavra e denunciar a difícil condição das professoras municipais e fazer referência aos seus baixos salários, Maria da Cruz Alves, professora do Colégio Municipal Santa Clara, foi sumariamente demitida. Josefa Doralice Bezerra, presidente do Clube de Mães, sensibilizada, mobilizou-se junto aos moradores daquela cidade realizando um abaixo-

assinado contra a atitude repressiva e autoritária do prefeito Francisco Moraes de Araujo. Frente a esse fato, os moradores de São Mateus se indagaram:

O prefeito ainda não entendeu que o tempo de desmando acabou? Que na Nova República não é mais crime manifestar pacificamente o desejo de um salário justo e de uma condigna condição de vida? Que o prefeito acorde: os tempos mudaram e ninguém mais pode perder o emprego porque fala a verdade. (O IMPARCIAL, 31/05/1985, p. 7).

Os questionamentos da população eram muito pertinentes e a atitude autoritária do prefeito não era um traço exclusivo desse alcaide, antes, pelo contrário, essa era uma postura comum adotada pelos governantes de todo o Maranhão.

A reformulação do Estatuto do Magistério promulgada em 1980, por meio da Lei 4.270, de 16 de dezembro, que dispunham sobre cargos e carreira de professores do primeiro e segundo grau do Estado não vinham sendo cumpridas. Em 1983, por exemplo, o governador Luiz Rocha sem nenhuma justificativa plausível, deixou de assinar os atos que possibilitariam a progressão vertical e horizontal de cerca de mil professores e especialistas em educação. Somente em 18 de junho de 1985, esses professores foram, finalmente, enquadrados, perdendo com isso, três anos de incorporação e benefícios com a automática progressão funcional e a consequente melhoria de ordem salarial, férias e recesso, percentuais por difícil acesso, definição da jornada semanal de trabalho dividida de acordo com o grau de ensino entre outros direitos sociais (O IMPARCIAL, 19/06/1985, p. 1).

O que podemos dizer sobre esses dias, é que a APEMA sempre procurou dar apoio aos professores da rede pública municipal envidando todos os esforços para fortalecer as lutas de sua coirmã, a Associação dos Professores do Ensino Médio do Município de São Luís – APEMM; trazendo à tona as reivindicações dessa categoria, estabelecendo o estreitamento das relações com sua direção sindical, enfim, procurando estar junto e participando das reuniões, das assembleias, bem como das mesas de negociações em que fosse possível estar presente com essa entidade.

Nesse período (1985), a Câmara dos Deputados havia aprovado o Projeto de Lei emanado do Poder Executivo que regulamentava a aplicação da Emenda Constitucional 24, do Senador João Calmon, segundo o qual a União, assim como os Estados e Municípios deveriam aplicar, respectivamente, 13% e 25% de suas receitas em educação.

A APEMA também esteve envolvida diretamente, com os pleitos dos trabalhadores do Projeto da TV Educativa¹⁸ instalado no Maranhão em 1969. Seu objetivo era viabilizar e

¹⁸ A TV Educativa integrava o Projeto de Educação do “Maranhão Novo” e surgiu em 1º de dezembro de 1969 permanecendo ativa por 36 anos. Sua proposta estava baseada em uma produção de natureza especificamente

acelerar o processo de ensino-aprendizagem, inicialmente, de alunos do ginásio, estendendo-se, mais tarde, para outras modalidades, que atendiam cerca de 30 mil alunos distribuídos por todo Estado. Ocorre que os servidores das diversas áreas, como o caso dos professores, jornalistas, técnicos e demais profissionais, assim como os professores do Centro Educacional do Maranhão – CEMA, e do Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional– IMTEC, estavam reivindicando o retorno da entidade ao status de Fundação Maranhense de Televisão Educativa – FMTVE, como era quando iniciou suas atividades em 1969. Esse pleito se deu pelo fato de em 1981, o governador João Castelo tê-la transformado em autarquia e, acompanhando essa mudança veio, também, a desvalorização desses profissionais, que tiveram seus salários reduzidos, abruptamente, de 10 a 2 salários mínimos, além da perda de autonomia na elaboração e desenvolvimento de seus projetos de assistência e a construção de materiais de apoio vinculados a realidade maranhense, dentre outras perdas.

A sede da APEMA serviu de base política e logística para esse movimento e a diretoria interveio junto ao comando de greve nas mesas de negociação com o Estado.

Orientadores, técnicos e servidores do CEMA, INTEC e TVE retomam suas atividades a partir de hoje, conforme deliberação da assembleia geral dos três setores grevistas realizada ontem na Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA. Aprovaram as contra-propostas da Secretaria de Educação para que num prazo de dez dias a Secretária Leda Tájra negocie com o governador Luiz Rocha os seguintes itens: formação de todas as folhas de pagamento, sem desconto, dos dias parados, assinatura de decreto concedendo 60 por cento do ordenado para quem trabalha em regime de tempo integral. (O IMPARCIAL, 19/09/1985, p. 7).

Na época o Ministro da Educação era Marco Maciel, e uma comissão paritária foi formada com o propósito de apresentar a este representante do governo a pauta de reivindicações. Após diversas reuniões, uma assembleia foi realizada com os professores, técnicos e funcionários do Centro de Ensino Educacional do Maranhão – CEMA, Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional – IMTEC e Televisão Educativa – TVE, na Casa do Pequeno Trabalhador, na Praça da Bíblia; quando ficou decidido pela suspensão do movimento grevista, e um acordo foi firmado com o Ministério que aceitou a proposta de incorporação do sistema à rede federal de ensino, como também de escalonar o salário dos seus funcionários a partir do piso de três salários mínimos (O IMPARCIAL 10/12/1985, p. 7).

Ao lembrarmos a professora Lucimá Goes, desses episódios, ocorridos em tempos idos, na entrevista que nos concedeu, quando questionada sobre quais foram os principais embates entre a APEMA e o Governo, relatou que essa foi

Primeira grande greve liderada pela APEMA (década de 80) pela federalização do Centro de Ensino Educacional do Maranhão (CEMA). Esta era a escola implantada

instrucional. Estudos mostram que a princípio seus resultados foram positivos, mas por falta de investimentos entrou em decadência encerrando suas atividades em 2006.

na capital e em alguns interiores, mantidas pelo estado, em péssimas condições, para ministração das aulas da TV Educativa. Todos os professores e técnicos em assuntos educacionais tiveram seus cargos federalizados e extintos a vagar. Esta greve serviu de espelho para o encadeamento de muitas outras, no mesmo período (década de 80). As escolas continuaram mantidas pelo Estado. (Entrevista concedida em 24/01/2016)

A federalização do CEMA/TVE/IMTEC foi efetivada em 13 de fevereiro de 1986, o que representou uma vitória do ponto de vista das lutas empreendidas por esses trabalhadores.

As greves marcaram a história educacional maranhense nesse período. A Universidade Federal do Maranhão – UFMA, por exemplo, já estava a mais de um mês com suas atividades paralisadas por conta do movimento grevista dos docentes, logo em seguida tiveram o apoio dos técnicos orientados pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA, aderiram a ação. Durante a greve, a Associação de Professores da Universidade do Maranhão – APRUMA, realizou diversas passeatas, a redação e distribuição de um manifesto à população explicando os motivos que culminaram com o movimento paredista, bem como a sua suspensão e o balanço dos resultados alcançados, após os 45 dias de interrupção de suas atividades laborais.

Nesse momento, segundo o jornal O Imparcial, de 04 de Outubro de 1985, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, através de seus dirigentes, a professora Selma Garrido, então, presidente da entidade, e do professor José Carlos Libâneo, na ocasião, o seu vice-presidente, foram recebidos por Marco Maciel e procuraram mostrar ao ministro a contribuição que a entidade poderia prestar no sentido da elaboração de uma política educacional, necessidade de se priorizar o ensino de primeiro grau por meio de programas articulados com outras etapas escolares, bem como a formação de um plano de carreira do magistério a nível nacional. (p. 7)

Em meio a tantas manifestações, também foram realizados encontros com candidatos a prefeitos da cidade de São Luís, sendo que o primeiro deles foi com Jackson Lago. O objetivo era, sobretudo, conscientizar a categoria com relação às propostas apresentadas pelos candidatos à prefeitura de São Luís, além de expor os graves problemas presentes na educação cidadina, tais como a “desvalorização dos profissionais do magistério, péssima qualidade de ensino nos colégios públicos, etc.”. Como também de “formular propostas para os rumos que a educação poderia tomar a partir do novo mandato”. (O IMPARCIAL, 01/09/1985, p. 7)

Os docentes da rede municipal não estavam satisfeitos com os seus salários, que além de serem muito baixos, estavam atrasados. Por conta disso, no dia 16 de agosto, saíram

em passeata pelo centro da cidade de São Luís, rumo ao Palácio La Ravardière, sede da prefeitura. Na ocasião, o prefeito Mauro Fecury prometeu, em reunião realizada com a presidente da APEMA, Lucimá Goes e outros professores da base da categoria, estudar uma fórmula para realizar a recomposição salarial e dar uma devolutiva aos manifestantes até o dia 24 do mesmo mês.



Figura 2: Movimento de professores da rede municipal de São Luís em 1985, em frente ao Palácio La Ravardière, sede da prefeitura

Fonte: Jornal O Imparcial de 24 de agosto de 1985, p.3

A promessa era de pagar o reajuste retroativo aos meses de maio, junho e julho até 15 de setembro, e o mês de agosto já viria reajustado com os 3,5% sobre o salário mínimo. Isso atingiria especialmente aqueles docentes que eram identificados como professores-horistas.

Num clima bastante exaltado, vários professores defenderam a proposta pela paralisação imediata mas Luzimar Góes pediu prudência aos revoltados assim como o voto de confiança ao prefeito pois Fecury garantiu que está chegando muita verba para o Estado, mas que a solicitação do pagamento da diferença só será possível dentro do prazo pedido. Os professores vão permanecer em vigília permanente na sede da APEMA até o dia 15 de setembro quando termina o prazo exigido por Fecury para solucionar o impasse. (O IMPARCIAL, 17/08/1985, p. 7)

Do ponto de vista organizacional a APEMA, em 1985, passava por problemas em sua diretoria, aliás, como apareceu noticiado, pelo jornal O Imparcial, de 15 de setembro de 1985. A matéria afirma que cerca de 100 professores estiveram na sede da entidade pedindo a substituição do Secretário Geral e da 1ª Secretária, todavia, o periódico não informa os motivos do descontentamento que estava em curso:

Na presença dos professores destituíram-se respectivamente Leonidas José Andrade de Carvalho, secretário Geral da Associação de Professores do Maranhão – APEMA e a primeira Secretária da Entidade Sindical, Cleonildes Esgênia Viana. Depois de

vários minutos de conversação, ficou decidido que assumiriam os cargos em vacância as professoras Isaurina Barreto e Mária (15/09/1985, p. 5)

Ao analisarmos o Estatuto, então, vigente da associação nesse período, vimos à possibilidade da entidade ter incorrido em contrariedade na execução desse processo de destituição, dado que as regras estabelecidas na 20ª Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou a 1ª Reforma Estatutária, como também havia efetivado as seguintes definições:

SEÇÃO V: Dos Sócios – Art. 24 – São atribuições dos sócios: I – Votar e ser votado, preenchidas as normas e exigências legais; Propor convocação de Assembleia Geral, mediante requerimento à Administração Superior, com um mínimo de 5 por cento de assinatura de sócios com a situação funcional regularizada, até 4.000 associados, acrescentado mais dez assinaturas por cada parcela de 1.000 associados. (APEMA, 1983; ANEXO A, p. XI)

Antes do pedido de destituição de cargos dos supracitados professores, os sócios interessados deveriam de início coletar assinaturas e, em seguida, solicitar à direção uma assembleia para expor os motivos do pedido. A documentação também publicação informa que eram 100 professores pertencentes a redes pública e privada de ensino, o que nos leva a acreditar que nesse grupo existia uma parcela de “não-associados”, e isso não lhes conferia o poder de deliberar sobre o assunto.

O processo de degradação do trabalho docente estava presente em todos os níveis e esferas de ensino. O Sindicato dos Professores de São Luís vinha lutando ano após ano pela valorização dos professores de educação básica da rede particular. As paralisações eram regularmente convocadas com o intuito de pressionar os mantenedores pelo pagamento de melhores salários. Esse quadro de depreciação salarial pode ser constatado pelas informações que aparecem publicadas pela imprensa naquela oportunidade.

Em notícia publicada, em 29 de setembro de 1985, O Imparcial apontou o “Perfil dos Municípios Maranhenses” e a pesquisa mostrava que, na maioria deles, um professor leigo recebia “em média, a insignificante quantia de 18 mil cruzeiros” ao mês, já os “normalistas, a média era de 40 mil cruzeiros mensais”.

Essa publicação divulgava ainda que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) faria um levantamento dos municípios nessas condições a fim de acabar definitivamente com o pagamento de salários abaixo do mínimo estipulado pelo Governo Federal, dependendo apenas que o Ministério do Trabalho disponibilizasse recursos para o envio de 30 fiscais de trabalho ao interior do Estado.

Nessa época o Maranhão tinha 132 municípios e segundo o jornal, apenas o município de Coelho Neto cumpria a legislação “no tocante ao pagamento de seus funcionários”. (O IMPARCIAL, 29/09/1985, p. 7)

O Delegado Regional do Trabalho da época, Paulo Marinho afirmou que

[...] o plano vem favorecer a todos os trabalhadores, sem distinção e acredita que quem mais será beneficiado serão os professores, uma vez que com o não cumprimento da lei, estes são mais prejudicados, ou melhor “a classe mais fraudada no que diz respeito à obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo”. (id.)

A Delegacia Regional do Trabalho –DRT, também recebeu uma lista denunciando vários municípios que não pagavam o mínimo para professores por parte do Sindicato de Professores de São Luís, na época essa entidade era presidida por Florilena Aranha, para quem as reclamações eram constantes

[...] por parte dos professores leigos do interior do Estado que se dizem explorados pelas prefeituras municipais, uma vez que os municípios a exemplo de Paço do Lumiar, a poucos quilômetros da capital uma professora ganha apenas 45 mil cruzeiros mensais. (id.)

Todos esses problemas provocaram grande indignação no meio da categoria, que começou a pressionar o governo por melhores condições de vida e salário. De acordo, com a secretária de educação Leda Tajra, nesse momento, o contingente de professores atingia um total de 55 mil docentes só na rede estadual (O IMPARCIAL, 11/10/1985, p.1). Também revelou que considerava justas as reivindicações dos professores comprometendo-se a estudar o documento com 12 itens em sua pauta, sendo a principal delas, o piso salarial de três salários mínimos, conforme regia a legislação federal.

3.6.2 A Greve de 1985

As ações deflagradas pelos professores despertou a atenção da imprensa maranhense, aquele momento era o prenúncio do que viria a se tornar o primeiro e maior movimento de professores que eclodiu na história da educação do Maranhão. A possibilidade de uma grande greve na rede estadual e sua efetivação foi noticiada diariamente por todos os meios de comunicação e, nos periódicos impressos, inúmeras notícias foram publicadas: “Professores ameaçam parar rede estadual de ensino no dia 15” (O IMPARCIAL, 06/10/1985, p. 5); “Professores do Estado exigem piso salarial” (O IMPARCIAL, 11/08/1985, p. 2); “Professores dão ultimato ao Governo” (O IMPARCIAL, 19/10/1985, p. 5); “Greve ameaça as eleições em São Luís” (O IMPARCIAL, 30/10/1985, p. 2 e 5); “De barriga vazia mestre não vai à classe” (O IMPARCIAL, 30/10/1985, p. 2); “30 mil professores vão parar amanhã” (JORNAL PEQUENO, 31/10/1985, p. 1) “Professores em Greve Geral” (JORNAL PEQUENO, 03/11/1985, p. 1); “Professores em passeata até os Leões” (O IMPARCIAL, 07/11/1985, p. 7); “Passeata monstro dos professores pára numa barreira de Policiais” (O IMPARCIAL, 07/11/1985, p. 1); “Apelo de 10 mil barrados na praça” (O IMPARCIAL, 07/11/1985, p. 2); “Mestres em compasso de espera” (O IMPARCIAL, 12/11/1985, p. 7)

Em assembleia realizada, no dia 05 de outubro na sede da APEMA, os professores decidiram realizar uma passeata no dia 10 de outubro de 1985, e, na oportunidade entregariam à secretária de educação mais um documento contendo as reivindicações da categoria, sendo que as principais eram a concessão do piso salarial de três salários mínimos; o cumprimento do Art. 18 e 19 do Estatuto do Magistério que regia sobre o incentivo financeiro; enquadramento dos professores contratados pela Lei nº 4.277/81; reforma do Estatuto do Magistério; estabilidade no exercício do serviço público; hora-aula a 3,5% do salário mínimo, dentre outras. (O IMPARCIAL, 06/10/1985, p. 5)

O ato do dia 10 de outubro contou com mais de mil professores que gritando palavras de ordem, partiram em direção a Secretaria de Educação, e diziam: “um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos que Luiz Rocha viva com trezentos mil”. A secretária Leda Tajra recebeu o documento e chegou conversar com os professores, mas não deu nenhum posicionamento sobre os seus reclamos. (O IMPARCIAL, 11/10/1985, p. 2)

Na foto abaixo, flagrados em frente à Secretaria de Educação, os professores de mãos dadas, levantavam faixas e cantavam a música de Geraldo Vandré enquanto aguardavam pela resposta da secretária de educação, Leda Tajra.



Figura 3: Ato do dia 10 de outubro de 1985 - APEMA

Fonte: O IMPARCIAL, 11/10/1985, p.2

Como o governo não deu a resposta esperada pelo professorado, a assembleia, reunida no dia 18, decidiu por uma nova convenção agendada para 29 de outubro, quando deflagrariam greve geral em caso de omissão do governo à pauta salarial (O IMPARCIAL 19/10/1985, p. 5). Os professores tinham a expectativa que no dia 28 de outubro, dia do

Servidor Público, o governador Luiz Rocha anunciasse o pagamento do piso à categoria, o que não ocorreu.

Neste outro registro fotográfico, os professores estão reunidos em assembleia na Praça Deodoro, localizada no centro da capital maranhense, local emblemático de grandes manifestações políticas realizadas na cidade. As faixas e as palavras de ordem formavam o pano de fundo para a assembleia em que a categoria decidiu por aclamação pela deflagração da primeira greve de professores da rede pública estadual.



Figura 4: Assembleia na Praça Deodoro – 29/10/1985

Fonte: O IMPARCIAL, 30/10/1985, p. 1

Finalmente, em 1º de novembro de 1985, a greve foi deflagrada com adesão de perto de cem por cento dos professores da rede de ensino público estadual da capital maranhense. E, segundo o *Jornal Pequeno*, o número de professores paralisados chegou a 40 mil distribuídos por todo o Estado (JORNAL PEQUENO, 01/11/1985, p. 2).

Notas começaram a ser emitidas à sociedade pela APEMA no sentido de informar sobre os motivos do movimento paredista

A Associação dos Professores do Estado do Maranhão APEMA lamenta profundamente o prolongamento da GREVE dos professores da rede oficial e explica à comunidade o seguinte:

I – Até o momento, não houve uma contra-proposta do Poder Executivo em relação à proposta apresentada pela categoria, que é o Piso de três salários mínimos.

II – Os professores estão abertos ao diálogo e esperam uma definição urgente por parte do Governo pois, como educadores, estão preocupados com a falta de aula nas escolas.

III – A comunidade estudantil e os pais dos nossos alunos estão solidários com o nosso movimento.

IV – Há uma entrevista marcada da Diretoria da APEMA com o Poder Executivo para a próxima semana, onde, espera-se haja uma notícia satisfatória para a categoria.

V – Quarta-feira, 13/11, haverá uma Assembléia Geral da classe, na FETIEMA, às 15 horas, para comunicar a contra-proposta do Governo aos professores.
 São Luís, 09 de novembro de 1985.
 Iani Viana de Carvalho Leão
 VICE-PRESIDENTE (APEMA apud JORNAL PEQUENO, 10/11/1985, p. 2)

Percebemos que parte da imprensa, criticou o movimento docente lançando notas sobre os “prejuízos” causados pela situação instaurada, conforme o excerto abaixo reproduzido:

Alunos dos vários colégios de nossa cidade, inclusive dos bairros proletários, são os mais atingidos com esta interminável querela de professores com o Estado. Ninguém pode deixar de reconhecer os resultados negativos da greve dos professores, com razão dos alunos, principalmente, no período em que foi decretada. Enquanto professores reivindicam melhoria salarial, a classe estudantil vai perdendo, o ano letivo, dando exemplo dos mais negativos. Que haja greve conforme determina o nosso regime, contudo, que esta greve tem imediata solução sob pena de milhares de crianças e estudantes de bairros e da própria cidade serem prejudicados. (JORNAL PEQUENO, 07/11/1985, p. 3)

O texto retirado do Jornal Pequeno recriminava a greve deflagrada no fim do período letivo e defendia que houvesse greve de acordo com a lei. Esse é um período em que servidores públicos não tinham o direito legal de organização sindical, tão pouco de realizar paralisações desta envergadura. De acordo, com a professora Maria Dolores Silva¹⁹, em entrevista que nos concedeu,

[...] essa greve foi importante porque ela teve uma repercussão muito grande. Na época a repressão era muito grande, a repressão por conta da ditadura militar, mas, essa greve, ela conseguiu aparecer na imprensa. A imprensa era uma imprensa voltada para os interesses do Estado Ditatorial na época. Mas, ela conseguiu fazer a imprensa discutir, não sei se discutir, mas, pelo menos informar, fazer informações diárias dessa greve. (MARIA DOLORES SILVA, Entrevista concedida em 15/01/2016, ANEXO B, p. XXII)

A professora Maria Dolores Silva integrava os quadros da Central Única dos Trabalhadores no Maranhão – CUT-MA²⁰, que estava dando apoio em todos os movimentos grevistas da época, por esse motivo esteve presente na greve de 1985, e em suas memórias, afirma:

Me lembro muito bem de uma frase do então governador da época né?! Que desvalorizava absolutamente o trabalho dos professores e na rádio, em uma das rádios aqui da capital ele disse o seguinte: - as professoras, ele nem usou o termo os professores porque eu creio que 98% eram mesmo professoras; - As professoras do Maranhão não merecem um salário melhor do que ganham porque se quer elas sabem falar. Então isso teve uma repercussão enorme né?! uma repercussão que certamente fez a sociedade se por contra o governo, né?! porque a sociedade

¹⁹ Maria Dolores Silva foi militante da Central Única dos Trabalhadores – CUT nos anos 1980; ingressou no Estado como professora contratada em 1987, e em 1992, após aprovação em concurso público foi efetivada.

²⁰ A Central Única dos Trabalhadores no Maranhão – CUT-MA, foi criada em 1984, na cidade de Caxias e obteve legitimidade no campo da questão fundiária, já que no Maranhão não havia sindicatos de indústria com características de entidades marcantes, como foi no ABC paulista. Contudo, no Maranhão os conflitos de terras eram bastante acentuados nos quais centenas de trabalhadores foram vitimizados.

colocava na conta do governo a falta de formação dos professores, né?! me lembro muito bem disso... houve outras greves, mas, essa aí foi uma greve que envolveu uma repercussão muito grande na sociedade. (id.)

Mesmo com o aparato de parte da imprensa, o governo não conseguiu colocar a sociedade contra o professorado conforme observado no depoimento da professora Maria Dolores Silva e nas informações coletadas. Solidário a causa dos professores, disse o comerciante Antonio Santos: “De barriga vazia os professores não tem condições de dar aula aos nossos filhos” (O IMPARCIAL, 01/11/1985, p. 1). A professora Iani Viana de Carvalho Leão, vice-presidente da APEMA, nesse período, publicou na edição de 12 de novembro uma carta endereçada aos leitores de O Imparcial, na qual afirmou: “o educador maranhense após tentar todo tipo de estratégia para sensibilizar o Governo, está em greve, movido por muitas circunstâncias, mas é principalmente pela fome” (p. 7)

No dia 06 de novembro um ato com 10 mil professores foi realizado no centro de São Luís, e, em caminhada rumo ao Palácio dos Leões, os grevistas foram impedidos de avançar pelas tropas de choque da Polícia Militar do Estado.



Figura 5: Ato com 10 mil professores durante a Greve de 1985
Fonte: O IMPARCIAL, 07/11/1985, p.1

Na imagem, em que aparecem alguns professores protestando sentados ao chão, corrobora com o depoimento da professora Raimunda Rilma Melo de Carvalho:

Eu não sei de onde foi que a gente saiu... que quando a gente chegou bem ali na frente da Praça João Lisboa... vou perguntar pra Luiza, porque eu levava meus meninos pra participar, eu dizia: - Vocês tem que aprender a reivindicar os direitos de vocês é de agora, aí eu levava; aí quando chegou bem ali na frente da Caixa Econômica da Praça João Lisboa a polícia vinha de lá do Palácio pra cá né? Aí eu

não me lembro quem era a pessoa que tava comandando, eu sei que um era um homem, e ele disse assim: - Senta todo mundo no chão em silêncio, aí todo mundo ficou sentado no chão; aí a polícia ficou assim... todo mundo sentado lá no chão, aí de repente, não sei quem foi, começou a cantar o hino nacional. (Entrevista concedida em 20/01/2016; ANEXO B, p. XLI)

A professora Lucimá Goes, segundo relatado pela local, tentou intervir junto ao coronel da Polícia Militar –PM, para que a categoria conseguisse avançar até o Palácio dos Leões, mas isso não ocorreu.

No dia seguinte, ao ser questionado pela redação de O Imparcial sobre a situação da greve, a professora Lucimá Goes assegurou que o movimento estava crescendo, visto que muitas cidades estavam informando, por intermédio de telefonemas, a sua adesão. Declarou ainda que na “tentativa de abrir um diálogo, a APEMA já mandou telegrama ao presidente Sarney²¹ pedindo que ele interceda junto ao Governo Estadual objetivando o atendimento da categoria”. (O IMPARCIAL, 09/11/1985, p. 7). Isso pode explicar a chegada de Roseana Sarney para o papel de mediadora entre o Governo e a APEMA (O IMPARCIAL, 19/11/1985, p. 1).

Embora o movimento tivesse obtido grande força e expressão, foi na assembleia realizada, no dia 14 de novembro, que a categoria decidiu suspende-lo:

Depois da audiência mantida com o governador do Estado, semana passada, os professores resolveram suspender o movimento grevista por dez dias, em caráter de “trégua”. A medida segundo a professora Lucimar, está a baseada na determinação da categoria (O ESTADO DO MARANHÃO, 17/11/1985, p. 7)

Na realidade, o recomeço das aulas nos colégio públicos de 1º e 2º graus faz parte de uma trégua dada pela classe do magistério ao poder público com vistas ao atendimento de sua principal reivindicação, que é o estabelecimento de um salário piso de Cr\$ 1.8 milhão. A medida para os professores é entendida como “voto de confiança”. (ibid. 14/11/1985, p. 7)

Em reunião com o comando de greve, o governador Luiz Rocha, admitiu que, o Estado não tinha condições de pagar o piso de três salários mínimos reivindicados pelos professores era “inviável”. Conforme apareceu noticiado n’O Imparcial, o governante contava com a possibilidade de, através do presidente José Sarney, conseguir recursos federais para responder aos pleitos professores (14/11/1985, p. 1).

O presidente Sarney chegaria ao Maranhão no dia seguinte, e os representantes do governo garantiram que tentariam viabilizar os recursos por essa via, solicitando assim, que a comissão da APEMA intercedesse junto à categoria, por uma “trégua” ou um “voto de confiança”. (24/11/1985, p. 2)

²¹ José Sarney natural da cidade de Pinheiro-MA, assumiu a Presidência da República interinamente no dia 14 de março de 1985 e, devido a morte de Tancredo Neves, foi empossado oficialmente ao cargo em 21 de abril do mesmo ano.

A matéria veiculada pelo Jornal Pequeno, assegura que a suspensão da paralisação, ocorrida no dia 15 de novembro, não agradou boa parte do professorado (p. 7).

Antônio Adailto Melo de Carvalho, professor da Unidade Escolar Erasmo Dias, acha que os professores não deveriam ter voltado a sala de aula e que o movimento cedeu num momento mais importante, acrescentando ainda que a categoria não conseguiu nada e sofreu um grande desgaste. (24/11/1985, p.2)

Na edição de O Imparcial desse mesmo dia, outra matéria foi publicada demonstrando a insatisfação dos professores da região tocantina

“A APEMA traiu os professores e agiu em detrimento de seus representados”. “Rocha jamais cumprirá suas promessas”. Frases como estas foram a tônica dos pronunciamentos feitos pelos professores na assembléia realizada na última quinta-feira, quando a classe lamentou o fim do movimento paredista e decidiu retornar às salas de aula “para não ser alvo de represálias por parte da máquina estadual que os emprega. Zelia do Vale, secretária da Associação Profissional de Imperatriz – APPI, foi ardorosamente ovacionada quando disse: “que a desarticulação da greve foi a maior vitória de Luiz Rocha”. [...] os professores tocantinos ironizaram o consternamento dos dirigentes estaduais da APEMA com a asserção retórica do governador Luiz Rocha [...] “Nossos representantes estaduais jamais deveriam cometer a ingenuidade de conceber que o governador é o primeiro a tentar resolver problemas com palavras, ou o último a não materializar com atos seus compromissos”, acentuou o presidente da APPI, Valber Miranda [...] (O IMPARCIAL, 15/11/1985, p. 14)

Na assembleia que decidiu pela suspensão do movimento, havia cerca de 600 professores e, de acordo com o apareceu publicado n’O Imparcial, “se notava o desgaste sofrido com a paralisação de dez dias e todos [sic] que já no fim do ano, continuar com o movimento grevista não lhes renderia grandes vantagens”. (24/11/1985, p. 2)

Durante a Assembléia, a presidente da APEMA frisava que o canal de negociação continuava aberto e que o canal de negociação continuava aberto e que os professores não deveriam fechá-lo e sim deixar que eles fechem”, demonstrando a clara disposição favorável a paralisação da greve, proposta que foi aceita pela maioria dos professores que permaneceram até o final da Assembléia (id.)

Com a suspensão do movimento paredista dos professores da rede pública estadual, a APEMA se engajou na luta pela aprovação do Estatuto do Magistério do Município de São Luís. A Câmara Municipal, de acordo com O Imparcial (28/11/1985, p. 2) postergou por vários dias a votação da lei, sendo usado todo tipo de artifício para impedir que essa pauta fosse votada. Mas, os professores da rede municipal começaram a fazer vigília na Câmara com a finalidade de pressionar os vereadores.

O Estatuto do Magistério foi aprovado, em 29 de novembro de 1985, em uma longa sessão com a participação dos professores municipais, que a partir daquele momento histórico, finalmente, receberiam o piso salarial de três salários mínimos. Mas, alegando corrupção do prefeito anterior, Mauro Fecury, a então prefeita Gardênia Gonçalves não implantou a legislação aprovada. E a luta desta parcela da categoria permanece até os dias de

hoje em prol do cumprimento integral desse dispositivo legal. (JORNAL PEQUENO, 11/03/1986, p. 1)

Além das ações organizadas pela APEMA e APEMM diferentes movimentos grevistas eclodiram em importantes instituições educacionais localizadas na cidade de São Luís. Na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como já mencionado, a Associação de Professores da UFMA – APRUMA, exigia melhores salários e o movimento paredista foi marcado por muitas tensões no campus da universidade, porquanto, ora contava com o apoio dos estudantes, ora não. Professores do setor privado, por meio do Sindicato de Professores do Ensino Primário e Secundário de São Luís, também deflagraram greve naquele mesmo período.

Os motoristas de ônibus do transporte público também paralisaram suas atividades apresentando sua pauta de reivindicações; dentre outras entidades e movimentos sociais que se manifestavam em prol de melhores condições de vida para a população maranhense. (O IMPARCIAL, 07/11/1985, p.1 e 2)

3.6.3 A retomada da greve de 1985 e o seu desfecho

O início do ano letivo de 1986 estava previsto para 17 de fevereiro. E os professores da rede estadual até então continuavam apenas com as promessas que haviam sido produzidas como sequelas das mesas de negociações do ano anterior. A diretoria da APEMA vinha, constantemente, se reunido com a secretária de educação, Leda Tajra, na finalidade de obter uma devolutiva do Estado acerca das reivindicações da categoria (O IMPARCIAL, 07/02/1986, p. 2). Mas, embora o governo tenha tentado postergar o movimento fazendo uso de vários mecanismos, a retomada foi inevitável.

Em assembleia, realizada no dia 15 de fevereiro, os professores decidiram por não iniciar o ano letivo e, na ocasião, formaram o comando de greve com 21 docentes da base, do interior, da capital e diretores da entidade. (O IMPARCIAL, 18/02/1986, p. 1)

Esse foi um tempo de grandes dificuldades para os trabalhadores dos serviços públicos, visto que a prefeita de São Luís, Gardênia Gonçalves, havia poucos dias, demitido, sumariamente, 14 mil funcionários. Inúmeras manifestações ocorreram na prefeitura e imediatamente a polícia militar foi requisitada. (O IMPARCIAL, 07/01/1986, p. 3)

As condições materiais e a organização política para a luta estavam presentes, desde algum tempo atrás, na urdidura daqueles movimentados dias e, a APEMA no ano anterior, como pudemos ver, havia participado de três notáveis movimentos paredistas, como a paralisação do Centro Educacional do Maranhão – CEMA, que congregava professores da TV

Educativa²² e funcionários do Instituto Maranhense de Tecnologia – IMTEC; além da Associação de Professores do Ensino Municipal – APEM²³, e de seus representados.

O Governo do Estado, na pessoa de Leda Tajra, na ocasião, Secretária de Educação, já falava em cortar o ponto dos professores, e assegurava na imprensa que aquela era uma greve ilegal. Mas, a paralisação continuou e durante passeata, realizada no dia 21 de fevereiro de 1986, os professores, num gesto de ousadia, ocuparam a Secretaria de Estadual de Educação por algumas horas.



Figura 6: Passeata do dia 21 de fevereiro de 1986
FONTE: O IMPARCIAL, 22/02/1986, p.8.

Na fotografia desse importante momento do associativismo maranhense, que localizamos em nossas pesquisas, a professora LucimáGoes, discursa ao microfone durante a mobilização docente. Notem que parte da multidão de professores, que participava do ato naquele nevrálgico instante da história da educação maranhense, tomando a sacada do prédio da Secretaria de Educação.

O Imparcial, que foi veiculado no dia 22 de fevereiro, ao descrever a manifestação, informou que a direção da APEMA, talvez, por questões de segurança, procurou evidenciar que aquela era uma ação sem qualquer motivação política e que as exigências eram apenas por “melhores condições de trabalho e um salário condigno”. (p. 8)

²²Projeto iniciado em 1969, em São Luís-MA, durante o Governo Sarney. A Fundação Maranhense de Televisão Educativa, foi a primeira emissora a transmitir aulas pela TV. Em 1980, foi transformada em autarquia durante o governo de João Castelo (1979-1981), e sua razão social foi alterada para Instituto Maranhense de Tecnologia Educacional - IMTEC-TVE. A proposta principal inicialmente era atender a demanda existente pela ausência de escolas secundárias no interior do estado.

²³Antiga APEMM - Associação de Professores do Ensino Médio Municipal.

A professora Maria Dolores Silva, ao nos conceder entrevista, revelou suas impressões sobre aquele decisivo momento de sua atuação, comentando os seus resultados e as contradições que estavam presentes no seu transcurso:

[...] foi uma greve vitoriosa, eu diria que... fez com que a imprensa maranhense que era absolutamente marrom (continua sendo hoje, não é?), tivesse que falar do que estava acontecendo, ne?! Que era a propalada Lei do Cão lá, né?! Que era uma lei que tirava todos os direitos de qualquer estabilidade, de qualquer seguridade dos professores, então olhando assim de fora, não foi algo pequeno, ela teve grande repercussão, agora o caráter político muito pobre. Do ponto de vista político, muito pobre. (Entrevista concedida em 16/01/2016; ANEXO B, p. XXV)

As lutas empreendidas pela APEMA tinham a predominância dos interesses econômico-corporativas da categoria que representava. Contudo, é preciso reconhecer que na sociedade do capital, essas questões estão imbuídas de fortes componentes políticos e sociais, como também conceber que esse viés apontava para despertá-los para o processo de constituição de uma consciência política classista.

Várias reuniões aconteceram entre a APEMA e a Secretaria de Educação ficando definida a constituição de uma comissão paritária para reformulação do Estatuto do Magistério (O IMPARCIAL, 26/02/1986, p. 2). Ao mesmo tempo, todas as contrapropostas do governo com o objetivo de suspender a paralisação vinham sendo negadas pelo comando de greve, visto que o atendimento da principal reivindicação da categoria, que aspirava melhores condições de vida, não estava na ordem do dia.

O governador já não recebia mais a comissão da associação, alegando que não iria negociar sob qualquer pressão. Por esses dias, os dirigentes da CPB, Niso Prego e Kleber Montezuma, também foram ao Maranhão com o papel de mediar às negociações, além de conhecer a realidade local no intuito de levar as reivindicações ao então Ministro da Educação, Jorge Bornhausen. (O IMPARCIAL 08/03/1986, p. 2)

No intuito de inferiorizar a categoria, Luiz Rocha, quando questionado sobre a situação instaurada no Estado por ausência de negociação com o professorado, ironizou:

[...] “lamentosas minhas queridas professoras estejam dando um atestado ao público de desconhecimento do Decreto 2.383, que eu considero como sendo um pacote de medidas restritivas. Lá estão as regras de reajuste salarial”. Na opinião do governador “o professor tem um dever: educar e ajudar a ensinar”. (JORNAL PEQUENO, 10/03/1986, p. 6)

O decreto no qual Luiz Rocha fez menção, referia-se na verdade aos Decretos-lei n.º 2.283 de 27 de fevereiro de 1986 e 2.284 de 10 de março desse mesmo ano, que dispunham sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário, o Plano Cruzado, que em seu bojo, congelou o preço de produtos, mercadorias e serviços, inclusive dos aluguéis de imóveis, e

estabelecia regras rígidas para o aumento dos salários. Contudo, a mesma matéria afirmava que,

O pacote de medidas de combate a inflação decretado pelo Governo [Federal] inviabiliza a greve dos professores, no momento em que todos os salários no Brasil estão congelados. Esse é o entendimento de economistas maranhenses ao analisarem o problema. Ontem o economista Fernando Pereira afirmou que o movimento dos professores é justo, porém deixa de ter sustentação a partir do momento em que o Governo Federal baixa um decreto congelando salários.

O economista afirma ainda, que quando os professores reivindicam um piso salarial de pelo menos três salários, eles estão na verdade reivindicando aumento salarial, e isso está proibido pelo Governo Federal. (id.)

Era a burocracia burguesa instrumentalizada pelo Estado, tendo à frente o governador Luiz Rocha, no papel de exímio representante, nada mais fez que cumprir com louvor sua função.

Conforme apareceu publicado nas páginas d'O Imparcial, foram diversas as intervenções realizadas pela APEMA: atos cívicos, piquetes sob a ameaça da cavalaria, reuniões com os dirigentes da CPB, encontros com deputados, mesas de negociação com a Secretaria de Educação, audiências com o delegado regional do trabalho (ibid. 01/03/1986, p. 7; 12/03/1986, p. 1). Em contrapartida, notas do governo do Estado eram publicadas regularmente no Jornal Pequeno, na tentativa de influenciar a opinião pública, quanto a “ilegalidade da greve”.

No Liceu Maranhense, receosos de perderem seus empregos, 18 professores contratados estavam ministrando aulas normalmente. Mas, os estudantes decidiram faltar, em apoio ao movimento grevista (O IMPARCIAL, 15/03/1986, p. 7). No Colégio Governador Matos Carvalho, os alunos fizeram abaixo-assinado exigindo que o governador atendesse as demandas de seus professores. (O IMPARCIAL, 20/03/1986, p. 2)

Nesse período histórico de efervescência e insubordinação da classe trabalhadora no Brasil, os professores públicos da rede estadual dos Estados do Pará e do Ceará também deflagraram movimentos grevistas, tendo suas reivindicações enormes semelhanças com as do professorado maranhense. No Rio de Janeiro, as mobilizações também estavam sendo empreendidas na luta pelo piso salarial. (O IMPARCIAL, 13/03/1986, p. 7; 19/03/1986, p. 2)

A greve já ultrapassava os trinta dias, e mesmo depois de recorrerem ao então ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, que foi à São Luís para ouvir a categoria; e ao presidente José Sarney, que também recebeu, das mãos do professor Kleber Montezuma, uma cópia de contracheque dos professores, mas, objetivamente, esses encontros e gestos políticos, não obtiveram resultado e nenhum ganho salarial foi obtido pela categoria, mesmo com próprio presidente da República prometendo que entraria em contato com o governador Luiz

Rocha pedindo que tomasse as “providências cabíveis no que diz respeito à questão”. (O IMPARCIAL, 19/03/1986, p. 2)

Como resposta ao pedido presidencial, o governador Luiz Rocha ofereceu o prazo de 48 horas à categoria para retomarem suas atividades, caso contrário, cortaria o ponto daqueles que se recusassem a fazê-lo. Os professores, por seu turno, conforme registrado pela imprensa “invadiram” a Assembleia Legislativa em busca de apoio político (O IMPARCIAL, 21/03/1986, p. 7).

A greve já passava dos quarenta dias, os professores se revezavam num acampamento erguido em frente ao Palácio dos Leões.

E eu lembro que os professores acamparam na frente do Palácio do Governo por mais de um mês, mais de um mês ficaram acampados lá e, o que eu achei interessante, é que embora todo o conservadorismo que havia ali, ali da APEMA, mais teve uma grande solidariedade da sociedade em relação aos professores da época. (MARIA DOLORES SILVA, Entrevista concedida em 16/01/2016; ANEXO B, p. XXII)

O momento era crítico, desgastante e professores não tinham como obter novas fontes de renda. O corte do ponto fez com que a categoria começasse a retornar às salas de aula, enquanto alguns poucos resistentes lutavam para convencer o professorado a não retroceder. Com a greve às vésperas de atingir dois meses de duração, a imprensa começou a divulgar notas sobre uma possível articulação da Secretaria de Educação, no intuito de iniciar um processo de demissão em massa do professorado maranhense.

Segundo fontes dos Palácios dos Leões, o Governador Luiz Rocha decidiu ontem, adotar medidas para garantir o imediato funcionamento de toda rede escolar do Estado. Entre as medidas estão duas de grande impacto social: a demissão dos professores em greve e a abertura de inscrições para a admissão de novos docentes que serão lotados nas salas onde não está havendo aula.

Quer o Governador com isso, assegurar às crianças sem aulas há quase dois meses, o direito de estudar. Segundo os informantes, Luiz Rocha determinou que a Secretaria de Educação efetive providências visando a proceder a identificação da situação funcional de cada um dos faltosos. (O IMPARCIAL 09/04/1986, p. 1)

O mesmo teor da nota publicada pelo Jornal O Imparcial também foi disseminado por praticamente todos os meios de comunicação locais. Possivelmente, mais um artifício do governo para enfraquecer o movimento.

Uma comissão formada pelo então delegado regional do trabalho, Paulo Marinho e o Deputado Gervásio Santos, tentou intermediar o fim da paralisação, mas a categoria reunida em assembleia, no dia 10 de abril, decidiu mais uma vez que, mesmo depois de receberem “advertência publicada no Diário Oficial” e ficarem sem seus salários, manteriam o movimento, recusando a contraproposta de Luiz Rocha. (O IMPARCIAL, 10/04/1982, p. 1)

Contudo, no dia seguinte, uma nova mesa de negociação foi realizada. Desta vez, a professora Lucimá Goes esteve presente junto ao deputado Gervásio Santos e o representante

do órgão do trabalho, Paulo Marinho. A edição do jornal O Imparcial, de 12 de abril, trouxe, em sua capa, a seguinte manchete: “Greve dos professores tem fim dramático em São Luís” e ainda afirmava que a “a decisão foi acertada na véspera e a Assembléia Geral apenas concordou com a direção da APEMA”. (p. 1)

De acordo, com o relato jornalístico, Lucimá Goes “concordou com as posições do governador Luiz Rocha que disse não poder no momento atender a reivindicação de um piso de três salários mínimos [...]”. A contraproposta que pôs fim ao movimento foi de um aumento de 22,4%, mas esse percentual chegou a ser maior durante as mesas de negociação, na casa dos 33%; formação de uma comissão paritária para reformulação do Estatuto do Magistério; e suspensão das demissões. (O IMPARCIAL, 12/14/1986, p. 2)

Na entrevista que nos foi concedida pela professora Lucimá Goes, questionamos sobre quais haviam sido os motivos do fim da paralisação. Para a líder do associativismo docente maranhense,

[...] o governador era uma pessoa muito grosseira, não queria nem chegar perto da gente, ele inclusive suspendeu salários na época, e a greve acabou porque nós tivemos informações seguras de ameaças de demissão de muita gente, e as pessoas já não tinham um salário que prestasse, ainda mais demitido?! Então nós tentamos negociar mais uma vez, mas teve gente que foi contra o fim da greve. Mas a gente tem que lutar pra vencer e não pra perder totalmente tudo da gente, assim que eu pensava e muita gente também pensava assim. E eu recordo que o Jornal O Imparcial meteu a lenha porque era [...] do PDT. Então tinha muito haver com política o posicionamento das pessoas, não havia um olhar sobre a questão da categoria, do professor enquanto professor, das necessidades deles, dos problemas dele, não, era muita política. E eu sei que a greve foi sustentada muito pela oposição, e depois eu vi que as pessoas que se manifestavam eram mandadas de alguém, e eu vi que isso não era bom para o movimento. (Entrevista concedida em 24/01/2016; ANEXO B, p. XXX)

Com efeito, muitas críticas foram publicadas pelo periódico fazendo referência ao ponto final deferido ao movimento paredista. E, de fato, após 54 dias de greve os professores acabaram retornando ao trabalho sem conquistar a exigência que motivou a maior greve no serviço público maranhense até aqueles dias.

Todavia, um importante elemento constitutivo do movimento, e digno de registro, estava na apresentação de uma categoria em franco processo de organização. Outro aspecto relevante de ser destacado estava na configuração de uma nova perspectiva da organização dos trabalhadores que atuavam no serviço público maranhense.

3.6.4 O pós-greve 1985/86

Ao avaliarmos o comportamento da APEMA a partir das paralisações de 1985 1986, vimos que as lutas por melhores salários não cessaram, visto que a reformulação do Estatuto

do Magistério – Lei nº 4.738, de 14 de outubro de 1986, realizada pela comissão paritária no período posterior aos movimentos grevistas, e publicada no Diário Oficial nº 209, datado de 30 de outubro de 1986, não logrou êxito. Ocorre que o governador Eptácio Cafeteira, logo nos primeiros meses de mandato revogou essa lei alegando inconstitucionalidade.

Durante o governo de Eptácio Cafeteira (a partir de 1987) há registros de que a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, bem como a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, começaram o ano em greve. Os professores da rede pública municipal de São Luís realizaram diversas paralisações exigindo a efetivação do seu Estatuto. O Sindicato de Professores de São Luís, apesar de representar docentes de escolas particulares, também aparece travando fortes embates frente ao setor patronal.

A APEMA realizou várias mobilizações e os professores da rede estadual chegaram a conquistar um reajuste substancial devido aos surtos inflacionários do período, mas por esse mesmo motivo rapidamente tiveram seus salários depreciados. A reivindicação já era por um piso de cinco salários mínimos, pagamento das progressões horizontais e verticais atrasadas e, uma proposta chegou a ser entregue ao então governador Eptácio Cafeteira. (O ESTADO DO MARANHÃO, 16/04/1987, p. 5)

É possível perceber, ainda, que a participação ativa da APEMA, nos eventos da CPB fortaleceram de fato as relações entre ambas as entidades. LucimáGoes, nesse período fazia parte da diretoria executiva dessa confederação como vice-presidente da Região Nordeste I²⁴, e, em nome da associação, procurava estar presente em todos os eventos nacionais. Por outro lado, algumas querelas, inclusive, se formaram a esse respeito provocando insatisfação entre o professorado, argumentavam ser antidemocrático o processo de escolha dos delegados. Dois dos professores entrevistados, quando questionados sobre como ocorria à escolha dos representantes maranhenses, declararam:

Eu acredito, e esse era o método da época, né?! o mesmo método pra participar das assembleias da CNTE. Se escolhiam em reuniões de amigos lá da associação né? Elencavam um número de pessoas, mas, nunca se sabia, né?! Mesmo quando APEMA. A CPB se transformou na CNTE, continuou a mesma prática. A APEMA, escolhia, né?! as portas fechadas os integrantes que iam participar dos congressos da CNTE [...] (MARIA DOLORES SILVA, entrevista concedida em 15/01/2016, ANEXO B, p. XXIII)

Olha, que eu me lembro bem, era pela participação dentro da APEMA, né? Quem atuava, quem ajudava, quem queria o crescimento da entidade, é... e tinha que comprar sua passagem... A APEMA não financiava assim não, alguns talvez tivesse ajuda, não sei. A minha passagem foi ela [Lucimá Goes] que me deu, porque eu realmente não tinha condições de ir, tava com filho pequeno, né? as criança tal... Aí ela disse assim: - Não, eu preciso de ti lá e eu consigo tua passagem e tal; e realmente foi ela que me concedeu a passagem e eu fui... foi em Porto Alegre... E na realidade era assim, as pessoas mais de frente, né? Na ajuda, assim, nas batalhas, é

²⁴ A Região Nordeste I - abrangia os Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte

que ela convidava porque ela tinha consciência de quem poderia, né? Não havia uma eleição, mas, ela convidava vários, e as pessoas que se dispunham a ir, ela dizia: Oh! Compra tua passagem, a gente pode ajudar, pode facilitar, encontrar alguém que colabore, mas, cem por cento a gente não pode ajudar [...] (ADAILTO CARVALHO, Entrevista em concedida em 21/01/2016, ANEXO B, p. III)

Em nota publicada, pelo Sindicato dos Professores, no Jornal O Imparcial, datado de 22 de dezembro de 1986, a professora Florilena Aranha criticou a APEMA por ter impedido a “justa representação do professor maranhense no XX Congresso da CPB”. A nota também informava ter sido alterado o local e os dias de inscrição divulgado por meio do edital de 20/11/1986, sem comunicar aos professores. (p. 7)

A presença dessas contradições no seio da entidade fez com que a APEMA oscilasse entre força e fraqueza no período pós-greve. Força na perspectiva do seu crescimento e visibilidade e, fraqueza manifesta nas contraposições explícitas, do ponto de vista organizacional expressas nas divergências comumente conflitantes, com origem nas concepções e interesses intrínsecos a cada um dos líderes sindicais.

Outro aspecto que requer notoriedade reside na elevação da consciência política da entidade evidenciada pelo interesse em promover discussões pautadas nas políticas nacionais. Ao analisar as programações de eventos realizados pela APEMA, é possível notar que em seus primórdios havia uma centralidade nos debates em torno dos problemas locais. Nos pós-greve os interesses da categoria ampliam e, entendemos que foram as lutas coletivas, responsáveis por essas preocupações mais abertas.

As greves de 1985 e 1986, da rede pública estadual no Maranhão se apresentam como inéditas, devido a algumas características particulares inexistentes nos movimentos que haviam eclodido no estado até então. A participação espontânea de professores da rede estadual atuantes nos vários municípios fortaleceu o movimento. Os debates, antes centralizados nos problemas locais, agora se mostravam parte de um todo, exigindo-lhes tanto a compreensão e o posicionamento diante das políticas educacionais, quanto das táticas e comportamentos sindicais igualmente.

Para a grande maioria aquela era a primeira greve da qual participavam, que fora deflagrada em um tempo marcado por forte repressão, com suas lideranças cambaleantes, entre os erros e os acertos que foram sendo configurados ao longo do processo, inscreviam essa experiência nas páginas de sua história.

3.6.5 O processo de transição sindical e a sua efetivação do ponto de vista legal

Como nos anos anteriores, 1988, também foi marcado de muitas tensões para a classe trabalhadora em todo país. No Maranhão, APEMA esteve presente em grande parte dos

embates entre o governo e a categoria, havendo inúmeros registros de lutas no setor da educação. Os professores da rede municipal de São Luís em diversos momentos estiveram em estado de greve com o objetivo de pressionar a então prefeita Gardênia Gonçalves a pagar os salários atrasados, cumprir o Estatuto do Magistério aprovado em 1985, e utilizar como referência para reajustes, o piso de três salários mínimos (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/03/1988, p. 5).

Há notícias, ainda, que a APEMA organizou dois eventos, o I Encontro de Professores pela Valorização do Ensino Público, e o IV Seminário Estadual de Educação. O primeiro pretendia debater sobre a situação política, econômica e social brasileira; a educação e a constituinte; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e a política educacional maranhense (O ESTADO DO MARANHÃO, 26/06/1988, p. 2). O segundo foi realizado em novembro, logo após a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988. Este encontro já fazia parte da agenda anual da APEMA e trazia como temática a “Educação e Constituinte do Maranhão”. A intensão era construir durante esse conclave “uma proposta de piso salarial, um Plano de Cargos, Carreira e Salário (PCCS), a ser divulgado e distribuído aos parlamentares constituintes” (ibid. 13/11/1988, p. 2). Trazia também o objetivo de analisar os pontos que a nova Constituição Federal estava garantindo aos servidores públicos, inclusive, nessa etapa do seminário, os professores iniciaram as discussões para sua transição sindical. (ibid. 19/12/1988, p. 9)

O professorado acreditava que a organização nos moldes da estrutura sindical poderia congrega mais trabalhadores em educação e, com isso, fortalecer sua capacidade de intervenção no cenário político educacional maranhense. A expectativa imediata, de acordo com o jornal O Estado do Maranhão de 27 de janeiro de 1989, era “congregar 16 mil professores além de cerca de 30 mil servidores estaduais e municipais ligados à educação”. (p. 2)

Havia consenso entre as principais lideranças que aquela era uma forma de aglutinação, qualitativamente, superior, de caráter diferenciado, mas que poderia fortalecê-los em suas lutas, capacidade política organizativa e, sobretudo, qualificar a educação pública maranhense e obter ganhos que se expressassem em melhores condições de vida para os seus trabalhadores.

Nesse ínterim uma delegação maranhense composta de 182 professores participou das atividades do XII Congresso Nacional da Confederação de Professores do Brasil que foi realizado em janeiro de 1989, na cidade paulista de Campinas. (O ESTADO DO MARANHÃO, 30/10/1988, p. 2). Nesse evento, a CPB ratificou, tanto a sua filiação à CUT,

quanto à criação da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação – CNTE, o que reforçou aquilo que já era latente entre os representantes maranhenses, a transformação da APEMA em sindicato.

Logo depois de retornarem desse evento nacional, reunidos em assembleia, realizada no dia 25 de janeiro de 1989, a categoria deliberou pela fundação do Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas, em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão – SINPROESEMMA.

Conforme registrado em cartório, a Ata de fundação e o Estatuto da entidade foram certificados em 17 de fevereiro de 1989. (APEMA - ATA – 1989, ANEXO A, p. L). Com a efetivação dessa importante transmutação política sindical, conforme entrevista cedida por Lucimá Goes, à imprensa maranhense, “o professor decidiu lutar dentro da política sindical por direito à greve; sindicalização do funcionário público da educação; aposentadoria especial aos 25 anos; unidade sindical; liberdade e autonomia sindical”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 19/12/1988, p. 2).

Para a dirigente sindical, o novo modelo organizacional era sinônimo de uma entidade “mais aprimorada e efetiva”, confessou ainda a nova percepção que acalentava dizendo que “agora, nós entendemos que a educação se faz com todos aqueles que trabalham diretamente com a educação: especialistas serventes; enfim, trabalhadores como os professores” (ibid. 25/01/1989, p. 2)

Nesses fragmentos em que o periódico registrou as palavras da presidente da APEMA, é possível identificar, claramente, uma preocupação no tocante ao caráter classista que entidade recém-criada haveria de representar.

O primeiro e significativo ato político do SINPROESEMMA, perpetrado, imediatamente, após sua fundação foi sua participação na greve geral convocada pelas centrais sindicais, com destaque para a CUT e a extinta Central Geral dos Trabalhadores – CGT, nos dias 14 e 15 de março de 1989, com o intuito de derrotar as políticas privatizantes que haviam sido anunciadas pelo Governo Federal.

A APEMA escreveu o seu nome na história educacional maranhense, como sujeito coletivo, a partir das experiências e da organização das lutas e formas de atuação dos seus representados; contribuindo com o despertar da categoria docente para a reflexão e compreensão de seu pertencimento ao mundo do trabalho educacional, que se faz a partir da prática política e social.

A APEMA, como muitas das suas congêneres, tem a sua história marcada por muitas contradições e mesmo alguns antagônicos, que se expressam na dependência política dos artífices do Estado. Traz também, como suas coirmãs, a primazia de suas lutas centradas no corporativismo, ou seja, suas demandas estavam ligadas diretamente à ampliação e efetivação dos direitos da categoria, mas isso não quer dizer que a sua maior preocupação, durante os anos de sua trajetória que tivemos a oportunidade de estudar, sempre esteve relacionada à resolução dos problemas imediatos. Longe disso, houve momentos em que suas preocupações e formas de mobilização foram canalizadas para as questões mais gerais e de amplo interesse social.

Mas, alguns podem perguntar-se: Qual o papel da APEMA? Reforma ou revolução? Numa visão mais simplificada dessa questão, o que importa de fato é perceber o trabalhador em educação, como alguém que age e interage, historicamente, como um sujeito coletivo, daí a importância de procurarmos localizar e analisar os seus esforços organizativos políticos, associativistas e sindicais. Compreender como se dá o movimento docente nesse campo de conflitos requer interpretá-los a partir do processo histórico que é próprio da organização do movimento docente no Maranhão, mas não desconsiderando que tratam suas experiências e expectativas, sociais e políticas, nos marcos que o mundo capital oferece; e isso pode explicar suas formas de resistências frente as condições de vida que são próprias desse modo de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que empreendemos buscou reconstruir os processos sociais e históricos pelos quais se organizou o magistério público maranhense, inicialmente numa etapa dita associativista até alcançar as características de uma organização sindical, tendo essa se consolidado e mantido sua vigência política e social na contemporaneidade.

Os docentes ao politizarem os problemas que afetavam o dia a dia, puderam perceber e revelar os profundos problemas implicados nessa politização: o momento político que não era propício a manifestações, as dificuldades em nível de participação dos professores, a não sensibilização das autoridades às reivindicações como pudemos observar, etc.

Nesta perspectiva, com base em E. P. Thompson (1981) as experiências produzidas nas lutas e na disposição de organização associativista e sindical trouxe para alguns ativistas da categoria a certeza de pertencimento à classe trabalhadora e aos seus movimentos organizativos mais amplos, como foi o caso da fundação da CUT. Desta forma, valorizaram a sua participação, algo que se mostrou fundamental para a constituição e fortalecimento da organização da APEMA, aliás, com apareceu expresso na fala de cada entrevistado.

O associativismo e o sindicalismo pautado nas experiências vividas e percebidas pela categoria (THOMPSON, 1981) emergiu através da resistência e da ação proativa dos trabalhadores em educação no Maranhão, bem como evidenciou no contexto histórico e político, aqui estudado, suas principais lutas e a caracterização histórica do período.

As condições objetivas e subjetivas de emergência do associativismo docente no Maranhão se deu pelos aspectos estruturais, e foram elas que possibilitaram o surgimento de associações e sindicatos docentes não apenas nesse estado, mas em diversas regiões do país.

Percebeu-se que a condição subjetiva assumida pelo professor e presente na sua identidade social, em que pese, o mesmo se enquadra no estereótipo do trabalho por vocação ao magistério. Isso acabou por impedir que a categoria se identificasse como parte do mundo dos que vivem do próprio trabalho resultando no distanciamento da organização sindical.

O movimento associativista e o sindicalismo maranhense, ao longo de sua trajetória, apesar de todos os entraves, foram capazes de obter legitimidade política junto, não apenas, aos docentes, como também alcançou um amplo destaque social e um efetivo relacionamento com o movimento dos trabalhadores em educação brasileiros.

Os anos que vieram pela frente demonstraram a justeza e a importância dos professores maranhenses em seu compromisso político na defesa intransigente da escola pública maranhense. A consecução desse objetivo pressupôs o desenvolvimento do seu

esforço associativista como forma de galvanizar e impulsionar as lutas da categoria em torno dos seus objetivos políticos educacionais. Mas, a análise da conjuntura daqueles dias também nos possibilitou verificar que essa forma organizativa não seria o suficiente para dar cabo dessa grandiosa tarefa histórica que é a defesa da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos os cidadãos.

Mas, para isso seria necessário acompanhar o movimento em escala nacional que estava em curso; como também aprofundar as conquistas dos direitos individuais e coletivos dos professores maranhenses, operando a transição do percurso associativista até, então, trilhado, com a perspectiva de aprimorá-lo e fortalecer a capacidade de organizar os trabalhadores da educação em torno da constituição de uma única entidade de caráter sindical.

Os professores do Maranhão não seriam uma exceção nessas páginas da história da educação brasileira!

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Wallace Oliveira. **Educação, modernização e desenvolvimento no Maranhão no Governo Sarney (1966 – 1971)**. São Luís: UFMA, 2002. Monografia, p.14-38.
- BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo. Elementos de história e questionamentos políticos**. São Paulo: Sundermann, 2012.
- BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- BAUER, Carlos; DANTAS, Vanessa; MIGUEL, Mirian M. B; PAIVA, Luís R. B; DINIZ, Cássio (orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- BARBOSA, Zulene. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. Tese de doutorado. São Paulo, 2001, PUC/SP.
- BARBOSA, Zuleide de Moniz. **As “temporalidades” da política do Maranhão**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf >. Acessado em 20/12/2014.
- BENJAMIN, W. **Rua de mão única**. (Obras Escolhidas; v. II) 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BITTAR, Marisa, FERREIRA Jr., Amarílio. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Ed. Pulsar, 2006.
- BOITO, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: editora da Unicamp, 1991. 312p.
- BONFIM, M. Núbia. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. São Luís: EDUFMA / Sioge, 1985.
- BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão 1982 – 1992: origens, organização e governos municipais**. São Luís: EDUFMA, 2008. 270p.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. 2009, 332f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- _____. **Terra e Céu de Nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café e Lápis/ FAPEMA, 2001.]
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.308-345. Cultura brasileira e culturas brasileiras.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 71.244, de 11 de outubro de 1972.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992

BUZAR, Benedito. **Discurso moralista do Maranhão - de Archer da Silva a Luís Rocha**. Revista FIPES, São Luís: FIPES, 3 (1): p. 75-83, jan./jun. 1988.

_____. **As eleições no Maranhão: Sebastião Archer da Silva**. São Luís, maio de 2014 Disponível em <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/as-eleicoes-no-maranhao-sebastiao-archer-da-silva-1/> Acessado: 15 de Julho de 2015.

_____. **Vitorinista sofre dois atentados**. O Estado do Maranhão, São Luís, 27 ago. 1975. Caderno A.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e educação no Maranhão**, São Luís: SIOGE, 1984.

CABRAL, Wagner. **Novo Tempo/Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia?** Apud: MATIAS, Moisés (Org.) Os outros segredos do Maranhão. São Luis: Estação Gráfica, 2002, p.13-24.

CALDEIRA, José de Ribamar. **Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 46, p. 55-101, 1978.

_____. **As eleições de 1974 no Maranhão**. Revista brasileira de estudos políticos. Belo Horizonte, UFMG. 1976.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. **O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: O jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990., p. 17.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. In: Chizzotti A. Pesquisa qualitativa. São Paulo (SP): Cortez; 1991. p.77-104.

CONCEIÇÃO, Sebastiana Sousa da. **Modernização e urbanização no contexto de São Luís na década de 60: o caso Anjo da Guarda**. São Luis: UFMA, 2007. Monografia, p.14-26.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís, SIOGE, 1993.

COSTA, M. C. **Movimento Estudantil Acadêmico e a Imprensa Estudantil no Maranhão (1930-1950):** Uma contribuição à História da Educação. Curitiba: Ed. Appris, 2014.

COSTA, Wagner Cabral. **Do Maranhão novo ao novo tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão.** São Luís, 1997.

Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral2.pdf> Acessado em: 15 de fevereiro de 2015.

_____. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico Victorino a Sarney.** – São Luís: Edufma, 2006.

COSTA, Wagner Cabral (Org.). **História do Maranhão: novos estudos.** São Luís: EDUFMA, 2004.

_____. **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio.** São Luis: EDUFMA, 1 ed., 2009.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** Projeto História, São Paulo, PUC, nº. 35, pp. 253-270, Disponível em <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>>. Acesso: 22 de Fevereiro de 2014.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1991. 6ª edição.

DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas.** Vol. 1 Brasília: Paralelo 15, 2011.

DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas.** Vol.2 Brasília: Paralelo 15, 2013.

DAL ROSSO, Sadi & LÚCIO, Magda de Lima. **O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil.** Revista Universidade e Sociedade. Brasília – DF, ano XIV, nº 33, Junho: 115 – 125, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990. (Biblioteca de Educação, Série 1 Escola; v. 14).

DINIZ, Cassio & BAUER, Carlos. **História e Consciência de Classe na Educação Brasileira: uma análise das lutas dos trabalhadores em educação de Minas Gerais sob uma perspectiva histórica (1978-1983).** Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6538_Hiro_Cassio.pdf Acesso: 20 de janeiro de 2015.

ENGELS, Friedrich., MARX, Karl. **Manifesto comunista.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl, LENIN, Vladimir, TROTSKY, Leon. **O marxismo e os sindicatos.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008.

ESTADO DO MARANHÃO. **Projeto João de Barro.** Secretaria de Educação, mimeo, s.d.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2008. 13ª edição.

FAZENDA, Ivani Catarina Cervantes. **Educação no Brasil nos anos 60 – o pacto do silêncio**. São Paulo: Loyola, 1988, p.75-114.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O Processo sócio-econômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. 1994. 411 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

FERREIRA JR., Amarílio. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. Tese de doutorado, USP, 1998.

_____. **A Confederação de Professores do Brasil e a aposentadoria aos 25 anos**. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Vol.2 Brasília: Paralelo 15, 2013. p. 151-165

FERREIRA JR., Amarílio. BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 - 1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2006. 108p

FIGUEIREDO, Adiel Tito. **O Estado Novo e a Educação no Maranhão**. São Paulo: Loyola, 1984.

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GARCÊZ, Sônia Maria Leitão. **Educação de qualidade: o Liceu na memória de seus integrantes**. São Luís: UEMA, 1997. Monografia, p.9-64.

GINDIN, Julián José. **Estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil**. In: Anais do I Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, IUPERJ, 2009. CD – ROM.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. 2ª Ed., São Paulo: Cortez, 2008.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1997. p.142.

_____. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KREUTZ, Arno. **O projeto João de Barro e o poder político no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1983, p.21-40, 49-72.

LEITE, Carlos Henrique F. História e Imprensa: **A importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico**. XIV Encontro Regional de História 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil. ISSN: 1808-9690 Acessado em: 30 nov. 2015.

LÊNIN. Vladimir Ilitch. **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUCA, Tânia Regina de. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Escorpião, 1974.

LÜDKE M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARANHÃO. **Plano de Governo 1971-74**, op. cit. p.108

MARANHÃO. **Plano de Governo 1979-82**, op. cit. p.120-131

MARANHÃO. **Lei nº Lei 4.270, de 16 de dezembro de 1980**.

MARANHÃO. **Lei nº 4.277, de 27 de abril de 1981**.

MARANHÃO. **Sinopse e Estatística do Maranhão de 1980**.

MARANHÃO. **Anuário Estatístico do Maranhão - 1969**.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, A. L. & DE LUCA, T. R. (Org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008

MARX e ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. 2001 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf> Acessado em: 30 de dezembro de 2015

MATTOS, M. A. V. L. de; SWENSSON, V. C. **Contra os inimigos da ordem. A repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. P&A, 2003.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEIRELLES, Mario M. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar, 1994.

_____. **História do Maranhão.** Imperatriz: Ética, 2008, 382p.

_____. **História do Maranhão.** 3º ed. São Paulo: Siciliano, 2001. Coleção Maranhão Sempre, p. 351-363.

_____. **O Ensino Superior no Maranhão: Esboço Histórico.** São Luís, UFMA, 1981, p. 28-38.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995.

MIOTTO, Gaspar Bianor. **A construção da notícia.** In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado (Org.). *Jornalismo além da notícia.* Santa Maria: FACOS - UFSM, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Campinas, Educ. Soc., vol. 25, n. 89, p. 1127 - 1147, Set./Dez. 2004. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 outubro 2010. Acessado em: 30 nov. 2015.

PACHECO, Alexandre. **As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz.* Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.024.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967).** São Luís: UFMA, 1985, p.3-63.

RIBEIRO, Claudett de Jesus. **História de uma escola para o povo: projeto João-de-Barro - Maranhão – 1967/74.** São Luís: UFMA/Secretaria Educação – MA, 1985.

RIBEIRO, Vânia Mondego. **A implantação do ensino secundário público Maranhense.** 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2006.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo e educação.** São Luís: SECMA, 1993, p. 226.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2003, p.47-254.

ROSAR, M. de F. F. **Globalização e descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização.** 1995. 348f. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

_____. **Lutas ideológicas e mudança social.** Revista HistedbrOnLine, Campinas, p. 192-209, abr., 2011. Número especial. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/index.html>>. Acesso em: 05 jun. 2011. ISSN 1676-2584.

_____. **Educação e Movimentos Sociais: Avanços e Recuos Entre o Século XX e o Século XXI.** Educação em Revista, Marília, v.12, n.2, p. 145-162, jul./dez., 2011. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/2492/2029>> Acesso em: 20 out. 2015.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.** 2008, 283f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROCHA, Silvia Maria Oliveira da. **Educação de elite em mar de analfabetos: O Liceu Maranhense.** São Luís: UFMA, 2001. Monografia, p.37-52.

RODRIGUES, A. DANTAS, V. (orgs.). **A Visão da Imprensa sobre a Greve Estudantil de 1979: Primeiras Aproximações.** In: MOYA, A. M. (coord.). Evidencias, conjeturas y hallazgos en torno a la Historia de la educación Latinoamericana. Amaya Ediciones, México, 2015, p.1318. ISBN 978-607-8408-18-4

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei das flores.** Albúm: Geraldo Vandrê no Chile; Banco Benvirá, 1968.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena – experiências elutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paze Terra, 1995.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Cad. CEDES. 2008, v.28, n.76, p. 291-312. ISSN 0101-3262.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf> Acesso em: 28 de fevereiro de 2015.

SILVA, Ilse Gomes. **Política e Ideologia no Maranhão. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís; 2013; p.5.
Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/politicaeideologianomaranhao-domaranhaonovoaoonovotempo.pdf>> .Acesso em: 15 jul. 2015.

SILVA, Robson S. C. **O Sindicalismo Docente da Educação Básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato.** Tese de doutorado, UNB, 2013

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A formação da classe operária – v. 1. A árvore da liberdade. – v. 2. A maldição de Adão. – v.3. A força dos trabalhadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROTSKI, Leon. **Escritos sobre sindicato.** Tradução de Vera Corrêa de Sampaio e Maria Emília SedehBoito. – São Paulo: Kairós, 1979.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão.** São Luís: FIPES, 1981. p.27.

_____. **Formação econômica do Maranhão:** uma proposta de desenvolvimento. 2. ed. São Luiz-MA: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011.

WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade.** São Paulo: Nacional, 1969.

Documentos Consultados

Associação de Professores do Estado do Maranhão. Atas – APEMA – 1976 n.º 1-10

BRASIL. Decreto n.º 71.244, de 11 de outubro de 1972

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.

MARANHÃO. Lei n.º Lei 4.270, de 16 de dezembro de 1980.

MARANHÃO. Lei n.º 4.277, de 27 de abril de 1981.

MARANHÃO. Sinopse e Estatística do Maranhão de 1980.

MARANHÃO. Anuário Estatístico do Maranhão - 1969.

Entrevistas

Antônio Adailto Melo de Carvalho. Professor aposentado da rede estadual de ensino do Maranhão, militante da APEMA. 21 de janeiro de 2016.

José dos Santos Brussio. Dirigente do Sinproesemma; foi militante da APEMA; professor da rede estadual de ensino. 12 de janeiro de 2016.

Deusailza da Silva Melo Cutrim. Professora aposentada da rede estadual de ensino do Maranhão. 17 de janeiro de 2016.

Maria Dolores Silva. Militante da APEMA, faz parte da base do Sinproesemma e Sindeducação. Professora da rede municipal e estadual de ensino do Maranhão. 16 de janeiro de 2016.

Lucimá Góes de Sousa. Ex-presidente da APEMA e Sinproesemma. Professora Universidade Federal do Maranhão. 24 de janeiro de 2016.

Mario José Dias Carneiro. Fundador da APEMA. Ex-deputado estadual e professor aposentado da Universidade Federal do Maranhão. 22 de janeiro de 2016.

Raimunda Rilma Melo de Carvalho. Militante da APEMA. Professora aposentada da rede estadual de ensino do Maranhão. 20 de janeiro de 2016.

Jornais Consultados

Estado oferece 2.980 vagas para o segundo grau. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 14 jan. 1975, p.5

Professoras concluem curso de atualização. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 07 mar. 1976, p.7

Concluída a reciclagem as professoras de Imperatriz. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 28 jul. 1976, p.6

A NOVA ASSOCIAÇÃO DO MARANHÃO. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 14 out. de 1976, p.4

Educação vai oferecer 202 salas de aulas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 21 out. 1976, p.7

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 16 dez. 1976, s/p.

Educação dá curso a 1665 professores. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 03 fev. 1977, p.1

SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 15 fev. 1977, p.6

Educação constrói novas escolas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 16 mar. 1977, p.6

Escolas municipais sem condições. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 25 mar. 1977, p.6

MARANHÃO – Pioneiro na Implantação de Habilitações Básicas no Ensino de Segundo Grau. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 31 mar. 1977, p.3

CALMON: “IMPrensa DEVE LUTAR POR PELA EDUCAÇÃO DO POVO”. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 13 abr. 1977, p.4

Professores aguardam Pres. da Confederação. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 29 abr. 1977, p.5

PROFESSORES DISCUTEM PROBLEMAS COM A CPB. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 06 mai. 1977, p.1

Convocação – Associação de Professores do Estado Maranhão – APEMA. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 22 mai. 1977, p.5

Convocação – Associação de Professores do Estado Maranhão – APEMA. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 24 mai. 1977, p.5

Educação está recuperando escolas. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 26 mai. 1977, p.5

Subsídios para o Plano Nacional de Educação. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 29 mai. 1977, p.5

APEMA elege sua primeira diretoria. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 19 jun. 1977, p.5

Convocação – Associação de Professores do Estado Maranhão – APEMA. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 22 jun. 1977, p.2

Professores tem litígio com o Estado. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 09 ago. 1977, p.6

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO FALA SOBRE I SENSO ESCOLAR. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 23 ago. 1977, p.7

EDUCAÇÃO QUALIFICA EMPRESAS. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 03 set. 1977, p.1

Censo escolar teve início ontem. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 03 set. 1977, p.5

Estudantes pedem meia-passagem. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 10 nov. 1977, p.1

Professores Lutam por melhor nível. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 19 nov. 1977, p.5

EDUCAÇÃO OFERECE 540 VAGAS. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 30 nov. 1977, p.6

Congresso de Professores. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 19 jan. 1978, p.2

Professores lutam pela valorização profissional. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 16 jan. 1978, p.2

Professores ganham questão contra o Estado. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 28 set. 1978, p.7

Professores fazem apelo ao governo. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 17 out. 1978, p.7

APEMA promove cursos. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 09 nov. 1978, p.3

Figueiredo reconhece que professor ganha pouco. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 12 nov. 1978, p.5

Meia-passagem tem parecer da OAB, APRUMA e Igreja. **Jornal O Imparcial**, 21 set. 1979, p.1

Professores receberão diferença salarial. **Jornal O Imparcial**, 15 set. 1979, p.1

Dia do professore tem comemoração em toda a capital. **Jornal O Imparcial**, 16 out. 1979, p.7

Professores pedem melhores salários. **Jornal O Imparcial**, 16 out. 1979, p.7

Professores exigem melhores salários. **Jornal O Imparcial**, 27 jan. 1980, p.5

Professores comemoram seu dia com dificuldades. **Jornal O Imparcial**, 15 out. 1979, p.6

Abstenção marca pleito da APEMA. **Jornal O Imparcial**, 07 jun. 1981, p.6

Professores debatem salários atrasados e falência do ensino. **Jornal O Imparcial**, 15 out. 1981, p.7

Professores debatem qualidade do ensino. **Jornal O Imparcial**, 06 nov. 1981, p.7

Professores aguardam efetivação do Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 20 nov. 1981, p.7

APEMA Faz seminário. **Jornal O Imparcial**, 28 nov. 1981, p.13

Professores reivindicam adiamento do seletivo. **Jornal O Imparcial**, 09 jan. 1982, p.1

Professores têm aumento. **Jornal O Imparcial**, 04 mar. 1982, p.7

Desemprego ameaça professores. **Jornal O Imparcial**, 09 mar. 1982, p.5

Professores prejudicados por políticos. **Jornal O Imparcial**, 04 mar. 1982, p.1

Professores apoiam a efetivação do Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 01 abr. 1982, p.7

Professores tem prazo para optar pelo Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 08 abr. 1982, p.7

Professores podem rever situação no Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 21 mai. 1982, p.6

Enquadramento para o Magistério continuará. **Jornal O Imparcial**, 28 mai. 1982, p.5

Congresso debate a Educação Maranhense. **Jornal O Imparcial**, 30 jun. 1982, p.6

Professores agradecem o enquadramento no Estado. **Jornal O Imparcial**, 15 ago. 1982, p.6

Associação dos Professores do Maranhão terá sede própria. **Jornal O Imparcial**, 16 out. 1982, p.6

Novo seletivo enquadrará mais sete mil professores. **Jornal O Imparcial**, 28 out. 1982, p.6

Apema promove debate político. **Jornal O Imparcial**, 07 nov. 1982, p.6

Professores da rede estadual não recebem seus vencimentos. **Jornal O Imparcial**, 04 mar. 1983, p.6

Professores de Caxias entram em greve. **Jornal O Imparcial**, 08 mar. 1983, p.7

APEMA parabeniza Governador Ivar. **Jornal O Imparcial**, 08 mar. 1983, p.7

Presidente da APEMA apoia greve de Caxias. **Jornal O Imparcial**, 18 mar. 1983, p.6

Professores de Grajaú admitem paralisação. **Jornal O Imparcial**, 16 abr. 1983, p.5

Criado impasse no pleito da APEMA. **Jornal O Imparcial**, 08 mai. 1983, p.1

Professores não estão ameaçados de demissão. **Jornal O Imparcial**, 19 mai. 1983, p.5

Leda Tajra discute com APEMA. **Jornal O Imparcial**, 04 set. 1983, p.5

Professores podem parar as atividades. **Jornal O Imparcial**, 26 out. 1983, p.5

Seminário da APEMA encerra em Bacabal. **Jornal O Imparcial**, 27 out. 1983, p.5

APEMA critica governantes pela omissão. **Jornal O Imparcial**, 28 out. 1983, p.3

Os Professores pedem reforma do Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 08 fev. 1984, p.5

Professores em greve. **Jornal O Imparcial**, 21 jun. 1984, p.6

Professores louvam o aumento salarial. **Jornal O Imparcial**, 04 jul. 1984, p.5

APEMA felicita o Governo estadual. **Jornal O Imparcial**, 07 jul. 1984, p.5

Cresce oferta de matrícula no Maranhão. **Jornal O Imparcial**, 26 jan. 1985, p.5

Servidores públicos pedem aumento de 250 por cento. **Jornal O Imparcial**, 26 fev. 1985, p.1

Leda relata a Maciel situação educacional. **Jornal O Imparcial**, 12 abr. 1985, p.2

Professores vão ao governador e exigem direitos. **Jornal O Imparcial**, 13 abr. 1985, p.2

Greves preocupam os políticos. **Jornal O Imparcial**, 04 mai. 1985, p.3

TVE levanta necessidades para fortalecer estrutura. **Jornal O Imparcial**, 08 mai. 1985, p.4

Professora demitida por fazer protesto. **Jornal O Imparcial**, 17 mai. 1985, p.2

Professora faz críticas a Rocha. **Jornal O Imparcial**, 16 jun. 1985, p.2

Professores beneficiados com Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 18 jun. 1985, p.1

Associação convoca os professores. **Jornal O Imparcial**, 22 jun. 1985, p.7

Secretaria de Educação está acabando com as oficinas de trabalho. **Jornal O Imparcial**, 30 jun. 1985, p.1

Professores vão debater vários temas. **Jornal O Imparcial**, 02 jun. 1985, p.2

Educação oferecerá 1.890 vagas. **Jornal O Imparcial**, 16 jul. 1985, p.2

Professores pedem aumento a Fecury. **Jornal O Imparcial**, 17 ago. 1985, p.2

Professores recebem promessa de Fecury. **Jornal O Imparcial**, 24 ago. 1985, p.1

Fecury promete pagar professores horistas. **Jornal O Imparcial**, 24 ago. 1985, p.2

Jackson ouve professores do município. 1º set. 1985, p.3

Professores vão manter greve na Universidade. **Jornal O Imparcial**, 08 set. 1985, p.1

Servidores do CEMA continuam a greve. **Jornal O Imparcial**, 13 set. 1985, p.5

Professores da UFMA farão passeata hoje. **Jornal O Imparcial**, 14 set. 1985, p.5

Greves transtornam São Luís. **Jornal O Imparcial**, 14 set. 1985, p.16

A greve e a nova retórica. **Jornal O Imparcial**, 14 set. 1985, p.4

Professores destituem dirigentes. **Jornal O Imparcial**, 15 set. 1985, p.5

CUT apóia luta dos grevistas. **Jornal O Imparcial**, 19 set. 1985, p.2

TVE retorna as atividades. **Jornal O Imparcial**, 19 set. 1985, p.5

GREVE da Universidade pode terminar amanhã. **Jornal O Imparcial**, 24 set. 1985, p.1

Greve dos servidores da UFMA continuará. **Jornal O Imparcial**, 25 set. 1985, p.3

DRT sai em defesa dos professores. **Jornal O Imparcial**, 29 set. 1985, p.7

APEM elege sua diretoria dia 12. **Jornal O Imparcial**, 03 out. 1985, p.3

Apema explica posição dos parlamentares. **Jornal O Imparcial**, 04 out. 1985, p.3

CEMA voltará as atividades. **Jornal O Imparcial**, 05 out. 1985, p.2

Professores exigem aumento. **Jornal O Imparcial**, 06 out. 1985, p.5

Professores do Estado exigem piso salarial. **Jornal O Imparcial**, 11 out. 1985, p.2

Professores em passeata. **Jornal O Imparcial**, 16 out. 1985, p.7

Professores dão ultimato ao governo. **Jornal O Imparcial**, 19 out. 1985, p.3

Professores dispostos a lutar por seus salários. **Jornal O Imparcial**, 19 out. 1985, p.5

Greve ameaça as eleições em São Luís. **Jornal O Imparcial**, 30 out. 1985, p.1

De barriga vazia mestre não vai à classe. **Jornal O Imparcial**, 30 out. 1985, p.2

Professores paralisam suas atividades. **Jornal O Imparcial**, 31 out. 1985, p.1

Professores da rede estadual também parados. **Jornal O Imparcial**, 01 nov. 1985, p.1

Professores decididos. **Jornal O Imparcial**, 01 nov. 1985, p.3

Professores em passeata até os Leões. **Jornal O Imparcial**, 07 nov. 1985, p.1

Passeata monstro dos professores pára numa barreira de policiais. **Jornal O Imparcial**, 07 nov. 1985, p.1

O apelo de dez mil barrados na praça. **Jornal O Imparcial**, 07 nov. 1985, p.2

Professores “assinam ponto” e avaliam os 12 dias de greve. **Jornal O Imparcial**, 09 nov. 1985, p.7

Professores também tem estômago. **Jornal O Imparcial**, 12 nov. 1985, p.7

Mestres em compasso de espera. **Jornal O Imparcial**, 12 nov. 1985, p.7

Suspensa a greve dos professores por dez dias. **Jornal O Imparcial**, 14 nov. 1985, p.5

Só o medo de represália acaba greve. **Jornal O Imparcial**, 14 nov. 1985, p.7

Professores retomam as aulas. **Jornal O Imparcial**, 19 nov. 1985, p.1

APEMA justifica que o movimento foi positivo. **Jornal O Imparcial**, 19 nov. 1985, p.7

Trégua enfraquece o movimento dos professores da APEMA. **Jornal O Imparcial**, 24 nov. 1985, p.2

Professores não discutem o projeto do Estado. **Jornal O Imparcial**, 27 nov. 1985, p.2

APEMA e APEM, hoje, na Câmara. **Jornal O Imparcial**, 27 nov. 1985, p.2

Estatuto dos Professores é adiado de novo **Jornal O Imparcial**, 28 nov. 1985, p.2

Desavença impede a reunião APEMA e APEM. **Jornal O Imparcial**, 28 nov. 1985, p.1

Atraso no relógio adia a votação. **Jornal O Imparcial**, 28 nov. 1985, p.2

Câmara votara hoje Estatuto do Magistério. **Jornal O Imparcial**, 29 nov. 1985, p.2

Professores do município já têm Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 30 nov. 1985, p.1

Nove horas para aprovação do Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 30 nov. 1985, p.2

TVE encampada pelo Governo Federal. **Jornal O Imparcial**, 10 dez. 1985, p.7

Seminário debate hoje entidades dos mestres. **Jornal O Imparcial**, 12 dez. 1985, p.2

Baixo salário é tema de debate no Seminário Estadual de Educação. **Jornal O Imparcial**, 13 dez. 1985, p.2

APEMA ouve os professores. **Jornal O Imparcial**, 18 dez. 1985, p.1

Professores continuaram com a luta. **Jornal O Imparcial**, 19 dez. 1985, p.1

Professores sem receber pagamento. **Jornal O Imparcial**, 19 dez. 1985, p.5

Gardênia assina ato e coloca na rua 14.500 funcionários. **Jornal O Imparcial**, 04 jan 1986, p.3

Demitidos da prefeitura vão à justiça. **Jornal O Imparcial**, 05 jan. 1986, p.1

Professores não iniciam o ano letivo. **Jornal O Imparcial**, 07 fev. 1986, p.1

Professores vão decidir em assembléia. **Jornal O Imparcial**, 07 fev. 1986, p.2

Baixos salários são problemas para educação. **Jornal O Imparcial**, 08 fev. 1986, p.2

Professores do Estado ameaçam fazer greve. **Jornal O Imparcial**, 13 fev. 1986, p.2

APEM e secretário não entram em acordo. **Jornal O Imparcial**, 13 fev. 1986, p.2

APEMA parabeniza funcionários. **Jornal O Imparcial**, 15 fev. 1986, p.7

Federalização do CEMA/TVE/INTEC já é fato consumado. **Jornal O Imparcial**, 15 fev. 1986, p.7

Professores iniciam greve geral. **Jornal O Imparcial**, 18 fev. 1986, p.2

Professores retomam movimento grevista. **Jornal O Imparcial**, 18 fev. 1986, p.2

“Caminhamos juntos sem esmorecer” **Jornal O Imparcial**, 20 fev. 1986, p.2

“Não recuamos diante das ameaças”. **Jornal O Imparcial**, 21 fev. 1986, p.2

Professores invadem a secretaria. **Jornal O Imparcial**, 22 fev. 1986, p.1

Demitidos vão prosseguir no movimento contra Gardênia. **Jornal O Imparcial**, 22 fev. 1986, p.3

Mudança na educação deve começar já. **Jornal O Imparcial**, 22 fev. 1986, p.2

Professores manterão o movimento grevista. **Jornal O Imparcial**, 26 fev. 1986, p.1

Professores dizem NÃO à Secretária. **Jornal O Imparcial**, 26 fev. 1986, p.2

Apema quer apoio dos políticos maranhenses. **Jornal O Imparcial**, 01 mar. 1986, p.7

Apema conversa com o governador do Paraná. **Jornal O Imparcial**, 06 mar. 1986, p.7

Chegou a hora para dialogo com os mestres. **Jornal O Imparcial**, 09 mar. 1986, p.2

Professores em piquete param Liceu. **Jornal O Imparcial**, 12 mar. 1986, p.1

Professores ainda estão paralisados. **Jornal O Imparcial**, 13 mar. 1986, p.7

Greve dos professores promete durar. **Jornal O Imparcial**, 13 mar. 1986, p.7

Nova assembléia para manter luta. **Jornal O Imparcial**, 15 mar. 1986, p.7

Apema prepara-se para receber Sarney. **Jornal O Imparcial**, 16 mar. 1986, p.3

Ministro promete ajudar professores. **Jornal O Imparcial**, 19 mar. 1986, p.2

Professores e o presidente. **Jornal O Imparcial**, 19 mar. 1986, p.3

Professores tem prazo para acabar com greve. **Jornal O Imparcial**, 20 mar. 1986, p.1

Apema denuncia ação contra os professores. **Jornal O Imparcial**, 20 mar. 1986, p.2

Professores vão à Assembléia em busca de apoio. **Jornal O Imparcial**, 20 mar. 1986, p.3

Professores Invadem Assembléia. **Jornal O Imparcial**, 21 mar. 1986, p.1

Professores não tem mais a quem apelar. **Jornal O Imparcial**, 22 mar. 1986, p.7

Professores podem voltar ao trabalho. **Jornal O Imparcial**, 25 mar. 1986, p.2

Professores não abrem mão do piso. **Jornal O Imparcial**, 25 mar. 1986, p.2

Vigília de professor pelo piso que não sai. **Jornal O Imparcial**, 26 mar. 1986, p.7

APEMA vai ao Distrito falar com Pazzianotto. **Jornal O Imparcial**, 01 abr. 1986, p.2

Governo demitirá professores. **Jornal O Imparcial**, 09 abr. 1986, p.1

Mestres ainda em greve. Dois meses. **Jornal O Imparcial**, 09 abr. 1986, p.7

Professores voltam ao trabalho. **Jornal O Imparcial**, 10 abr. 1986, p.1

Reviravolta na APEMA. Greve vai continuar. **Jornal O Imparcial**, 11 abr. 1986, p.1

Professores decidem manter sua greve. **Jornal O Imparcial**, 11 abr. 1986, p.8

Greve dos professores tem fim dramático em São Luís. **Jornal O Imparcial**, 12 abr. 1986, p.1

Alegria e decepção no fim da Greve. **Jornal O Imparcial**, 12 abr. 1986, p.2

APEMA realiza debate sobre a Constituinte. **Jornal O Imparcial**, 02 mai. 1986, p.2

Estado contrata professores. **Jornal O Imparcial**, 14 mai. 1986, p.1

Comissão estuda novas mudanças para o magistério. **Jornal O Imparcial**, 08 jun. 1986, p.14

Professores pedem por aumento na prefeitura. **Jornal O Imparcial**, 24 jun. 1986, p.1

Professores ainda pressionam Gardênia. **Jornal O Imparcial**, 26 jun. 1986, p.2

Professores vão fazer plebiscito. **Jornal O Imparcial**, 30 jun. 1986, p.2

Professores conquistam Estatuto. **Jornal O Imparcial**, 24 set. 1986, p.2

Mestres e estudantes se unem na greve. **Jornal O Imparcial**, 25 set. 1986, p.1

Escolas do município param. **Jornal O Imparcial**, 09 out. 1986, p.1

Continua greve dos professores. **Jornal O Imparcial**, 10 out. 1986, p.1

Termina a greve dos professores do município. **Jornal O Imparcial**, 24 out. 1986, p.2

Sindicato dos professores critica APEMA. **Jornal O Imparcial**, 22 dez. 1986, p.1

Greves aumentam no setor educacional. **Jornal O Imparcial**, 14 abr. 1987, p.5

Servidores municipais protestam. **Jornal O Imparcial**, 22 abr. 1987, p.1

Docentes da UEMA sem condições de trabalho. **Jornal O Imparcial**, 23 abr. 1987, p.2

Servidores da UFMA param tudo. **Jornal O Imparcial**, 23 abr. 1987, p.5

Escolas particulares fechadas. **Jornal O Imparcial**, 23 abr. 1987, p.5

Servidores do Estado fazem assembléia hoje no Sioge. **Jornal O Imparcial**, 23 abr. 1987, p.5

Professores defendem educação de qualidade. **Jornal O Imparcial**, 23 abr. 1987, p.5

Docentes, pais e alunos protestam na Deodoro. **Jornal O Imparcial**, 23 abr. 1987, p.5

Professoras querem uma resposta de Cafeteira. **Jornal O Imparcial**, 29 abr. 1987, p.5

Educação questionada. **Jornal O Imparcial**, 29 abr. 1987, p.5

Greve da ANDES pode parar após nova proposta. **Jornal O Imparcial**, 30 abr. 1987, p.5

Professores na rua. **Jornal O Imparcial**, 1º mai. 1987, p.3

Greves da UFMA devem terminar segunda. **Jornal O Imparcial**, 1º mai. 1987, p.3

Greves que empobrecem. **Jornal O Imparcial**, 1º mai. 1987, p.3

APEMA faz assembleia para avaliar proposta. **Jornal O Imparcial**, 1º mai. 1987, p.3

Greves dos Professores continuam. **Jornal O Imparcial**, 5 mai. 1987, p.5-13

Docentes da UEMA estão sem canal de negociações. **Jornal O Imparcial**, 5 mai. 1987, p.3

Professores terão aumento de 100%. **Jornal O Imparcial**, 7 mai. 1987, p.1

Cafeteira garante aumento de 100% para professores. **Jornal O Imparcial**, 7 mai. 1987, p.3

Estudantes e docentes unidos. **Jornal O Imparcial**, 13 mai. 1987, p.3

Seduc defende a escola pública na Constituinte. **Jornal O Imparcial**, 13 mai. 1987, p.3

Professores do Estado fazem passeata hoje. 13 mai. 1987, p.5

Professores do Estado pedem salário melhor. **Jornal O Imparcial**, 14 mai. 1987, p.5

Protesto dos professores em São Luís. **Jornal O Imparcial**, 14 mai. 1987, p.5
 Professores em nova negociação com patrões. **Jornal O Imparcial**, 25 mai. 1987, p.3
 Alunos do Gonçalves Dias paralisam as atividades. **Jornal O Imparcial**, 1 jun. 1987, p.1
 APEMA faz seminários no interior. **Jornal O Imparcial**, 7 jul. 1987, p.5
 Greve pode prejudicar estudantes. **Jornal O Imparcial**, 15 jul. 1987, p.5
 Professores não voltam às escolas. **Jornal O Imparcial**, 2 ago. 1987, p.1
 Professores municipais decidem entrar em greve. **Jornal O Imparcial**, 2 ago. 1987, p.5
 Professores municipais decidem manter a greve. **Jornal O Imparcial**, 4 ago. 1987, p.5
 Professores lutam pelos vencimentos. **Jornal O Imparcial**, 5 ago. 1987, p.1
 Professores decidem manter greve até sexta. **Jornal O Imparcial**, 5 ago. 1987, p.1
 Professores revoltados podem parar escolas. **Jornal O Imparcial**, 14 ago. 1987, p.1
 Professores discutem a Constituinte. Deputados procuram APEMA para saber dos problemas. **Jornal O Imparcial**, 17 fev. 1987, p.1
 Professores o Estado ameaçam fazer greve. **Jornal O Imparcial**, 21 mar. 1987, p.1
 Concorrência acirrada pela direção da APEMA. **Jornal O Imparcial**. 5 set. 1987.
 Presidente da ANDES critica governo Sarney. **Jornal O Imparcial**. 5 set. 1987.
 Professores reúnem e votam pauta econômica. **Jornal O Imparcial**. 10 abr. 1988. P.2
 Seduc oferece cursos para cem professores. **Jornal O Imparcial**. 5 mai. 1988.
 Professores negociam. **Jornal O Imparcial**. 9 jun. 1988. p.5 p.2
 Professores do Estado recebem treinamento. **Jornal O Imparcial**. 21 jun. 1988. p.7
 Professores realizam encontro da categoria. **Jornal O Imparcial**. 26 jun. 1988. p.7
 Professores vão ser reciclados pelo PRODASEC. **Jornal O Imparcial**. 2 jun. 1988. p.6
 Professores estão revoltados com os atrasos. **Jornal O Imparcial**. 16 ago. 1988. p.6
 Professores vão discutir acordo com TV-Educativa. **Jornal O Imparcial**. 21 set. 1988. p.6
 Professores: gratificação e incentivo será maior. **Jornal O Imparcial**. 08 nov. 1988. p.5
 Greve geral para São Luís. **Jornal O Imparcial**. 15 mar. 1989. p.7
 Curso Oferecido aos professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, 04 jan. 1985, p.7
 Reajuste no salário. **Jornal O Estado do Maranhão**, 09 jan. 1985, p.5
 Professores ganham reajustes salariais. **Jornal O Estado do Maranhão**, 10 jan. 1985, p.3
 Aumento dos professores aceitos. **Jornal O Estado do Maranhão**, 18 jan. 1985, p.3
 Projeto NE na reunião da Sudene. **Jornal O Estado do Maranhão**, 25 jan. 1985, p.10
 Sindicato já inscreve professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, 06 fev. 1985, p.2
 Professores debaterão sobre Piso Salarial. **Jornal O Estado do Maranhão**, 14 fev. 1985, p.2
 Mobral abre novas vagas: professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, 14 mar. 1985, p.10
 Professores querem piso. **Jornal O Estado do Maranhão**, 19 mar. 1985, p.10
 Professores debatem novo acordo salarial. **Jornal O Estado do Maranhão**, 13 abr. 1985, p.7
 Professores se queixam do preço da hora – aula. **Jornal O Estado do Maranhão** 04 jun. 1985, p.7
 Greve da CEMA e INTEC/TVE. **Jornal O Estado do Maranhão** 11 set. 1985, p.7
 Servidores do CEMA também fazem greve. **Jornal O Estado do Maranhão** 13 set. 1985, p.7
 Cema protesta contra ato de ex-governador. **Jornal O Estado do Maranhão** 14 set. 1985, p.7
 Greve do CEMA/ TVE já atinge 17 municípios. **Jornal O Estado do Maranhão** 18 set. 1985, p.7
 Servidores da TVE/Cema já mobilizam 42 bases. **Jornal O Estado do Maranhão** 26 set. 1985, p.7
 Greve do INTEC/ TVE pode acabar, hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, 04 out. 1985, p.7
 Termina a greve no INTEC/ TVE. **Jornal O Estado do Maranhão**, 05 out. 1985, p.7
 Professores lutam pela sobrevivência. **Jornal O Estado do Maranhão**, 15 out. 1985, p.7
 Decreto do Governo desagrada professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, 17 out. 1985, p.7

Professores terão suas reivindicações atendidas. **Jornal O Estado do Maranhão**, 20 out. 1985, p.7

Professores fazem ato público, hoje, na praça Deodoro. **Jornal O Estado do Maranhão**, 29 out. 1985, p.7

Professores decretam nova greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, 30 out. 1985, p.7

Professores vão suspender greve hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, 08 nov. 1985, p.7

Professores vão aos Leões para negociar. **Jornal O Estado do Maranhão**, 08 nov. 1985, p.7

Professores voltam ao trabalho. **Jornal O Estado do Maranhão**, 17 nov. 1985, p.7

Professores debatem lei do Estatuto. **Jornal O Estado do Maranhão**, 24 nov. 1985, p.7

Professores estão sendo demitidos. **Jornal O Estado do Maranhão**, 08 dez. 1985, p.2

18/12 (quarta – feira) – Pg. 02

Mestres exigem novo piso. **Jornal O Estado do Maranhão**, 18 dez. 1985, p.2

Professores criticam decretão da Prefeita. **Jornal O Estado do Maranhão**, 12 jan. 1986. p.2

TVE debate transposição. **Jornal O Estado do Maranhão**, 21 jan. 1986. p.2

Colégios podem ficar sem aula. **Jornal O Estado do Maranhão**, 30 jan. 1986. p.2

APEMA ameaça greve geral a partir de 17. **Jornal O Estado do Maranhão**, 07 fev. 1986. p.2

Docentes ameaçam paralisação geral. **Jornal O Estado do Maranhão**, 14 fev. 1986. p.5

Professores suspendem atividades. **Jornal O Estado do Maranhão**, 18 fev. 1986. p.2

Programação de Passeata. **Jornal O Estado do Maranhão**, 19 fev. 1986. p.2

APEMA quer manter docentes parados. **Jornal O Estado do Maranhão**, 20 fev. 1986. p.2

Docentes em greve programam passeata greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, 21 fev. 1986. p.2

Professores fazem protesto. **Jornal do Estado O Maranhão**, 22 fev. 1986. p.2

Secretaria responde amanhã a professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, 23 fev. 1986. p.2

Greve de docentes pode terminar hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, 25 fev. 1986. p.2

Colégios continuam paralisados. **Jornal O Estado do Maranhão**, 26 fev. 1986. p.2

APEMA diz que 70% aderiram a greve em todo o Estado. **Jornal O Estado do Maranhão**, 28 fev. 1986. p.2

Greve prejudicam alunos. **Jornal O Estado do Maranhão**, 11 mar. 1986. p.2

Professores vão manter greve por melhores salários. **Jornal O Estado do Maranhão**, 11 mar. 1986. p.2

Docentes em greve continuam em greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, 14 mar. 1986. p.2

Docentes confiam na vitória do movimento. **Jornal O Estado do Maranhão**, 15 mar. 1986. p.2

Professores sensibilizam os presidentes. **Jornal O Estado do Maranhão**, 19 mar. 1986. p.2

Governo dialoga com os professores. **Jornal O Estado do Maranhão**, 25 mar. 1986. p.3

Greve dos docentes não será suspensa. **Jornal O Estado do Maranhão**, 04 abr. 1986. p.2

Docentes mobilizam para discutir greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, 06 abr. 1986. p.5

Professores param greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, 12 abr. 1986. p.5

Mestres treinam para vestibular. **Jornal O Estado do Maranhão**, 08 ago. 1986. p.5

Estatuto é aprovado com duas alterações. **Jornal O Estado do Maranhão**, 01 dez. 1986. p.3

Professores exigem hoje de Gardênia a adoção do Estatuto. **Jornal O Estado do Maranhão**, 15 out. 1986. p.2

No dia do Professor, a frustração da classe. **Jornal O Estado do Maranhão**, 16 out. 1986. p.2

Mestres confirmam pleito. **Jornal O Estado do Maranhão**, 25 out. 1986. p.2

APEMA forma comissão. **Jornal O Estado do Maranhão**, 10 fev. 1987. p.2

APEMA denuncia cursos livres. **Jornal O Estado do Maranhão**, 15 fev. 1987. p.2

Magistério esta sem Piso **Jornal O Estado do Maranhão**, 19 fev. 1987. p.2

Saiu enquadramento dos professores da rede municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, 21 fev. 1987. p.2

Colégios pressionam para manter preços. **Jornal O Estado do Maranhão**, 07 mar. 1987. p.2

Magistério entrega proposta ao governo. **Jornal O Estado do Maranhão**, 16 fev. 1987. p.5

Professores reivindicam piso salarial de 5 salários. **Jornal O Estado do Maranhão**, 15 fev. 1987. p.6

Educação concede abono para mais de mil professores **Jornal O Estado do Maranhão**, 10 jul. 1987. p.5

Maranhão é pioneiro em Educação Básica. **Jornal O Estado do Maranhão**, 30 set. 1987. p.5

Professores de São Luís ameaçam parar colégios. **Jornal O Estado do Maranhão**, 15 out. 1987. p.2

Professor entra em greve para clamar os 40%. **Jornal O Estado do Maranhão**, 29 out. 1987. p.5

Greve nas escolas tem adesão de 50%. **Jornal O Estado do Maranhão**, 30 out. 1987. p.2

Professores ameaçam decretar greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, 01 mar. 1987. p.5

Professores decidem hoje se paralisam ensino municipal. **Jornal O Estado do Maranhão**, 01 mar. 1987. p.5

Professores não recebem salário e decidem decretar estado de Greve. **Jornal O Estado do Maranhão**, 05 mar. 1987. p.4

Servidor que fizer greve será demitido. **Jornal O Estado do Maranhão**, 03 mai. 1988. p.5

Apemaapóia luta de professor que tá sem receber. **Jornal O Estado do Maranhão**, 17 dez. 1988, p.5

Seduc promove curso para professor leigo. **Jornal do Estado O Maranhão**, 20 dez. 1988, p.5

Servidor pode ter estabilidade. **Jornal O Estado do Maranhão**, 25 dez. 1988, p.5

Educação: Servidor que sindicato. **Jornal O Estado do Maranhão**, 29 dez. 1988, p.5

Professore cria sindicato em lugar de Apema. **Jornal O Estado do Maranhão**, 27 jan. 1989, p.2

Professores têm assembléia hoje. **Jornal O Estado do Maranhão**, 25 jan. 1989, p.5

Professor: alvo da greve. **Jornal O Estado O Maranhão**, 14 mar. 1989, p.5

Governo avisa que reprimirá piquete. **Jornal O Estado O Maranhão**, 19 mar. 1989, p.5

Sai o adicional de 200% para professores das autarquias. **Jornal Pequeno**. 31 jan. 1985. s/p

APEMA aceita renúncia das professoras. **Jornal Pequeno**. 05 abr. 1985. s/p.

Enoque Melo. APEMA e seus absurdos. **Jornal Pequeno**. 08 abr. 1985. s/p.

Professores maranhenses: sacerdotes ou miseráveis. **Jornal Pequeno**. 09 jun. 1985. s/p.

Professores decretam greve em busca de melhores salários. **Jornal Pequeno**. 22 ago. 1985. s/p.

Professores do município paralisam atividades. **Jornal Pequeno**. 24 ago. 1985. s/p.

Comando de greve dos professores justifica o movimento. **Jornal Pequeno**. 1º set. 1985. s/p.

30 mil professores vão parar amanhã. **Jornal Pequeno**. 31 out. 1985. s/p.

Professores em greve geral. **Jornal Pequeno**. 1º nov. 1985. s/p.

Governo não resolve impasse com professores. **Jornal Pequeno**. 05 nov. 1985. s/p.

Alunos prejudicados. **Jornal Pequeno**. 06 nov. 1985. s/p.

APEMA – nota. **Jornal Pequeno**. 06 nov. 1985. s/p.

Greve dos professores. **Jornal Pequeno**. 09 nov. 1985. s/p.

Enoque Melo. A enérgica APEMA. **Jornal Pequeno**. 30 nov. 1985. s/p.

Maria das Graças Pereira. Professores continuam ganhando miséria. **Jornal Pequeno**. 27 jan. 1986. p.4

Prefeitura desvia verba destinada à educação. **Jornal Pequeno**. 1º fev. 1986. p.4

45 mil professores paralisam as aulas. **Jornal Pequeno**. 06 fev. 1986. p.4

Governo considera ilegal a greve de professores. **Jornal Pequeno**. 19 fev. 1986. p.4

Resposta aos professores. **Jornal Pequeno**. 26 fev. 1986. p.4

Mais de um milhão de alunos parados. **Jornal Pequeno**. 27 fev. 1986. p.4

Greve dos professores. **Jornal Pequeno**. 27 fev. 1986. p. 4

Pacote inviabiliza greve dos professores. **Jornal Pequeno**. 10 mar. 1986. p.4

Antonio Anacleto Ferreira. Por que a greve deve acabar. **Jornal Pequeno**. 17 mar. 1986. p.4

Governo lança ultimato aos professores grevistas. **Jornal Pequeno**. 19 mar. 1986. p.4

Greve dos Professores. **Jornal Pequeno**. 22 mar. 1986. p.4

Governo faz proposta aos professores. **Jornal Pequeno**. 25 mar. 1986. p.4

Professores decidem acabar com a greve. **Jornal Pequeno**. 12 abr. 1986. p.4

Greve dos professores, estultice e derrota. **Jornal Pequeno**. 25 abr. 1986. p.4

Professores enquadrados. **Jornal Pequeno**. 14 mai. 1986. p.4

Antonio Anacleto Ferreira. APEMA sem diretoria. **Jornal Pequeno**. 5 jun. 1986. p.4

Reformulação do Estatuto do Magistério. **Jornal Pequeno**. 06 jun. 1986. p.4

Professores ameaçam decretar greve. **Jornal Pequeno**. 10 jun. 1986. p.4

Professores contestam APEMA. **Jornal Pequeno**. 10 out. 1986. p.4

Professores param e saem em passeata. **Jornal Pequeno**. 14 out. 1986. p.4

Greve pela qualidade do ensino. **Jornal Pequeno**. 14 nov. 1986. p.4

Sindicato dos professores denuncia presidente da APEMA. **Jornal Pequeno**. 25 dez. 1986. p.4

Professores estão sendo demitidos. **Jornal Pequeno**. 27 dez. 1986. p.4

Professores também querem ser enquadrados no reajuste. **Jornal Pequeno**. 12 jan. 1987. p.4

Professores lamentam ato de Cafeteira. **Jornal Pequeno**. 1º abr. 1987. p.4

Coletoria cobra professoras para fazer pagamentos. **Jornal Pequeno**. 15 abr. 1987. p.4

Dois mil professores nomeados para 18 salas de aula. **Jornal Pequeno**. 16 abr. 1987. p.4

Professores aprovam moção de repúdio contra Cafeteira. **Jornal Pequeno**. 05 mai. 1987. p.4

Professores em Assembléia. **Jornal Pequeno**. 12 mai. 1987. p.4

Governo confirma piso de 3 salários para professores. **Jornal Pequeno**. 30 mai. 1987. p.4

Nota da associação de professores. **Jornal Pequeno**. 06 jun. 1987. p.4

Professores comunitários recebem salários atrasados. **Jornal Pequeno**. 24 jun. 1987. p.4

Professores não recebem agosto e entram em greve. **Jornal Pequeno**. 31 jul. 1987. p.4

Alunos assistem aula no chão. **Jornal Pequeno**. 23 set. 1987. p.4

A greve dos professores. **Jornal Pequeno**. 24 set. 1987. p.4

Professores recebem mil cruzados por mês e ameaçam parar. **Jornal Pequeno**. 12 abr. 1988. p.4

Sindicato denuncia descaso dos donos de escolas. **Jornal Pequeno**. 25 mai. 1988. p.4

Professores discutem a crise. **Jornal Pequeno**. 11 jun. 1989. p.4

Professores do município preparam greve geral. **Jornal Pequeno**. 04 ago. 1989. p.4

Professores em greve. **Jornal Pequeno**. 11 jul. 1989. p.4

ANEXO A

O DEBATE

ANO 6 - No. 1357 - SÃO LUÍS-MA., DOMINGO, 22 DE JANEIRO DE 1969

APEMA - Associação dos Professores do Estado do Maranhão

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidente da Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias convoca os professores associados desta Entidade para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 25 de janeiro de 1969 na sede da APEMA situada a Rua Henrique Leal 128 Centro. Na primeira convocação as 16:00 horas com 2/3 dos associados, e na segunda convocação meia hora depois com qualquer número de associados presentes, com a finalidade de deliberar sobre:

- I) Transformação da APEMA em Sindicato de Trabalhadores Públicos da Educação do Estado do Maranhão.
- II) Modificação das Estatutárias.
- III) Outros assuntos.

São Luís-MA., 21 de janeiro de 1969.


LUCINA GOMES DE SOUSA-PRESIDENTE



APEMA - Associação dos Professores do Estado do Maranhão

ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO ESTADO
Declarada de Utilidade Pública Estadual - Lei 4459, de 27/09/82 - Municipal - Lei 2322, de 19/12/77
C.G.C. 05.645.999/0001-40

FILIADA À CONFEDERAÇÃO DE PROFESSORES DO BRASIL
Sede Própria: Rua Henrique Leal, 128 - Fone: (098) 221-2427
São Luís - MA.

Entidade Classista
de Direito Privado

Representa, defende
e reivindica
interesses da
Categoria perante o
Poder Público.

Luta pela melhoria
e valorização
intelectual e
funcional do
Magistério.

Pelo Ensino Público
e Gratuito e
Democratização da
Escola.

Objetiva a
integração, a
mobilização e a
conscientização
da Classe.

Colabora com o
Poder Público e
outras Instituições
em busca de
soluções para a
Educação.

Oferece outros
Benefícios e dispõe
de Jazigo próprio
no Parque da
Saúde.

Seja sócio da
APEMA. Ela é a
garantia do
Magistério.



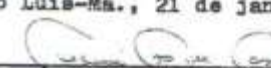
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Presidente da Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias convoca os professores associados desta Entidade para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 25 de janeiro de 1989 na sede da APEMA situada a Rua Henrique Leal 128 Centro. Em primeira convocação às 16:00 horas com 2/3 dos associados, e em segunda convocação meia hora depois com qualquer número de associados presentes, com a finalidade de deliberar sobre:

- I) Transformação da APEMA em Sindicato de Trabalhadores Públicos da Educação do Estado do Maranhão.
- II) Modificações Estatutárias.
- III) Outros assuntos.

São Luís-Ma., 21 de janeiro de 1989.


LUCINA GÓES DE SOUSA-PRESIDENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE SANTA INÊS



ESTADO DO MARANHÃO

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO

Rita Costa Aloes
ESCRIVÃJosé Diniz Aloes
ESC. SUSTITUTO**CERTIDÃO**José Diniz Aloes Filho
ESCREVENTEMaria das Graças M. Ribeiro
ESCREVENTE

USANDO dos poderes que me são conferidos por lei e a requerimento verbal de parte interessada, CERTIFICO QUE, revendo o Livro nº B-4 (REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - REGISTRO INTEGRAL) deste Cartório, dele às fls. 45, consta o Registro do teor seguinte. Nº DE ORDEM 1.707. DATA:-. 06.04.1.989. TRANSCRIÇÃO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo Oficial do Registro, USANDO da faculdade que me confere a Lei a requerimento verbal, certifico que revendo o Livro A nº 18 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório a meu cargo, nele se encontra o do Estatuto e da Ata de Fundação do SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO-SINPROBESMA; certifico mais que dito Estatuto se encontra publicado no Diário Oficial do Estado de Nº 021 de 30 de janeiro de 1989; certifico ainda mais que o Estatuto e a Ata tomaram o Nº 106.274 de Ordem do protocolo e o Nº 6.204 de Registro em data de 17 de Fevereiro de 1989; certifico finalmente que o referido registro foi requerido e apresentado por Lucimá Goss de Sousa -Presidente. São estas as certidões narrativas em livro acima declarado que fielmente me reporto e dou fé. São Luís, 17 de Fevereiro de 1989. Eu, Milice dos Reis Sousa -Escrevente Juramentada, subscrevi e assino. São Luís, 17 de Fevereiro de 1989. Cartório de Registro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas(a) Dilce dos Reis Sousa -Escrevente Juramentada. Está conforme. EU, [assinatura], Escrevente Juramentada, datilografei, subscrevi, dato e assino.

Cartório do 1.º Ofício,
Escritório - J.º, 1.º, de
Maria das Graças M. Ribeiro
Escritório - J.º, 1.º, de
EST. DO MARANHÃO

RECEBUEMOS DO 1.º OFÍCIO
DE 17.02.89 ÀS 14:00 HORAS
O CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO

Santa Inês (MA) 17 de Fevereiro de 1989

DIÁRIO OFICIAL		Segunda-feira, 31 de DEZ. DE 1973	
12 --			
ATOS DO PODER EXECUTIVO (Continuação)			
16.04.1.239--I-- Pavimentação da Rodovia João Lisboa-Imperatriz	1.000.000	01 -- Fundo de Participação dos Estados	1.200.000
4.1.1.0 -- OBRAS PÚBLICAS		16.04.1.239--H-- Pavimentação da Rodovia Vitorino Freire-BR-236	1.000.000
TOTAL	Cr\$ 6.950.000	02 -- Fundo Especial	1.000.000
Detalhamento do Programa de Trabalho à Conta de Recursos Vinculados		16.04.1.239--I-- Pavimentação da Rodovia João Lisboa-Imperatriz	1.000.000
17.23 -- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM		02 -- Fundo Especial	1.000.000
16.04.1.239--D-- Barragem de São Bento (conclusão)	Cr\$ 150.000	TOTAL	Cr\$ 6.950.000
01 -- Fundo de Participação dos Estados	150.000	Art. 2º -- Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrem do excesso dos Fundos de Participação e Especial, conforme Anexo II do Decreto nº 5165 de 12.09.73.	
16.04.1.239--E-- Construção da Rodovia Brejo-Jandira	2.100.000	Art. 3º -- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
02 -- Fundo Especial	2.100.000	Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 30 de novembro de 1973, 151ª da Independência e 84ª da República.	
16.04.1.239--F-- Construção da Rodovia Viana-MA-1	500.000	PEDRO NEIVA DE SANTANA GOVERNADOR	
02 -- Fundo Especial	500.000	Jayme Manoel Tavares Neiva de Santana Jamildo de Jesus Oliveira	
16.04.1.239--G-- Construção da Rodovia Passagem Francis-Buriti Bravo	1.200.000	PROTOCOLO N. 3823	
DECRETO N. 5297 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973		LEI Nº 2484 DE 4 DE DEZEMBRO DE 1973	
O Governador do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e por termo do Decreto n.º 4.107, de 20 de março de 1970,		DISPÕE sobre o Estatuto do Magistério Oficial de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão.	
DECRETA:		O Governador do Estado do Maranhão.	
Artigo 1º -- Fica concedido pelo prazo de 5 (cinco) anos o incentivo fiscal de que trata o Decreto acima citado, à empresa Indústria de Confecções Estudantes S.A.		Fago saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte Lei:	
Artigo 2º -- O percentual do incentivo será calculado em 43 por cento do valor do ICMS devido ao Estado.		TÍTULO I	
Artigo 3º -- Os efeitos deste Decreto retrocedem a 1º de janeiro de 1973.		DO ESTATUTO E SEUS OBJETIVOS	
Artigo 4º -- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.		Capítulo I	
Palácio dos Leões, em São Luís, 21 de dezembro de 1973, 151ª da Independência e 84ª da República.		Definição dos Objetivos	
PEDRO NEIVA DE SANTANA Governador do Maranhão Jayme Manoel Tavares Neiva de Santana		Art. 1º -- O presente Estatuto, elaborado na forma do que preceitua o artigo 38, da Lei Federal nº 2602, de 11 de agosto de 1971, tem por objetivos fundamentais:	
PROTOCOLO N. 317		a -- prover condições para a profissionalização do magistério de 1º e 2º graus, mediante condigna remuneração, assegurando-lhe a permanência	
		dos profissionais habilitados, inclusive, em todas as regiões do Estado;	
		b -- definir responsabilidades e diretrizes na área do magistério, garantindo condições para o ingresso e promovendo na carreira, de acordo com as habilitações adquiridas;	
		c -- estabelecer critério de movimentação do magistério, dentro de normas que atendam aos seus interesses e também aos do sistema de ensino; e	
		d -- definir as exigências de estudos, aperfeiçoamento e atualização do profissional do magistério, oferecendo igualdade de tratamento entre os funcionários e os contratados no regime da legislação do trabalho.	
		Parágrafo Único -- Este Estatuto estabelece o regime jurídico do pessoal docente e especialista em educação, a nível do ensino de 1º e 2º graus, vinculado ao magistério oficial do Estado e, em casos especiais, conforme nele previsto, ao dos Municípios.	
		Capítulo II	
		Do Magistério como Profissão	
		Art. 2º -- A profissão do magistério	
		(Continua na pag. seguinte)	

Segunda-feira, 31 de DEZ. DE 1973

DIÁRIO OFICIAL

- 13

ATOS DO PODER EXECUTIVO (Continuação)

ário de 1º e 2º graus será exercida por Docentes e Especialistas com formação em nível que se elevem progressivamente, atendidas as exigências mínimas estabelecidas no presente Estatuto, leis ou regulamentos.

Art. 3º — Os cargos e empregos de Docentes e de Especialistas do ensino oficial de 1º e 2º graus, serão provistos de acordo com o disposto no Art. 94 da Constituição do Estado, atendidas as exigências de formação estabelecidas em lei.

Parágrafo Único — Exceuem-se das condições previstas neste artigo a progressão vertical e o avanço horizontal verificados dentro da mesma carreira.

Art. 4º — A profissionalização do magistério será estimulada através de medidas que assegurem remuneração condigna, equiparação de vencimentos ou salários aos dos demais profissionais do mesmo nível de formação, concessão de gratificação pelo tempo de serviço, atribuição de vantagens financeiras pelo exercício das atividades em locais insalubres ou de difícil acesso.

Parágrafo Único — Sempre que o serviço público exigir, deve ser adotado o regime de tempo integral, a ocupação num turno completo, pelo menos, ao exercício da acumulação remunerada já existente.

TÍTULO II

DA ESTRUTURAÇÃO PROFISSIONAL

Capítulo I

Das Carreiras do Magistério

Art. 5º — As Carreiras do Magistério de 1º e 2º graus serão integradas por cargos de acordo com a natureza de trabalho e os graus de complexidade das atribuições e responsabilidades cometidas a seus ocupantes.

Parágrafo Único — Para os efeitos do presente Estatuto, Cargo é a soma geral de atribuições cometidas a um membro do magistério, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

Art. 6º — O Quadro Permanente do Magistério será integrado por séries, desdobradas em classes cada uma compreendendo níveis que permitirão aos ocupantes dos respectivos cargos ascender verticais resultantes de maior qualificação obtida em fidelidades, centros, escolas, institutos e outros tipos de estabelecimentos criados ou adap-

tados para este fim com autorização e reconhecimento na forma da lei.

§ 1º — Para efeito do presente Estatuto entendem-se como classe e conjunto de cargos da mesma natureza funcional e do mesmo grau de responsabilidade.

§ 2º — Entende-se por série o conjunto de classes de natureza semelhante.

Art. 7º — A Profissão do Magistério de 1º e 2º graus será constituída das seguintes carreiras:

- a — Docente
- b — Especialistas

§ 1º — A Carreira de Docente será integrada por classes constituídas dos seguintes cargos:

- 1 — Professor do 1º grau
- 2 — Professor do 2º grau

§ 2º — A Carreira de Especialistas será integrada por classes constituídas dos seguintes cargos:

- a — Administrador de 1º grau
- b — Administrador de 2º grau
- c — Inspetor Escolar de 1º grau
- d — Inspetor Escolar de 2º grau
- e — Supervisor Escolar de 1º grau
- f — Supervisor Escolar de 2º grau
- g — Orientador Educacional
- h — Planejador Educacional

§ 3º — Os professores, administradores escolares, inspetores escolares e supervisores escolares que exerçam cargos de 2º grau poderão, a critério da Administração, também exercer funções ou atividades a nível de 1º grau.

§ 4º — A Lei poderá criar outros cargos ou funções de Especialistas que se mostrem necessários ao bom desempenho das atividades educacionais.

Art. 8º — São as seguintes, com as respectivas habilitações específicas, as classes e os cargos que constituirão a carreira do magistério.

Classe A: Professor de 1º grau

Nível 1 — Professor com habilitação específica de 1º grau (3 anos)

Nível 2 — Professor com habilitação específica de 2º grau (4 anos ou 3 anos mais estudos adicionais)

Nível 3 — Professor formado em curso superior de graduação (Licenciatura Curta)

Classe B: Professor de 2º grau

Nível 1 — Professor formado em curso superior de graduação (Licenciatura Curta mais estudos adicionais)

Nível 2 — Professor formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e Professor diplomado em

outros cursos superiores (mais formação pedagógica em estudos complementares)

Nível 3 — Professor formado em curso superior de graduação, com título de pós-graduação específico.

Parágrafo Único — A pós-graduação e a licenciatura somente terão valor para efeito de progressão vertical se feita dentro de atividade, área de estudo ou disciplina efetivamente ministrada pelo Professor.

Art. 9º — Os especialistas de educação constituirão uma série integrada pelas seguintes classes:

Classe A: Administrador Escolar de 1º grau

Nível 1 — Administrador Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Curta)

Nível 2 — Administrador Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e

Nível 3 — Administrador Escolar formado em curso superior de graduação, com título de pós-graduação

Classe B: Administrador Escolar de 2º grau

Nível 1 — Administrador Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e

Nível 2 — Administrador Escolar formado em curso superior de graduação, com título de pós-graduação

Classe A: Inspetor Escolar de 1º grau

Nível 1 — Inspetor Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Curta)

Nível 2 — Inspetor Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e

Nível 3 — Inspetor Escolar formado em curso superior de graduação, com título de pós-graduação

Classe B: Inspetor Escolar de 2º grau

Nível 1 — Inspetor Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e

Nível 2 — Inspetor Escolar formado em curso superior de graduação com título de pós-graduação

Classe A: Supervisor Escolar de 1º grau

Nível 1 — Supervisor Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Curta)

(Continua na pag. seguinte)

DIÁRIO OFICIAL

Segunda-feira, 11 de DEZ. DE 1971

14 -

ATOS DO PODER EXECUTIVO
(Continuação)

Nível 2 — Supervisor Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e

Nível 3 — Supervisor Escolar formado em curso superior de graduação com título de pós-graduação

Classe B: Supervisor Escolar de 2º grau

Nível 1 — Supervisor Escolar formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e

Nível 2 — Supervisor Escolar formado em curso superior de graduação com título de pós-graduação

Classe A: Orientador Educacional

Nível 1 — Orientador Educacional formado em curso superior de graduação (Licenciatura Plena) e

Nível 2 — Orientador Educacional formado em curso superior de graduação com título de pós-graduação

Classe B: Planejador Educacional

Nível 1 — Planejador Educacional formado em curso superior de graduação com título de pós-graduação (mestrado) e

Nível 2 — Planejador Educacional formado em curso superior de graduação com título de pós-graduação (doutorado)

§ 1º — O exercício do cargo de Diretor de Estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus será privativo de Administrador Escolar devidamente qualificado na forma deste Artigo, ressalvados os direitos no artigo 84 da Lei Federal 5692 de 11 de agosto de 1971.

§ 2º — Para a direção de complexos escolares organizados em decorrência da entressagem, da intercomplementariedade ou da criação de centros interdisciplinares serão designados Administradores de grau compatível, com experiência como dirigentes no magistério, aos quais serão atribuídas o regime de gratificação por condições especiais de trabalho.

§ 3º — Atendidos os requisitos de qualificação, o Poder Executivo providenciará a expedição de normas que disciplinem a transferência de Docentes para a carreira de Especialistas e vice-versa.

Art. 10º — As atribuições dos cargos de que trata este Capítulo poderão ser exercidas por servidores admitidos no regime de legislação trabalhista, reservado tratamento equivalente aos ocupantes dos cargos e dos empregos de magistério.

§ 1º — No caso deste artigo, terão os empregos a mesma denominação dos cargos de semelhantes atribuições.

§ 2º — Na classificação dos empregos, que será idêntica à dos cargos, conforme a disposição dos artigos 7º, 8º e 9º e as atribuições dos artigos 11 e 12 deste Estatuto, apenas se substituirá a expressão nível por referência.

TÍTULO III

DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO E SUAS ATIVIDADES

Capítulo I

Dos Cargos e Empregos de Professor

Art. 11º — Aos professores de que trata o artigo 9º, compete o exercício do magistério:

a — os da Classe A, Nível ou Referência 1, no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries;

b — os da Classe A, Nível ou Referência 2, no ensino de 1º grau, da 1ª à 6ª séries;

c — os da Classe A, Nível ou Referência 3, no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries;

d — os da Classe B, Nível ou Referência 1, em todo o ensino de 1º grau e no de 2º grau, até a 2ª série; e

e — os da Classe B, Nível ou Referência 2 e 3, em todo o ensino de 1º e 2º graus.

Art. 12º — O exercício dos cargos e empregos públicos de Docência depende do prévio registro profissional no órgão competente, assegurados os direitos dos atuais professores, com registro definitivo no Ministério da Educação e Cultura, antes da vigência da Lei n. 5692/71.

Capítulo II

Dos Cargos e Empregos de Especialista de Educação

Art. 13º — Ao Especialista de que trata o artigo 9º, compete o exercício de atividades:

a — Os da Classe A, Nível ou Referência 1, no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries;

b — Os da Classe A, Nível ou Referência 2 e 3 e os da Classe B, Nível ou Referência 1 e 2, no ensino de 1º e 2º graus; e

c — O Orientador Educacional e o Planejador Educacional, Níveis ou Referências 1 e 2, no ensino de 1º e 2º graus.

Art. 14º — Somente estarão habilitados para o exercício das especialidades pedagógicas os portadores de registro profissional expedido por órgão competente, ressalvados os direitos dos atuais

Inspetores, Orientadores, Administradores ou Diretores de Estabelecimentos de Ensino estáveis no serviço público, antes da vigência da Lei n. 5692/71.

TÍTULO IV

DA ÉTICA PROFISSIONAL

Capítulo Único
Dos Preceitos Éticos

Art. 15º — No exercício de sua profissão, o membro do magistério, de que trata o presente Estatuto, deve atender pelo menos, aos seguintes preceitos éticos:

1 — Ser leal às instituições constitucionais e administrativas, procurando ajudar o desenvolvimento de uma compreensão a respeito das oportunidades e benefícios da democracia, mas também sobre as obrigações que devem ser assumidas para com a mesma;

2 — respeitar o princípio da responsabilidade dos pais de seus alunos para com estes, procurando estabelecer relações de amizade com as respectivas famílias;

3 — ajudar a incrementar a confiança dos alunos em suas próprias famílias, evitando emitir comentários que possam minar essa confiança;

4 — transmitir aos pais informações que melhor sirvam aos interesses do progresso de seus filhos, interpretando em termos de objetivos do ensino;

5 — abster-se de discutir informações confidenciais ou oficiais com pessoas não credenciadas;

6 — evitar o uso de processos condenáveis para obtenção de cargos, funções, empregos ou vantagens de qualquer espécie;

7 — mostrar-se educado no relacionamento com os companheiros de trabalho e as demais pessoas com que entrar em contato;

8 — colaborar sempre com a administração da entidade a que serve, evitando, em qualquer caso, a insubordinação à disciplina;

9 — ressaltar os méritos dos colegas evitando-se de criticar ou desvalorizar publicamente os seus trabalhos;

10 — procurar constante crescimento funcional pelo estudo, exercendo a profissão como ideal tão atraente, que desperte nos jovens o desejo de abraçá-la;

11 — abster-se da prática de atos ou de vícios danosos à honra, à dignidade ou à saúde, bem como na situação ensino-aprendizagem, de assumir posição político-partidária;

12 — considerar os trabalhos da entidade a que serve como um conjunto de atividades importantes sem supervalorizar a parte que lhe é atribuída;

13 — não trazer os problemas ex-

(Continua na pag. seguinte)

ATOS DO PODER EXECUTIVO (Continuação)

terno para o local onde desenvolver suas atividades;

14 — tratar alunos ou subordinados com igualdade e justiça sem discriminação de qualquer ordem, respeitándo-os como seres humanos, independentemente de seus fracassos, fraquezas ou delitos; e

15 — evitar ostensiva demonstração de preferência por quaisquer alunos ou subordinados, eliminando-se também de emitir desfavoravelmente o resultado da avaliação dos mesmos, bem como ridicularizá-los em face de seus erros.

TÍTULO V

DOS PODERES E PROIBIÇÕES ESPECIAIS

Capítulo I Dos Deveres

Art. 18 — São deveres do Docente e do Especialista:

1 — concorrer, no exercício de sua profissão, para a preservação do sentimento de nacionalidade e para a formação de hábitos de natureza ética;

2 — participar, em estreita colaboração, de todas as atividades pedagógicas na comunidade escolar ou no seu ambiente de trabalho;

3 — comparecer ao trabalho às horas do expediente normal e às do extramutatório, quando devidamente convocado, executando os serviços que lhe competirem;

4 — cumprir as ordens dos superiores, representando quando forem legais;

5 — desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;

6 — representar aos chefes imediatos sobre as irregularidades de que tiver conhecimento e que ocorrerem na unidade em que servir, ou às autoridades superiores, quando aquelas não tomarem em consideração a representação;

7 — frequentar cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento e especialização;

8 — providenciar, com a necessária presteza, o atendimento das solicitações do órgão a que servir relativas às suas assessorias individuais;

9 — residir no local onde exercer o cargo, ou mediante autorização, em localidade vizinha, se não houver inconveniente para o serviço;

10 — zelar pela economia e pela preservação do material da entidade em que tiver exercício;

11 — apresentar-se convenientemente trajado ao serviço ou com o uniforme que for determinado para cada caso;

12 — apresentar os planos e os relatórios que lhe forem exigidos em decorrência de suas atividades;

13 — sugerir providências tendentes à melhoria dos serviços;

14 — obedecer às disposições ou instruções em leis, regulamentos e demais normas relativas ao serviço.

Art. 17 — O Docente e o Especialista devem, sobretudo, contribuir, no âmbito de suas possibilidades, para que sejam atingidos os altos objetivos do ensino de 1ª e 2ª graus, esforçando-se no sentido da melhor adequação daquele ensino à realidade local.

Art. 16 — O Docente e o Especialista de que trata o presente Estatuto, respondem administrativa, civil e penalmente pelo exercício irregular de suas atribuições, na forma das leis e regulamentos em vigor.

CAPÍTULO II Das Proibições

Art. 19 — Ao pessoal do magistério é proibido:

a — referir-se de maneira depreciativa em documento oficial ou, verbalmente, na presença de alunos ou subordinados, relativamente às autoridades ou atos da administração pública, podendo, no entanto, fazer crítica construtiva junto a quem de direito;

b — retirar sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na unidade;

c — afastar-se de suas atividades, durante o horário de trabalho, salvo permissão da autoridade competente;

d — transferir a terceiros, sem autorização de quem de direito, encargos que lhe sejam atribuídos;

e — aproveitar-se do prestígio da função ou do exercício da docência para promover o descrédito da instituição ou para fazer proselitismo de qualquer natureza; e

f — utilizar, no exercício de suas atividades, processos ou atitudes considerados anti-pedagógicos.

§ 1º — São estendidas ao pessoal do magistério oficial, no que for aplicável, as proibições constantes de [et. estatutos e regulamentos vigentes no serviço público.

§ 2º — As sanções decorrentes da infração às proibições de que trata este artigo e não consignadas em legislação especial, serão aplicadas de acordo com o que dispuser o regimento da unidade em que servir o profissional do magistério.

Capítulo III

Do Aperfeiçoamento e da Atualização

Art. 20 — Ao pessoal do magistério será possibilitada a realização de estudos visando ao seu aperfeiçoamento e à atualização constante.

§ 1º — Salvo motivo de força maior, devidamente justificado perante a autoridade competente, a frequência a estes estudos será compulsória, nos seguintes casos:

a — estudos integrantes de planejamento obrigatoriamente elaborado pelo sistema de ensino;

b — estudos planejados pela própria instituição a que esteja vinculado o profissional interessado; e

c — estudos específicos relativos à função exercida pelo profissional que não os tenha realizado anteriormente.

§ 2º — Nos casos do parágrafo anterior, fica a instituição a que pertence o profissional obrigada, atendidas as exigências legais, a proporcionar-lhe os meios indispensáveis à realização dos estudos, sob pena de se constituir motivo de força maior, para os efeitos previstos no parágrafo anterior.

Art. 21 — O aperfeiçoamento e a atualização poderão ser realizados através de cursos, estudos adicionais, seminários, estágios, reuniões ou encontros pedagógicos.

§ 1º — O aperfeiçoamento e a atualização só darão direito à melhoria salarial quando forem, por órgão próprio, considerados válidos para essa finalidade.

§ 2º — Os afastamentos necessários ao aperfeiçoamento ou atualização serão considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, desde que atendidas as normas a serem fixadas em regulamentação.

Art. 22 — O aperfeiçoamento e a atualização terão o objetivo de:

a — atualização, quando se destinarem a atualizar os integrantes do magistério, pondo-se em dia com as inovações ou regulamentações emanadas do sistema de ensino;

b — aperfeiçoamento, quando se destinarem a aumentar os conhecimentos gerais ou técnicos para cada função exercida; e

c — especialização quando se destinarem a preparar o profissional para uma mudança de função dentro da instituição ou do sistema de ensino, sem envolver a mudança de nível de qualificação.

Art. 23 — para o efeito da concessão de avanços horizontais, poderão ser tam-

(Continua na pag. seguinte)

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 002/81

PROJETO DE LEI Nº 06/81.



Estado do Maranhão

Diário Oficial

PARTE

I

Diretor: Ruy Ilayne Côelho de Abreu

— S. Luís, Terça-feira, 19 de maio de 1981 ANO LXXIV — N. 92 Esta Edição 5 páginas —

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI N. 4277 DE 27 DE ABRIL DE 1981

INSTITUI o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário, e dá outras providências.

O Governador do Estado do Maranhão,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — A presente Lei estabelece o regime jurídico dos servidores admitidos em serviços de caráter temporário ou contratados para funções de natureza técnica especializada, nos órgãos de administração direta e autárquica do Estado.

Art. 2º — Além dos funcionários públicos e do pessoal regido pela Legislação trabalhista, poderá haver na administração estadual servidores:

I — admitidos para a execução de serviço de caráter temporário;

II — contratados para o desempenho de função de natureza técnica especializada.

Art. 3º — As formas de provimento, classificação e remuneração dos servidores de que trata esta Lei serão definidas em regulamento próprio.

Art. 4º — Aplicam-se aos servidores regidos por esta Lei, no que couber, as disposições relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades vigentes para os funcionários públicos civis do Estado.

Art. 5º — Os servidores regidos por esta Lei serão contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão — IPEM, nas mesmas bases e condições a que estão sujeitos os funcionários estaduais, fazendo jus a idênticos benefícios a estes concedidos.

Art. 6º — Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, transformar e transferir as funções de que trata a presente Lei, atendidos os programas de treinamento em critérios seletivos adequados, de forma a aproveitar os servidores temporários nas partes do Quadro Geral de Pessoal do Estado definidas na Lei n. 4.269, de 16 de dezembro de 1980.

Art. 7º — Os servidores admitidos sob a égide da legislação anterior serão mantidos nos respectivos cargos, na Parte Suplementar do Quadro Geral de Pessoal do Estado prevista na Lei n. 4.269, de 16 de dezembro de 1980, não podendo ser dispensados sem prévia audiência do interessado e comprovação da irregularidade de que for acusado.

Art. 8º — Fica o Poder Executivo autorizado a...

Art. 9º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta dos créditos orçamentários próprios.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir inteiramente como nela se contém. O Excmo. Senhor Secretário de Estado do Gabinete Civil do Estado do Maranhão a faça publicar, imprimir e correr.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 27 de abril de 1981, 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES

José Ramalho Burnett da Silva

José Arimathea de Araújo Athayde Lli

José Joaquim Guimarães Ramos

João Rebelo Vieira

José Rodrigues Lopes

Luiz Benedito Varela

Carlos Magno Duque Bacelar

Elir Jesus Gomes

Derson Dagoberto Duarte

Antonio Carlos Beckman

Antonio José Costa Brito

Gedeão Pereira de Matos

Fernando José Machado Castro

Alvaro Rodrigues da Silva

João Rodolfo Ribeiro Gonçalves

Antonio Fernando Carvalho Silva

Raimundo Ferreira Marques

Prot. 2496



ESTADO DO MARANHÃO

Diário Oficial

PARTE

I

Diretor: Roberto Correia de Albuquerque

— S. Luís, Segunda-feira, 28 de fevereiro de 1983 — ANO LXVI — N. 39 — Esta Edição 18 páginas

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI N. 4488 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1983

Autoriza o Poder Executivo a fazer doação do imóvel que menciona e dá outras providências.

RESOLVE:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Professores do Estado do Maranhão — APEMA, entidade civil de direito privado, o imóvel de propriedade do Estado situado na Rua Henrique Leal, n. 128, nesta cidade, a fim de que a referida associação ali instale sua sede própria.

Art. 2º — O imóvel a ser doado reverterá ao patrimônio do Estado, em caso de extinção da instituição donatária, ou se no mesmo, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no artigo anterior.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Exmo. Senhor Secretário Chefe do Gabinete Civil do Governador a faça publicar, imprimir, e correr.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de fevereiro de 1983, 162º da Independência e 95º da República.

IVAR FIGUEIREDO SALDANHA

Antonio Carlos Beckman

Antonio José Muniz

Helolzio Jerônimo Leite

João Raymundo Leitão

Antonio José Costa Britto

Prot. 01.01-915

Lei N. 4489 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1983

Modifica o parágrafo único do artigo 44 da Lei n. 4.270, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Grau do Estado do Maranhão.

O Governador do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — O parágrafo único do artigo 44 da Lei n. 4.270, de 16 de dezembro de 1980, que dis-

põe sobre o Estatuto do Magistério de 1º e 2º Grau do Estado do Maranhão, modificado pelas Leis n.ºs 4.407 e 4.456, de 19 de abril e de 13 de julho de 1982 respectivamente, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44 —

Parágrafo único — O reingresso de que trata este artigo far-se-á, a pedido do interessado, até 31 de janeiro de 1983".

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Exmo. Senhor Secretário Chefe do Gabinete Civil do Governador a faça publicar, imprimir e correr.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 22 de fevereiro de 1983, 162º da Independência e 95º da República.

IVAR FIGUEIREDO SALDANHA

Antonio Carlos Beckman

Antonio José Muniz

Helolzio Jerônimo Leite

João Raymundo Leitão

Antonio José Costa Britto

Prot. 01.01-915

DECRETO N. 9064 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1983

Faz relocação de cargo público e dá outras providências.

O Governador do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º — Fica relocado um (01) cargo vago de Técnico em Contabilidade, Classe "C", do Grupo "Outras Atividades de Nível Superior", do Quadro Permanente da Secretaria de Administração para o Quadro da mesma denominação da Secretaria da Fazenda.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrá à conta dos créditos orçamentários próprios.

Art. 3º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de fevereiro de 1983, 162º da Independência e 95º da República.

IVAR FIGUEIREDO SALDANHA

Antonio Fernando Carvatho Silva

Antonio José Costa Britto

Helolzio Jerônimo Leite

Prot. 01.01-915

CARTÓRIO

de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial do Registro

R/V

U S A N D O da faculdade que me confere a Lei a requerimento verbal, certifico que revendo o Livro A Nº18 de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório a meu cargo, nele se encontra o do Estatuto e da Ata de Fundação do SINDICATO DOS PROFESSORES PÚBLICOS, ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA E SERVIDORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPROESEMMA; certifico mais que dito Estatuto se encontra publicado no Diário Oficial do Estado Nº021 de 30 de janeiro de 1989; certifico ainda mais que o Estatuto e a Ata tomaram o Nº106.274 de Ordem do protocolo e o Nº6.204 de Registro em data de 17 de Fevereiro de 1989; certifico finalmente que o referido registro foi requerido e apresentado por Lucimá Goês de Sousa - Presidente. São estas as certidões narrativas em livro acima declarado que fielmente me reporto e dou fê. São Luís, 17 de Fevereiro de 1989. Eu, Dulce dos Reis Sousa - Escrevente Juramentada, subscrevi e assino.

São Luís, 17 de Fevereiro de 1989.

Cartório de Registro de Títulos e Documentos
e das Pessoas Jurídicas

Dulce dos Reis Sousa

Dulce dos Reis Sousa
Escrevente Juramentada

COMARCA - TUBIAÇU
ESTADO DO MARANHÃO
Registro de Títulos e Documentos
Alfredo R. M. M. M.
O Oficial

Desouze
Ata da Assembleia Geral Extraordinária
que transforma a Associação dos Professores do Estado do
Paraná - APEMA em Sindicato dos Professores Públicos, Es-
pecialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação
Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do
Paraná

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de janeiro
do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989) às dezessis e
trinta (16:30) horas, na Sede da Associação dos Professores do Es-
tado do Paraná - APEMA, sito à rua Henrique Jacó, número
cento e vinte e oito (128), na cidade de São Luís, capital do
Estado do Paraná, reuniram-se os professores-servidores pú-
blicos estaduais e municipais do ensino de 1º e 2º graus do Estado
do Paraná e associados da APEMA, sob a presidência da professo-
ra Lucimá Góis de Sousa e secretariado pela professora Josiana Rosa
Ferreira da Menezes. Inicialmente, às dezessis (16:00) horas, a Presidente
em exercício, observando não haver quórum legal, simplesmente con-
vocou os presentes para a segunda convocação uma hora depois. Às
dezessis e trinta (16:30) horas, a Presidente iniciou os trabalhos com o
número de associados presentes, explicando o principal motivo da as-
sembleia, por entender que com a transformação da APEMA em Sin-
dicato, constitucionalmente amparado, novos horizontes, principalmente
no que diz respeito melhor representatividade ao servidor, adição de
benefícios das classes, por sinal, uma vitória conquistada com a
nova Carta Magna. Em seguida leu o Edital de convocação
publicado no jornal "O Debate", de vinte e dois (22) de janeiro de mil
novecentos e oitenta e nove (1989) e afixado na Sede da entidade. Col-
ado, o problema de transformação da Associação dos Professores
do Estado do Paraná - APEMA em Sindicato dos Professores Públicos,
Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação
Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Paraná,

Presidente solicitara que o Assistentente Jurídico, da APEMA, Doutor Sidney Ramos Alves da Lourenço, emitisse o seu Parecer Jurídico quanto à legalidade do Ato, o que fora atendido. Após dito Parecer Jurídico, a matéria fora lançada ao plenário, tendo na ocasião vários oradores se manifestado favoravelmente, entre estes o professor Sergio Henrique Ribeiro, Presidente da Associação dos Professores do Ensino Municipal - APEM. Submetida a proposta da transformação da APEMA em Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão, a mesma fora aprovada pelos sócios presentes, unanimemente. Após a votação, a professora Florileia Gomes Araújo, Presidente do Sindicato dos Professores da Rede Particular de São Luís - SINPRO SL, paraleliza-la, pelo interesse da classe dos servidores já mencionada a iluminada iniciativa. Concomitantemente, por ser a segunda matéria explicitada no Edital de convocação, a Presidente em exercício para a ler a proposta do novo Estatuto, preparada pelos encarregadores, do Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão. Discutiu-se na ocasião, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo e alínea por alínea, e foram aprovadas recebendo apenas as seguintes emendas: I - Parágrafo único do Artigo Terceiro (3º): "Os Associados do Sindicato, não perderão esta condição enquanto perdurar a sua situação de desemprego, desde que continuem a pagar o Sindicato e não tenham a se inscrever em atividades outras que não da Educação. Igualmente, o tal direito é também estendido ao servidor aposentado desde que continue com a contribuição social - proposta apresentada pelo professor-servidor Raimundo Nonato Rabus da Silva e aprovada pelos sócios presentes, unanimemente. II - Por proposição da professora Maria Rita Santos, o Artigo Nono (9º) do Estatuto passa a ter a seguinte redação: - "O Sindicato dos Professores Públicos



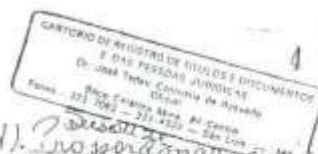
3

Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Estado de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão será administrado por uma Diretoria eleita pela Assembleia Geral, com mandato de três (3) anos, composta dos seguintes membros: a - Diretoria: - Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro Geral, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro. b - Conselho Fiscal, composto de cinco (5) membros titulares e cinco (5) membros suplentes. c - Conselho de Representantes junto à Federação e à Confederação, composto de cinco (5) membros titulares e cinco (5) membros suplentes, respectivamente. Por sua vez o Parágrafo único do respectivo artigo ficara assim redigido: "O Conselho Fiscal e o Conselho de Representantes com seus respectivos suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral que eleger a Diretoria, concedendo-lhes o mesmo tempo de mandato que o Artigo Nono (9º) confere à Diretoria. O Artigo Nono (9º) com seu Parágrafo único foi aprovado por unanimidade dos sócios presentes. III - Por sugestão da professora Itaméria Marques da Silva e aprovação da Assembleia com execução do voto do associado Francisco Ferreira Costa, a alínea "C" do artigo décimo sétimo (17º) passara a ter a redação seguinte: - "Independentemente ou não da presença do Tesoureiro Geral, o 1º Tesoureiro poderá movimentar as operações bancárias e escriturar os livros contábeis do SINPROSEMMA, juntamente com o Presidente, desde que referido tesoureiro esteja em perfeito acompanhamento dos trabalhos relacionados à tesouraria do Sindicato. A professora servidora Florileia Gomes Araujo se promoveu ao contrário ao artº quadragésimo primeiro (41º) do Capítulo (VII) que tratava da permanência da atual Diretoria, por três anos, a partir da data de fundação do Sindicato, e apresentara proposta de permanência da atual Diretoria apenas, até o término de mandato da Diretoria da Associação APEMA, sendo rebatida pela professora servidora Itaméria Marques da Silva. Submetida as duas propostas à Assembleia, unanimemente foi aprovada a proposta de três (3) anos, não incluindo emendas, e ainda discutido o nome da SIGLA do Sindicato sendo

BASTIDOR	
1º	2º
3º	4º
5º	6º
7º	8º
9º	10º
11º	12º
13º	14º
15º	16º
17º	18º
19º	20º
21º	22º
23º	24º
25º	26º
27º	28º
29º	30º
31º	32º
33º	34º
35º	36º
37º	38º
39º	40º
41º	42º
43º	44º
45º	46º
47º	48º
49º	50º
51º	52º
53º	54º
55º	56º
57º	58º
59º	60º
61º	62º
63º	64º
65º	66º
67º	68º
69º	70º
71º	72º
73º	74º
75º	76º
77º	78º
79º	80º
81º	82º
83º	84º
85º	86º
87º	88º
89º	90º
91º	92º
93º	94º
95º	96º
97º	98º
99º	100º

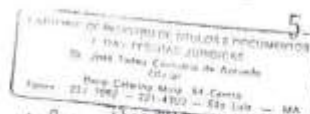
aprovado por unanimidade dos sócios presentes a SIBLA - SINPROESEMMA, como Sindicato dos Professores Públicos Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão. Após incluir as emendas aos Estatutos e aprovada a SIBLA do Sindicato, estes foram transcritos, na sua totalidade, nesta Ata cujo teor é o seguinte: Estatuto do Sindicato dos Professores Públicos Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão - SINPROESEMMA. Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Janeiro de 1989.

Capítulo I Da Denominação e Finalidades Art. 1º - O Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão - SINPROESEMMA, com sede e fórum em São Luís, capital do Estado do Maranhão, sito à rua Henrique Leal, 128, é formado em Assembleia Geral das Categorias, como sucessor da Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APREMMA, fundada em 25 de Janeiro de 1989, como Entidade Civil, representativa das respectivas classes funcionais, sem fins lucrativos, independente de atividades político-partidária e religiosa, sem distinção de sexo e de cor, com duração indeterminada que se rege pelo presente Estatuto; Art. 2º - São finalidades do SINPROESEMMA: a) - Promover a integração dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão; b) - Defender, dentro dos limites legais, diante dos Poderes Públicos, autoridades administrativas e jurídicas, os interesses das classes e individualidade dos associados, relacionados com sua vida funcional; c) - Colaborar com os Poderes Públicos e Entidades nos estudos e soluções,



dos problemas educacionais e funcionais; d). Proporcionar a melhoria das condições de atualização, aperfeiçoamento profissional e social da categoria; e). Promover intercâmbio com Associações congêneres; f). Promover excursões, cursos, palestras, reuniões de caráter profissional, cultural, social, sindical e recreativo no território nacional, ou no exterior, dependendo da situação financeira da SINDPROFSEMMMA; g). Solicitar, perante as autoridades públicas, melhores condições de trabalho, com fundamentos técnicos, de acordo com as exigências da Educação e das demais classes funcionais; h). Fazer-se representar em Congressos de Trabalhadores da Educação ou em quaisquer outras atividades, desde que se torne necessário; i). Enviar esforços que visem ao crescimento e fortalecimento do SINDPROFSEMMMA; j). Realizar, anualmente, no dia 25 de janeiro, 15 de outubro e 28 de outubro, respectivamente, sessão solene à data de fundação do SINDPROFSEMMMA, com a presença do professor e dos servidores públicos; l). Celebrar acordos coletivos ou convenções coletivas com os órgãos competentes às classes de conformidade com a lei que regula a espécie. Capítulo II - Dos Sócios: Direitos e Deveres Art. 3º - Poderão ser sócios do SINDPROFSEMMMA os Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão; Parágrafo único - Os associados do SINDPROFSEMMMA não perderão esta condição enquanto perdurar a sua situação de desemprego, desde que continuem a pagar o Sindicato e não tenham a se empregar em atividades outras que não da Educação. Igualmente tal direito é também estendido ao servidor aposentado desde que continue com a contribuição social; Art. 4º - As categorias de Sócios são as seguintes: I - Sócios Fundadores: Os que promoveram a fundação da sociedade APEMA e os que assinaram a ata de fundação do SINDPROFSEMMMA; II - Sócios Contribuintes: Os que contribuíram com as mensalidades previstas neste Estatuto; III - Sócios Beneméritos: Os que contribuíram ou prestaram serviços relevantes à sociedade Associação dos Professores do Estado.

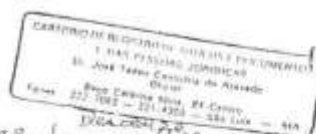
do do Maranhão - APEMA, à Educação, assim como aqueles que prestam relevantes serviços ao SINPROESEMMA ou no Setor Educacional; IV - ^{Inscreve} Sócios Honorários: as pessoas que tenham prestado relevantes serviços à sociedade Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA ou a este Sindicato ou tenham se distinguido em atividades ligadas à Educação ou, Setor Educacional, por indicação da Diretoria; Parágrafo único. Os Sócios Beneméritos podem assistir às reuniões de Diretoria não podendo votar, exceto quem tenha exercido o cargo de Presidente do Sindicato. Não podendo ser votado nem ocupar cargo de nomeação no SINPROESEMMA, nessa condição de Sócios. Art. 5º São deveres dos Sócios: a) Cumprir, cumprir e fazer cumprir este Estatuto; b). Comparecer às Assembleias Gerais, quando convocados, cumprir e fazer cumprir as decisões da Diretoria, do Conselho Fiscal ou da Assembleia Geral, mantendo-se com máxima urbanidade e acatando as deliberações da maioria zelando, assim, pela existência do SINPROESEMMA; c). Prestigiar o SINPROESEMMA e não tomar nenhuma deliberação de atitude pública de caráter coletivo em nome do Sindicato, sem a devida aprovação da Diretoria; d). Prestar colaboração e acatar as determinações dos dirigentes do SINPROESEMMA; e) Cumprir regularmente seus compromissos financeiros com o SINPROESEMMA; f). Desempenhar com eficiência o cargo para o qual foi eleito ou designado, exercendo as suas atribuições com ful observância dos princípios da ética profissional e dos estabelecidos neste Estatuto; Art. 6º São direitos dos sócios: a). Participar de todos os benefícios que forem proporcionados pelo SINPROESEMMA; b). Votar e ser votado para qualquer cargo, de acordo com as restrições deste Estatuto; c). Receber assistência sócio-cultural, educacional, jurídica, médica, odontológica, mediante as condições financeiras do Sindicato; d). Participar trabalhos sócio-cultural em reuniões específicas, mediante inscrição e tomar parte aos debates; e). Utilizar-se dos serviços;



do SINPROESEMMA e reclamar quando se julgar prejudicado em seus direitos; f). Propor à Diretoria as medidas que julgar necessárias para o engrandecimento do SINPROESEMMA; g). Tomar parte e votar nas Assembleias Gerais, desde que esteja com seus direitos sociais em dia; h). Apresentar em Assembleia Geral ou ao Conselho Fiscal denúncia quando algum ato da administração pretenda os seus direitos infringir os Estatutos; i). Votar na Assembleia Geral de Eleição da Diretoria, desde que tenha ingressado no quadro social, no mínimo um (1) mês anterior ao da eleição e esteja com seus direitos sociais em dia; j). Requerer da Diretoria a convocação da Assembleia Geral Extraordinária suprimindo a ordem do dia, em documento assinado, pela maioria de dois terços (2/3) dos sócios quites; l). Participar das reuniões do Conselho Fiscal, quando eleito, na forma estatutária; m). Solicitar sua exclusão do quadro social, mediante requerimento dirigido ao Presidente; n). Propor à Diretoria, ao Conselho Fiscal, Conselho de Representantes ou Assembleias Gerais todas as medidas que julgar necessárias ao engrandecimento do SINPROESEMMA, respeitando a ordem hierárquica; o). Solicitar perante a Assembleia Geral o cancelamento dos livros e documentos do SINPROESEMMA, mediante documento assinado, no mínimo, dois terços (2/3) dos associados presentes e em dia com as contribuições sociais.

Capítulo III Das Contribuições Art. 7º - O valor da contribuição mensal de cada associado será de um por cento (1%) de rendimento bruto, podendo haver majoração por decisão de Assembleia Geral Extraordinária Específica; Parágrafo único - O reajuste das contribuições mensais deverá ser feito, automaticamente e a "ex-officio" sempre que houver reajuste nos rendimentos das classes; Art. 8º - O associado optará pelo pagamento mediante consignação em folha, carnê ou recibo. Capítulo IV Da Administração Art. 9º - O SINPROESEMMA será administrado por uma Diretoria eleita pela Assembleia Geral, com mandato de três (3) anos, composta dos seguintes membros: a - Diretoria: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Secretário Geral, 1º Secretário, 2º Secretário, Tesoureiro Geral, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro.

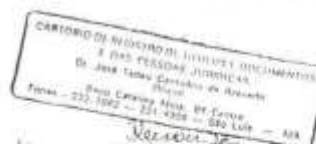
b- Conselho Fiscal, composto de cinco (5) membros titulares e cinco (5) membros suplentes. c- Conselho de Representantes para a Federação e a Confederação, composto de cinco (5) membros titulares e cinco (5) membros suplentes, respectivamente. Parágrafo único. O Conselho Fiscal e o Conselho de Representantes, com seus respectivos suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral que eleger a Diretoria, concedendo-lhes o mesmo tempo de mandato que o Art. 9º confere a Diretoria; Art. 10º - São órgãos da administração e a ela subordinados: a). Núcleos; b). Conselhos Municipais de Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação do Ensino de 1º e 2º Grau do Estado do Maranhão; c). Representantes Municipais. Parágrafo único - Os núcleos não possuem autonomia plena, conseqüentemente não poderão proceder atos administrativos e eleger seus membros sem que tenham recebido determinação da Diretoria do SINPROESEMA. Para que se proceda a eleição torna-se obrigatório a presença de um (1) Diretor do Sindicato, ou pessoa por ele credenciada; a) Os núcleos já existentes que tenham já a sua Diretoria da época da sucedida Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMP, de conformidade com seu estatuto, permanecerão até o processamento de nova eleição que se dará após a escolha da Diretoria definitiva do SINPROESEMA. b). Os núcleos, com carência de Diretoria, serão preenchidos por indicação da Diretoria Provisória do SINPROESEMA, com o mesmo período de mandato. Seção I Da Competência da Diretoria Art. 11º - A Diretoria compete: a). Organizar os destinos do SINPROESEMA, garantindo-lhe pleno funcionamento. b). Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, regulamentos, decisões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal; c). Reuni-se, mensalmente, com a presença da maioria simples de seus membros, e extraordinariamente quando necessário, com o mesmo número de membros acima; d). Admitir sócios das diferentes categorias da Educação e Setor Educacional do Ensino de 1º e 2º Grau do Estado do



Manter, de conformidade com o art. 3º do capítulo I-1; 1). De-
 vir o Conselho Fiscal a respeito de quaisquer contribuições que
 se fizerem necessárias ao desenvolvimento do SINPROSEMA; 2).
 Criar ou extinguir departamentos e cargos, bem como nomear,
 comissões com finalidades específicas; 3). Admitir e demitir fun-
 cionários, quando necessário; 4). Examinar e dar parecer sobre
 as medidas propostas pelos associados para o engrandecimento
 do SINPROSEMA; 5). Celebrar convênios ou contratos com En-
 tidades de Direito Público ou Privado, ou com profissionais li-
 vres, em atendimento às finalidades sociais, culturais, médicas e
 odontológicas; 6). Receber e estudar reclamações dos sócios no
 prazo de dez (10) dias, mediante motivo justificado; 7). Delibe-
 rar sobre afastamento de sócios, mediante motivo justificado,
 não podendo, entretanto, ultrapassar o prazo de um (1) ano in-
 interruptamente; 8). Aplicar penalidades, justificando o mo-
 tivo; 9). Excluir sócios que deixarem de cumprir seus deveres e
 expedir demissão quando solicitada; 10). Examinar, aprovar,
 arquivar, determinando ou revisando os balanços e prestações
 dos pelo Tesoureiro Geral, ou 1º Tesoureiro, ou substituto legal,
 desde que as prestações de conta ainda não tenha sido exami-
 nada pelo Conselho Fiscal, com o respectivo parecer, a aprova-
 ção da Assembleia Geral Específica; 11). Nomear delegados do
 SINPROSEMA junto às Entidades congêneres, inclusive
 em promoções de interesse das classes dentro ou fora do Estado e
 no Exterior; 12). Divulgar e dar publicidade aos assuntos de inter-
 se das classes; 13). Criar núcleos Municipais, observando o disposto
 no art. 22º; 14). Nomear representantes para os municípios; 15). Fazer
 plantão diário, em rodizio na sede; 16). Resolver os casos omissos da
 administração do presente Estatuto, desde que não contrarie qualquer
 legislação; § 1º - É retado aos membros da Diretoria assumir com-
 promissos e tomar decisões isoladamente; § 2º - Os membros da Di-
 retoria só poderão atuar isoladamente no cumprimento das atribui-
 ções específicas e de natureza de seus cargos; Art. 12º - Ao Presi-



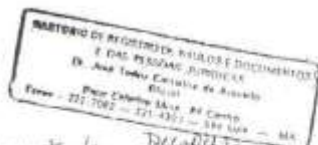
deute compete: a). Exercer a representação legítima do SINTROESEMMA; b). Convocar e presidir reuniões e Assembléias Gerais do SINTROESEMMA; c). Presidir as sessões, trabalhos do Conselho de Representantes e as Assembléias Gerais, exceto as eleitorais ou de prestações de conta; d). Presidir as sessões da Diretoria; e). Convocar todas as reuniões nos termos deste Estatuto; f). Apresentar a pauta dos trabalhos e a ordem do dia das reuniões; g). Exercer, nas reuniões, o direito de veto das deliberações e decisões das Assembléias, Conselho Fiscal e Diretoria; h). Assinar todos os papéis oficiais, rubricar os livros, autorizar as despesas documentadas e momentâneas, com o Tesoureiro Geral, ou 1º Tesoureiro, ou substituto legal, as operações Bancárias do SINTROESEMMA; i). Autorizar despesas de expediente, apresentação e quaisquer outras necessárias ao funcionamento do SINTROESEMMA; l). Presidir os Congressos, Seminários, outras reuniões promovidas pelo SINTROESEMMA, ou outros para os quais lhe for delegado; m). Submeter relatórios anuais, com a respectiva prestação de conta, para apreciação da Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal; n). Assinar balanços e balanços juntamente com o Tesoureiro Geral, ou 1º Tesoureiro, ou substituto legal, em razão de suas ausências temporárias, justificadas ou não; o). Aplicar penalidades de acordo com o Estatuto; p). Delegar poderes e responsabilidades para a execução de tarefas. Art. 13º - Aos 1º e 2º vice-Presidentes compete: a). Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos observada a ordem hierárquica; b). Auxiliar-lo no exercício de suas funções; c). Executar as atribuições que lhes forem determinadas pelo Presidente ou pela Diretoria; Art. 14º - Ao Secretário Geral compete: a). Dirigir os serviços de secretaria, bem como, supervisionar os demais serviços, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; b). Despachar, com o Presidente, ou seu substituto, legais o expediente do SINTROESEMMA; c). Apresentar, mensalmente,



- Art. 15º - Ao 1º Secretário compete: a). Auxiliar o Secretário Geral e substituí-lo, em suas ausências, ou impedimentos; b). Elaborar e organizar as reuniões periódicas do SINPROESEMA; Art. 16º - Ao 2º Secretário compete: a). Substituir o 1º Secretário, em suas ausências e impedimentos; b). Secretariar as reuniões da Diretoria e outras que lhe forem designadas; c). Auxiliar nos trabalhos de secretaria; d). Promover as divulgações e publicações relativas às deliberações e decisões da Diretoria; Art. 17º - Ao Tesoureiro Geral compete: a). Dirigir e supervisionar todos os serviços de tesouraria; b). Escrever os livros respectivos; c). Promover aumento de arrecadação do Sindicato; d). Apresentar, à Diretoria, o balanço geral e também o balanço do mês anterior e, após aprovado, assiná-lo, com o Presidente; e). Emitir cheques e receber importância devidas ao Sindicato e dar quitações; Art. 18º - Ao 1º Tesoureiro compete: a). Substituir o Tesoureiro Geral, quando necessário, ou auxiliá-lo em suas atribuições; b). Supervisionar os descontos em folha das mensalidades devidas ao SINPROESEMA, encaminhando à Diretoria expediente sobre as eventuais ocorrências; c). Independentemente ou não da presença do Tesoureiro Geral, o 1º Tesoureiro poderá movimentar as operações bancárias e escrever os livros contábeis do SINPROESEMA, juntamente com o Presidente, desde que referido Tesoureiro esteja em perfeito acompanhamento dos trabalhos relacionados à tesouraria do Sindicato; Art. 19º - Ao 2º Tesoureiro compete: a). Substituir o 1º Tesoureiro, em suas ausências e impedimentos e auxiliá-lo em suas atribuições; b). Adquirir material necessário ao funcionamento do SINPROESEMA; c). Fazer o tombamento dos bens do SINPROESEMA; Art. 20º - Ao Conselho Fiscal compete: a). Reunir-se, bimestralmente, com a Diretoria do SINPROESEMA e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, obedecendo o quórum mínimo de maioria simples de seus membros; b). Receber, estudar e apresentar sugestões quanto aos problemas omisso à Diretoria, às classes ou, individualmente, aos asso-

ciados, quando lhe for solicitado parecer; c). Indicar e eleg
entre seus titulares, o Presidente e Secretário do Conselho Fiscal,
respectivamente; d). Preencher, por eleição, os cargos que vagare
na Diretoria, desde que não haja mais suplentes para o pre
chimento de vagas; e). Aprovar ou rejeitar nomes nas chape
apresentadas para a Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Re
presentantes, no caso de recurso; f). Apreciar e deliberar sobre re
latório mensal da Secretaria e o balanço do mês anterior da to
scuraria, emitindo parecer; g). Desenvolver atividades sócio-cultural
e pedagógica; h). Dar parecer a respeito de contas e balanços do
SINPROESEMM, inclusive no da conclusão do mandato da di
retoria; i). Examinar, mensalmente, toda estruturação, dando pa
recer e encaminhando para a Assembleia Geral, quando for
o caso; j). Reuni-se ordinariamente, uma vez por mês, ou ex
traordinariamente, quando for necessário, obedecendo quórum mi
nimo de maioria simples de seus membros; Capítulo V Dos Or
gãos Auxiliares da Administração Seção I - Dos Núcleos Art. 21º -
Serão criados núcleos do SINPROESEMM em municípios, cujos
Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores
Públicos da Educação do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Rio
Grande se congregarem, com o mínimo em trinta (30) sócios. Nos
municípios onde houver núcleo, será voluntariamente integrante
deste; Art. 22º - Os núcleos serão vinculados e subordinados hi
erarquicamente e diretamente à Administração do SINPROESEMM.
Art. 23º - A Diretoria do núcleo será exercida por três (3) mem
bros: um (1) Diretor, um (1) Secretário e um (1) Tesoureiro, eletos
pelos sócios residentes no município, ficando a data para o pro
cessamento da eleição a ser designada pela administração do SINPROESEMM
previamente. Torna-se, também, necessário a presença de um (1) Diretor
do SINPROESEMM ou de seu representante legal; Seção II Dos Con
selhos Municipais do SINPROESEMM, Art. 24º - Os Conselhos Mu
nicipais do SINPROESEMM, como órgãos de colaboração da Direto

13



ria dos núcleos são integrados por representantes de cada classe mencionada neste Estatuto; Art. 25º - Os Conselhos Municipais do SINPROESEMMA são integrados por um (1) representante de cada escola do município, e por cada classe funcional; Seção III. Dos Representantes Municipais Art. 26º - Nos municípios, onde não houver indicação para a criação de núcleos, serão designados pela Diretoria do SINPROESEMMA representantes municipais. Seção IV. Dos Departamentos Art. 27º - Poderão ser criados tantos departamentos quantos forem necessários. Parágrafo único - Departamentos em funcionamento do SINPROESEMMA terão Diretores designados pela Diretoria; Art. 28º - As atribuições de cada departamento serão definidas por resolução da Diretoria, com o Ad-referendum do Conselho Fiscal. Capítulo VI. Da Assembleia Geral Art. 29º - A Assembleia Geral é o órgão soberano do Sindicato constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos e quotas com suas habilitações; Art. 30º - A Assembleia Geral pode ser Ordinária e Extraordinária. § 1º - A Assembleia Geral Ordinária para eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, com seus respectivos suplentes, realizar-se-á até 25 de janeiro. Parágrafo único - A Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho de Representantes tomarão posse até o dia trinta (30) de março. § 2º - Haverá tantas Assembleias Gerais Extraordinárias quantas se fizerem necessárias; § 3º - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do SINPROESEMMA ou quando solicitado por: a). Trinta e dois (2/3) do conjunto da Diretoria e do Conselho Fiscal. Parágrafo único - As Assembleias Gerais também poderão ser solicitadas pelos associados do SINPROESEMMA que estiverem em dia com as suas obrigações sociais e pecuniárias com a Entidade, mas, para isso, o pedido terá de conter a assinatura de dois terços (2/3) do quadro social; Art. 31º - As Assembleias Gerais serão realizadas em 1ª convocação, com a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) dos sócios e em 2ª convocação, meia hora mais tarde, com qualquer número. As deliberações serão tomadas pela maioria dos

luta dos associados presentes. § 1º - O convênio a não convocação pelo Presidente no prazo estabelecido no "Caput" deste artigo. Assembleia Geral será convocada pelos solicitantes, contendo dois terços (2/3) mencionados no Parágrafo único de alínea do Art. 30º. § 2º - Toda convocação será precedida através de Edital pela imprensa escrita, com o prazo mínimo de publicação, com a respectiva especificação, bem como igual teor da publicação será afixado em lugar visível na sede do SINDPROESEMMA em igual prazo. Art. 32º - As solicitações deverão incluir a pauta dos trabalhos que farão parte da convocação; Art. 33º - As Assembleias Regionais obedecerão os mesmos critérios previstos para as Assembleias Gerais; Art. 34º - A Assembleia Regional é constituída pelos sócios do SINDPROESEMMA de núcleos municipais que juntos congreguem uma Regional do Sindicato. Capítulo VIII Das Eleições Art. 35º - Os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, com respectivos suplentes, serão eleitos em uma só sessão de chapa única, em escrutínio secreto, no fim de cada exercício. Parágrafo único - Os núcleos farão eleições municipais para escolha de sua Diretoria, com a presença do Presidente do SINDPROESEMMA ou seu representante legal, de acordo com este Estatuto; Art. 36º - O processo de inscrição de chapas para os cargos eletivos da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, será feito junto à Diretoria do SINDPROESEMMA, até cinco (5) dias a contar da publicação do Edital; Parágrafo único - No caso de irregularidades de registro de chapas os seus representantes terão o prazo de quarenta e oito (48) horas para o devido saneamento. Art. 37º - O período de inscrição de chapas para os cargos eletivos da Diretoria dos núcleos obedecerá os critérios do Art. 36º; Art. 38º - Só poderão ser votados os Professores Catedráticos Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão, inclusive aposentados; Art. 39º - Só terão direito de votar e ser votado os associados em pleno gozo dos seus direitos, com o prazo mínimo de trinta (30) dias a partir de sua filiação, inclusive aposentados;

15



Art. 40º - Os membros da administração do SINPROESEMM, que exercem cargos eletivos e que pretendem concorrer a cargo político-partidário, deverão desincompatibilizar-se, obedecendo a legislação eleitoral em vigor; Art. 41º - A atual Diretoria da APEMA permanecerá como Diretoria Provisória do SINPROESEMM e terá seu mandato de três (3) anos podendo reeleger-se apenas uma vez, no mesmo cargo. Parágrafo único - Os mandatos das demais Diretorias também serão de três (3) anos, obedecendo os mesmos critérios do artigo acima. Capítulo VIII Da Perda de Mandato e das Penalidades Art. 42º - Perderão os mandatos os membros da Diretoria do SINPROESEMM ou do Conselho Fiscal ou do Conselho de Representantes quando: a). Deixarem de comparecer às três (3) reuniões consecutivas ou seis (6) intermitentes, sem motivo justificado; b). Deixarem de cumprir os deveres inerentes aos cargos que exercem; c). Houver prova de agirem ilegalmente com o SINPROESEMM; d). Deixarem de cumprir as normas deste Estatuto; e). Abandonarem ou se afastarem sem motivo justificado do cargo para o qual foi eleito; f). Deixarem o patrimônio social; Art. 43º - Será desligado do SINPROESEMM o sócio que: a) Não atender as normas estatutárias; b). Infringir princípios de ética profissional e das classes; Art. 44º - O sócio demitido, por solicitação, só poderá ser readmitido após dois (2) anos de concessão ou mediante pagamentos referentes aos meses de afastamento; Art. 45º - Serão de três (3) graus as penalidades: a) Advertência verbal ou escrita pelo Presidente, em sigilo, imediatamente ao ocorrido; b). Suspensão pela Diretoria; c) Exclusão pela Diretoria; Parágrafo único - De qualquer punição poderá o associado recorrer à Diretoria, ao Conselho Fiscal, ou Assembleia Geral, se as punições forem oriundas do Presidente, da Diretoria, do Conselho Fiscal, conforme o ato punitivo e autoridade punidora. Capítulo IX Da Renda e do Patrimônio Art. 46º - A renda e a constituição da personalidade dos sócios consistem em: a) Contribuições e outras, além de doações de qualquer natureza; Art. 47º - Constituem o patrimônio do SINPROESEMM: a). Os bens móveis e imóveis; b). As contribuições e rendas de qualquer natureza; c). As doações legais;

16

Art. 48: - As doações e contribuições só poderão ser aplicadas para os fins destinados ao SINPROESEMMA. Parágrafo único - Os bens patrimoniais existentes da sucedida Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEMA passarão a integrar ao Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão - SINPROESEMMA, na qualidade de seu representador, bem como todos aqueles que foram adquiridos após a fundação deste Sindicato; Art. 49: - Em caso de dissolução patrimonial do SINPROESEMMA passará a se integrar a uma Instituição Cultural escolhida em Assembleia Geral Extraordinária Específica. Capítulo X Das Disposições Gerais Art. 50: - O Conselho Fiscal, e do Conselho de Representantes, não respondem, individualmente e subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do SINPROESEMMA; Art. 51: - O Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º graus do Estado do Maranhão - SINPROESEMMA o de duração indeterminada e poderá ser dissolvida quando duas de três reuniões convocadas em Assembleia Geral especificamente convocada para tal fato; Art. 52: - Compete à Diretoria do SINPROESEMMA regular e convocar as Assembleias de Eleição para Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes e respectivos suplentes, além das eleições de cada núcleo, seu poder, entretanto, contrariam os Estatutos ou leis que regulem a espécie; Art. 53: - Os casos omissos do presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria e Conselho Fiscal através de resolução ou por intermédio da Assembleia Geral Extraordinária Específica; Art. 54: - O presente Estatuto só poderá ser modificado por decisão de uma Assembleia Geral Extraordinária Específica convocada; § 1º - Poderá, entretanto, ser emendado a qualquer tempo por propostas da Diretoria e do Conselho Fiscal, com aprovação da As-

17



1. Assembleia Geral Extraordinária... especificamente convocada; 2. 2.ª -
 3. forma da mesma, depois da aprovação da Assembleia Geral Extra-
 4. ordinária específica, constituirá o Estatuto do SINTPROFSEMPA, ap-
 5. publicação na Imprensa Oficial e registro no Cartório de Títulos
 6. e Documentos. A atual Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho de Rep-
 7. resentantes da Federação e Confederação, com respectivos suplentes, ficarão
 8. os mesmos da Diretoria da sucedida APEMP, com mandato de três l-
 9. anos a partir da data de Fundação do Sindicato e assim con-
 10. tituída: a) Diretoria - Presidente - Luciano Gomes de Sousa, 1.º Vice -
 11. Presidente - Maria Helena Campos Nascimento; 2.º Vice - Presidente -
 12. Carlos de Sousa Santos; Secretário Geral - Marcelene Maide
 13. Ferraz; 1.º Secretário Maria Leila Vargas Silva; 2.º Secretário
 14. Joiziana Maria Ferro Sá Benezes; Tesoureiro Geral - Francisco
 15. Pereira Costa; 1.º Tesoureiro - Maria Thereza Cabral; 2.º Tesoureiro -
 16. da Conceição Gomes Cruz; b). Conselho Fiscal: Titulares - Vera Lucia So-
 17. lato Almeida; Maria da Conceição Saraiva Real; Raimundo Donatário
 18. Soares da Silva; Orides Fortes Benezes Caldas e Ismeira Barques da
 19. Silva; Suplentes: - Deia de Fátima Privado Trindade; Eugênia
 20. Rebelo Santos; Maria de Nazari Vieira Abreu; Kátia Maria Rodri-
 21. gues Carvalho e Matilde de Jesus Moraes Fontenle; c - Conselho de
 22. Representantes: Federação - Titulares: Maria da Graça Barbosa; Maria
 23. Rita Santos; Maria Orlito do Carmo; Aururice de Carvalho Lima; Fern-
 24. Rebamar Almeida; Suplentes: - Maria da Glória Barbosa; Maria Ester
 25. Lima Melo Pereira; Neide Vitória Smyth Silva; Maria José Ramos
 26. Santos e Helena Alves da Silva; Confederação: - Reimar dos Praças
 27. de Moura Serra; Antonia Gonçalves de Lima Oliveira; Olga Maria
 28. dos Afritos Martins; Maria José Cavalcante da Cruz e Ivone Lopes
 29. Lima; Suplentes: - Cândido Aires Byquidão; Regina de Fátima Bol-
 30. Silva; Valnide Dias Ramos; Maria da Cruz Maria de Oliveira e Maria
 31. da Piedade Figueiredo Lima. Colocado o terceiro assunto em pauta, a
 32. Presidente em Exercício, depois de esclarecer o valor do sindicalismo -
 33. Brasileiro, principalmente no Maranhão, sugeriu a criação da Unidade
 34. a Coordenação Autônoma dos Trabalhadores - Federação Balino -

18

Cartório de Registro em 1.º Livro

Americanos de Trabalhadores na Educação e Cultura, CAT-FLATEC, com os quais a sucedida APEMA vem desenvolvendo atividades sindicais desde o ano de mil novecentos e oitenta e quatro (1984) através do Instituto de Promoção Social - IPRDS. Em ato contínuo à convite da mesa, o professor João Brito de Oliveira Pedrosa, membro do IPRDS, se reportou sobre todo o evento sindical, ora em tela, minimizando a vitória do Servidor Público, de modo geral, com a vigência da Constituição Federal de cinco (5) de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e oito (1988), além da importância da proposta de Filiação à CAT-FLATEC. Continuando paragonando a palavra a professora - servidora Maria do Jesus Nascimento Abutele disseu do trabalho desenvolvido pelo IPRDS na sua cidade de Natal do município de Itaipicuri - Marim, neste Estado enfatizando a Filiação à CAT-FLATEC para consolidar o trabalho sindical que vem sendo desenvolvido há quatro (4) anos. O professor Sergio Henrique Ribeiro ratificou tudo o que foi dito pelos oradores que o antecederam. A Presidente colocara a proposta em votação de Filiação da Entidade à CAT-FLATEC tendo aprovado por unanimidade. Finalmente, já com a presença da TV Difusora que inclusive fizera a devida cobertura, a Presidente entrevistando a Presidente em exercício e o Assessor Jurídico, agradeceu as contribuições prestadas pelos associados e a efetivação da Fundação do SINDPROSEMA. Não havendo mais nada a tratar a Presidente em exercício suspendeu o trabalho para que fosse lavrada a presente Ata, pelo espaço de uma (1) hora, e, posteriormente, a lida e submetida a discussão e aprovação e, após lida e aprovada pelos presentes, "li-se, como observação a palavra aprovação no Artigo cinquenta e quatro (54) Parágrafo Primeiro, sua vez de aprovado", foi assinada obrigatoriamente, pelo presidente e secretário, bem como facultativamente, aqueles que assinara o livro de Presença. Presidente: João Brito de Oliveira Pedrosa Vice-Presidente: Maria Helena Campos Nascimento, 2º Secretária: Joana Maria

19



- Paulo da Mota, 1º Tesoureiro Maria Thirza Babar, Conselho Fiscal
 - Estela Maria da Conceição Saraiva local: Englebertes Bezerra Caldas, 2º
 - Mônica Maria dos Santos da Silva, 3ª Secretária da A.P.E.N.
 - Maria Luiza Lobato Almeida Conselho de Professores:
 - 1º - 2º - 3º - 1º Tesoureiro Maria da Conceição Sampaio Cruz
 - Presidente da A.P.E.N. 1ª - 2ª - 3ª - Presidente da A.P.E.N. Norma Santa
 - Assessor Maria do Rosário Silva, 1ª Secretária da A.P.E.N.
 - Maria Maria, Juvelar Ribeiro, 2ª Secretária das Santas Silas Ribeiro
 - 1ª Secretária da Associação das Santas Joana de Sousa Carvalho
 - Clotilde de Almeida Mato, Valdivino Liberman Trindade, 2ª Secretária
 - da Associação das Santas, Maria das Graças Pontes Lopes, 3ª
 - das Santas Joana

Cartório de Registro de Títulos e Documentos
 e das Pessoas Jurídicas
 Protocolado sob n.º 106.274 Livro 11 n.º 134
 Registrado sob n.º 6.204 Livro 11 n.º 134
 São Luís, 12 de Setembro de 1984
 Data do Registro
 Assessor Jurídico



Cartório de Registro

Segundo Ofício de Notário

Registado sob n.º 106.274

Livro 11 n.º 134

Data do Registro

Assessor Jurídico

Assessor Jurídico

Cartório de Registro

Segundo Ofício de Notário

Registado sob n.º 106.274

Livro 11 n.º 134

Data do Registro

Assessor Jurídico

Assessor Jurídico

Continuação

- e). Colaborar com os Poderes Públicos e Entidades nos estudos e soluções dos problemas educacionais e funcionais;
- d). Proporcionar meios e condições de atualização, aperfeiçoamento profissional e sócio-cultural das classes;
- e). Manter intercâmbio com Associações congêneras;
- f). Promover excursões, cursos, palestras, reuniões de caráter pedagógico, cultural, social, sindical e recreativo no território nacional, ou no exterior, dependendo da situação financeira do SINPROSEMA;
- g). Solicitar, perante as autoridades públicas, melhores condições de trabalho, em fundamentos técnicos, de acordo com as exigências da Educação e das demais classes funcionais;
- h). Fazer-se representar em Congressos de Trabalhadores da Educação ou em quaisquer outras entidades, desde que se torne necessário ou quando convidado;
- i). Enviar esforços que visem ao crescimento e fortalecimento do SINPROSEMA;
- j). Realizar, anualmente, no dia 25 de janeiro, 15 de outubro e 25 de outubro, respectivamente, sessão solene à data de fundação do SINPROSEMA, dia do professor e dos Servidores Públicos;
- k). Celebrar acordos coletivos ou convenções coletivas com os órgãos competentes às classes, de conformidade com a Lei que regula a espécie.

CAPÍTULO II

Dos Sócios, Direitos e Deveres

- Art. 3º - Poderão ser sócios do SINPROSEMA os Professores Públicos, Espectatistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino do 1º e 2º Grau do Estado do Maranhão;
- Art. 4º - Os associados do SINPROSEMA não perderão esta condição enquanto perdurar a sua situação de desemprego, desde que continue a pagar o Sindicato e não venha a se engajar em atividades outras que não da Educação, igualmente tal direito é também estendido ao servidor aposentado, desde que continue com a contribuição social;
- Art. 5º - As categorias de Sócios são as seguintes:
 - I - Sócios Fundadores: os que promoveram a fundação da sociedade APEM e os que assinaram a ata de fundação do SINPROSEMA;
 - II - Sócios Contribuintes: os que contribuíam com as mensalidades previstas neste Estatuto;
 - III - Sócios Beneméritos: os que contribuíam ou prestaram serviços relevantes à sociedade Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEM, à Educação, assim como aqueles que prestaram relevantes serviços ao SINPROSEMA ou ao Setor Educacional;
 - IV - Sócios Honorários: as pessoas que hajam prestado relevantes serviços à sociedade Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APEM ou a este Sindicato ou tenham se distinguido em atividades ligadas à Educação ou Setor Educacional, por indicação da Diretoria;
- Art. 6º - Os sócios Beneméritos podem assistir às reuniões da Diretoria não podendo votar, assim como quem tenha exercido o cargo de Presidente do Sindicato, não podendo ser votado nem ocupar cargo de honraria no SINPROSEMA, nessa condição de sócio;
- Art. 7º - São deveres dos sócios:
 - a). Conhecer, cumprir e fazer cumprir este Estatuto;

da Assembleia Geral, mantendo-se com máxima seriedade e acatando as deliberações da maioria sendo, assim, pela existência do SINPROSEMA;

- b). Prestigiar o SINPROSEMA e não tomar nenhuma deliberação de natureza pública de caráter coletivo em nome do Sindicato, sem a devida aprovação da Diretoria;
- c). Prestar colaboração e acatar as determinações dos dirigentes do SINPROSEMA;
- d). Cumprir regularmente seus compromissos financeiros com o SINPROSEMA;
- e). Desempenhar com eficiência o cargo para o qual foi eleito ou designado, atuando em suas atribuições com fidelidade e observância dos princípios da ética profissional e das estabelecidas neste Estatuto;

Art. 8º - São direitos dos sócios:

- a). Participar de todos os benefícios que forem proporcionados pelo SINPROSEMA;
- b). Votar e ser votado para qualquer cargo, de acordo com as restrições deste Estatuto;
- c). Receber assistência sócio-cultural, educacional, jurídica, médica, odontológica, mediante as condições financeiras do Sindicato;
- d). Apresentar trabalhos sócio-cultural em reuniões específicas, na condição de inscrição e tomar parte nos debates;
- e). Utilizar-se dos serviços do SINPROSEMA e reclamar quando se julgar prejudicado em seus direitos;
- f). Propor à Diretoria as medidas que julgar necessárias para o engrandecimento do SINPROSEMA;
- g). Tomar parte e votar nas Assembleias Gerais, desde que esteja em dia com suas obrigações sociais em dia;
- h). Apresentar em Assembleia Geral ou ao Conselho Fiscal denúncia, quando algum ato de administração pretente os seus direitos ou infringindo os Estatutos;
- i). Votar na Assembleia Geral de Eleição da Diretoria, desde que esteja em dia com suas obrigações sociais, no mínimo um (1) mês anterior ao dia da eleição e esteja em dia com suas obrigações sociais em dia;
- j). Requerer da Diretoria a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, sugerindo a ordem do dia, em documento assinado, pela maioria de dois terços (2/3) dos sócios quites;
- k). Participar das reuniões do Conselho Fiscal, quando eleito, na forma estatutária;
- l). Solicitar sua exclusão do quadro social, mediante requerimento dirigido ao Presidente;
- m). Propor à Diretoria, ao Conselho Fiscal, Conselho de Representantes ou Assembleia Geral todas as medidas que julgar necessárias ao engrandecimento do SINPROSEMA respeitando a ordem hierárquica;
- n). Solicitar perante a Assembleia Geral o exame dos livros e documentos do SINPROSEMA, mediante documento assinado, no mínimo, dois terços (2/3) dos associados presentes e em dia com suas obrigações sociais;

CAPÍTULO III

Das Contribuições

Art. 7º - O valor da contribuição mensal de cada associado será de um por cento (1%) do vencimento bruto, podendo haver majoração por...

São Luís, Segunda-feira, 30 de Janeiro de 1989

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

DIÁRIO OFICIAL

Continuação

Parágrafo Único - O resumo das contribuições mensais deverá ser feito, automaticamente e a "ex-officio" sempre que houver registro das variações das classes.

Art. 28 - A associação optará pelo pagamento mediante consignação em folha, sobre os recibos.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Art. 29 - O SINPROCEENMA será administrado por uma Diretoria eleita pela Assembleia Geral, com mandato de três (3) anos, composta dos seguintes membros: a - Diretor(a) Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Secretário(a) Geral, 1º Secretário(a), 2º Secretário(a), Tesoureiro(a) Geral, 1º Tesoureiro(a), 2º Tesoureiro(a); b - Conselho Fiscal, composto de cinco (5) membros titulares e cinco (5) membros suplentes; c - Conselho de Representantes, junto à Federação e à Confederação, composto de cinco (5) membros titulares e cinco (5) membros suplentes, representando:

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal e o Conselho de Representantes, em seus respectivos suplentes, serão eleitos pela Assembleia Geral que eleger a Diretoria, coincidindo-lhes o mesmo tempo de mandato ou o art. 2º inciso I deste estatuto.

Art. 30 - São órgãos da administração e a ela subordinados:

- a). Núcleos;
- b). Conselhos Municipais de Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos de Educação do Estado de 1º e 2º Grupos do Estado do Maranhão;
- c). Representantes Municipais;

Parágrafo Único - Os núcleos não possuem autonomia plena, consequentemente não poderão proferir atos administrativos e eleitorais, sem que tenham recebido determinação da Diretoria do SINPROCEENMA. Para com os procedimentos eleitorais torna-se obrigatório a presença de um (1) Diretor de Registro, no prazo ou a ele credenciado.

a). Os núcleos já existentes nos municípios e as Direções da época da criação da Associação dos Professores do Estado do Maranhão - APPEM, de conformidade com seu estatuto estatuto, permanecerão sob o processamento da nova eleição que se dará após a criação da Diretoria definitiva do SINPROCEENMA;

b). Os núcleos, com aprovação da Diretoria, não poderão ser por indicação da Diretoria Provisória do SINPROCEENMA, com idêntico período de mandato.

CAPÍTULO V

Da Competência da Diretoria

Art. 31 - A Diretoria compete:

- a). Orientar os destinos do SINPROCEENMA, garantindo-lhe plena funcionalidade;
- b). Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, regulamentos, decisões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
- c). Reunir-se, mensalmente, com a presença de maioria absoluta de seus membros e extraordinariamente quando necessário, com o mesmo número de membros acima;
- d). Admitir ações das diferentes categorias de Educação e Setor Educacional, do Ensino de 1º e 2º Grupos do Estado do Maranhão de conformidade com o art. 2º do capítulo II;
- e). Revisar o Conselho Fiscal e aprovar as seguintes contribuições:

as as flapsas necessárias ao desenvolvimento do SINPROCEENMA

f). Ceder ao serviço departamentos e cargos, bem como, cessar as atividades com finalidades específicas;

g). Admitir e demitir funcionários, quando necessário;

h). Examinar e dar parecer sobre as medidas propostas pelos associados para o desenvolvimento do SINPROCEENMA;

i). Selecionar convênios ou contratos com Entidades da Direção Pública ou Privada, ou com profissionais liberais, em atendimento às finalidades sociais, culturais, educacionais e educacionais;

j). Realizar a auditoria recorrente das ações no prazo de dez (10) dias, mediante notificação justificada;

k). Deliberar sobre afastamento de ações, mediante notificação justificada, não podendo, entretanto, ultrapassar o prazo de um (1) ano ininterruptamente;

l). Aplicar penalidades, justificando o motivo;

m). Excluir ações que deixarem de cumprir seus deveres e condutas determinadas quando justificadas;

n). Examinar, aprovar, emitir, determinar ou revogar os balanços apresentados pela Tesouraria Geral, ou 1º Tesoureiro, ou substituto legal, dando-lhes a prestação de contas ainda não tenha sido examinada pelo Conselho Fiscal, com o respectivo parecer, ou aprovado em Assembleia Geral Especial;

o). Nomear delegados do SINPROCEENMA junto às Entidades congêneras, inclusive em promoção de interesse das classes dentro do foro do Estado e no Exterior;

p). Divulgar e dar publicidade aos assuntos de interesse das classes;

q). Ceder núcleos Municipais, observando o disposto no art. 32;

r). Nomear representantes para as eleições;

s). Fazer pleito eleitoral, em qualquer ocasião;

t). Realizar os casos unânimes da administração da presente Estatuto, desde que não contrarie qualquer legislação;

§ 1º - É vedado aos membros da Diretoria assumir compromissos e tomar decisões isoladamente;

§ 2º - Os membros da Diretoria não poderão atuar isoladamente no cumprimento das atribuições específicas e da rotina de seus cargos;

Art. 32 - A Presidente compete:

a). Eleger a representação legal do SINPROCEENMA;

b). Eleger e presidir reuniões da Assembleia Geral do SINPROCEENMA;

c). Presidir as reuniões, os trabalhos do Conselho de Representantes e da Assembleia Geral, exceto as eleições ou de prestação de contas;

d). Presidir as reuniões da Diretoria;

e). Assinar todos os recibos nos termos deste Estatuto;

f). Apresentar a parte dos trabalhos e o balanço de cada reunião;

g). Exercer, nos municípios, o direito de qualidade nos casos de ausência;

h). Cumprir e fazer cumprir todas as deliberações e decisões das respectivas Assembleias, Conselho Fiscal e Diretoria;

i). Assinar todos os papéis oficiais, rubricar os livros, autorizar as decisões administrativas - movimentar, com o Tesoureiro Geral, ou 1º Tesoureiro, ou substituto legal, as operações bancárias;

Cum. em 30 de Set.

Continuação

do SINPROSOM;

12. Autorizar despesas de expediente, apresentação e quaisquer outras necessárias ao funcionamento do SINPROSOM;

13. Presidir os Congressos, Seminários e outras reuniões previstas pelo SINPROSOM, ou outras para as quais lhe forem delegadas;

14. Submeter relatórios anuais, com o respectivo prestação de contas, para aprovação da Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal;

15. Assinar balanços e balanços, juntamente com o Tesoureiro Geral, ou 1º Tesoureiro, ou substituto legal, em razão de suas atribuições temporárias, justificadas ou não;

16. Aplicar penalidades de acordo com o Estatuto;

17. Delegar poderes e responsabilidades para a execução de tarefas;

Art. 13º - Ao 1º e 2º Vice-Presidentes competem:

a). Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos de acordo com as atribuições;

b). Auxiliar no exercício de suas funções;

c). Exercer as atribuições que lhes forem determinadas pela Presidência ou pela Diretoria;

Art. 14º - Ao Secretário Geral competem:

a). Dirigir os serviços de secretaria, bem como, supervisionar os demais serviços, zelando pelo bom funcionamento das mesmas;

b). Despesar, com o Presidente, ou seu substituto legal, o expediente do SINPROSOM;

c). Apresentar, mensalmente, relatório de seus trabalhos à Diretoria;

Art. 15º - Ao 1º Secretário competem:

a). Auxiliar o Secretário Geral e substituí-lo, em suas ausências ou impedimentos;

b). Elaborar e organizar a correspondência do SINPROSOM;

Art. 16º - Ao 2º Secretário competem:

a). Substituir o 1º Secretário, em suas ausências ou impedimentos;

b). Secretariar as reuniões da Diretoria e outras que houver, redigindo suas atas;

c). Auxiliar nos trabalhos de secretaria;

d). Promover as divulgações e publicações relativas às deliberações e convocações da Diretoria;

Art. 17º - Ao Tesoureiro Geral competem:

a). Dirigir e supervisionar todos os serviços de tesouraria;

b). Escrever os livros respectivos;

c). Promover a arrecadação de arrecadação do Sindicato;

d). Apresentar, à Diretoria, o Balanço Geral e também o balanço de seu anterior e, após aprovação, assiná-lo, com o Presidente;

e). Incluir chuzas e receber importância devidas ao Sindicato e dar quitação;

Art. 18º - Ao 1º Tesoureiro competem:

a). Substituir o Tesoureiro Geral, quando necessário, ou auxiliá-lo em suas atribuições;

b). Supervisionar os documentos em falta das mensalidades devidas pelo SINPROSOM, encaminhando à Diretoria expedientes sobre as eventuais ocorrências;

c). Independentemente ou não da presença do Tesoureiro Geral, o 1º Tesoureiro poderá executar as operações bancárias e assinar

por os livros contábeis do SINPROSOM, juntamente com o 1º Tesoureiro, desde que referido tesoureiro esteja em perfeito e comprovado dos trabalhos relacionados à tesouraria do Sindicato;

Art. 19º - Ao 2º Tesoureiro competem:

a). Substituir o 1º Tesoureiro, em suas ausências ou impedimentos ou auxiliá-lo em suas atribuições;

b). Adquirir material necessário ao funcionamento do SINPROSOM;

c). Fazer o tombamento dos bens do SINPROSOM;

SEÇÃO II

Do Conselho Fiscal e de sua competência

Art. 20º - Ao Conselho Fiscal competem:

a). Eleger-se, simultaneamente, com o Diretor do SINPROSOM, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, obedecendo o quórum mínimo da maioria simples de seus membros;

b). Reunir, estudar e apresentar sugestões quanto aos problemas relativos à Diretoria, às classes, ou, individualmente, aos associados, quando lhe for solicitada por eles;

c). Indicar e eleger entre seus titulares, o Presidente e Secretário do Conselho Fiscal, respectivamente;

d). Presidir, por eleição, os cargos nos expostos na Diretoria, das que não haja mais recursos para o provimento de vagas;

e). Arrecdar ou rejeitar nomes nas classes apresentadas para a Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, ou para o de recursos;

f). Assessor e deliberar sobre relatório mensal de Secretarias de Classe de seu exterior de tesouraria, assinando por elas;

g). Desenvolver atividades socioculturais e pedagógicas;

h). Dar parecer e respeito de contas e balanços do SINPROSOM, às classes no de conclusão de mandato da Diretoria;

i). Examinar, mensalmente, toda documentação, dando parecer e, se necessário, para a Assembleia Geral, quando for o caso;

j). Reunir-se ordinariamente, uma vez por mês, ou extraordinariamente, quando for necessário, obedecendo o quórum mínimo de maioria simples de seus membros;

CAPÍTULO V

Das Órgãos Auxiliares de Administração

SEÇÃO I - OUVEDORES

Art. 21º - Poderão ser criados núcleos do SINPROSOM em municípios, em Jm Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos de Educação do Ensino de 1º e 2º Grau de Estado de Maranhão ou empregados, com o mínimo de quinze (15) membros.

Parágrafo Único - Todo núcleo do SINPROSOM, ou localidade ou município onde houver núcleos, será voluntariamente integrante dos

Art. 22º - Os núcleos serão vinculados e administrados, hierarquicamente e diretamente à Administração do SINPROSOM;

Art. 23º - A Direção de núcleos será exercida por três (3) membros: um (1) Diretor um (1) Secretário e um (1) Tesoureiro, eleitos pelas eleições residentes no Município, ficando o data para o provimento de eleição e ser designado pela administração do SINPROSOM, providência, Tesoureiro, assim, necessariamente a pre-

Cad. em pág. 800.

Organização

* Associação de um (1) Diretor do SINPROSISMA ou de seu representante legal;

SEÇÃO II

Das Assembleias Municipais do SINPROSISMA

Art. 24º - As Assembleias Municipais do SINPROSISMA, como órgãos de elaboração da Diretoria do núcleo, são integradas por representantes de cada classe mencionada neste Estatuto;

Art. 25º - As Assembleias Municipais do SINPROSISMA não integradas por um (1) representante de cada classe do município, e por cada classe funcional;

SEÇÃO III

Das Representações Municipais

Art. 26º - Nos municípios, onde não houver condições para a criação de núcleos, serão designados pela Diretoria do SINPROSISMA, representantes municipais.

SEÇÃO IV

Das Departamentos

Art. 27º - Poderão ser criados tantos departamentos quantos forem necessários.

Parágrafo Único - Departamentos em funcionamento do SINPROSISMA terão Diretores designados pela Diretoria;

Art. 28º - As atribuições de cada departamento serão definidas por resolução da Diretoria, com o conhecimento do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VI

Da Assembleia Geral

Art. 29º - A Assembleia Geral é o órgão máximo da Sindicância constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos e quitas com suas mensalidades;

Art. 30º - A Assembleia Geral pode ser Ordinária e Extraordinária.

§ 1º - A Assembleia Geral Ordinária para eleições da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, com seus respectivos suplentes, realizar-se-á até 25 de janeiro.

Parágrafo Único - A Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho de Representantes deverão reunir-se até o dia trinta (30) de março.

§ 2º - Haverá tantas Assembleias Gerais Extraordinárias quantas se fizerem necessárias;

§ 3º - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do SINPROSISMA ou quando solicitado por:

a) Maioria de dois terços (2/3) do conjunto da Diretoria e do Conselho Fiscal;

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais também poderão ser solicitadas pelos associados do SINPROSISMA que estiverem em dia com as suas obrigações sociais e passíveis com a folha de, mas, para isso, a pedido de dois terços (2/3) de quórum e assinatura de dois terços (2/3) do quadro social.

Art. 31º - As Assembleias Gerais serão realizadas em 1ª convocação, com a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) dos sócios e em 2ª convocação, seis meses mais tarde, com qualquer número. As deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos associados presentes;

§ 1º - Quando e não convocação pelo Presidente, no prazo estabelecido no "Caput" deste artigo, a Assembleia Geral será convocada pelos solicitantes, contendo os dois terços (2/3) mencionados -

das no Parágrafo Único da alínea "a" do art. 30º.

§ 2º - Toda convocação será procedida através da Edital pela imprensa escrita, com o prazo mínimo de oito (8) dias, com a respectiva especificação, bem como igual teor de publicação será afixado em lugar visível na sede do SINPROSISMA, no igual prazo.

Art. 32º - As deliberações deverão incluir o texto dos trabalhos que serão parte do convocatório;

Art. 33º - As Assembleias Regionais deverão ser realizadas nos mesmos critérios previstos para as Assembleias Gerais;

Art. 34º - A Assembleia Regional é constituída pelos sócios do SINPROSISMA de núcleos municipais nas mesmas condições e uma Regional do Sindicato.

CAPÍTULO VII

Das Eleições

Art. 35º - Os membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, com respectivos suplentes, serão eleitos em convocação de classe única, no município eleito, no dia de cada 2ª convocação.

Parágrafo Único - Os núcleos farão eleições municipais para escolha de sua Diretoria, com a presença do Presidente do SINPROSISMA ou seu representante legal, de acordo com este Estatuto;

Art. 36º - O período de inscrição de chapas para os cargos eletivos da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, será feito junto à Diretoria do SINPROSISMA, até cinco (5) dias antes da publicação da Edital;

Parágrafo Único - Caso de irregularidades de registro de chapas, os seus representantes terão o prazo de noventa e cinco (95) dias para a devida sanção;

Art. 37º - O período de inscrição de chapas para os cargos eletivos da Diretoria, dos núcleos eleitorais ou optantes da art. 30º;

Art. 38º - Não poderão ser votados os Professores Públicos, Especialistas em Ciências Políticas e Sociológicas Públicas da Educação, Estadual e Municipal do Ensino de 1ª e 2ª Grados do Estado da Maranhão, inclusive aposentados;

Art. 39º - Os terão direito de votar e ser votado os associados em pleno gozo dos seus direitos, com o prazo mínimo de trinta (30) dias a partir da sua filiação, inclusive os aposentados;

Art. 40º - Os membros da administração do SINPROSISMA e dos núcleos, que exercem cargos eletivos e que pretendem concorrer a cargos políticos/partidários, deverão desacompanhar-se, obedecendo a legislação eleitoral em vigor;

Art. 41º - O atual Diretor do APENI permanecerá como Diretor Provisório do SINPROSISMA e terá seu mandato de três (3) anos podendo reeleger-se apenas uma vez, no mesmo cargo.

Parágrafo Único - Os mandatos dos demais Diretores também serão de três (3) anos, obedecendo os mesmos critérios do artigo anterior;

CAPÍTULO VIII

Da Perda de Mandato e das Penalidades

Art. 42º - Perderão os mandatos os membros da Diretoria do SINPROSISMA ou do Conselho Fiscal ou do Conselho de Representantes quando:

a) Faltarem de comparecer as três (3) reuniões ordinárias ou seis (6) intermédias sem motivo justificado;

Out. no pág. 30º.

Estado do Maranhão
DIÁRIO OFICIAL

Diretor - RUY ILAYNO COELHO DE ABREU

Terça Feira, 23 de dezembro de 1980 - ANO LXXIII - Nº 245 - E

LEI Nº 4370 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1980

DISPÕE sobre o Estatuto do Magistério do 1º e 2º graus do Estado do Maranhão.

O Governador do Estado do Maranhão,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO ESTATUTO

Art. 1º - O presente Estatuto regula o provimento e a vacância dos cargos públicos do pessoal docente e especializado em educação, no nível do ensino de 1º e 2º graus, para:

- I - estimular a profissionalização do pessoal do magistério, mediante remuneração condigna, e assegurar-lhe a permanência em todas as regiões do Estado;
- II - definir direitos e responsabilidades;
- III - estabelecer regulares e condições para a formação e a progressão na carreira;
- IV - instituir incentivos financeiros e funcionais;
- V - fixar critérios para a elevação e a manutenção da paga.

Parágrafo Único - Aplicam-se ao provimento e vacância dos cargos mencionados neste artigo, no que couber, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES ÉTICOS

Art. 2º - Os membros do magistério do 1º e 2º graus devem:

- I - ser leais às instituições constitucionais e administrativas, estimulando o fortalecimento dos princípios democráticos;
- II - respeitar o princípio da responsabilidade dos pais dos alunos, procurando estabelecer relações de amizade com eles;
- III - transmitir às famílias informações que contribuam para o progresso intelectual e moral dos educandos;
- IV - abster-se de discutir informações escolares confidenciais com pessoas não credenciadas;
- V - evitar o uso de processos condenáveis para obtenção de cargos, funções ou vantagens de qualquer espécie;
- VI - cultivar o bom relacionamento com os companheiros no trabalho e demais pessoas com as quais entretem ou mantêm contato;
- VII - colaborar com a administração da entidade a que servem, na manutenção da ordem e da disciplina;
- VIII - ressaltar os méritos dos colegas e abster-se de criticar ou desvalorizar, publicamente, os seus trabalhos;
- IX - procurar constante assiduidade funcional pelo ensino e exercer a profissão com zelo e dignidade;
- X - abster-se da prática de atos no vício dos seus deveres, à dignidade e à saúde;
- XI - não assumir posição política-partidária no âmbito das escolas e no âmbito da escola;
- XII - considerar os trabalhos da entidade a que servem como um conjunto de atividades importantes, sem a superveniência da parte que lhes é atribuída;
- XIII - evitar a transferência de problemas externos para o local onde desenvolvem suas atividades;

Referência III - seis anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 20 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Classe B

Referência I - cinco anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 30 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência II - dez anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 40 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - onze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 50 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Classe C

Referência I - quatorze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência II - dezessete anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 70 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - vinte anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 80 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

b) Especialista em Educação Infantil

Classe A

Referência I - dois anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério.

Referência II - quatro anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 10 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - seis anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 20 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Classe B

Referência I - oito anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 30 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência II - dez anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 40 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - doze anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 50 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Classe C

Referência I - quatorze anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência II - dezessete anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 70 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - vinte anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 80 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Especialista em Educação Infantil

Classe A

Referência I - dois anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério.

Referência II - quatro anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 10 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - seis anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 20 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Classe B

Referência I - oito anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 30 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência II - dez anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 40 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - doze anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 50 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Classe C

Referência I - quatorze anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência II - dezessete anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 70 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Referência III - vinte anos de exercício na função ou de exercício em atividades de magistério e 80 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae.

Art. 15 - Os critérios para avaliação do currículo vitae são estabelecidos por decreto do Poder Executivo.

Art. 16 - As vantagens decorrentes de progressão horizontal serão as constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 17 - Para efeito desta Lei, consideram-se atividades de magistério:

- 1 - mineração de aulas;
- 2 - orientação de atividades didático-pedagógicas;
- 3 - coordenação de disciplinas ou áreas de saber;
- 4 - coordenação de complexos escolares;
- 5 - direção de unidades integradas, unidades escolares e áreas de infância.

CAPÍTULO III DOS INCENTIVOS FINANCEIROS

Art. 18 - Incentivo financeiro é a vantagem pecuniária dada ao pessoal de magistério em razão de seu efetivo desempenho em sala de aula.

Parágrafo Único - O incentivo será adicionado ao vencimento básico.

Art. 19 - O incentivo financeiro será fixado em bases percentuais, observadas as seguintes condições:

- I - pelo exercício em escola de difícil acesso;
- II - pelo exercício em escola ou classe de alunos excepcionais;
- III - pela efetiva regência das seguintes classes:
 - a) pré-escolares;
 - b) alfabetização de adultos;
 - c) das quatro primeiras séries do 1º grau;
 - d) das demais séries do 1º grau;
 - e) do 2º grau.
- IV - pelo exercício em escola localizada na periferia de tal;
- V - pelo exercício em escola ou classe estabelecida em ambiente insalubre ou vizinha de local onde se desenvolvem atividades assim consideradas.

Parágrafo Único - A acumulação de incentivos será regulada pelo Poder Executivo.

Art. 20 - O professor em efetiva regência de classe, que atingir 50 anos de idade e tiver pelo menos 25 anos de exercício na

(continuação)

V - Especialista Nível 3

Classe A - especialista com habilitação específica de grau superior, em nível de graduação obtida em curso de licenciatura curta;

Classe B - especialista com habilitação exigida para ingresso na Classe A e sete (7) anos de serviço no magistério oficial do Estado;

Classe C - especialista com habilitação exigida para ingresso na Classe A e sete (7) anos de serviço no magistério oficial do Estado;

VI - Especialista Nível 4

Classe A - especialista com habilitação específica de grau superior, em nível de graduação obtida em curso de licenciatura plena;

Classe B - especialista com habilitação exigida para o provimento na Classe A e sete (7) anos de serviço no magistério oficial do Estado;

Classe C - especialista com habilitação exigida para o provimento na Classe A e sete (7) anos de serviço no magistério oficial do Estado.

Art. 12 - A progressão vertical dar-se-á a partir do intervalo, no primeiro trimestre de cada ano, desde que feitas as necessárias comprovações.

Art. 13 - A progressão vertical de uma categoria funcional para outra será feita para a classe inicial da categoria funcional correspondente à sua habilitação.

CAPÍTULO II

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 14 - Para efeito de progressão horizontal serão adotados os seguintes critérios:

a) Professor Nível 1**Classe A**

Referência I - dois anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério;

Referência II - quatro anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 10 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - seis anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 20 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Classe B

Referência I - oito anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 30 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência II - dez anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 40 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - doze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Classe C

Referência I - quatorze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência II - dezesseis anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 70 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - vinte anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 80 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Professor Nível 2

Referência II - quatro anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 30 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - seis anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 40 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Classe B

Referência I - oito anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 30 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência II - dez anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 40 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - doze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Classe C

Referência I - quatorze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência II - dezesseis anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 70 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - vinte anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 80 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Professor Nível 3**Classe A**

Referência I - dois anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério;

Referência II - quatro anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 10 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - seis anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 20 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Classe B

Referência I - oito anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 30 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência II - dez anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 40 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - doze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Classe C

Referência I - quatorze anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 60 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência II - dezesseis anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 70 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Referência III - vinte anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 80 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

Professor Nível 4**Classe A**

Referência I - dois anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério;

Referência II - quatro anos de regência de classe ou de exercício em atividades de magistério e 10 pontos resultantes da avaliação do currículo vitae;

§ 10 - O incentivo será automaticamente cancelado, se o professor deixar de exercer a regência de classe.

§ 20 - Serão igualmente cancelados os incentivos financeiros dos Incisos I, II, IV e V do artigo 19, se o professor vier a ser removido para unidade com as características ali mencionadas.

Art. 21 - Os incentivos financeiros incorporar-se-ão ao vencimento-base nas seguintes condições:

- a) integralmente, após 15 anos de efetiva permanência;
- b) proporcionalmente, nos casos de aposentadoria, à razão de 2/30 anos por ano de permanência.

Art. 22 - Os incentivos serão concedidos depois de disciplinar dos em regulamento próprio pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO IV DAS FÉRIAS

Art. 23 - O pessoal de magistério, quando em efetivo exercício na escola, terá direito a quarenta e cinco dias de férias, após um ano de exercício profissional.

Art. 24 - As férias do pessoal de magistério deverão coincidir com o período de recesso escolar, segundo previsto no estabelecimento, observadas as conveniências da rotina escolar.

§ 10 - Somente poderá entrar em gozo de férias o professor que tenha cumprido integralmente a carga horária, o programa de disciplina ou atividade sob sua responsabilidade.

§ 20 - O pessoal de magistério que não estiver em gozo de férias no período de recesso escolar ficará à disposição do estabelecimento de ensino, em atividade de recuperação e ou de planejamento, ou outras atividades didático-pedagógicas, bem como para frequentar cursos que lhe sejam de seu aproveitamento profissional.

TÍTULO IV DO REGIME DE TRABALHO CAPÍTULO I DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 25 - A carga horária semanalmente do pessoal de magistério fica estabelecida da seguinte forma:

- a) professor na regência de classe pré-escolar à 4ª série de 10 grau - 24 horas semanais, com carga horária máxima de 80% de regência, aproximadamente;
- b) professor na regência de classe de 5ª à 8ª série de 10 grau e em todo o ensino de 20 grau - 30 horas semanais, com carga horária máxima de 80% de regência;
- c) especialistas em educação com exercício em escola - 24 horas semanais;
- d) o professor ou especialista em educação que desempenhas atividades técnicas em órgão de administração central - 30 horas semanais.

TÍTULO V DOS DEVERES E PROIBIÇÕES CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art. 26 - São deveres do docente e do especialista:

- I - concorrer, no exercício de sua profissão, para preservação do sentimento de nacionalidade e para a formação do caráter da natureza ética;
- II - participar de todas as atividades programadas na comunidade escolar ou no seu ambiente de trabalho;
- III - "Completar o trabalho nas horas de expediente - normal, executando os serviços que lhe competem";
- IV - suprir as vagas das faltas, representando contra elas quando as mesmas forem ilegais;
- V - desempenhar com zelo e prestare os trabalhos de que forem incumbidos;
- VI - manifestar aos chefes imediatos sobre as irregularidades

VII - frequentar cursos oficialmente instituídos para habilitação, especialização, aperfeiçoamento e atualização;

VIII - providenciar com a necessária presteza e atendimento as solicitações do órgão a que serve relativas aos seus deveres profissionais;

IX - manter no local onde exercer o cargo, ou, mediante autorização, em localidade vizinha, se não houver facilidade para o serviço;

X - zelar pela economia e pela preservação do material sob sua responsabilidade;

XI - apresentar-se convenientemente trajado ao serviço;

XII - apresentar os planos e as relatórias que lhe forem exigidos na decorrência de suas atividades;

XIII - suprir providências que visem à melhoria dos serviços;

XIV - participar de bancas examinadoras quando convocados.

Art. 27 - O docente e o especialista devem contribuir, no âmbito de suas possibilidades, para que sejam atingidos os objetivos do plano de 10 e 20 grau, obrigando-se ao respeito de sua autoridade local.

Art. 28 - O docente e o especialista responderão administrativamente, civil e penalmente pelo exercício irregular de suas atribuições de acordo com as leis e regulamentos em vigor.

CAPÍTULO III DAS PROIBIÇÕES

Art. 29 - Ao pessoal de magistério é proibido:

- I - referir-se de maneira depreciativa, no âmbito do local de trabalho, às instituições, às autoridades ou a atos da administração pública;
- II - retirar sem prévia permissão da autoridade competente qualquer documento ou objeto existente na unidade;
- III - afastar-se de suas atividades durante o horário de trabalho, salvo com permissão da autoridade competente;
- IV - transferir e terceirar, sem autorização, encargos que sejam atribuídos;
- V - aproveitar-se da função ou do exercício da docência para promover a destruição das instituições ou para fazer qualquer tipo de propaganda;
- VI - utilizar, no exercício de suas atividades, atividades processuais consideradas antipodagógicas.

Parágrafo Único - As sanções decorrentes de infração das proibições de que trata este artigo e não contempladas em legislação específica serão aplicadas de acordo com o que dispuser o regulamento de ensino que servir o profissional de magistério.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - A aplicação do Estatuto do Magistério será de competência da Secretaria de Educação, em articulação com a Secretaria de Administração, órgão central do Sistema de Administração e Previdência.

Art. 31 - Ficam aprovados o Grupo-Magistério e a tabela remuneratória, na forma do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - Os quantitativos de cargos, nos níveis previstos nesta Lei, serão fixados por transformação de cargos, sempre quando existentes, mediante Decreto do Executivo.

Art. 32 - O docente e o especialista em educação que não tiverem licença plena exercerão suas atividades de 10 ou de 20 grau, dando de preferência ao Sistema.

Art. 33 - O docente poderá ser transferido para o posto e vice-versa, a pedido, desde que sejam atendidos os requisitos de formação e a necessidade do Sistema.

§ 10 - Em caso especial, poderá ocorrer a transferência de servidor ocupante de qualquer cargo público estadual, para o Grupo-Magistério, desde que comprovada a necessidade do Sistema, a existência de estabilidade no serviço público e a habilitação do servidor.

§ 20 - A transferência de que trata o parágrafo anterior

Art. 24 - Aos que tenham desempenhado as atividades de ensino de nível superior, em virtude das atividades, áreas de ensino de disciplinas, ou especialidades em que atuam.

Art. 25 - Aplicam-se aos detentores do cargo público de nível superior, os que não estiverem em estatuto, as disposições da Lei n.º 2579, de 14.11.74, e da legislação complementar.

Art. 26 - O professor titular do cargo de professor, administrador escolar, inspetor escolar, orientador educacional e supervisor escolar, previstos nesta Lei, far-se-á na classe A de cada categoria funcional, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único - O concurso a que se refere este artigo reger-se-á no âmbito estadual ou regional, dependendo das circunstâncias de fato.

Art. 27 - Preservar-se-á em 180 dias o prazo para recursos ao Conselho de Estado, quando o servidor for enquadrado no decorrer da carreira prevista nesta Lei.

Art. 28 - A direção dos estabelecimentos de ensino de 1.ª e 2.ª graus, será exercida, preferentemente, por especialistas em educação, com habilitação em administração escolar de 1.ª e 2.ª graus, ou professor de qualquer especialidade no setor educacional.

Art. 29 - O administrador escolar que não estiver em efetivo exercício da função deverá exercer, nos estabelecimentos de ensino, atividades correlatas à sua habilitação.

Art. 30 - O Poder Executivo recomendará, oportunamente, a situação do pessoal fixo de Grupo-Registário, proporcionando-lhes melhoria de condições, de forma a corrigir distorções retroativas, próximas com a aplicação desta Lei.

Art. 31 - Os incentivos financeiros estabelecidos nesta Lei serão aplicados aos docentes não enquadrados, observados os termos da regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo.

Art. 32 - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar os percentuais de incentivo financeiro constantes dos artigos 1.º e 2.º da presente Lei.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33 - Os professores e especialistas já enquadrados pela Lei n.º 2579, de 14.11.74, terão os seus direitos assegurados, ficando enquadrados na forma de que dispõe o presente Estatuto, no caso Anexo I.

Parágrafo Único - Quando a habilitação profissional permitir o enquadramento como docente e como especialista, a escolha será feita de um servidor.

dados pela Lei n.º 2579, de 14.11.74, observados os princípios da Lei n.º 2579, de 14.11.74, e da legislação complementar, fica assegurado o direito de regresso ao Grupo-Registário, nos termos da presente Lei.

Parágrafo Único - O regresso de que trata este artigo reger-se-á a pedido do interessado, no prazo de 180 dias.

Art. 34 - As vantagens financeiras decorrentes desta Lei não serão aplicadas a partir da data do enquadramento por Decreto do Governador do Estado.

Art. 35 - Ficam ressalvados os direitos do pessoal do magistério enquadrado na vigência da Lei n.º 2579, de 14.11.74.

Art. 36 - A presente Lei entrará em vigor em 01 de Janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

Neste, portanto, a todos as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir integralmente como nela se contém. O Senhor Secretário de Estado do Interior, do Poder Executivo, a faça publicar, expedir e cumprir.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, EM SÃO LUÍS, 14 DE DEZEMBRO DE 1980, 109.º DA INDEPENDÊNCIA E 92.º DA REPÚBLICA.

[Assinaturas e rubricas manuscritas]

ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

ANEXO TABELA DE VENCIMENTOS

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	CATEGORIA	PROFESSOR				ADMINISTRADOR ESCOLAR INSPEÇÃO ESCOLAR SUPERVISOR ESCOLAR ORIENTADOR EDUCACIONAL		ADMINISTRADOR ESCOLAR INSPEÇÃO ESCOLAR SUPERVISOR ESCOLAR DELEGADO EDUCACIONAL	
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
A	I	I	5.850	7.870	10.070	13.900	10.070	13.900	10.070	13.900
			6.150	8.270	10.470	14.700	10.470	14.700	10.470	14.700
			6.450	8.570	10.670	14.900	10.670	14.900	10.670	14.900
			6.750	8.870	10.870	15.100	10.870	15.100	10.870	15.100
B	II	II	8.750	10.870	13.170	16.980	13.170	16.980	13.170	16.980
			9.050	11.170	13.470	17.380	13.470	17.380	13.470	17.380
			9.350	11.470	13.770	17.780	13.770	17.780	13.770	17.780
			9.650	11.770	14.070	18.180	14.070	18.180	14.070	18.180
C	III	III	12.650	14.870	17.270	21.120	17.270	21.120	17.270	21.120
			12.950	15.170	17.570	21.520	17.570	21.520	17.570	21.520
			13.250	15.470	17.870	21.920	17.870	21.920	17.870	21.920
			13.550	15.770	18.170	22.320	18.170	22.320	18.170	22.320

Termo de Abertura

O presente livro contendo 200 (duzentas) folhas numeradas graficamente, será destinado à lavratura de Atas das reuniões da Diretoria da Associação dos Professores do Estado do Maranhão, que tem como sigla: APEMA.

Do Rio, 10 de julho de 1976

Ass. Irene de Sa

Secretária Genl. da APEMA

Antônia de Lourdes Soares

Presidente da APEMA

#Dover

Ata número um referente a reunião de dez de julho de mil novecentos e setenta e seis, realizada pela Diretoria Provisória da Associação dos Professores do Estado do Maranhão para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento inicial da Entidade.

Aos dez dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e seis, em uma das salas do Centro de Ensino de 2.º Grau "Luiz Maranhense", realizou-se a primeira reunião da Diretoria Provisória para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento da Entidade recém-fundada a vinte e nove de junho de mil novecentos e setenta e seis, quando foram tratados os seguintes assuntos: necessidade de alugar uma casa para funcionamento da sede da Diretoria para o que pensamos em solicitar dos associados uma taxa inicial de vinte cruzeiros de mensalidade, provisoriamente, e a aprovação do Estatuto, além da taxa inicial de dez cruzeiros de inscrição; visitou no dia, seis de julho do ano em curso ao Ex.^{mo} Secretário de Educação do Estado e ao Secretário de Educação e Ação Comunitária do Município de São Luís no sentido de comunicarmos nossos objetivos como dirigentes da APEMA e solicitar ajuda para mobilizar a Associação dos Professores bem como comunicarmos da fundação da Ent.

Boa

2

dada e, também, deliberação para a
 nossa campanha informativa nas escolas oficiais e
 nas escolas estadual e municipal; mostrando, também,
 a necessidade de impressão de folheto de incentivo
 parâmetros, projetos impressos e ficha de matrícula
 foi aprovada a transcrição de que a Associação
 fará, todo o possível para levantar uma en-
 finança de ajuda em favor do Sr. Floriano de
 Jesus que se encontrava enfermo, comprando
 esta já iniciada pela membro do Conselho Fi-
 scal Sr. Maria José Elias Carneiro e pelo Sr. Pa-
 blo de Almeida. A reunião foi presidida pela
 Conceição de Maria Bandeira de Melo Rodrigues que
 ocupou o cargo de Presidente em substituição
 a Sr. Lorena de Almeida de Almeida Soares, a partir
 das 14h30m do ano em, curto, espaço de
 clareza fornecida pela titular pelo motivo
 ter que participar da vigintima oitava Reunião
 da Sociedade Brasileira de Progresso para a
 Ciência, em Brasília, e do I Encontro de Es-
 tados de Formação do Brasil, qualificado
 de tanto, considerando ser esta a primeira re-
 união, sem a reunião de ordem regular
 da FPEB, com o objetivo de discutir o programa
 de estudos de todos os membros que compõem a
 primeira diretoria da Associação dos Professores
 do Estado de Pernambuco, a ser realizado em Recife
 entre os dias três de julho de mil novecentos e
 setenta e seis, a seguir, composta pelos seguintes
 professores: Sr. Lorena de Almeida Soares, Presi-
 dente; Sr. Conceição de Maria Bandeira de Melo Rodrigues,
 1ª Vice-Presidente; Sr. Maria Mercedes de Jesus, 2ª Vice-

Fomes

3

realizou-se em uma das salas do "Liceu Maranhense" a segunda reunião da Diretoria Provisória, após ser instituída em três de julho do ano em curso, quando foram, nesta reunião, tratados os seguintes assuntos: leitura do ofício 211 da Confederação dos Professores do Brasil em que trata do reconhecimento aos professores maranhenses por terem fundado a Associação dos Professores do Estado do Maranhão. Ficou certo também de que seria enviado um documento de apoio ao Deputado Gamaliel Galvão, de acordo com a circular número quinhentos e mil novecentos e setenta e seis. Foi apresentado à Comissão de Estudo do Antigo Projeto do Estatuto, documento preparado pelas Professoras Maria Bernardina de Jesus, Maria Irene de Sá e Conceição Bandeira de Melo Rodrigues, os exemplares modificados do Estatuto da Confederação dos Professores do Brasil, documentos que tiveram oportunidade de receber. Elaboramos uma nota de inserção para os associados e foi providenciado um aviso para a televisão em São Luís sobre a não realização da Assembleia Geral no próximo dia vinte de agosto do ano em curso. E, para constar, eu, Maria Irene de Sá, Secretária Geral, lavrei a presente ata que será assinada por mim e todos os presentes.

Dois dias, 04 de agosto de 1976

Maria Irene de Sá

Maria Bernardina de Jesus

Maria Marlene Costa Gomes

Antônio Frederico Fereira

Walter de Sampaio Antunes

Maria Estelina Mello Pereira
 Alta numero três da Diretoria e
 Associação dos Professores do Estado
 do Maranhão para tratar de di-
 versos assuntos referentes ao de-
 velopimento da Entidade.

Dos sete dias do mês de ag-
 to do ano em curso, na sala da Vice Dire-
 toria do Centro de Ensino de 2º Grau "João Carlos"
 às nove horas e trinta minutos, reuniram-se
 membros da Diretoria Provisória da Associação
 dos Professores do Estado do Maranhão, com fi-
 lidade de tratar em vários assuntos referente
 classe, inclusive a justificacao da ausên-
 cia da Presidente. Da sua ausência dizendo li-
 estado em Brasília, participando da vigés-
 ma oitava reunião da Sociedade Brasileira
 Progresso para a Ciência e, em São Paulo, pa-
 ticipando do I-Encontro de Professores de Harmonia
 no Rio de Janeiro. Em seguida foi lido o docu-
 mento sobre o II-Seminário Nacional de Associa-
 ção de Professores, a realizar-se em Porto Alegre
 tendo sido oferecida duas vagas para o Maranhão
 uma para a Presidente e outra para um
 membro a ser sorteado. Procedido o sorteio saiu
 o nome da Professora Maria Marlene de
 Quaresma e permitiu-se novo sorteio para a
 substituição de uma terceira vaga ou aquisição
 de uma terceira passagem aérea, saindo o nome
 da Prof. Maria Valte Menezes Santos que ceder
 sua vaga ao Prof. Mario José Dias Carneiro, do

horas no "Leceu Maranhense", em uma de suas salas, e
 membros da Esclaria Provisoria da Associaçao dos Profe-
 sores do Estado do Maranhão para abordarem sobre
 principalmente, os assuntos referentes à participa-
 çao de professores maranhenses na reunião de
 ministrar a Nacional de Associaçao de Professores.
 por sugestão da Prof. Conceição de Maria Bandeira de
 la Rodrigues, resolvemos solicitar ao Exmo. Dr. Bispo
 de São Luís, mais duas passagens aéreas para a
 participação de outros professores no Seminário, con-
 siderando que o Ex. Jerônimo Pinheiro, Secretário
 de Educação do Estado, concedeu uma passagem
 aérea para São Ildefonso, ida e volta, para a Presi-
 dente de nossa Associaçao; solicitar à Presiden-
 da Confederação dos Professores do Brasil, permissão
 na participação de mais dois membros no Semi-
 nário, com garantia de transporte; sobre a correção
 direção da Associaçao, resolvemos encaminhar
 solicitação de material permanente para me-
 lhor a Associaçao, endereçada ao Exmo. Dr.
 Secretário de Educação do Estado e ao Exmo. Dr.
 Secretário de Educação e Ass. Comunitária, ficou d-
 eido diante de dois membros da Comissão d-
 Estudo do Ant. Projeto do Estatuto, respectivamente
 Prof. Miguel Arcanjo e Fernando Filho e Prof. Agnácia
 Marques da Silva, que o prazo para entrega
 estudo sobre o Ant. Projeto do Estatuto seria
 a três de setembro do ano em curso, para
 esse, solicitado pela Comissão, quando parti-
 mos para uma nova sistematização de oc-
 com referência ao estudo do Ant. Projeto
 do Estatuto que regerá a Associaçao do Profe-

do Estado do Maranhão. E para constar, eu, Antônio de Sá
laurei a presente Ata que vai assinada por mim
por todos os professores presentes.

Pelo Povo, 12 de agosto de 1946

Gen. Irene de Sá
Antônia de Lourdes Soares
Antônio Pinheiro Figueira
Marta Estelina Mello Pereira
Marta Bernardina de Jesus
Marta Maria Viana Gomes
Marta da Glória Mendes Santos

Ata número cinco da Direção
Provisória da Associação de
Professores do Estado do Maranhão
para abordar assuntos referentes
à inscrição no II Seminário da
Associação de Professores, do tra-
balho a ser apresentado e da in-
scrição de livros na Entidade

Os quatorze dias do mês de
agosto de mil novecentos e quarenta e seis, num
das salas do "Povo Maranhense", às nove e trinta
reuniram-se os membros da Direção Provisória
dos seguintes assuntos: inscrição para o II Seminá-
rio de Associação de Professores a realizar-se em
Porto Alegre, no período de quatorze a dezanove
de Setembro do corrente ano, inscrição por entidade.
O grupo discutiu sobre a apresentação da obra de
trabalho no Seminário Nacional já referido, justifi-
cando-se em primeiro lugar a escassez de

do Estado do Maranhão. E para constar, eu, Leônides de Sá
lancei a presente Ata que vai assinada por mim
por todos os professores presentes.

Poa, 12 de agosto de 1946

Leônides de Sá

Opinista da Comissão de Estudos

Antônio Anadoto Fenei

Maria Estelina Mello Pereira

Maria Bernandina de Jesus

Maria N. Alves Costa Gomes

Maria da Glória Mendes Santos

Ata número cinco da Direto-
ria Provisória da Associação de
Professores do Estado do Maranhão
para abordar assuntos referentes
à inserção no II Seminário de
Associação de Professores, do tra-
balho a ser apresentado e da in-
serção de sócios na Entidade.

Nos quatorze dias do mês de
agosto de mil novecentos e quarenta e seis, numa
das salas do "Recim Maranhense", às nove e trinta
reuniram-se os membros da Diretoria para tratar
dos seguintes assuntos: interno para o II Seminá-
rio de Associação de Professores a realizar-se em
Porto Alegre, no período de quatorze a dezesseis
de setembro do corrente ano, inserção por entidade.
O grupo discutiu sobre a apresentação da moção do
trabalho no Seminário Nacional foi referido, justi-
ficando-se em primeiro lugar a escassez de

po. Em seguida, os Srs. Miguel Arcângelo Bernardes
 Lhu e José Santiago Cabral, membros da Comissão d
 Estudo do Anteprojeto do Estatuto, comprometeram-
 em apresentar o referido documento à Presiden
 da Associação, que dirige os trabalhos, dentro do
 prazo de sessenta dias. Foram distribuídos flo
 e circulares para serem providenciadas as ins
 crições de professores nas escolas, sendo distribuí
 nesse dia, apenas para a Prof. Maria Marlene
 Leida Guara para que a mesma realizasse inscu
 eções no Centro de Ensino de 2.ª Gra. "Gonçalves
 Dias" onde a mesma funciona. No final dos tra
 balhos, a Presidente, Prof.ª Antônia da Cunha Soares
 solicitou que fosse lavrado em ata o seguinte:
 o trabalho a ser elaborado para ser apresentado
 no II Seminário Nacional de Associações de Professores
 no será levado a efeito com a presença da
 autora, ou, na ausência desta, com o nome da
 autora, acompanhado do nome da expositora e de
 elaboradora na revisão do trabalho. E, nada mais
 havendo a constar no momento, eu, Leoni Irene d
 Sá, Secretária Geral, lavei a presente Ata que
 será assinada por mim e todos os presentes.

Sp. Luiz, 14 de agosto de 1976

Leoni Irene de Sá

Antônia de Cunha Soares

Maria Bernadina de Jesus

Maria Marlene Leida Guara

Paulo Roberto

Antônio Frederico Feres

Ata número seis da Direção
 Simpatia da Associação dos

Professores do Estado do Maranhão
versando sobre assunto referente
à participação de representantes
da APEMA no II Seminário Nacio-
nal de Associações de Professores.

Em vinte e um de agosto do
ano de mil novecentos e trinta e seis, às nove
horas, em uma das salas do Paço Maranhense, is-
tu, na sala da Vice-Prefeitura, reuniram-se os mem-
bros da Diretoria para tratar o seguinte: A Presi-
dente, dirigindo os trabalhos, solicitou a presença
da Tesoureira Geral às reuniões para que a preside-
ncia, juntamente com a mesma, tenha o contri-
buído geral das atividades ficasse determinado, nessa
reunião, que a importância devida pelos profes-
sores no dia da primeira Assembleia Geral, de do-
ze cruzeiros, foi dada como auxílio para as pri-
meiras despesas, concluindo-se, também, que a taxa
de inscrição seria de 900,00 (dois cruzeiros), e, que o
valor da mensalidade dependeria da Comissão de
Estudo do Anti-Projecto do Estatuto, que se comprome-
tem de entregá-lo no prazo determinado. O Prof.
Mário Bernardina de Jesus, comunicou que o Prof.
Therazy Moron de Carvalho, Presidente da Confederação
de Professores do Brasil, foi eleito Vice-Presidente da
Confederação Mundial de Organizações de Professores.
A segundo Vice-Presidente da APEMA, Prof. Mário
Bernardina de Jesus, comunicou, nesta reunião, que
havia enviado para a Confederação de Professores do
Brasil, o seu trabalho com o tema: A Função
Social das Associações de Professores para ser a-

apresentado no II Seminário Nacional de Iniciação de
 Professores, por sua inteira responsabilidade, e que f
 a Presidente, Prof.ª Em. Antônia de Lacerda, de
 var, que se a Prof.ª Maria Bernadina de Paiva, de
 o seu trabalho individual sem aprovação da Dire
 ção, que deveria ser o parecer sobre a aprovação de
 mais que fosse enviado pela Associação, e que a
 regida do acordo, a Entidade, em seg, e por meio
 dos Professores do Estado do Maranhão, não tem a
 necessariamente da promessa de trabalho à E.P.E., por
 co esta aceita pela maioria dos professores, pois
 considerando-se que a Prof.ª não aceita a colabora
 ção no trabalho, logo, os nomes, a título de
 eleição e revisão de nome, pelo membro da
 concluído se, assim, que o trabalho enviado n
 requisição e pessoalmente da mesa diretora
 O Prof. Victor Góes Bonty e o Prof. Walter Estima
 Martins, supracitados, em seguida, pela a
 potência do trabalho em grupo para o assina
 mento de uma entidade. Encerrando esse assun
 to a Prof.ª Maria Bernadina de Paiva justificou a
 mando que algum lugar, apenas, quem não
 um benefício à Associação dos Professores do
 Maranhão. A equipe registou a lista de pessoas
 pessoas que trabalham com o devido trabalho
 legal para o exercício de magistério. É nec
 o devido cumprimento da legislação, mas
 para o ingresso em nossa Associação, por
 opinião geral. E, para constar, eu, para a
 Secretaria Geral, darei a seguinte lista que
 assinada por mim e por todos os presi
 que contribuíram para as conclusões acima

São Paulo, 21 de agosto de 1946.
 Res. J. J. de São
 Antônia e Corunda Soares
 Maria da Valente Mendes Santos
 Victor Githens Bandy
 Maria Maurine Leida Guaiú
 Walter Liberman Martins
 Maria Bernardino de Jesus
 M^{rs} Estelina Netto Pereira

Alta número este das reuniões
 da Diretoria Provisória da Associação
 dos Professores do Estado do Paraná
 para abordar assuntos relativos
 ao de insucesso, correspondência
 programática social e programação
 para as festividades do Dia do Pro-
 fessor em 15 de Outubro de 1946.

Em vinte e cinco do mês de ago-
 to do corrente ano, reuniram-se os membros da Diretoria
 no palacete da Vice-Diretoria do "Colégio Paranaense", quando
 abordaram os seguintes assuntos: houve perguntas re-
 lative ao R\$ 10,00 (dez cruzeiros) que os professores no dia
 da 1^a Assembleia Geral ofertaram para as primeiras
 despesas da APEPPA, quando perguntaram, os presen-
 tes, se a mencionada importância seria como edota-
 ção ou ficaria como taxa de inscrição? A conclu-
 são foi de que ficaria mesmo como edotação pa-
 ra as primeiras despesas. Concluiu-se, também, que
 o controle do número de inscrições ficaria a cargo
 do 1^o Tesoureiro, que após realizar as falés dos
 membros edotação-dies na realização das inscrições,

Maranhão, discutindo tratar de assuntos referentes às promoções sociais

Nos vinte e sete dias do mês de agosto do ano em curso, na sala da Associação do "Leão Maranhense", reuniram-se os membros da Diretoria da APEMA para tratar de assuntos referentes às promoções sociais e recuativas do exercício, com finalidade de organizarmos uma programação para realização de uma excursão à cidade de Belém, em ocasião da festa de Início, quando a equipe embarca qual seria o melhor dia para entrar em contato com os líderes da Assembleia Legislativa com finalidade de conseguirmos condução para a cidade de Belém, ficando marcada a data de trinta de agosto de ano em curso, às quinze e trinta horas, sob o leão Maranhense, para reunião da equipe assim formada pelos Professores Conceição de Almeida Bandeira de Melo Rodrigues, Maria Bernardina de Jesus, Maria Marlene Leida Quadri, Maria Salete Moraes Santos e Maria Esteliana Melo Pereira, equipe esta que entrará em contato com a Assembleia Legislativa. Com esta finalidade, o Prof. Walter Ribamar Martins sugeriu que fizéssemos uma pesquisa nas agências de turismo para podermos obter preços de hotéis e serem indicados aos professores associados. O Prof. Walter Ribamar Martins sugeriu, ainda, que organizássemos uma equipe para solicitar passagens nos seguintes setores: DNER, Beneficência, APEMA, CENAR, CERVANAR, COCIVH, no sentido de adquirirmos passagens a serem portadas entre os professores associados. Considerando o adiamento de hora, a Prof. Conceição Bandeira de Melo Rodrigues

ques, presidindo esta reunião, em virtude da ausência da Presidente, declarou como encerrada a reunião. E para constar, em Lei June de São Sebastião Geral, lazei a presente Ata que depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e todos os presentes.

São Luís, 27 de agosto de 1946

Lei June de São

Maria dos Santos Mendes Santa

Maria Nalva de Sá

Walter Ribamar Monteiro

Aluísio

Maria Esterlina Netto Pereira

Ata número nove da Diretoria Provisória da Associação dos Professores do Estado de Maranhão, tratando de assuntos diversos sobre: respondências e programações para as festividades do dia do Prof.

Os quatro dias do mês de setembro do ano em curso, reuniram-se os membros da Diretoria Provisória, para a presidência da Sra. Antonia de Almeida Soares, Presidente da Associação, nove horas, no salão da Vice-Diretoria do Rio Maranhense, quando foram abordados os seguintes assuntos: comunicar aos Secretários da Educação e da Viagem e Obras Públicas, comunicando a fundação da APEMA e agradecendo a colaboração na viagem dos participantes no II Seminário Nacional de Professores de Professores, quando cada um deixar uma passagem aérea

da e volta a Porto Alegre; encaminhado à Presidente da Com-
issão dos Professores do Brasil e Presidente do Centro de Pa-
dres do Estado do Rio Grande do Sul sobre os nomes
de outros participantes no grupo de Seminário; necessidade
de fazer de um parecer da ficha de inscrição para
que ficasse no arquivo desta Associação; realizamos
a leitura do cartão enviado pelo Deputado João Ribeiro
para Machado em resposta ao ofício circular número de
barra número e seis de #PEPA; iniciamos a determi-
nação da equipe para elaborar o programa das
atividades para o Dia do Professor, surgindo inicialmente
os nomes dos professores Alexandre Baldo, Walter Roberto
Martins, Reij Tume de Sá, Maria Bernadina de Jesus
Angélica Ribeiro Cruz e Maria Estelina Neli Pereira que
pensaram logo na celebração de Massas em honra de
Gregas, apresentando de grupos folclóricos, exposições de
livros, etc. O Prof. Walter Roberto Martins observou que foi
ao Departamento de Estado de Rodagem para ver a con-
dição de transporte para a cidade de Blumenau quando
foi informado pela direção que haveria necessidade
de uma carta de apresentação oferecida por um de-
putado. Em vista de termos que realizar o progra-
ma para o Dia do Professor, a equipe, resol-
veu, por maioria, que a viagem para a cidade
de Blumenau ficaria para outra oportunidade, dada a
verdade mais a tratar, em Reij Tume de Sá, Secretário
Geral, farei o presente ato que vai assinado por
mim e todos os presentes.

João Lyrio, 04 de setembro de 1976

Reij Tume de Sá

Antônia de Souza Soares

Maria Markus Bida Garcia

Álvaro de M. B. Rodrigues
 Walter Liberman
 Alicia Bernabé de Jesus

Antônio Araújo Feneir

Um número dez de Relatoria
 Provisória da Associação de Pro-
 fessores do Estado de Pernambuco para
 tratar de assuntos referentes ao ex-
 número de sessenta e quatro e sete
 sobre a situação e seus da C.P.B. e li-
 turia do Projeto enviado pela C.P.B.
 no desenvolvimento das atividades
 da APEVA...

Em onze de setembro de mil e
 trezentos e setenta e seis, realizou-se a reunião
 nas, no salão do Vice-Intendência da Associação
 do Estado de Pernambuco, mais um conjunto das
 Relatoria Provisória para abordar os seguintes as-
 suntos: A presidente passou o cargo para a
 Maria Bernadina de Jesus, considerando que
 a Vice-Presidente e Presidente tiveram que
 deixar para participar da II Sessão da
 Associação de Professores a qual se realizou em
 Recife de quinze a dezesseis de setembro
 de sessenta e seis. O número de sessenta e quatro
 sete da C.P.B. de projeto número dez e sete
 e seus da C.P.B., explicando o estado do
 grande desenvolvimento as atividades da III
 em São Paulo, incluindo com representantes de
 C.P.B. nos seus as autoridades locais de sua

a constituir melhor a APEMA em nosso Estado, incentivando o associativismo através de palestras com os Professores do Estado de Maranhão. Este reunião foi presidida pelo Prof. Dr. Antonio de Almeida Soares. Para concluir, eu, dirigindo-me, não mais tendo a falar, levi a presente Ata que vai assinada por mim e todos os presentes.

Foi feito. M. de setembro de 1946

Levi Gomes de Sa

Quirino de Almeida Soares

Maria Martins Costa Gomes

Maria Bernardina de Jesus

Maria Esterlina Mello Pereira

Victor Furtado Couty

Ata número onze das reuniões da Comissão Provisória da Associação dos Professores do Estado do Maranhão que versará sobre o pagamento sobre as festividades para o Dia do Professor.

Em reunião de dezasseis de setembro do ano em curso, às dez horas, no salão da Diretoria de "Lacerda e Maranhão", presidida pelo Prof. Maria Bernardina de Jesus, 2.ª Vice-Presidente da APEMA, em substituição à Presidente e 1.ª Vice-Presidente que partiram para Porto Alegre foram tratados os seguintes assuntos: a Prof. Maria Bernardina de Jesus organizou a primeira homenagem para realização da apreciação dos membros da Diretoria, organizando esta para as festividades do Dia do Professor, incluindo Missa em Ação de Graças, na Igreja da S. ou "São João", organizando-se uma equipe para



Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
 Oficial de Registro
 Dr.ª Najla Maria Aguiar de Azevedo
 José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
 Maria Dalva Montelo Corrêa
 Substitutos

CERTIDÃO

Certifico, por solicitação da própria parte interessada, que revendo nos arquivos de **REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**, no Livro A nº 10, verifiquei constar o registro do teor seguinte: **ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO – APEMA**. Ata n.º 1 um da Assembleia Geral realizada em vinte e nove de junho de mil novecentos e setenta e seis para fundação da Associação dos Professores do Estado do Maranhão, bem como, objetivando também a eleição da Diretoria provisória. Aos vinte nove dias do mês sexto do ano em curso, de junho de mil novecentos e setenta e seis às nove horas no prédio onde funciona o Centro de Ensino de 2º Grau “Liceu Maranhense” reuniram-se professores das escolas públicas e convidados especiais, incluindo orientadores pedagógicos, após, convocação geral realizada pela Comissão anteriormente instituída, com finalidade de fundar a Associação dos professores do Estado do Maranhão. Os presentes escolheram, por aclamação o prof. Mário José Dias Carneiro para coordenar os trabalhos, e a prof. Léa Irene de Sá para secretariá-lo. Fizeram parte da Comissão para tratar do processamento da Fundação da Entidade as seguintes pessoas: Prof. Miguel Arcângelo Bernardes Filho, Profª Maria da Anunciação Ferreira de Souza, Prof.ª Maria Salete Menezes Santos, Profª Maria Marlene Leda Guará, Profª Maria Bernardina de Jesus, Profª Conceição de Maria Bandeira de Mello Rodrigues, Profª Maria Estelina Mello Pereira, Profª Antonia de Arruda Soares, Prof.ª Walter Ribamar Martins, Prof. José de Ribamar Rodrigues, Profª Mário José Dias Carneiro e a Profª Léa Irene de Sá. O coordenador solicitou a Prof.ª Conceição de Maria Bandeira de Mello Rodrigues a expor os objetivos da Entidade a ser criada, já escritos em minuta, para serem analisados e completados pela Assembleia que os definiu conforme discriminação a seguir promover a integração dos professores que lecionam, nas escolas oficiais localizadas no Estado do Maranhão, defender dentro dos princípios legais, diante dos poderes públicos, autoridades administrativas e jurídicas os interesses da classe e dos associados relacionados com sua vida funcionadas com sua vida funcional, proporcionar meios e condições de atualizações de atualização, aperfeiçoamento profissional e cultural da

Cantuária
de Azevedo
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial de Registro
Dr.ª Najla Maria Aguiar de Azevedo
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Maria Dalva Montelo Corrêa
Substitutos

classe, colaborar com os poderes públicos e entidades na solução dos problemas de âmbito educacional, promover excursões, cursos, palestras e reuniões de caráter pedagógico, cultural e recreativo no território nacional, solicitar, perante as autoridades públicas melhores condições de trabalho com fundamentos técnicos de acordo com as exigências da educação integral, promover congressos educacionais no território nacional e neles fazer-se representar enviar esforços que visem ao crescimento e fortalecimento da entidade, proporcionar assistência técnico jurídica, social e médica, geral enfim aos seus associados, realizando, anualmente no dia da fundação da Entidade, sessão solene comemorativa, assim como no dia quinze de outubro comemoração do dia do Professor o prof. Miguel Arcângelo Bernardes Filho apresentou a proposição sobre a taxa de um virgula cinco por cento sobre os vencimento do professor para pagamento das mensalidades, conforme os graus de ensino tendo ficado resolvido que seria definido e estabelecido o quantum a ser pago no estatuto, na mesma ocasião houve a aprovação da sigla da Associação como sendo APEMA. Foi aprovada por unanimidade a proposição de que todos os professores, além dos que assinarem a Ata de Fundação que participaram de reuniões extra, conforme folhas de frequência, anteriores a data de fundação, que participaram das Assembleias Gerais para aprovação da Entidade, serão considerados sócios fundadores, inclusive os que participaram da reunião realizada durante o décimo segundo congresso nacional de professores realizado na cidade de Curitiba no Estado do Paraná no período de trinta e um de janeiro a sete de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis reunião com finalidade de incentivar os professores dos estados que não possuíam Associação de professores. Após definidos os objetos, o coordenador em meio de aprovação geral, considerou como fundada a Associação dos Professores do Estado Maranhão. Considerando o adiantado da hora, as horas as doze horas e cinquenta minutos, o coordenador, com apoio da Assembleia Geral, suspendeu a reunião para continuação no dia três de julho de mil novecentos e setenta e seis quando, novamente as nove horas estavam reunidos os professores para tratar de assuntos referentes a Fundação da Associação, data em que numa das salas do Centro de Ensino de 2º grau "Liceu Maranhense" em continuidade usou da palavra o Prof. Mário José Dias Carneiro, dizendo da importância da reunião, apresentando as razões pelas quais os

(Handwritten signature)

Cantuária de Azevedo

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial de Registro
Dr.ª Najla Maria Aguiar de Azevedo
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Marin Dalva Montelo Corrêa
Substitutos

acelerar o desenvolvimento da Associação. Pediu a palavra o prof. Alexandre de Jesus Botão Melo alertando os professores para não se omitirem na luta pela consecução dos objetivos da APEMA a partir daquele momento que era mais um momento histórico do "Liceu Maranhense". Usou da palavra o prof.º Celso Rabelo, Suplente do Conselho Fiscal, que frisou de necessidade imediata da aquisição de fundos para as primeiras despesas quando foi estipulada a importância inicial de dez cruzeiros para cada participante cuja arrecadação foi realizada pela Profª Maria Esterlina Mello Pereira, 1º Tesoureiro, que liberou a importância de cinquenta cruzeiros para que fossem enviados três telegramas, um para a congregação de Professores do Brasil CPB, dirigida pela Prof.ª Thereza Noronha de Carvalho que muito nos incentivou para a criação da APEMA, um dirigido a União de Professores do Estado do Espírito Santo. UPES e outro ao Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul CPERS, cujos representantes das duas Associações de Classe, muito incentivaram os membros da comissão de elaboração do anteprojeto do Estatuto da APEMA, no final da reunião ficou determinada, pela presidente próxima Assembleia Geral será no dia sete de agosto do ano em curso. Nada mais havendo a tratar, no momento eu Léa Irene de Sá. Secretária Geral, após aprovação geral lavrei a presente Ata que irá assinada por mim e todo os presentes. São Luis, 03 de julho de 1976. Léa Irene de Sá Antonia de Arruda Soares, Conceição de Maria Bandeira de Melo Rodrigues, Maria Bernardina de Jesus, Maria Marlene Leda Guará, Walter Ribamar Martins, Elenice Bezerra Melo, Luiz Raimundo Ramos Leão Manira Abound Santos – José Clodomir Caldas de Silva Miguel Arcângelo Bernardes Filho, Maria Esterlina Mello Pereira Carlos Alberto Bayma Saade, Ruth Maria, Diniz Cunha, Maria Thereza Cabral, Ismeria, Marques da Silva Maria de Salete Menezes Santos Celso Franco Rabelo Joaquim José Santiago Cabral-Vera Lúcia Lobato Almeida Marlene Fontoura Chaves, José Carlos Martins Tavares, Mario José Dias Carneiro, Noemia Damous Fontenele Feijó Domerval Moreno, Filho Maria do Socorro Costa Souza Raimunda Costa de Salles Soares Sebastiana de Carvalho Pires – Marcelina Henriques dos Santos Castro, Mariovilma Rios Mariz, Ana Lidia Sanches Silva, Antonio Anacleto Ferreira, Adilson Teodoro de Jesus, Conceição de Maria Nunes Mourão, José Luís da Silva Angélica Ribeiro Ory, Maria Rita Santos, Ceci da Mota Fernandes Ilka Diniz Sauáia, Victor



Cantuária
de Azevedo

REGISTRO CIVIL e PARTIDAS JUDICIAIS

Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial de Registro
Dr.ª Najla Maria Aguiar de Azevedo
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Maria Dalva Montelo Corrêa
Substitutos

Gittens Bouty, João Batista Muniz Barros, Alice Amata Peres, Liane Estrela Sá, Luiz Gonzaga de Alencar, Júlio Elias Pereira, Eulina Sousa Maranhão Antonio Bibiane dos Santos, Ronad Carvalho Mary Costa Teixeira Abimael Ascensão Ribeiro, Marilene Simões, Orlandex Pereira Viana, Alexandre Botão Melo, Iane Viana de Carvalho Leão, José Ribamar Rodrigues, Hortência do Espírito Santos Soares Cordeiro, Maria da Gloria Coelho Cabral, Maria Cecília Cantanhede Dutra, Maria da Graça Cutrim Belfort, que Luiza Nazareno Ferreira, Domingos Ferreira da Silva Reconheço a firma de arruda Soares. Maranhão 26/08/77. Em test. da verdade estava o sinal público de Dr. Tito Antonio de Sousa Soares Tabelião. Tabelionato de Notas do 1º Ofício. Rua Candido Mendes 64-B. São Luis Maranhão Brasil. Apontado sob o n.º 61.452 de ordem do protocolo no dia de hoje e com o n.º 2.469 de Registro no mesmo dia. Apresentado pela Associação dos Professores do Estado do Maranhão. Nada mais se continha no documento aqui registrado e se acha conforme original que conferi. São Luis, 29 de Agosto de 1977. É tudo quanto se contém no registro em livro acima citado que fielmente me reporto e dou fé.

São Luís, 21 de janeiro de 2016.



CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil e Partidas Judiciais
(Signature)
Maria Dalva Montelo Corrêa
Substituto

VALIDO SOMENTE COM O
SELO DE FISCALIZAÇÃO

ANEXO B

**Entrevista realizada com o Prof.º ANTÔNIO ADAILTON MELO DE CARVALHO
em 21 de janeiro de 2016, ÀS 9H33, professor aposentado e militante de base
da APEMA**

Apresentação

Meu nome é Antônio Adailton Melo de Carvalho, eu entrei para o Estado em 1974, através de uma seleção que houve pra gente fazer cursos de Iniciação para o Trabalho. Naquela época eles chamavam Iniciação para o Trabalho que era os cursos profissionalizantes, né?! E aí, eu fiz o curso em Brasília, cheguei e fui trabalhar na Escola Modelo, trabalhei lá até 1982. Aí por problemas de... serviço na TV Educativa, eu deixei a Escola Modelo e fiquei no CEMA, porque antigamente era CEMA, né? E fiquei até 1999. Foi quando minha mãe faleceu, e aí eu não fiquei muito bem, pedi demissão; foi aquelas demissões voluntárias que vieram e “eu aproveitei” e fui enganado pelo governo Fernando Henrique... Mas, tá tudo bem, com fé em Deus a gente vence tudo né?! Pois é, e nesse período de Estado, foi um período bom porque foi quando a gente iniciou as lutas... iniciaram-se as lutas para a implantação de estatuto, também do município, foi o primeiro estatuto que a gente lutou, foi por esse do município, e graças a Deus ele foi implantado, e é o que tem ajudado; inclusive, na época ajudou o Estado também, porque pela implantação do Estatuto do Município, depois o Estado lutou também, pra que com João Castelo, obtivesse a implantação; eu não sei bem, eu não conheci esse Estatuto do Estado como foi, mas, sei que segundo as lutas lá, valeu a pena porque se passou a ter uma base, porque antigamente tudo era por aula, hora-aula, e era uma dificuldade, não desse aula não tinha salário, dia que adoecia não tinha salário, era uma dificuldade, pensa? E a política tá aí pra ajudar né? Nem sempre ajuda, mas, na hora que a classe se fortalece, se une, consegue alguma coisa; agora a classe é muito desunida, uns puxam para um lado... é política, tudo é política; e dentro da educação tem muito isso, professores também tem seus lados, aí se divide, tem hora que se une de novo aí é uma confusão horrível, (risos) mas, vale a pena, né? Vale a pena... de qualquer maneira eu sempre gostei, enquanto tive na ativa, eu sempre estive ligado à associações... por último já... no município, já em 2004, já quase me aposentando, ainda tentei novamente, lá na ... APEMM, do município, quase como APEMA, né? Aí virou sindicato, foi uma confusão e foi a última chapa que a gente ainda concorreu, porque eu nunca tinha concorrido realmente, aí concorri nessa do Município, ajudando um colega que eu tava como vice dele... ganhamos mas, não levamos ... política ... ganhamos mais não levamos. Aí quem ficou lá foi Lindalva Batista, que era muito dali, dá, dá LucimáGoes, apoiada por ela e tal, e apoiada por um deputado lá de Ribamar e a Desembargadora Etelvina... então eles levaram essa ... e assim começa nossa história, né?!

Bauer e Vanessa Dantas: Professor, quais foram os principais embates entre a APEMA e o Governo? O senhor tem lembrança?

Prof. Adailton: Olha, começou na realidade, com, me parece que a lei que chamavam Lei do Cão, quando quiseram demitir todos os professores nós fomos pra rua e passaram com a cavalaria por cima da gente foi um sufoco, bomba de gás, apanhamos mesmo na rua, mas, graças a Deus, os professores estão até hoje, muitos já estão aposentados, né? E valeu... Começou por aí a luta de classe

mesmo. A princípio era só a organização tentando se estabelecer, chamar professores a se filiar porque ninguém tinha conhecimento quase, começou com 150 professores lá no Liceu Maranhense, quando a associação começou foi no Liceu, com 150 professores... Quando Anacleto recebeu, aí me parece que já passou pra 2 mil professores né? Já cresceu, teve um avanço muito grande, e quando Lucimá recebeu, já estava um número bem maior, uns 4 mil e poucos professores. Sei que ela foi crescendo de vagar, mas, com muita luta e passou também pra o interior, interiorizou...foi os núcleos, e já no comando de Lucimá né? A Lucimá foi uma pessoa que influenciou muito na vida da APEMA, né? Até nessa transformação aí, já, pra sindicato, já foi na gestão dela, me parece... ela monopolizou muito tempo ali dentro, né? foi boa mais nunca agrada todo mundo, né? Agente sabe que qualquer administrador não é cem por cento, até porque não pode ser... E foi assim, ela dirigiu, nós fomos a... eu fui só nesse congresso, foi o primeiro que eu fui, e foi na época que ela concorreu a um dos cargos da CPB, ela concorreu e ganhou; ela estava disputando com um rapaz da Bahia, com um professor lá da Bahia e devido ao nosso trabalho aqui, eu apresentei o trabalho dela lá no Congresso do Rio Grande do Sul e por essa apresentação ela foi eleita, porque foi o que valeu, foi a apresentação do trabalho dela: do conjunto, da obra que ela montou aqui pra gente dizer que ela merecia a vaga na CPB; porque na realidade ela trabalhou, ela depois andou tendo certos problemas, mas, ela trabalhou pra que a APEMA realmente crescesse e chegasse onde chegou, e ela foi membra da CPB, foi eleita; eu não me lembro bem, mas, parece que foi em 1986, não tenho bem lembrança do período.

Bauer e Vanessa Dantas: Como eram escolhidos os representantes da delegação maranhense que participava desses congressos?

Prof. Adailton: Olha, que eu me lembro bem, era pela participação dentro da APEMA, né? Quem atuava, quem ajudava, quem queria o crescimento da entidade, é... e tinha que comprar sua passagem... A APEMA não financiava assim não, alguns talvez tivesse ajuda, não sei... a minha passagem foi ela que me deu, porque eu realmente não tinha condições de ir, estava com filho pequeno, né? as criança tal... Aí ela disse assim: - Não, eu preciso de ti lá e eu consigo tua passagem e tal; e realmente foi ela que me concedeu a passagem e eu fui... foi em Porto Alegre... E na realidade era assim, as pessoas mais de frente, né? Na ajuda, assim, nas batalhas, é que ela convidava porque ela tinha consciência de quem poderia, né? Não havia uma eleição, mas, ela convidava vários, e as pessoas que se dispunham a ir, ela dizia: Oh! Compra tua passagem, a gente pode ajudar, pode facilitar, encontrar alguém que colabore, mas, cem por cento a gente não pode ajudar... Porque a APEMA tava começando né? E era assim, não tinha praticamente eleição, que eu me lembre não tinha, pelo menos pra mim não teve, e quando eu soube, foi ela que me convidou, e insistiu que eu fosse, queria que me queria lá, e nessa ida, a apresentação do trabalho dela fui eu que fiz, a apresentação do trabalho dela lá em Porto Alegre, e foi o motivo dela ganhar a vaga da CPB; porque o outro candidato também era muito forte, trabalhou muito, mas, o pessoal gostou dela... e apresentação era falando da atuação dela, e da política sindical como líder aqui do Maranhão, representava também o município, naquela época a APEMM ainda estava muito fraca e estava muita gente ligada ao Estado; então o Estado pegava a maioria dos professores do município; e eu como era dos dois na época, aí eu conheci todo o trabalho, acompanhei desde a fundação com a professora Antonia no Liceu, eu sempre ia. Teve também a Iani, foi até candidata pelo PMDB... Anacleto,

era professor do CEMA, da Rosa Castro, era do Estado, ele era um excelente professor; e conheci Isaurina Barreto, era uma lutadora demais, sempre lutou, lutou junto com a gente... depois ela se dividiu com a Lucimá, elas se estranharam, foi pro PT, foi desse jeito.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor tem lembranças das principais discussões nesses congressos da CPB?

Prof. Adailton: Não, não me lembro mais assim... olha, eu não estou bem lembrado, eu sei que estava muito em voga na época, a luta pela implantação do estatuto, era a base; estavam querendo igualdade de salário pra... isonomia salarial, estava nessa luta de isonomia salarial e, também, a modificação da lei do ensino, estava mudança da 5.692, pra uma outra, foi nesse período aí que estava... estava muita coisa aí em cima dessa lei que ... estavam querendo modificações, mas, a maioria estava em cima de isonomia salarial... que além da isonomia tinha a luta pela estabilidade, e teve também a luta pedindo a liberação dos grêmios estudantis que era pra poder reforçar, porque os grêmios tinham sido proibidos no período ditatorial, então foi uma luta também pra que isso voltasse e tal, tanto é que quando Sarney assumiu, ele liberou os grêmios estudantis nas escolas; mas, a luta maior foi a eleição para diretor de escola, foi uma das grandes lutas pra diretor de escola ser eleito pela classe, isso lá na CPB; tanto é que quando nós chegamos aqui, nós tivemos uma luta imensa, começou no CEMA isso, a primeira luta pra diretor de escola; na Cohab teve uma luta horrível, inclusive, eu fui transferido de lá, jogado pra outro lugar, pra poder me afastarem do cargo, nós também ganhamos e não levamos, isso foi em 1986, foi horrível porque esse período o Sarney estava já presidente, e nós ganhamos a eleição, mas, como a que ganhou em segundo lugar era querida do pessoal deles, do Sarney, e, tinha a professora de educação física... meu Deus ela até faleceu... que ela era filha de uma moça que trabalhou na casa de Sarney, né? Então, por trás elas foram e conseguiram tirar a colega que tinha sido eleita, inclusive, foi muito triste porque ela saiu acusada, porque ela era a diretora, e era pobre, era escura... negra, aí ela foi acusada, mas, todos nós fomos depor a favor dela, ficou livre da acusação e tal, e a outra assumiu o cargo... Kátia, né? Katia que assumiu o cargo e... é incrível porque as coisas de Deus são muito sérias; em poucos dias ela sofreu um acidente na Estrada de Ribamar, se quebrou toda, ficou cega, foi um período horrível, deformou, ela era linda, deformou toda, da virada do carro, batida lá na traseira de outro, ficou mal da vista e tal, e tudo se atribuía a isso, porque foi uma confusão muito gerada ... muito grande, contra essa colega que tinha ganho, ela ganhou com uma maioria enorme, foi 75 votos contra 12, me parece, mas, mesmo assim ela não levou. Começou daí essas lutas pela direção... aí lá no Maiobão onde eu estava trabalhando também, de lá eu fui transferido pro Anjo da Guarda, vê: eu morava no Maiobão, trabalhava no Maiobão, fui jogado para o Anjo da Guarda, tudo por causa dessas lutas, né? Porque lá também nós começamos movimento de Grêmio Estudantil, querendo reativar os grêmios, que eu sempre gostei, e a diretora me transferiu, me colocou lá pro Anjo da Guarda, e foi horrível... e assim foi nossa luta aí toda, né?

Bauer e Vanessa Dantas: Temos a impressão que a APEMA começa mais como uma associação recreativa, e que a partir de um determinado momento, ela começa a levantar certas bandeiras, como estas que o senhor acabou de nos descrever.

Como o senhor vivenciou todo esse período de organização da entidade, o senhor lembra, qual foi a luta que deu forças pra categoria levantar outras reivindicações?

Prof. Adailton: Olha, foi a partir de 1976, que eu me lembre. Não, 1978, com a implantação do estatuto do Município, começou em 1978. O vereador José Joaquim, que é muito João Castelo, até hoje, nunca perdeu um mandato, de 1974 até hoje José Joaquim é vereador, de 1974 até hoje ele é vereador sem perder um mandato. E ele foi o braço forte de Lucimá nessa questão do estatuto do Município. Mas, na realidade ele não se implantou logo de uma vez, porque eu não me lembro quem era o prefeito, aí sei que... era Mauro Fecury, me parece, aí quando entrou a Gardênia, aí houve um problema sério. Quando entrou Gardênia, impuseram o estatuto na garganta dela... porque o candidato que concorreu com Gardênia mais forte, era o candidato Jabes Santana e apoiado por Sarney, e perdeu. Os vereadores, a maioria, eram Sarney. E Gardênia foi eleita, aí, o que é que acontece: quando ela ganhou a eleição, os vereadores, a maioria sendo Sarney, se reuniram rapidinho pra implantar o estatuto. Aplicaram o estatuto, me parece que a base salarial era 21 salários mínimos, tinha condição? Não tinha condição. Ela chorou, fez de tudo mas, ela não implantou na sua totalidade; nunca pagou porque não tinha condição... isso só veio mudar novamente... esse estatuto, ele veio mudar com a posse da eleição de Jackson no primeiro mandato. Aí veio mudar a história do estatuto, porque aí, a maioria, os vereadores, já tinham muito, porque era Mauro Bezerra, que era deputado e tinha um irmão de Mauro Bezerra que era vereador, não me lembro o nome dele, sei que era Bezerra também, aí esse juntamente com Manoel Ribeiro e outros se reforçaram em José Joaquim, se reforçaram pra implantar o estatuto realmente na base que está hoje. Aí já foi com Jackson que acertou uma base, me parece que é cinco salários e ficou até hoje. Já foi já com Jackson ligo que veio ter essa melhora.

Bauer e Vanessa Dantas: Nos primórdios da APEMA houve uma série de relações com o governo do Estado, inclusive, algumas estavam associadas a obtenção de recursos para aluguel da sede ou mesmo que pudessem favorecer a manutenção física da entidade. Como essas relações eram caracterizadas naquele período, havia algum tipo de apoio político aos governantes de então?

Prof. Adailton: Não, o que eu me lembro é o seguinte: a gente como categoria nunca pode se declarar apoiando partido nenhum, né? Principalmente "Poder". Ele, me lembro que essa época com a Professora Antonia, ela uniu pra fundar, aí quando ela... ela já era bem de idade... quando ela passou pro Anacleto, o Anacleto era muito categoria, muitoooo... mas, ele tinha muita amizade; foi quando ele conseguiu esse prédio, que hoje funciona lá na rua Henrique Leal. Ele tinha muito trâmite entre deputados e foi por intermédio de políticos que ele conseguiu, agora não sei... me parece... não me recordo bem... mas, foi uma doação... pra que eles pudessem começar essa reforma do Centro Histórico, né? E que começaria por esse prédio, entendeu? E aí houve o apoio de alguns deputados... eu me lembro bem... oh esqueci o nome desse rapaz... terminou aqui como vereador... foi uma tristeza porque esse cara teve tudo pra ser senador quando, quando, Castelo, ganhou pra, depois que saiu do governo, ganhou pra senador, era pra ele ser o senador, não me lembro bem o nome dele, do PMDB, que ele era muito querido e ele gostava muito de Anacleto, não me lembro o nome dele... ele era PMDB era junto com Cafeteira, depois se desentendeu, não sei pra onde ele foi, terminou como vereador, e assim

acabou... sei que eu não me lembro da APEMA dar apoio assim a algum deputado declarado, eles deixavam assim ao critério dos professores: “Vocês votam em quem vocês quiserem”, “Vocês são livres pra votar em quem vocês quiserem votar”, entendeu? Sempre Anacleto eu via colocar isso; Anacleto eu via colocar isso. Já no caso Lucimá, eu não sei se ela fazia, porque ela era muito inteligente, nesse sentido de política, ela trabalhava com a categoria de um jeito, e depois trabalhava... rapaz ela era, era, era, era horrível. Então eu não sei aí se por trás das cortinas... rapaz ela era danada, cearense né? Inteligente? Cearense é danado... Então ela trabalhava sempre na frente com um tipo de conversa, e eu acho que por trás ela deveria ter outro, porque mudava muita coisa, quando a gente pensava que tava indo para um rumo o barco virava pro outro lado, eeee, difícil, difícil, difícil... Mas, eu não me lembro de ninguém ter declarado voto assim pra apoiar governo, não me lembro.

Bauer e Vanessa Dantas: Quais são as suas lembranças do papel da primeira direção eleita da APEMA? Como se sabe a mesma foi realizada no dia 3 de julho de 1976, o senhor chegou a participar desse período, e se recorda dos pontos políticos e conjunturais que foram discutidos naquela oportunidade?

Prof. Adailton: Não, não, quando eu cheguei na APEMA de fato, a convite de Anacleto, já estava formada a APEMA, a diretoria já tinha se mobilizado, já estava... funcionava no Liceu, inclusive, tá entendendo? Era uma salinha lá do Liceu, e, quando eu cheguei, já estava, inclusive, uma briga lá, da Isaurina e a LucimáGoes pra tomar essa diretoria; elas se articularam muito cedo, eu lembro que Anacleto nem era presidente e elas já estavam tentando tirar da mão da professora Antonia pra mão delas. E isso durou um tempo, porque primeiro passou para o Anacleto pra depois elas chegarem lá. E, porque Isaurina era também uma batalhadora, igual a Lucimá, e tinha o marido político também, né? Aí ajudou muito nessa questão aí, mas, se eu me lembro bem, eu não vi como foi a formação dessa diretoria. Não sei se a professora Iani fazia parte, me parece que fazia parte com a Antonia; não sei bem, num me lembro disso porque quando eu cheguei lá Anacleto já estava auxiliando professora Antonia, fazia parte da diretoria, mas, não era presidente. E estava tudo bonitinho, funcionando numa sala, e eu acompanhei algumas discussões lá dentro vendo essas duas querendo já, “abarganhar” pra si a direção da entidade.

Bauer e Vanessa Dantas: A historiografia brasileira aponta que o Brasil estava vivendo em um processo de lutas pela superação do regime ditatorial naquela oportunidade. Como os trabalhadores em educação do Maranhão encaravam esse período? Havia algum tipo de resistência?

Adailton: Olha, nós fizemos várias passeatas por isso aí. Eu me lembro de uma que a gente foi fazer na Cohab, em frente a igreja, um movimento muito bonito. E lá, inclusive, Dr. Celso Coutinho que era dono do cartório que hoje tá com esse outro, fez um discurso muito lindo em prol dessa mudança, de, de, de, da mão do militarismo, entendeu? Se fazia muito pedido, até porque nós apanhamos muito, nós apanhamos desses aí que estava no poder mandando baixar a taca, não tinha medo não, era coisa séria.

Bauer e Vanessa Dantas: Em seus primórdios, em sua opinião, como a atuação da APEMA pode ser caracterizada (classista, corporativista, clientelista...)?

Adailton: Ela era classista demais, se metia... eu me lembro que o Sindicato dos Metalúrgicos, várias vezes apoiava a gente, a gente apoiava eles, entendeu? E a gente tinha apoio de outros sindicatos, já classistas, e a APEMA também apoiava; íamos lá, muita gente dos professores, íamos à luta com eles, né? Então era classista, né? Não tinha nada de pelego não, o negócio era sério, e por isso que chegou onde chegou. Hoje eu não sei como é que anda, mas, creio que lute pela classe. Eu me lembro da última campanha que o meu filho que já é professor hoje, me falou que... é o prof. Júlio, e não é uma pessoa que eu conheço pessoalmente, mas, acho muito séria, acho que é um lutador, e assistir uma vez só uma palestra com ele e admiro; porque acho que a categoria tem que ser unida e tem que ter representante sério, que não se debande por trocas, por favores, né? E acontece às vezes, mas, eu vejo a APEMA até hoje como uma organização séria.

Eu me lembro ainda do Sindicato dos Comerciantes, que também sempre teve apoio. Por exemplo, que na época teve um vereador, o Cleber, Cleber Gomes, parece, que foi o primeiro eleito pelo PT como vereador, e sofreu pra caramba, porque era só ele e tudo que ele falava era vaiado porque era muita gente contra, e sempre teve apoio também da categoria, e de outros sindicatos. Eles iam lá pediam nosso apoio, e sempre quando tinha um movimento da APEMA tinha muitos outros sindicatos apoiando; bandeira de todo lado a gente via; bandeira de luta dando apoio pra gente... esse apoio geralmente se dava nos momentos das passeatas que a gente fazia, eles estavam presentes, e vice-versa, ia aglomerando e a gente ia chegando, ia chegando, até forma a multidão.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical da prof. Antonia de Arruda Soares (1ª presidente da APEMA)?

Adailton: Olha, eu acho que foi muito importante pra nós professores, não digo só pra APEMA, pra categoria, foi realmente o pendão da esperança (neste momento o professor Adailton se emociona ao falar da professora Antonia Arruda). É porque ela era uma pessoa de coração de mãe, mãe muito justa, muito séria, e pela idade. Ela tinha naquela associação, assim, um amor tão imenso... Esses 150 professores quando eu conheci já estavam associados, tinham ela assim como uma deusa, porque ela era muito carinhosa, muito dócil, e todo interesse pra categoria, foi uma benção. Não podia ter começado de maneira melhor. Entendeu? E nessa época também, professora lanitava dando muito apoio a ela lá dentro do Liceu, tinha a professora Vera, uma professora de matemática até da universidade, que era professora do Liceu, batalhadora demais, já dava apoio também a professora Antonia. Então ela começou muito bem com esse grupo de apoio: Anacleto, Vera e Iani, tem uma outra que eu esqueço o nome dela, muito amiga de Rilma também, também com Iani, era muito assim com Iani. Sei que tinha muita gente lutadora lá no início dessa associação. Aí depois a gente foi passando o bastão, né? Vai se afastando um pouco, aí outros vão chegando, e assim foi.

Bauer e Vanessa Dantas: Uma das questões centrais colocadas para os membros da APEMA no início da década de 1980, foi a luta pela regulamentação e aprovação do estatuto do Magistério. Em sua opinião, quais foram os principais passos que levaram à sua aprovação? Qual foi a importância da aprovação do chamado Novo estatuto do Magistério para a categoria?

Prof. Adailton: Olha a importância foi muito grande porque a gente deixou de ser simplesmente um horista, né? E passou a ter realmente uma segurança do nosso trabalho; quer dizer, não tinha segurança nenhuma, até então, a gente dava aula por hora, o estado já tinha o... nomeava, e tal, mas, também não era um salário que a gente pudesse ter uma garantia porque era muito baixo. E com a implantação do estatuto, aí a categoria se sentiu mais fortalecida, entendeu? No estado, na realidade, tudo começou com esse negócio de estatuto com João Castelo, né? Eu me lembro que eu estava lá no Gonçalves Dias, Colégio Gonçalves Dias, e ele passou em algumas escolas falando da implantação do estatuto do estado, quer dizer, que segundo ele, já havia feito, entendeu? E por isso, deu uma garantia maior, a categoria não tinha segurança. Quando entrou o chamado estatuto, todo mundo sentiu, inclusive, o impacto dessa luta, todo mundo se sentiu orgulhoso de ter participado disso. Porque na realidade pra nós, era um ganho. No do município, por exemplo, que também foi uma luta da APEMA, apesar de ser do município foi a APEMA que lutou por ele, eu passei muitos anos condenado pelo pessoal do município porque alguns professores só tinham o segundo grau e ele achavam que a gente queria tirá-los da sala de aula, por mais que eu explicasse que a gente queria era a melhoria deles, porque o estatuto ia dar um prazo pra que todo mundo se formasse, entrasse no quadro, eles não acreditavam. Era 150 professores mais ou menos que me condenaram de todo jeito. Olha eu fui... dentro da Secretaria de Educação do Município, quando a secretária foi uma cunhada de Luiz Rocha, um professor puxou revólver pra me atirar lá dentro da sala dela... por causa desse problema dos não habilitados que a gente queria a implantação do estatuto, eram muitos professores leigos, e eles achavam que a gente tava querendo prejudica-los. E quando aconteceu a implantação, a segurança que eles puderam fazer o seu curso... Hoje todo mundo é meu amigo, graças a Deus, reconheceu, e tá todo mundo... tem gente melhor que eu, graças a Deus, e eu fico muito feliz, porque deu todo sucesso vem com luta, ninguém alcança sucesso de graça, né? Então foi uma luta que valeu a pena.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical da prof^a. Iani Leão?

Prof. Adailton: Olha, eu vou ser sincero, eu não lembro de Iani como presidente, eu lembro, assim: dela sempre presente nas lutas, junto de Anacleto, mas, não tenho lembrança dela como presidente. Não lembro, não.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical do prof. Anacleto Ferreira?

Prof. Adailton: Olha, o papel político e sindical de Anacleto foi muito bom porque ele era muito categoria. Ele não tinha muito a questão de... ele era amigo de todo mundo, mas, voltado pra categoria. Era um professor, também muito ligado à rede particular, ele era professor do Rosa Castro, muito querido pela professora Rosa Castro, e era muito amigo, e a categoria gostava demais. Ele fazia o que podia. Inclusive, naquela época tinha muitos professores começando, iniciando, e ele inclusive, criava curso lá dentro do próprio sindicato pra ajudar os professores a estudar lei, e tal, entendeu? Dá uma iniciação dentro da área do magistério,

conhecimentos sindicais, ele proporcionava isso... ele se preocupava não só com a formação continuada como com a formação política.

Bauer e Vanessa: E a Prof^a. LucimáGoes? O senhor teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical?

Prof. Adailton: Olha, essa daí foi totalmente diferente... porque ela foi que alavancou realmente a transformação da APEMA até para o Sindicato, né? Foi... foi importante, foi importante. É, porque não tem ninguém que não tenha seus defeitos, né? Eu não quero jogar nada que possa tirar o mérito dela de ter feito o Sindicato crescer. Defeito todo mundo tem, ninguém é perfeito. Então... só sei que ela foi importante para o sindicato que está aí hoje, tem muitas queixas, muita gente fala... eu tenho as minhas também, mas, eu só sei dizer que sem ela, o sindicato não seria o que é hoje. Poderia ser por outro, mas eu não conheci outro, eu conheci ela, então o que ela fez foi importante, entendeu? Agora tem aí suas falhas, que como todo órgão tem; não posso apontar onde, como, mas... Olha, ela era professora da universidade, da UFMA né? Isso já dava pra ela um maior conhecimento, era professora de matemática da UFMA. Então os outros só militavam na área de ensino de segundo grau, Liceu, Rosa Castro, como foi o caso de Anacleto; e ela já vindo da UFMA, ela já tinha uma visão maior, mais ampla, foi por isso que ela partiu para o sindicato, com essa visão maior, né? Que a universidade nos dá. Então ela já com essa visão, ela procurou abrir um leque, levar os professores a querer mais, inclusive, a estudar. Ela procurou fazer com que professora que só tinha o segundo grau se interessasse pra fazer uma universidade. Aí foi quando houve justamente a implantação do estatuto que deu essa oportunidade de pessoas fazerem seu curso superior, que tava dentro da lei, que ninguém podia ser demitido mas, tinha que se preparar pra dentro do período tal, estarem com seu curso superior, que tá dentro do estatuto. E ela teve essa influência toda. Esse leque de oportunidades que o estatuto deu através desse movimento que as pessoas tivessem maior visão que era necessário estudar. Ficar parado só porque já tinha seu empreguinho, ela não era a favor. Sempre ela quis que a gente tivesse uma visão maior.

Bauer e Vanessa Dantas: Existe alguma passagem dessa trajetória que você julgue importante ser lembrada?

Prof. Adailton: Olha, eu acho que as lutas realmente pela implantação do estatuto, isso não pode ser esquecido, porque foi um período de taca; de acocho; de policial em cima da gente, entendeu? Ainda era no período da ditadura e foi muito difícil. Na greve de 1985, eu não cheguei a ficar acampado na frente do palácio porque o nosso grupo, só podia chegar até a Livraria ABC, então nós ficamos ali acampados, e quem de nós passava levava chicotada direto... sobre essa greve, a princípio parecia preguiça, “ah, não querem trabalhar, vão fazer greve” disseram isso. Mas, se tinha em mente o que se queria. Que daí, inclusive, foi o movimento que levou a gente ao congresso de 1986, entendeu? Porque quando voltou as aulas, ninguém tava trabalhando, aí o governo viu e disse: - Tem que negociar... e negócio de cortar ponto tava muito pressionado. Se conseguiu negociar salário... Então, ela foi muito inteligente, ela deixava o grupo aqui e por trás ela ia conversar, ia procurar amigos e tentar apaziguar... ela queria a categoria como retaguarda dela, e ela sempre teve, ela soube jogar isso direitinho e conseguiu chegar onde chegou... depois se queimou por conta própria, mas ela foi longe... ela devia ter ido bem melhor, né?

Mas, esses movimentos são muito importante pra categoria. Olha eu lembro que minha filha tinha uma professora que era dessas professoras que não tinha muito compromisso com as aulas. Aí ela foi pra essa greve, quando ela voltou pra sala de aula, parecia que era outra, passou a dar aula de verdade, cobrar mais dos alunos, ganhou uma nova postura, de compromisso, responsabilidade. Minha filha disse: papai como foi bom pra professora essa greve, ela ficou tão bacana, os alunos se achegou mais, que ela se sentia um pouco distante né? E a greve faz a gente crescer muito, a gente aprende também. A gente não só critica, não só exige, mas a gente faz amizades, a gente conhece pessoas, professores que a gente não tinha relacionamento, e a gente passa a ter outra visão. É uma formação humana.

Olha, só pra encerrar, às vezes você vê o aluno, chega... porque eu vim de baixo, eu não tenho nada, mas eu sou feliz. Então quando você sai da roça, como nós saímos, lá do interior, aí você chega, pode ajudar as pessoas aqui, às vezes eu digo: o menino da cidade pobre, ele pobre mas, ele pensa que a capital é dele, por isso é que tem tanta perdição assim, porque pra ele tudo é fácil, assim, e no interior a gente não tem essa facilidade. Agora que os interiores estão bem melhores, estão bem mais, né? Uma certa estrutura, comércio... olha, eu nasci em 1950, até 1965, não existia transporte. Quando começou, em 1965, a chegar o transporte lá no interior, foi aquela patrulha pra fazer a estrada, parecia um gafanhoto, aquela máquina velha toda cheia de perna, e era gente a beça atrás... então era tudo muito difícil, e a gente tinha o interesse de ver aquele progresso, então, comecei ler, estudar, querer, e hoje a gente não vê esse interesse. Então se você desperta numa criança de quinta série, e faz dele um estudante mesmo, a gostar de ler, isso é muito bonito, é muito bom!

Entrevista realizada com o Prof.º José dos Santos Brussio, no dia 12/01/2016 às 9h30, na sede do Sinproesemma na rua Henrique Leal, no Centro Histórico de São Luís, Maranhão.

Apresentação

José dos Santos Brussio, atualmente Secretário de Finanças do Sinproesemma. Eu comecei a minha militância no sindicato de professores em 1987, ainda quando a entidade era APEMA.

Bauer e Vanessa Dantas: Existia algum tipo de organização com características associativas ou que procurasse representar os interesses dos professores maranhenses naqueles dias?

Prof. Brussio: No Maranhão, representando a categoria de professores públicos, não. Mas, nós tínhamos uma entidade que representava os professores a nível municipal (São Luís) que era a APEMM, era a Associação de Professores da Prefeitura Municipal.

Bauer e Vanessa Dantas: Você teria participado de algum congresso da CPB, quando e onde isso ocorreu?

Prof. Brussio: CPB - Confederação Brasileira de Professores, não. Eu só fui participar quando já havia sido transformada em CNTE.

Bauer e Vanessa Dantas: Como eram escolhidos os representantes da delegação maranhense que participava desses congressos? E quais as principais pautas trazidas por esses representantes?

Prof. Brussio: Na questão da CPB... Os delegados eram escolhidos em assembleias gerais em cada estado. E eu cheguei a ser delegado, mas, já era CNTE; já fui delegado também em congressos da CUT e da CTB.

Bauer e Vanessa Dantas: Nos primórdios da APEMA houve uma série de relações com o governo do Estado, inclusive algumas estavam associadas a obtenção de recursos para aluguel da sede ou mesmo que pudessem favorecer a manutenção física da entidade. Como essas relações eram caracterizadas naquele período, havia algum tipo de apoio político aos governantes de então?

Prof. Brussio: Na verdade, como não podia as associações serem organizadoras dos trabalhadores pra efeito de reivindicações de seus direitos trabalhistas, então ela permanecia como associação que tinha caráter recreativo. Como a associação também não tinha esses recursos, ela recebia ajuda, além da ajuda dos seus filiados, ela recebia doações, inclusive doações do próprio governo. Como foi o caso dessa sede, desse prédio mesmo aqui. Ele foi uma doação do governador Ivar Saldanha, ainda no período, quem era presidente da associação nessa época ainda era o professor Anacleto.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical da prof. Antonia de Arruda Soares (1ª presidente da APEMA)?

Prof. Brussio: Pelo que vi na minha pesquisa, a professora Antonia, inclusive, Drª. Antonia, era bastante influente, não só entre os professores, não só no meio político, como também na área de enfermagem, que era a formação principal dela. Ela era enfermeira, formada certo?! Então, ela tinha uma influência política bastante significativa, e por isso, acredito que por essa razão, a associação naquela época tenha se desenvolvido bastante. Graças a professora Antonia essa associação conseguiu participar de todos os eventos que foram realizados pela CPB, entre outros trabalhos que foram realizados, eu não me recordo aqui, mas, inclusive, uma parte dessa datilografada na época. Que foram realizados, que foram intercâmbios entre essa associação aqui e outras associações de outros estados para o desenvolvimento e fortalecimento das associações no Brasil inteiro.

Bauer e Vanessa Dantas: A primeira direção da APEMA foi eleita em 3 de julho de 1976, o senhor se recorda dos pontos políticos e conjunturais que foram discutidos naquela oportunidade?

Prof. Brussio: A política do Maranhão; nós estávamos em período da ditadura civil-militar, então não havia essa questão de, não havia a questão partidária. Só havia os dois partidos e encerrado. Então os governadores não eram eleitos no voto direto. Eles eram o que nós chamávamos de “governador biônico”, isso porque ele vinha de cima pra baixo, era indicado e ele assumia e acabou e não tinha conversa. Não havia participação popular, na indicação de quem devia ser governador, porque a conjuntura do momento não permitia isso. Por isso que não existia sindicato, exceto, o sindicato da rede particular, que mesmo existindo, que é desde 1945, mas, mesmo existindo naquela época, não era permitido a esse sindicato, ele é, desenvolver suas atividade na organização de trabalhador, porque isso era uma ameaça para o poder público da época, então ele foi colocado na clandestinidade, naquele período.

Bauer e Vanessa Dantas: A historiografia brasileira aponta que o Brasil estava vivendo em um processo de lutas pela superação do regime ditatorial naquela oportunidade. Como os trabalhadores em educação do Maranhão encaravam esse período? Havia algum tipo de resistência?

Prof. Brussio: Não diretamente. A associação diretamente dar esse enfrentamento ao combate à ditadura, diretamente, isso não. Mas, houve sim, no que diz respeito às reivindicações dos filiados da associação, isto é, os professores, que eram os principais, ou a maioria de filiados na associação. Isso teve os embates, isso já por volta aí de 1978, aí, mais ou menos, quando se começou a travar. Grandes movimentos, eram movimentos com mais de mil professores na rua, reivindicando, aqui no Maranhão, eu me lembro que juntou-se APEMM e APEMA, pra fazer reivindicações salariais, e foi um período muito truculento do governo, foi a primeira vez que o governo jogou cavalaria em cima de professores. Tivera professores que saíram bastante machucados nesse movimento. E nessa oportunidade eles aproveitavam então para fazer resistência, como eu te disse, não era diretamente ao sistema político implantado no Brasil como um todo, mas, direcionado, era uma coisa localizada. Só o Estado do Maranhão naquele momento estava acontecendo

isto. Não significa que em outros estados também não estava acontecendo, mas, o que eu sei é que o Estado do Maranhão teve essas. E esses movimentos já foram encabeçado, já pela professora LucimáGoes, que é... a professora Lucimá, é e outra professora, me esqueci o nome dela, é até advogada hoje... elas pra manter e pra poder fazer esse movimento, eles, criaram os chamados núcleos municipais, uma espécie de tecido, de rede, que viria a dar sustentabilidade nos movimentos. Como não podia, por exemplo, não podia se falar em curso de formação sindical, tá?! Então não havia curso de formação sindicato. O que que fazia os professores? As associações através de convênio com o poder público. Eles ajudavam a dar formação pedagógica aos professores, e isso engrossava as fileiras da associação. E quando se travava o movimento, é claro, a mesma necessidade que se tinha na capital, era as necessidades que se teria nos municípios. Então o movimento era bastante forte, e o governo em alguns casos cedeu. Tivemos vitória.

Bauer e Vanessa Dantas: Então em suas lembranças, a primeira diretora da APEMA foi Antonia Arruda, logo depois o professor Antonio Anacleto Ferreira e em seguida a professora LucimáGoes?

Prof. Brussio: Não, eu acho que antes da professora LucimáGoes teve o, acho que o Anacleto, foi o terceiro presidente. Essa ordem eu tenho dúvida. Porque eu me lembro que teve o Anacleto, aí depois de Anacleto veio a Lucimá, aí veio Antonio Marmo, aí veio Lucimá de novo, aí essa ordem eu não lembro. Todos esses é da APEMA. O Marmo, acho que ele passou mais ou menos um ano e depois ele terminou entregando o cargo. Foi um período, muito crítico; a partir da saída da professora Antonia, de certo modo, deu-se uma desorganização ou desentendimento nas diretorias vindouras que não conseguia se equilibrar. Até chegar ao sindicato. Então essa sequência aí eu não me lembro.

Bauer e Vanessa Dantas: Em seus primórdios, em sua opinião, como a atuação da APEMA pode ser caracterizada (classista, corporativista, clientelista...)?

Prof. Brussio: Olha, como associação, a APEMA foi de uma importância fundamental pra associação do próprio sindicato em si, como eu disse: embora ela sendo uma associação, ela conseguiu, ela consegui fazer o que muitos sindicatos hoje não fazem, que é travar a luta contra a forma de governo, pelo menos no governo local, é, em busca dos direitos do trabalhador que não acontecia na época, e ela se opôs e dizia: Não aceito isso. Não aceito, vamos pra luta. E conseguia reunir e ir pra frente do palácio, ir pra rua, gritar, levar porrada da polícia, tá entendendo?! Então, esse mérito ninguém tira da associação; e foi graças a essas organizações das associações é que o sindicato conseguiu, ou pelo menos se organizou já com uma visão do que seria o sindicato. Já entrou sabendo que era possível, de acordo com as experiências anterior, se fortalecer a organização do trabalhador. Então, tanto que esse sindicato, hoje ele é o maior sindicato do Maranhão, é um sindicato que organiza seus trabalhadores, em prol não só, dos seus benefícios, mas, também em prol da qualidade da educação. E diga-se de passagem, temos servido de exemplo pra muitos outros sindicatos no Brasil.

Bauer e Vanessa Dantas: Qual é o número de filiados hoje no Sinproesemma?

Prof. Brussio: Nós temos uma média hoje de 22 mil filiados, me refiro a filiados de estado. Se formos falar de filiados de estado e municípios, é possível que ultrapasse 30 mil filiados. E na base nós temos mais de 100 mil.

Bauer e Vanessa Dantas: Quando foi que os técnicos administrativos escolares e outras funções se uniram aos docentes, vindo a formar o movimento dos trabalhadores em educação, foi a partir do sindicato ou ainda durante o período associativista?

Prof. Brussio: Não, essa é uma confusão que muita gente, desde os primórdios, ainda quando se organizava no Centro Cívico do Liceu, no quadro a partir da organização, a partir da criação da primeira diretoria, já se apresentava pessoas como os vigias, por exemplo, que trabalhavam nas escolas e precisavam da proteção, digamos assim, de estar associado a algo que pudesse fazer a sua defesa, já que eles não tinham nada. Então de lá pra cá vem acontecendo isso, principalmente aqueles que trabalhavam nos municípios. Foram mais rápidos eles se filiarem, antes dos que estão realmente aqui na capital.

Bauer e Vanessa Dantas: Em uma das atas que fiz a leitura, percebi uma resistência em aceitar que professores leigos fizessem parte da associação. O senhor tem notícia disso?

Prof. Brussio: Eu não sei qual foi tua interpretação, não sei qual foi a ata que tu leste, porque na verdade, logo após a criação da associação, foram trabalhar o famoso Estatuto do Servidor, e diga-se de passagem, tem três leis, antes de sair a lei que vem 1986, depois 1994. O que acontece é o seguinte: professor leigo, eu não sei o que foi... ?! E tinha a professora normalista, e tinha os professores de curso superior que, aqui, essa aceitação de professor leigo, não sei onde foi que você viu isso, porque sempre houve a defesa desse cara aqui. Porque o Estado nunca conseguiu ter, aliás, conseguiu depois de um projeto da UEMA, conseguiu ter um quadro de professores formados, mesmo só com o segundo grau, na época. Então só depois do projeto da UEMA foi que conseguiu-se habilitar todos os professores, hoje você, hoje raramente, você consegue encontrar um professor que não tenha habilitação em curso superior, mas, antes era comum você ver, por exemplo, um professor que só tinha segundo grau, científico antigo, lecionando principalmente nos municípios. Professor que as vezes só tinha a oitava série, como era chamadona época, também lecionando, dado às necessidades. As prefeituras não tinham como formar professores ou colocar uma escola normalista lá no município, eles não tinham condições de manter isso, ou não tinham condições, ou não tinham vontade política. Acredito mais até que não tivessem a vontade política de habilitar esses professores porque no entendimento dos políticos maranhenses, quanto mais “burro” melhor para o político. É preferível ele tá todo dia na porta do político lá, com a, como chamam no interior, com a cuiazinha, pedindo um pouquinho de farinha, de arroz, num sei o quê, do que ele ter a noção de que se ele desenvolver qualquer atividade ele consegue se sustentar... Então veja só, a defesa da APEMA era: Professores! Se ele está lecionando, se ele está num quadro, tá?! Seja num município, seja no Estado, o município quando eu me refiro, não é o município de São Luís, é o município fora de São Luís, aonde tinham os núcleos, então esses professores era representado pela APEMA, tá?! No governo, se não me engano, no governo Newton Bello, é que na nomeação dos professores, aí já tinha uma

complicação porque tinha o professor de curso superior era considerado professor, mas, o que não tinha curso superior, não, era tão tanto que a nomeação deles era meio confusa, não se sabia se eles eram contratados pela CLT ou se eles eram realmente nomeados, estatutários, até porque não existia o Estatuto.

Bauer e Vanessa Dantas: Havia uma perspectiva dos dirigentes dessa entidade em procurar se relacionar com outras categorias de trabalhadores? Quais eram essas categorias e como se enlaçavam?

Prof. Brussio: Sim. Geralmente as reivindicações, como se tratavam de reivindicações pra funcionário público, e o professor, considerado a elite intelectual. Da época, aliás, ainda se chama hoje também a elite intelectual. Então os sindicatos eram convidados a se reunir pra discutir uma pauta de reivindicação junto ao governo. Na maioria das vezes não dava muito, como é que a gente chama? Os efeitos nem sempre eram os esperados. Eu me lembro que uma vez, este já era sindicato, nos viemos aqui com os urbanitários, para defender uma proposta, na hora de ir pra rua mostrar a cara, dar a cara a tapa como nós dizemos, os urbanitários saíam fora. Então aí era meio complicado, a gente reunia, mas, nem sempre a gente conseguia fazer a luta em conjunto.

Bauer e Vanessa Dantas: Uma das questões centrais colocadas para os membros da APEMA no início da década de 1980, foi a luta pela regulamentação e aprovação do Estatuto do Magistério. Em sua opinião, quais foram os principais passos que levaram à sua aprovação? Qual foi a importância da aprovação do chamado Novo Estatuto do Magistério para a categoria?

Prof. Brussio: Eu me lembro que na minha pesquisa, me mostra lá que nessa época quem era presidente era a professora Iani... ela ainda é viva, é advogada, mas, eu não consegui fazer entrevista com ela. Na minha pesquisa mostra que a professora Iani, que ela era mais arrojada do que, eu considere ela mais arrojada do que a professora Lucimá, porque na hora que eles encaminharam essa proposta, na hora que eles começaram a trabalhar a proposta, na verdade, a professora Iani notou que o governo, parecia que não tava dando muita atenção a questão da educação no que diz respeito a melhoria do professorado através desse Estatuto. Nesse Estatuto é introduzido pela primeira vez a progressão, tá? Essas era uma das vantagens, a progressão. A outra vantagem era que a partir daí o professor tinha uma carreira, era estabelecido quando o professor entrava e quando ele deveria se aposentar, o tempo de serviço que ele estava apto a se aposentar com as vantagens das progressões, não me recordo se já tinha a promoção, mas, a progressão com certeza estava lá, né? Mas, com um adendo, a partir de uma quantidade de tempo esses professor teria direito a se aposentar integralmente com essas promoções.

Bauer e Vanessa Dantas: Nessa pesquisa que o senhor também está construindo, quais foram os principais embates entre a APEMA e o governo?

Prof. Brússio: Não, não, aí classificar ou enumerar qual foi o melhor movimento... Os movimentos de grande evidências foi o primeiro deles travado no período da APEMA, o movimento de 1985, certo? E por ultimo o de Jackson Lago, que nós ajudamos a eleger, foram 78 dias de greve, mais recente, foi agora.

Bauer e Vanessa Dantas: Já que o senhor falou um pouco do papel político e sindical da prof. Antonia de Arruda Soares (1ª presidente da APEMA), poderia falar da professora Iani Leão, Antonio Anacleto e da LucimáGoes?

Prof. Brussio: Hum, assim como? Se eles estão ligados a algum partido político ou se estão envolvidos... Olha dentro da APEMA, a professora Antonia teve... como se diz? A importância ... eu digo que a importância da professora Antonia foi ter a coragem, depois de muitos, de muita reclamação da CPB que não havia um órgão que representasse os professores aqui, foi a coragem dela criar, criar a associação, fundar... partiu dela a iniciativa a partir de uma orientação da CPB. Fundar a associação, batalhar, correr atrás naquela época, que não era permitido, certo? Era muito complicado você, criar uma, uma, mesmo sendo uma associação, o poder militar daquela época tinha que saber o quê que era, para quê tatatá... é tão tanto que o Estatuto dessa associação estabelece a cooperação com o governo. É um dos artigos lá, é cooperar com o governo. Então todos eles estão ligados sempre na... tá entendendo?

Aí o Anacleto teve a ... porque ainda na professora Antonia começou-se a construir o patrimônio da própria entidade, era cadeira, era arquivo, não sei o que papapá, tá entendendo? Mas, não havia um local e nem tinha dinheiro pra alugar um local para colocar a sede social. Então um grande feito do professor Anacleto foi conseguir esse espaço aqui. Esse espaço aqui era abandonado, era um prédio velho cheio de mato todo quebrado, telhado caído, era todo... tá entendendo? Mas, de qualquer forma era um espaço, era algo que se estava conseguindo no momento. E que foi de grande valia, e que posteriormente o próprio governo reformou, parte do prédio, e entregou aos professores como sendo a Casa do Educador.

A professora Iani, foi pela aprovação do primeiro Estatuto que já tava estabelecendo uma carreira, progressão. Então foi muito interessante porque a partir daí, se começa a construir novos Estatutos, aonde vem dando as melhorias que nós temos até hoje. E conseguimos manter isso, tá?

A professora LucimáGoes, a professora LucimáGoes, diretamente ou indiretamente, ela tem uma história aqui de mais ou menos 23 anos, entre a associação e sindicato. Então só pelo tempo de serviço você pode imaginar o quanto de liderança ela dispndia aqui nessa entidade. Ela, não se pode negar o avanço que teve, a transformação da associação APEMA em sindicato, foi ela quem realizou essa transição, foi ela que conduziu tudo isso. Na época tinha uma advogada aqui, qual era o nome dela? Que foi que ajudava muito ela nesse, nesse sentido... e se fez reconhecer, fez valer o sindicato, não só no Estado do Maranhão como no Brasil inteiro, né? Primeiro continuou filiada a CPB, aí depois a CPB transforma-se em CNTE, continua filiada a CNTE até hoje, depois filiou-se à CUT, depois disso tiramos da CUT e colocamos na CTB, tá entendendo? E elas travou muitas lutas, muita batalhas nesse sindicato aqui, não só com o governo mas, também, com pessoas da própria direção, né? Porque ela tinha, eu considero que um... ela tinha boas qualidades, mas, tinha um defeito que era o centralismo. Mas, faz parte do ser humano, todo mundo tem um... ninguém é santo, ninguém... se todo mundo soubesse o que fazer, né?

Bauer e Vanessa Dantas: Eu percebi que o Maranhão era representado nos Congressos da CPPB, desde a década de 1950, e em todos os eventos realizados por essa entidade, que mais tarde veio a se tornar a CPB, o Maranhão tem representantes. O senhor saberia dizer que eram essas pessoas?

Prof. Brussio: Na verdade o Maranhão sempre teve, não ligado a Associação, era direto da Secretaria de Educação, do governo, que se fazia presente, a secretaria de educação encaminhava os seus representantes nessas, pra essas conferências. Até porque o governo precisava saber o que estava acontecendo, não me refiro só ao governo maranhense, certo? O governo do Maranhão, mas, o Governo Federal. Então, quando eu mando alguém para um estado, essa pessoa, ele volta, ele volta com a mente, de qualquer forma pensando de uma forma, né? Associando as coisas de uma forma diferente. Então o governo precisava saber o quê que essa pessoa... é tão tanto que o controle era rígido dessas pessoas, né? Queriam saber onde ele estava? Qual era a função que ele tava fazendo? Então era um negócio...

Bauer e Vanessa Dantas: Existe alguma passagem dessa trajetória que você julgue importante ser lembrada?

Prof. Brussio: Olha, tem uma, mas, eu sinceramente, eu não participei dela, e tem pouca coisa escrita dela também, que foi a saída da professora LucimáGoes do Sinproesemma. Não foi uma saída amigável. Foi uma decisão judicial, após a realização de assembleias gerais, então eu... isso já foi em 1999, 2000, 2001, por aí assim, né? E aí assume a presidência do Sinproesemma o professor Odair, aí começa uma nova gestão, mais ligada a política mesmo, certo. O sindicato deixa de ser só aquela instituição “viseirado”, que só olhava, não eu sou o professor, eu só sirvo pra ser professor, eu não sirvo pra ser outra coisa. A partir de 1999 pra cá, com o advento de, a inserção de outros jovens, de pensamento diferenciado. E ligados a partidos políticos, cria-se uma nova mentalidade não só no Sinproesemma, mas, em todos os sindicatos do Brasil inteiro.

Houve um vice-presidente da APEMA, professor e deputado estadual, chamado Mário José Dias Carneiro, só podia adentrar no governo, só podia chegar as reivindicações no governo, no tempo da APEMA, através dessas pessoas, por meio dessas relações. Por isso que a professora Antonia, ela tinha uma relação muito grande com relação a esse pessoal, ela conquistou muita coisa pra APEMA.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor caracterizaria então a APEMA com uma relação amistosa com o governo?

Prof. Brussio: Tinha que ter, a associação, não só aqui, como em qualquer parte do Brasil, como é que se diz? O relacionamento era amistoso, se não, não conseguia nada. O movimento, só aconteceu o movimento porque o governo bateu pesado, bateu duro na associação, querendo desqualificar, querendo não, tentando desqualificar a presidente da associação, dizendo... bom, declarando que praticamente não teria o reajuste salarial, aí o bicho pegou.

Bauer e Vanessa: O senhor teria a disposição de nos informar quais as diretorias da APEMA?

Prof. Brussio: Não, não. Eu só tenho a primeira da professora Antonia, e a provisória.

Entrevista realizada no dia 17/01/2016 às 17h30, na residência da Prof.^a Deusailza da Silva Melo Cutrim, no bairro do Angelim - São Luís, Maranhão.

Apresentação

Eu sou Deusailza da Silva Melo Cutrim, entrei para o Estado em 1982, foi uma amiga minha que me arranjou, ela me disse assim: - Deusailza... amiga mesmo, no período ela era secretaria de Castelo. Nós somos conterrâneos, mas, eu nunca votei nele. Oh, lá vai política aqui né?! Aí ela disse: - Deusailza eu quero arrumar um emprego pra ti, mas, só tem de professor. Eu disse: - É essa a minha área. [sic]. Aí logo em seguida entrou o Luiz Rocha, foi na chamada “Lei do Cão”, não é?! E o Luiz Rocha foi, procurou regularizar todo mundo, porque veio aquele, como sempre, “Novo Governo”, ah vai colocar pra fora todo mundo... aí ele vai lá, fez uma semana de um curso preparatório, e esse curso preparatório é justamente pra legalizar a situação de todo mundo... Naquela época não tinha concurso, era só indicação. Não, naquela época não tinha concurso. Era só quem... só indicação naquela época.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora tem notícia, sobre embates envolvendo os professores estaduais no Maranhão e o governo de Vitorino Freire?

Prof^a. Deusailza: Não, não, não, não, foi da minha época esse período não. Eu ainda não estava.

Bauer e Vanessa Dantas: No período que a senhora participou, militou, na associação de professores do Estado do Maranhão, a senhora participou de algum embate? Greve, paralisação, entre governo e APEMA, contra alguma política, ou mesmo por questões salariais?

Prof^a. Deusailza: - No período, ainda de João Castelo, a questão da carteira estudantil, a meia-passagem... a gente viu muito colega nosso sofrerem, certo?! Serem punidos de forma crucial, mas, eu mesma, eu mesma não participei assim de forma pra poder, também, ser punida, não, mas, a gente olhava... e as greves era que a gente sempre participava, contra um política que não estava agradando né, não estava satisfazendo nossos desejos.

Bauer e Vanessa Dantas: Existia algum tipo de organização com características associativas ou que procurasse representar os interesses dos professores maranhenses naqueles dias? (anteriores a APEMA, a senhora tem notícias disso?)

Prof^a. Deusailza: Não, Não, só logo depois que veio o MOSEPE, bem depois o MOSEPE; creio quem em 1996. Mas, nesse período não tinha. Que eu conheça não. Nós íamos juntos pra greve mas, só víamos lá todo mundo reunido pra reuniões mas, não me lembro de outras organizações não.

Bauer e Vanessa Dantas: O MOSEPE, então, é na verdade um grupo formado por professores que estavam na entidade desde à APEMA, que se organiza no início do Sinproesemma com a finalidade de fazer oposição à política sindical daquele período?

Profª. Deusailza: - Exatamente, ele surgiu a partir de um grupo de professores para questionar às práticas da direção do Sinproesemma. Esses professores eram filiados e faziam oposição à liderança, à direção, à política... A Dolores tem isso e muito mais... lembra daquela greve do Luís Rocha, é interessante por que não resistimos naquela época, mas, elas... mas, os professores acamparam muito tempo na frente do Palácio foi, foi... que período foi aquele? Que ficaram acampados lá?!

Bauer e Vanessa Dantas: Sei, eu encontrei uma greve forte em 1985. Da APEMA. Eu peridi de três meses ou alguma coisa assim, um bom tempo.

Profª. Deusailza: No período de Jackson Lago teve outra greve forte, igual a que ocorreu na década de oitenta.

Bauer e Vanessa Dantas: Você teria participado de algum congresso da CPB, quando e onde isso ocorreu?

Profª. Deusailza: - Não, não, não... Mas, deixa eu ti dizer o meu ponto de vista sobre isso aí: Eram indicados os colegas deles, você tá entendendo?! E como eu não era colega deles... os que viviam mais próximos deles... ao meu ver, eram os que eram mais próximos da direção. Dá pra gente perceber isso, porque não era divulgado, sabíamos quando isso já estava acontecendo, aí então... aí pra ver que nessa última eleição que ocorreu no Sinproesemma, só aqui pra... foi que o grupo lá do Almirante, descobriu que tinha condições de candidatar, tinha outra candidatura, então eles dão um prazo assim, tão pequenininho que é justamente pra você não conseguir organizar a documentação pra dar entrada. Essa é a prática histórica desse sindicato. Olha que eu sou sindicalizada desde 1983, foi a primeira vez que eu vim participar de uma votação. Que foi divulgada com antecedência, não eles, mas, por motivo de força, pressão! Mas, por eles mesmos, não fariam isso.

Bauer e Vanessa Dantas: Você tem lembrança das principais pautas que a senhora participava naquele momento da Associação de Professores do Estado do Maranhão?

Profª. Deusailza: - Rapaz, a maioria das pautas feitas pelo sindicato, que a gente milita, eram coisas que geralmente a gente ouvia do sindicato e, no entanto, tinha colegas nossas, bem mais informados, que rebatiam. Diziam, olha acontece isso, isso, isso e isso, no entanto, vocês estão fazendo dessa forma. E a maioria das vezes era pra... vamos chamar assim: - Pra trapacear o professor! Geralmente as reivindicações era o reajuste de nossos salários, qualidade no trabalho... uma coisa que nós nunca mais tivemos foi o quê? Esses cursos de aperfeiçoamento, nós não temos... como é que chama? Tem um outro nome, formação continuada, nós não temos, nunca mais tivemos, então pedíamos isso; é segurança no trabalho, sempre houve essas reivindicações e não fomos atendidos ainda. Ano passado eu passei pela formação, né?! Pelo MEC, muito boa, muito boa!

Bauer e Vanessa Dantas: Nos primórdios da APEMA houve uma série de relações com o governo do Estado, inclusive algumas estavam associadas a obtenção de recursos para aluguel da sede ou mesmo que pudessem favorecer a manutenção

física da entidade. Como essas relações eram caracterizadas naquele período, havia algum tipo de apoio político aos governantes de então?

Profª. Deusailza: Não, eu não sei ti dizer isso aí não... mas, dava pra ver, de acordo com as questões que vem se arrastando, eu creio que sempre ele trabalhou atrelado ao governo. Dá a entender isso... A gente observa que em período de greve, faz todo aquele arrodeio, arrodeio, arrodeio, depois eles fazem acordo, né verdade, e a nossa categoria...sempre se sentiu traída. Sempre foi assim, não sei se vai melhorar, não sei...

Bauer e Vanessa Dantas: A historiografia brasileira aponta que o Brasil estava vivendo um processo de lutas para a superação de um regime ditatorial, nós estamos no período da ditadura militar naquele momento. Como os trabalhadores da educação do Maranhão encaravam esse período havia resistência, a senhora via algum professor reclamando, ou então, encontros para discutir como superar esse momento, como os educadores reagiam aquele período de repressão, da polícia na rua reprimindo quem tivesse um discurso contrário, autoritarismo do Estado... tinham uma compreensão?

Profª. Deusailza: Não deixa de ter, né? Naquele período na década de 80 eu não participei muito, até por que meus filhos eram pequenos, 4 e 2 anos, eu não tive muita participação. Mas, eu creio que tinha um grupo e que a gente tinha necessidades que a ditadura militar foi boa, até certo ponto. Pra algumas situações. Mas, na realidade aconteceu as mesmas coisas que acontecem hoje em dia.

Bauer e Vanessa Dantas: Para quais situações a senhora diria que a ditadura militar contribuiu?

Deusailza: Vamos supor assim... na questões que diz estradas, mas, vamos falar assim, que quando o exercito estava tomando de conta pra fazer o custo era menor , e saia no prazo também menor e era de qualidade o trabalho, isso é o que eu sei dizer... a construção de rodovias? Rodovias, de BRs, ... de infraestrutura. Mas, eu creio que existia esse grupo que fazia essas observações, essas reuniões pra melhoria da situação.

Bauer e Vanessa Dantas: Na sua opinião como a atuação da APEMA pode ser caracterizada?

Profª. Deusailza: Eu diria que tem um pouco de cada um desses itens aí, mas, não dava para satisfazer os nossos anseios, mesmo um pouquinho de cada. Também não era esse último tópico aí... mas, tinha clientelismo, mas, tem, tinha não, tem. Não é verdade?!

Bauer e Vanessa Dantas: Havia uma perspectiva dos dirigentes dessa entidade em relacionar-se com outras categorias de trabalhadores? Quais eram essas categorias? Como eles se enlaçavam? Ou tipo, os professores acabavam defendendo pauta de outras categorias de outras profissões, eles se uniam em prol da luta?

Profª. Deusailza: Raramente se vê isso, a não ser quando a greve se estendia bastante aí vinham representantes de outras categorias.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora fala no período da APEMA?

Prof^a. Deusailza: No período da APEMA , e também nesse aqui, em algumas situações.

Bauer e Vanessa Dantas: Então o que acontecia, naquele período da Apema as outras categorias se uniam a APEMA ou a APEMA se unia, acabava se unindo a eles também?

Prof^a. Deusailza: Eu creio que elas vinham dar apoio. Foi até um momento tinha sido sustando o salário do pessoal, o mesmo ocorreu na época de Jackson Lago e todas as outras instituições estavam ajudando os professores.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora tem disposição para nos apresentar uma caracterização político-sindical da professora Antonia Arruda Soares, a senhora chegou a conhecer?

Prof^a. Deusailza: Não, não, não. Esse rapaz aqui, dessa carteira, eu olhei pouquíssimas vezes, Antonio Anacleto.

Bauer e Vanessa Dantas: Uma das questões centrais que foi colocada pelos membros da APEMA na década de 80, que o período que a senhora estava entrando. Foi a luta pela regulamentação e aprovação do estatuto do magistério por que já tinha um estatuto do magistério que foi feito em 1972 porem esse estatuto não vinha sendo cumprido pelo Estado, né, e ai em 1980 eles estavam fazendo uma reformulação a APEMA estava lutando pela aprovação desse novo magistério e na sua opinião quais foram os principais passos que levaram a essa aprovação? Qual a importância desse novo estatuto do magistério para a categoria, ele teve, em algum momento, algum efetivo valor para a categoria?

Prof^a. Deusailza: Com certeza, até por que veio satisfazer os anseios da época, né. Um dos itens levantados era a regularização desse pessoal que tinha entrado no final de governo de Joao Castelo, pra que não perdesse a oportunidade de se engajar realmente no sindicato. Então isso foi uma forma de regularizar e deixar todo mundo tranquilo, que eles chamavam “Lei do Cão “. Essa lei que Joao Castelo botou todo mundo, e que a maioria falou que foi por questão política, sou conterrânea dele, mas, nunca votei nele.

Bauer e Vanessa Dantas: Por que o nome era LEI DO CÃO?

Prof^a. Deusailza: Eu não sei te dizer. O pessoal disse que foi uma lei assim, que foi colocada em último momento. O pessoal diz que foi uma lei criada para salvar o momento político. Eu ouvi alguém comentando isso na época do treinamento que era para regularizar a nossa situação. Mas, na realidade eu não sei te dizer por que era chamada LEI DO CÃO.

Bauer e VanessaDantas: O governado João Castelo contratou vinte mil pessoas sem nenhuma garantia de estabilidade, não foi isso?

Prof^a. Deusailza: Acho que assim, essa lei tem um pouco haver com essa situação, eu acho que ela tem, sobretudo, essa greve, eu nem era professora nessa época. Eu lembro ainda que era a Lei da Cão ... aí ele deu esse curso, foi uma semana ou foram duas, foi justamente para regularizar essa situação e dar segurança para os trabalhadores, estava todo mundo trabalhando.

Bauer e Vanessa Dantas: Para ter estabilidade era necessário fazer esse curso de duas semanas?

Prof^a. Deusailza: Quem não fez... aliás, acho que todos fizeram, e quem não fez, por acaso perdeu. Era forma de regularizar e de dar estabilidade.

Bauer e Vanessa Dantas: Então seria atendido pelo Estatuto do Magistério? Só poderia receber as garantias do estatuto do magistério se fizesse esse curso?

Prof^a. Deusailza: É, se tivesse regularizado, e para estar regularizado era preciso fazer.

Bauer e Vanessa Dantas: Uma última pergunta, como que a senhora resume a sua trajetória histórica dentro da associação dos professores do Estado do Maranhão?

Prof^a. Deusailza: A minha trajetória histórica dentro.... A minha atuação... gente raramente participando de greves em prol da nossa categoria e só tive o privilégio de participar da eleição uma vez somente... E eu votei na chapa que era contra o Odair, o ultimo né?! Votei na chapa do Almirante Tamandaré, que era o pessoal que eu conhecia toda a equipe. Henrique, o nome do rapaz. Que era do setor jurídico foi isso.

Bauer e Vanessa Dantas: E Henrique se elegeu?

Prof^a. Deusailza: O Henrique ainda tá agora, sim ele tá lá com o pessoal.

Bauer e Vanessa Dantas: Na época ele se elegeu?

Prof^a. Deusailza: Não, por que ele não fazia parte lá da estrutura lá. Ele foi e estava lá, mas, saiu de lá devido a pressão

Entrevista realizada com Maria Dolores Silva, no dia 16 de janeiro de 2016, às 19h24, a professora de educação básica da rede estadual do Maranhão e do município de São Luís.

Apresentação

Eu sou a professora Maria Dolores Silva, sou professora da Rede Estadual e Municipal do Maranhão de Educação Básica e comecei minha militância nos anos 1980. Eu sempre segui aquela linha da CUT porque era o que tinha de mais novo no movimento sindical no Maranhão e com uma linha de independência, autonomia sindical e fazia o combate ao modelo de sindicato getulista, né?! E logo depois quando eu integrei a carreira em 1987, por aí, mas, como contratada, não tinha acesso ainda à associação, a me associar na associação, a gente acompanhou ainda mais de perto, pra em 1992, com o concurso, a gente integrar de fato a luta contra esse modelo de sindicato que existia, era ainda, pra não dizer, é ainda muito vivo no Maranhão né?! Essa é a realidade!

Bauer e Vanessa Dantas: Quais foram os principais embates entre a APEMA e o governo que você tem lembrança?

Prof.^a Dolores: Olha, a que mais eu tenho na memória, porque na época eu militava, a CUT era recente no Maranhão, a CUT era de 1983 e a gente militava em movimentos sociais né? Que tinha afinidade à linha da CUT, foi a greve de 1985 dos professores. Foi uma greve feita é... pontual... ééé, fazia uma crítica à Lei do Cão, editada no Governo João Castelo né?! E permitia que os trabalhadores da educação tivessem qualquer vínculo de seguridade, qualquer tipo de seguridade, né?! Então é como se fossem professores sem vínculo empregatício nenhum, podiam ser demitidos a qualquer momento e ficariam com todos os seus direitos desrespeitados. Então essa greve foi importante porque ela teve uma repercussão muito grande, na época a repressão era muito grande, a repressão por conta da ditadura militar, mas, essa greve ela conseguiu aparecer na imprensa. A imprensa era uma imprensa voltada para os interesses do Estado Ditatorial na época. Mas, ela conseguiu fazer a imprensa discutir, não sei se discutir, mas, pelo menos informar, fazer informações diárias dessa greve. E eu lembro que os professores acamparam na frente do Palácio do Governo por mais de um mês, mais de um mês ficaram acampados lá e o que eu achei interessante, é que embora todo o conservadorismo que havia ali, ali da APEMA, mais teve uma grande solidariedade da sociedade em relação aos professores da época. Me lembro muito bem de uma frase do então governador da época. Que desvalorizava absolutamente o trabalho dos professores e na rádio, em uma das rádios aqui da capital ele disse o seguinte: as professoras, ele nem usou o termo os professores porque eu creio que 98% eram mesmo professoras; - As professora do Maranhão não merecem um salário melhor do que ganham porque se quer elas sabem falar. Então isso teve uma repercussão enorme. Uma repercussão que certamente fez a sociedade se por contra o governo. Porque a sociedade colocava na conta do governo a falta de formação dos professores, né?! me lembro muito bem disso... houve outras greves, mas, essa aí foi uma greve que envolveu uma repercussão muito grande na sociedade.

Bauer e Vanessa Dantas: Existia algum tipo de organização com características associativistas ou que procurassem representar os interesses dos professores maranhenses naqueles dias, além da APEMA?

Prof.^a Dolores: Não conheço não, não conheço. Existia por dentro da própria APEMA professores que já eram da linha da CUT que queriam organizar uma oposição, né?! Mas, não sei o porquê isso não aconteceu naquela época, isso só veio acontecer nos anos 1990.

Bauer e Vanessa Dantas: Você teria participado de algum congresso da Confederação de Professores do Brasil?

Prof.^a Dolores: Não, não, é anterior a minha militância, né?! A gente conhece pela leitura, esses congressos que depois eles aos poucos se transformaram na CNTE, né?! com o passar do tempo, mas, eu não participei.

Bauer e Vanessa Dantas: E pela sua aproximação com a APEMA, você saberia dizer, como era discutido os representantes da delegação maranhense pra participar desses eventos que ocorriam a nível nacional?

Prof.^a Dolores: Eu acredito, e esse era o método da época, né?! o mesmo método pra participar das assembleias da CNTE. Se escolhiam em reuniões de amigos lá da associação né?! elencavam um número de pessoas, mas, nunca se sabia, né?! Mesmo quando APEMA, a CPB se transformou na CNTE, continuou a mesma prática. A APEMA, escolhia, né?! as portas fechadas os integrantes que iam participar dos congressos da CNTE, e o que se sabe, por denúncia de alguns professores que participaram da CNTE, é que se diziam que os professores do Maranhão iam passear e só apareciam na hora de votar, só levantar o crachá pra votar. Eu sei de uma professora chamada Antonia que numa dessas, num desses congressos, por exemplo, já da CNTE, ela participou. E ela conseguiu através de uma amiga dela lá da direção, e ela foi. E foi que me relatou isso, que na verdade eles iam só pra passear, quando chegava na hora de votar, aí que todo mundo ia pra assembleia pra levantar o crachá, e já estava combinado em que proposta iam votar... isso já na “era Lucimá Góes”.

Bauer e Vanessa Dantas: Nas assembleias da APEMA, quais eram as principais reivindicações?

Prof.^a Dolores: Na greve de 1985 era é... a seguridade dos professores... estabilidade foi o ponto que dominou a maioria das greves dos anos 1980. Outra coisa era a falta de condição de trabalho nas escolas. As escolas, não havia a demanda que começou a haver a partir dos anos 1990 né?! Mas, as escolas não tinham, por exemplo, professores com a formação devida para ministrar determinadas disciplinas. A maioria deles eram professores leigos. Eu creio que na época eram mais de... 80% dos professores eram professores leigos. E se diz que o Maranhão ainda hoje... nos anos 1990 a propaganda era que o Maranhão dominava, né?! Eram um dos estados do Brasil onde mais havia professores leigos. Então a formação era um desses itens, a estabilidade, a seguridade, as condições de trabalho, ainda vi no Maranhão na época um dos resquícios da escola de Marquês de Pombal, como se chama? Escola Régia, né?! Muitos professores nos anos 1980,

ainda davam aulas em suas casas, tá?! Existiam muitos programas do governo, como um programa chamado Educar, né?! que foi um programa do Governo Militar ainda, que foi reeditado depois, nesse programa os professores criavam salas de aula nas suas casas, era uma reedição das aulas régias, né?!

Bauer e Vanessa Dantas: Nos primórdios da APEMA houve uma série de relações com o Governo do Estado, inclusive, algumas estavam associadas à obtenção de recursos para o aluguel da sede ou mesmo que pudessem favorecer a manutenção física da entidade. Como essas relações eram caracterizadas naquele período? Havia algum tipo de apoio político aos governantes de então?

Prof.^a Dolores: Oh, quando nós integramos efetivamente o movimento sindical, a grande propaganda que havia entre os professores, a fala que havia é que todas as greves eram vendidas, lá no final, a direção da APEMA fazia acordo com os governos e vendiam as greves, né?! E isso fez por exemplo, quando a gente organizou o MOSEPE – que eram o Movimento de Oposição Sindical na Educação Pública do Maranhão, uma grande leva de professores veio somar conosco, e uma das propagandas que haviam lá, era que a presidente do Sindicato sempre vendia as greves, pra não dizer que isso não é verdade, nós temos na documentação do MOSEPE, nós temos uma foto onde, uma das presidentes da associação, a Lucimá Góes, né?! Está entregando um buquê de flores para o governo em uma comemoração, né?! Então ela tinha horror da gente mostrar essa foto, nós mostrávamos pra que os professores vissem que não havia uma independência sindical. E quando a gente começou a organizar o MOSEPE, uma das pautas principais era a independência sindical, autonomia sindical, porque esse era o gancho que havia entre governo e a entidade sindical, tanto é que a própria sede do sindicato, que hoje está instalada, que é instalada no Reviver, né?! no Centro Histórico de São Luís, foi uma doação do então governo do estado pra direção do sindicato, pra associação.

Bauer e Vanessa Dantas: Você teria lembrança sobre o papel da primeira direção eleita na APEMA? Você chegou a conhecer a professora Antônia Arruda?

Prof.^a Dolores: Olha, eu só ouvi falar dela; Lucimá Góes sempre fala muito bem dela. Mas, eu não tive oportunidade de conhecê-la.

Bauer e Vanessa Dantas: A historiografia brasileira aponta que o país estava vivendo um processo de lutas pela sucessão do regime ditatorial naquela oportunidade. Como os trabalhadores em educação do Maranhão encaravam esse período? Havia algum tipo de resistência?

Prof.^a Dolores: Acho que não, acho que não. O tipo de resistência que havia era por parte da CUT que começava a formar uma outra cultura sindical do Maranhão, mas, a APEMA não, a APEMA era aquele modelo getulista né?! parecia mais uma confraria de amigos; troca de favores se dizia muito; não havia esse questionamento a ditadura não.

Bauer e Vanessa Dantas: Como você caracterizaria a atuação da APEMA? (Classista, clientelista, corporativista...).

Prof.^a Dolores: Eu diria que um pouco de corporativismo, mas, muito mais de clientelismo. Não havia uma formação... não havia qualquer expressão de classismo naquela entidade. Era uma entidade muito mais voltada pro interesse próprio daquele grupo, né?! E nas greves, elas colocavam alguns temas que eram temas recorrentes em todas as greves dos anos 1980, que eu já coloquei anteriormente, mas, não havia qualquer formação pra um sindicato classista né?! então era muito mais clientelistas.

Bauer e Vanessa Dantas: Havia uma perspectiva dos dirigentes dessa entidade em procurar se relacionar com outras categorias de trabalhadores?

Prof.^a Dolores: Não, não havia não, tipo o que tinha, lembrando a greve dos professores, foi uma certa solidariedade da sociedade para com aqueles professores, né?! diante do menosprezo do governo em relação aos professores. Mas, não havia não qualquer solidariedade sindical assim. Havia assim, eu lembro que representantes da CUT foram defender, nesses sentido a gente pode ver, mas, entre sindicatos assim, não.

Bauer e Vanessa Dantas: Como você caracterizaria a greve de 1985?

Prof.^a Dolores: Eu participei pelas fileiras da CUT, porque eu ainda não fazia parte da associação. Mas, foi uma greve vitoriosa, eu diria que... fez com que a imprensa maranhense que era absolutamente marrom (continua sendo hoje, não é?), tivesse que falar do que estava acontecendo, né?! Que era a propalada Lei do Cão lá, né?! Que era uma lei que tirava todos os direitos de qualquer estabilidade, de qualquer seguridade dos professores, então olhando assim de fora, não foi algo pequeno, ela teve grande repercussão, agora o caráter político muito pobre. Do ponto de vista político, muito pobre.

Bauer e Vanessa Dantas: Você teria disposição para apresentar uma caracterização do papel político e sindical da professora Lucimá Góes, já que foi esse o período que você conheceu de perto?

Prof.^a Dolores: Então, a prof. Lucimá Góes, pra mim, representa esse momento de atrelamento sindical. É o sindicato getulista ali consolidado naquela associação modelo. É um sindicato como barganha né?! Como um espaço onde se pode barganhar do governo algumas coisa, é, é, atrelando-se a ele. Eu diria também, em relação a professora Lucimá Góes, que ela tinha, eu não gosto de usar o termo dom... esse caráter de reunir professores, né?! Ela conseguia reunir um número enorme de professores em torno de si, né? Só que era aquela visão da forma muito familiar, muito troca de favores, típico de um estado colonial, né?! Era aquela visão de apadrinhamento mesmo. Agora não se pode negar que um grande número de professores eram tipo apaixonados por ela, né?! Tinham do outro lado muitos que tinham uma compreensão, eu diria, mais classista, mais independente de sindicato, que a odiava, tá?! E aí a gente pode citar a professora Rilma que veio pra oposição conosco, já no início dos anos 1990, mas, que já fazia oposição esse grupo que ficou mais de 30 anos no sindicato.

Bauer e Vanessa Dantas: Existe mais alguma passagem da APEMA que tu julgues importante de ser lembrada?

Prof.^a Dolores: Talvez da transformação da APEMA em sindicato, né?! Seguindo a pressão do que vinha acontecendo né?! E porque a associação tem seus limites, né?! E eles compreenderam isso, mesmo sendo aquela uma direção muito reacionária não é?! Muito nos moldes getulista... eles compreenderam a necessidade de transformar em sindicato mas, no sentido muito corporativista, né?! pra galgar conquistas imediatas, né?! muito mais voltado pro imediatismo.

Entrevista concedida por escrito no dia 24 de janeiro de 2016, pela Prof.^a Lucimá Góes de Sousa, professora da UFMA, ex-presidente da APEMA.

Apresentação do entrevistado

Meu nome é Lucimá Góes de Sousa, sou licenciada em Matemática, com mestrado em Matemática pela Universidade Federal Fluminense e, atualmente, em fase final de elaboração de tese de doutorado em Ciência da Educação na Universidade Nacional de Rosário, na província de Rosário – Argentina.

Fui professora nas redes de ensino Municipal, Estadual e Particular nos anos de 1968 à 1993, nos Estados do Ceará e do Maranhão.

Sou professora da Universidade Federal do Maranhão, desde o ano de 1976, nomeada em 1981 através de concurso público, aposentada desse cargo e concursada pela segunda vez, lotada no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, com exercício no Departamento de Matemática.

Fui presidente da antiga APEMA (Associação dos Professores do Estado do Maranhão) transformada em SINPROESEMMA (Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão), após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e que garantiu ao servidor público o direito a sindicalização. Fui também presidente do Sinproesemma.

Bauer e Vanessa Dantas: Você tem notícia de embates envolvendo os professores estaduais maranhenses e o governo de Victorino Freire?

Prof.^a Lucimá: Não, apesar de não residir aqui, desconheço qualquer movimento nessa época.

Bauer e Vanessa Dantas: Quais foram os principais embates entre a APEMA e o governo (1976-1989)?

Prof.^a Lucimá: Foram muitos os embates nesse período, como sejam.

a) Movimento reivindicatório organizado pelo enquadramento dos professores da rede estadual de ensino e que possuíam curso superior no quadro de Outras Atividades de Nível Superior (OANS) em razão da melhoria salarial. Todos os professores, habilitados ou não, com curso superior ou não, eram remunerados com salário mínimo que ainda eram pagos atrasados.

b) Movimento reivindicatório em defesa da nomeação dos professores contratados e enquadramento de todos os professores no Estatuto do Magistério da época (final da década de 70).

c) APEMA se fez representar em Brasília por várias vezes, durante as votações da Constituinte pela garantia da aposentadoria do professor aos 25 anos, por ingresso na carreira do magistério exclusivamente por concurso público, efetivação na forma de lei, dos professores contratados e em exercício na data da promulgação da Constituição, pelo direito a sindicalização, piso salarial, entre outras. (década de 80)

d) Primeira grande greve liderada pela APEMA (década de 80) pela federalização do Centro de Ensino Educacional do Maranhão (CEMA). Esta era a escola implantada na capital e em alguns interiores, mantidas pelo estado, em péssimas condições, para ministração das aulas da Tv Educativa.

Todos os professores e técnicos em assuntos educacionais tiveram seus cargos federalizados e extintos a vagar. Esta greve serviu de espelho para o encadeamento de muitas outras, no mesmo período (década de 80). As escolas continuaram mantidas pelo Estado.

e) Greve forte dos professores, com várias retomadas, por melhoria das condições de vida, trabalho e ensino, culminando com renovação e implantação do Estatuto do Magistério com piso salarial, na rede municipal de ensino de São Luís.

f) Grande greve que ficou na história do nosso Estado, a maior em participação e duração, na rede estadual de ensino por um piso salarial, melhorias nas condições de trabalho, eleição direta para diretores de escola, formação continuada e formação inicial (normal, adicional, licenciaturas), participação no conselho estadual de educação, concurso público para cargo público, na carreira do magistério, exclusivamente por concurso público, incentivo de sala de aula entre outros (década de 80)

g) Greves em muitos municípios maranhenses por condições de vida, trabalho e ensino, tais como em Presidente Vargas, Rosário, Itapecuru Mirim, São Mateus, Bacabal, Vitorino Freire, Lago da Pedra, Pedreiras, Caxias, Imperatriz, Estreito, e muitos outros. (década de 80)

Bauer e Vanessa Dantas: Existia algum tipo de organização com características associativas ou que procurasse representar os interesses dos professores maranhenses naqueles dias?

Prof.^a Lucimá: Não, eu não conhecia qualquer outra organização, mas quando um desses movimentos se fortaleciam, surgiam criações de entidades novas com características visíveis de divisão da categoria.

Bauer e Vanessa Dantas: Você teria participado de algum congresso da CPB, quando e onde isso ocorreu?

Prof.^a Lucimá: Participei de vários, por exemplo, em Porto Alegre, Joao Pessoa, Recife, Vitória, no Espírito Santo, Brasília, etc. não lembro a década nem o ano.

Bauer e Vanessa Dantas: Como eram escolhidos os representantes da delegação maranhense que participava desses congressos?

Prof.^a Lucimá: Era realizada uma assembleia geral, e a relação dos possíveis delegados era aprovada. Com ou sem alterações pela referida assembleia.

Bauer e Vanessa Dantas: Você tem lembrança das principais discussões ocorridas nos congressos da CPB da qual participou?

Prof.^a Lucimá: Lembro que era sempre feito uma análise da situação da educação nos seguintes aspectos: econômicos (que era caótico), social, profissional, e de organização da classe; era também discutido e aprovado um plano de lutas da gestão. O debate durante as discussões, os debates eram muito calorosos e muitas vezes até agressivos. Hoje comparo um pouco com o que acontece no Congresso Nacional. (Violentos)

Bauer e Vanessa Dantas: Nos primórdios da APEMA houve uma série de relações com o governo do Estado, inclusive algumas estavam associadas a obtenção de recursos para aluguel da sede ou mesmo que pudessem favorecer a manutenção física da entidade. Como essas relações eram caracterizadas naquele período, havia algum tipo de apoio político aos governantes de então?

Prof.^a Lucimá: A APEMA teve seu embrião com a presença de alguém de fora como, palestrante sobre o processo de organização de classe. A orientação de encontro foi de um professor chamado Mario Carneiro que posteriormente foi eleito deputado. Eu não morava no Maranhão na época e tenho esse informe através da professora Iani Leão, que acompanhou esse processo e que até foi minha oposição quando concorreu na eleição por volta de 1984/85 à presidência da APEMA. A APEMA, nos primórdios, funcionava em uma minúscula sala no Liceu Maranhense e creio ter sido obtida pela intervenção do professor Mario Carneiro que era professor da casa, e foi até diretor. Quanto ao aluguel da sede, desconheço qualquer obtenção de recurso para a manutenção ou pagamento do espaço físico por parte do Governo da época.

Tenho conhecimento que foi solicitado ao governo a doação de um dos casarões do patrimônio histórico, isto na gestão do professor Anacleto o qual foi atendido pelo Governador Ivar Saldanha, que fez a doação de um dos casarões antigos, sujo e com muito mato e lixo, tendo sido recuperado pelo presidente Anacleto. Por ser um casarão, por ter que ser preservado e permanecer para a APEMA enquanto essa entidade existisse, foi solicitado sua inclusão no projeto de reformas pelo patrimônio junto ao setor competente em razão do risco de desabamento a cada inverno. Este casarão até hoje continua a ser a sede de nossa entidade e continua inscrito no patrimônio histórico. O que acontecia naquela época, acontece hoje. Existem os que tem interesses políticos e se aproximam ou ajudam, buscando retorno mas, pelo que me consta não havia qualquer acordo de retorno, em qualquer que fosse o processo de busca junto a políticos para a vitória nos fins buscados. Nós, da diretoria, entendíamos que voto era direito cívico e político de cada cidadão e como tal devia ser respeitado. Segundo informações da ex-presidente, Iani Leão, na sua gestão foi comprada uma casa, com as minguadas contribuições dos sócios da época. E esta casa foi vendida na gestão seguinte (professor Anacleto, o que gerou impasse por não ter sido discutido e aprovado em assembleia geral.

Bauer e Vanessa Dantas: Quais são as suas lembranças do papel da primeira direção eleita da APEMA? Como se sabe a mesma foi realizada no dia 3 de julho de 1976, a senhora chegou a participar desse período, e se recorda dos pontos políticos e conjunturais que foram discutidos naquela oportunidade?

Prof.^a Lucimá: Só sei da palestra que foi ministrada para despertar nos professores interesse de organização da classe no Maranhão. Esse informe me foi repassado pela professora Iani Leão.

Bauer e Vanessa Dantas: A historiografia brasileira aponta que o Brasil estava vivendo em um processo de lutas pela superação do regime ditatorial naquela oportunidade. Como os trabalhadores em educação do Maranhão encaravam esse período? Havia algum tipo de resistência?

Prof.^a Lucimá: Havia muito medo de repressão, de ameaças de perda do emprego por parte dos professores. Na época, um pouco anterior, a luta pela federalização do CEMA (Centro de Ensino do Maranhão), três professoras foram demitidas, entre essas professoras, Laise* (falecida), considerada pela categoria uma mulher digna e uma profissional competente. Todos voltaram para os seus cargos após longo processo judicial.

(*) não lembro o sobrenome.

Na época, todo e qualquer trabalhador que não se subordinava a permanecer alheio a exploração a que era submetido, ou seja, que apresentasse alguma resistência era submetido a punições e eram ditos subversivos.

Bauer e Vanessa Dantas: Em seus primórdios, em sua opinião, como a atuação da APEMA pode ser caracterizada (classista, corporativista, clientelista...)?

Prof.^a Lucimá: Eu classifico como corporativista. A luta era em defesa do emprego, do salário e das condições de trabalho da categoria.

Bauer e Vanessa Dantas: Havia uma perspectiva dos dirigentes dessa entidade em procurar se relacionar com outras categorias de trabalhadores? Quais eram essas categorias e como se enlaçavam?

Prof.^a Lucimá: Havia sim, com apoio a manifestos em geral quando éramos procurados e, em participação de eventos em datas comemorativas como o dia do trabalho (1º de maio). As classes eram de bancários, metalúrgicos, servidores e professores públicos federais. É bom lembrar que vivíamos um período de transição conservadora (1985- 1990) e ainda muito carentes de participação em organizações e lutas mais gerais de trabalhadores. A CPB/ CNTE realizava encontros, seminários, simpósios, conferências e outros buscando conscientizar a categoria discutindo questões diversas que resultava nas problemáticas vivenciadas por nós trabalhadores.

Bauer e Vanessa Dantas: Você teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical da prof. Antônia de Arruda Soares (1ª presidente da APEMA)?

Prof.^a Lucimá: A Doutora Antônia Arruda era médica e professora da escola normal, soube hoje que esposo dela era deputado federal. Penso que uma característica política enquanto nossa líder foi o fato de ter aceito ser dirigente de uma entidade de classe num contexto de mais de década de ditadura e já com uma idade avançada e sendo médica, profissão até hoje muito respeitada no Brasil. Isto pode ter despertado o interesse de outros professores. Uma característica sindical foi seu empenho na luta por condições de vida (salário), trabalho (melhoria das escolas) e ensino (formação). Doutora Antônia, na época já lutava em negociações desse tipo (informes obtidos por sócios da época) e frequentou o sindicato até próximo ao seu falecimento.

Bauer e Vanessa Dantas: Em fins da década de 1970, o Brasil vivia momento de grande efervescência/ebulição e mobilização dos trabalhadores e dos movimentos sociais que clamavam pela abertura política no país. Foi nesse cenário que se realizou, em janeiro de 1978, o XIII Congresso da CPB, na cidade alagoana de

Maceió. Você tem notícia da participação da APEMA nesse importante evento? Quais foram as reivindicações que esses professores levantaram nesse congresso?

Prof.^a Lucimá: Não tenho conhecimento. Só agora estou sabendo que houve um Congresso em Alagoas.

Bauer e Vanessa Dantas: Uma das questões centrais colocadas para os membros da APEMA no início da década de 1980, foi a luta pela regulamentação e aprovação do Estatuto do Magistério. Em sua opinião, quais foram os principais passos que levaram à sua aprovação? Qual foi a importância da aprovação do chamado Novo Estatuto do Magistério para a categoria?

Prof.^a Lucimá: Foi uma greve, com a participação, de 100% da categoria, com apoio de várias entidades sindicais, todas as oposições, a imprensa, enfim, a organização da categoria e a resistência acima de tudo.

Observamos que este estatuto foi aprovado e implantado por um mês, e depois de poucos meses a Lei foi revogada pelos mesmos deputados que a aprovaram, com exceção de cinco deputados. Só em 1994 foi aprovado e implantado um outro Estatuto, por final bem melhor que o anterior. Este Estatuto aprovado era muito importante por que constava de reivindicações antigas da categoria, tais como: piso salarial; plano de carreira; ingresso no cargo por concurso público; incentivo de 100% e 130% (para professores de classes especiais); direito a afastamento de sala de aula com incentivos financeiros, se o afastamento fosse por problemas de saúde ou para outras atividades com educação; redução de carga horária sob condições de idade e tempo de serviços; criação da divisão do Estatuto do Magistério; vantagens de incentivo promoção e progressão retroativa a todos, aposentados ou não, que comprovasse as condições exigidas na forma de lei, outros.

Bauer e Vanessa Dantas: Qual a relação da Lei do Cão e a Greve de 1985?

Prof.^a Lucimá: Essa Lei do Cão, nós assim chamávamos, por conta da forma de contrato que o governo fazia conosco, que na verdade nós não tínhamos segurança em nada era salário mínimo, e além disso ficávamos meses sem receber. Quando eu assumi a associação, que foi nesse período de 1984 para 1985, e nós iniciamos esse movimento. Tenho inclusive, fotos desse período, tenho também o Estatuto que culminou com essa greve, que foi negociado com o governo Luiz Rocha; e essa negociação, se deu via um assessor do governador, Edvaldo Holanda, e ele foi que teve astúcia política para sentar com a gente pra negociar, porque o governador era uma pessoa muito grosseira, não queria nem chegar perto da gente, ele inclusive suspendeu salários na época, e a greve acabou porque nós tivemos informações seguras de ameaças de demissão de muita gente, e as pessoas já não tinham um salário que prestasse, ainda mais demitido?! Então nós tentamos negociar mais uma vez, mas teve gente que foi contra o fim da greve. Mas a gente tem que lutar pra vencer e não pra perder totalmente tudo da gente, assim que eu pensava e muita gente também pensava assim. E eu recordo que o Jornal O Imparcial meteu a lenha porque era do lado de Isaurina Barreto que era do PDT... Então tinha muito haver com política o posicionamento das pessoas, não havia um olhar sobre a questão da categoria, do professor enquanto professor, das necessidades deles, dos problemas dele, não, era muita política. E eu sei que a greve foi sustentada muito pela

oposição, e depois eu vi que as pessoas que se manifestavam eram mandadas de alguém, e eu vi que isso não era bom para o movimento.

Bauer e Vanessa Dantas: Existe alguma passagem dessa trajetória que você julgue importante ser lembrada?

Prof.^a Lucimá: Na época nós tínhamos um espaço em jornal e toda semana publicávamos um artigo denunciando as mazelas da educação local e nacional. Isto ajudava a resolver muitas de nossas causas. O jornal era o “O JORNAL HOJE” e o espaço dos artigos era “APEMA OPINA”.

Bauer e Vanessa Dantas: Você poderia resumir a trajetória histórica da APEMA do período que você assumiu a direção da entidade até 1989, quando houve a transição para sindicato?

Prof.^a Lucimá: Foi um período de efervescência de luta, de tentativa de recuperar o rumo perdido. Foram muitas greves na capital e interior com professores das redes estadual e municipais e o CEMA. Foram muitos cursos de formação continuada e sindical ministrados. Muitas passeatas e movimentos de rua. Foi um período muito bom na melhoria da conscientização política e profissional da categoria, mas não o suficiente para a manutenção da luta pelos direitos conquistados e por outros não alcançados. Perdemos tudo. Estamos retrocedendo.

Diretorias.

1º presidente: Antonia Arruda

2º presidente: Iani Leão

3º presidente: Antonio Anacleto

4º presidente: Antonio Marmo

5º presidente: LucimáGoes

6º presidente: Marcia Helena

7º presidente: LucimáGoes

8º presidente: LucimáGoes

Notas:

(1) Em 1993 o Brasil só investia 2,5% do PIB na educação das novas gerações, o fracasso escolar era em torno de 50 % nos últimos anos da década de 80. Os salários dos professores eram baixíssimos. A jornada de trabalho era excessiva.

(2) Qualquer dúvida me procure

Ligue 996173145

981133844

31 85 3272.8226 / 25 UFMA

E-MAIL: lucimagoes@yahoo.com.br

Entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2016 com o professor Mário José Dias Carneiro, membro fundador e patrono da APEMA; ex-deputado estadual; e professor aposentado da UFMA.

Apresentação do entrevistado

Meu nome é Mario José Dias Carneiro, nome de guerra, Mario Carneiro, meu nome político. Eu entrei no Liceu em 1975, no governo Nunes Freire, como diretor do Liceu. E quando eu estava diretor, recebi a visita da professora Thereza Noronha, presidente Nacional da Associação dos Professores do Brasil, ela do Rio Grande do Sul, e... esteve aqui nos visitando. E, neste ano de 1976, aconteceu um congresso nacional, e parece-me, que até Internacional, no Paraná, e ela nos convidou, e nós ficamos entusiasmados aqui; eu diretor do Liceu... eu fui ao governador, meu amigo na época... eu tinha dificuldade pra mandar esses professores ao Paraná, fui ao governo, fui ao palácio lá, ele colocou a minha disposição um ônibus. Olha bem, lotei esse ônibus aqui de professores da rede pública e fomos ao Paraná pra esse congresso internacional de professores. Isso foi sucesso, saiu daqui, passaram três, quatro dias daqui pra lá, outros três, quatro, de lá pra cá, isso foi uma diversão, foi um divertimento muito grande deles. Eu não pude ir, mas, mandei a delegação... E quando eles chegaram da viagem, todo mundo entusiasmado, foi que aí nós fundamos no Maranhão, a Associação dos Professores do Estado do Maranhão, com sede no Liceu Maranhense, eu dispus uma sala pra poder ficar... nomeamos, é... a primeira presidente foi a professora Antônia, Antônia Arruda, que era professora da universidade, morava lá na Aurora, ela tinha uma casa, onde hoje é o jardim botânico lá da Aurora. Então, ela foi a presidente, anteriormente ela era uma médica, professora do Liceu, gente da mais alta classificação. Pois bem, então, daí pra frente, eu fui indicado para patrono da Associação dos Professores do Maranhão, e até hoje eu tenho esse título como patrono... a Lucimá, que você teve com ela, por exemplo, foi uma outra presidente, e que a esta época transformamos a Associação dos Professores do Estado do Maranhão em Sindicato dos Professores do Maranhão, que é o que existe hoje aí, na comunidade da educação. Mas, nós fizemos muito movimento, filiamos muita gente nessa associação; era uma entidade de representatividade do Estado do Maranhão. Portanto, você vai encontrar muita coisa por aí, nos jornais, em tudo, e, além disso, essa minha vocação de professor, eu sou aposentado da Universidade Federal do Maranhão, fui professor do Liceu e fui diretor. Então, em 1988 me elegi deputado estadual e passei a ser o termômetro, o visual, a voz dos professores do Estado do Maranhão. Então, quando se falava em professor já tinha até uns embates gigantescos. Te indico, pra você ir à Assembleia, lá você pode procurar no setor dos anais da casa, lá você vai encontrar muita coisa da luta que nós tivemos nessas épocas a respeito dos professores do Estado do Maranhão. De salário, de carga horária, de aprovação do estatuto do magistério... No governo de 1978 a 1982 que fui deputado, tivemos a aprovação do estatuto do magistério. A espinha dorsal do que existe hoje foi aprovado nessa época na Assembleia Legislativa, tem isso tudo lá. Nós lotamos aquela Rua do Egito, ali, a assembleia lotada inteiramente de professores, foi o movimento maior do mundo, apareceu também nessa época, a greve dos estudantes da Universidade, e eu como professor tava no meio disso tudo, no sentido de contemporizar, orientar, de tudo foi uma greve vitoriosa.

Isso tudo era tratado em assembleia e juntava professor, estudante e tudo era... era o rolo da sociedade. Viu?!

Bauer e Vanessa Dantas: essa greve da meia-passagem, então, o senhor fez parte, apoiando os alunos em 1979?

Prof. Mário: Fui parte importante nisso aí, exatamente, porque apoiando e orientando, só eu e meus alunos. Um que já era grevista nessa época, era o atual governador Flávio Dino, era o Juarez Medeiros, que foi deputado junto comigo em outra legislatura, quer dizer, essa turma toda eu participei, e meu colega que incentivava [trecho suprimido a pedido do entrevistado] era o Haroldo Saboia, que inclusive, era oposição violenta...E eu, embora fosse deputado do governo na época, mas, na hora da educação e independência eu estava a orientar tanto professor, quanto aluno no sentido da luta deles, que era uma luta justa. Eu gosto muito de lutar pela justiça da coisa, sabe? independente de cor partidária.

Mas, ainda sobre a greve dos estudantes, todos foram reprimidos.. Foi nesta hora quando aconteceu a repressão que foram para a Rua Grande, fechando tudo, fechando loja, e as coisa tudo; e aí nessa hora nós fizemos uma comissão de deputados e, eu, mais ou menos à frente de tudo isso, porque era bem quisto tanto dum lado quanto do outro, quanto mais pelos professores que sabiam que eu estando no meio a coisa era bem disciplinada.

E a APEMA se fazia representada pela nossa participação, ali naquele momento; por isso fui patrono dela como professor, como integrante dela, sócio... e junto eram os professores em geral, se eu tivesse no meio eles sabiam que era coisa que prestava. Então como a liderança que a gente tinha na APEMA é... era normal o professores... você precisava ver os embates que eu tive na Assembleia, enchia o auditório, enchia a galeria, a rua, a Assembleia ficava lotada de professor.

Bauer e Vanessa Dantas: Qual foi a finalidade da visita da professora Thereza Noronha em São Luís?

Prof. Mário: Nós soubemos desse congresso, e eu me interessei por isso, me interessei e entrei em contato com ela, entrei em contato com ela e ela veio nos visitar aqui. Dessa visita, eu enchi esse ônibus, arrumei o transporte, e mandei uns 50 professores, mais ou menos, eu mandei pra lá. Então isso foi uma alegria... Era a maior comitiva que tinha lá no congresso, oriunda... distante, olha a distância do Maranhão ao Rio Grande do Sul.

Bauer e Vanessa Dantas: Existia algum tipo de organização com características associativas ou que procurasse representar os interesses dos professores maranhenses naqueles dias?

Prof. Mário: Olha, o que a gente sabe, era assim meio pálido, um negócio aqui, outro acolá, mas tudo meio pálido. Mas, de envergadura, de representatividade do professor do Maranhão, da escola pública principalmente, foi a APEMA.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor teria participado de algum congresso da CPB, quando e onde isso ocorreu?

Prof. Mário: Olha, eu sempre me esforcei pra que os professores fossem, mas, eu nunca tive a oportunidade de estar... daí pra frente os presidentes só me comunicavam que estavam indo pro congresso, tudo, etc. e tal e sempre tinham o nosso apoio.

Bauer e Vanessa Dantas: Como eram escolhidos os representantes da delegação maranhense que participava desses congressos?

Prof. Mário: Ah, era um negócio muito democrático, porque aqueles que tinham algum queriam mas, não tinham condição de ir, outros tinham outras obrigações; então escolhiam-se as pessoas; eu acho que não tinha nem limite, que pudesse ir, ia, sempre no Maranhão era assim. Então às vezes nós conseguíamos o transporte, alguma verba pra custear despesas lá mas, não era sempre, então muitos professores queriam ir, mas, já sabe, o salário é desse tamanho, como dizia o professor Raimundo.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor tem lembrança das principais discussões ocorridas nos congressos da CPB que eram trazidas para o conhecimento da categoria maranhense?

Prof. Mário: Olha, estatuto do magistério, que inclusive, foi motivo deu encampar na Assembleia Legislativa e aprovarmos um estatuto ao gosto que nós queríamos, ao gosto dos professores, embora com muita luta, nós aprovamos aquele estatuto com questão de carga-horária, com questão de vencimentos, melhoria salarial, tudo isso, e, esses embates nós sempre fazíamos, é, internamente na APEMA, e, também, na Assembleia Legislativa. Então as discussões da APEMA eram reflexos dos congressos que a gente defendia nos congressos e queria aplicar na Associação do Estado do Maranhão. E criar projetos, eu fiz vários projetos para o Governo do Estado melhorar a questão de carga-horária, a instalação de 40 horas, 20 horas, a modificação do estatuto, remuneração, diminuição de carga-horária quando o professor fosse caminhando mais pro fim da carreira, diminuição de carga-horária; tudo isso nós fizemos. O estatuto do magistério do Maranhão é o modelo do Brasil, serviu de modelo pro Brasil.

Bauer e Vanessa Dantas: Sobre a Lei do Cão, como o senhor a caracterizaria?

Prof. Mário: Olha, a Lei do Cão, eu combati muito a Lei do Cão. E era uma situação pela irregularidade dela. Era o Art. 93, do inciso 3º da Constituição do Estado, que o governo podia nomear precariamente, tu tá entendendo?! O governo podia contratar precariamente, mas, por determinado período. Mas, isso aí virou vício, aí chegou ao ponto do cidadão... por que é Lei do Cão? Porque o cidadão não tinha vantagem nenhuma. Ele saía dali, não levava nada porque era uma lei que não tinha eficácia, por isso foi o apelido da Lei do Cão. E aí, como a Lei do Cão depois de tudo isso que aconteceu, ela virou um problema a ser resolvido pelo estado, e foi pra Assembleia e aprovou-se a Lei do Cão para se transformar em funcionário normal, etc., etc. e tal, sem concurso, sem nada, pela duração do tempo que já vinha se fazendo esse artigo. A Lei do Cão surgiu no governo de Castelo, e eu era deputado. Naquela época o governador Nunes Freire entregou o Governo do Estado para João Castelo com 22 mil funcionários, o João Castelo deixou o estado com 52 mil funcionários. Ele nomeou 50 mil funcionários para o Estado. Por isso, que qualquer

eleição que ele entre, ele já entra com um bocado de voto na frente, porque o povo ainda lembra aquilo que foi feito... o cidadão fez um bem, e as pessoas classificaram como tal, e até hoje, se ele entra numa eleição... São Luís principalmente, ele já entra com a vantagem sobre qualquer um... isso porque depois acabou que essas pessoas receberam estabilidade, deixou de ser Lei do Cão e passou ser Lei de Deus.

Bauer e Vanessa Dantas: Nos primórdios da APEMA houve uma série de relações com o governo do Estado, inclusive, algumas estavam associadas a obtenção de recursos para aluguel da sede ou mesmo que pudessem favorecer a manutenção física da entidade. Como essas relações eram caracterizadas naquele período, havia algum tipo de apoio político aos governantes de então?

Prof. Mário: Não. Nosso governador e o nosso candidato era a Educação. Melhores condições para nós exercermos a educação. Quando eu deputado e o colega deputado Ivar Saldanha, foi assumir o governo pela saída de João Castelo, ele era o vice, porque o vice, General Arthur Carvalho tinha morrido, então ficou como vice, na hierarquia o presidente da Assembleia, e Ivar era o presidente da Assembleia. Quando João Castelo renunciou pra ser Senador da República, então Ivar Saldanha assumiu o Governo; nesta época nós conseguimos com Ivar Saldanha e amizade com ele, mais nós professores, era nosso colega, nós estávamos juntos na Assembleia, votava junto comigo as coisas dos professores, aí nós conseguimos aquela casa lá no centro... a presidente parece-me até que era... Lucimá, não sei... só sei que conseguimos a casa através do Governado Ivar Saldanha, nós devemos isso a ele, e ele era a pessoa de nossa alegria ali dentro. Então, naquilo que o governo concordasse conosco... nós não íamos fazer oposição por fazer oposição, nós fazíamos oposição responsável, pelo bem da categoria.

Bauer e Vanessa Dantas: Quais são as suas lembranças do papel da primeira direção eleita da APEMA? Como se sabe a mesma foi realizada no dia 3 de julho de 1976, a senhora chegou a participar desse período, e se recorda dos pontos políticos e conjunturais que foram discutidos naquela oportunidade?

Prof. Mário: Olha, a parte de maior lembrança na APEMA, dessa época, é a figura da Dr.^a Antonia Arruda. Ela era professora do Liceu, médica, uma criatura de uma simpatia... ela foi escolhida presidente da APEMA, por aclamação, era uma pessoa que combinava tudo aquilo, todo espírito dessa associação nossa; então era uma pessoa carinhosa, prestativa, era uma pessoa que preencheu os requisitos necessários para uma presidente da APEMA naquela época. Uma entidade de responsabilidade, uma entidade reconhecida e respeitada pelo governo do estado, pelas autoridades, pela confederação nacional; ela era a caçula das associações no Brasil, portanto, a Thereza Noronha, presidente nacional tinha uma verdadeira adoração por nós. Ela veio outras vezes aqui, e ela nos tratava, ela se comunicava diretamente conosco, pelo amor, que ela tinha pela associação. A Dr.^a Antonia, eu gostava de dizer que ela só deixou de ser presidente da APEMA porque quis, mas, ela seria a eterna diretora da APEMA porque era uma criatura que se dava bem com todo mundo, tinha um bom relacionamento com todo mundo e era uma criatura de primeira, minha amiga, era uma pessoa um tanto idosa, então todo mundo tinha muito respeito pela Dr.^a Antonia e consideração por todo mundo.

Olha, eu quero te dizer outra coisa, que apesar de nós estarmos em 1976, ainda no regime militar, mas, a fundação da nossa associação, até onde eu sei, como um dos cabeças, modéstia parte, um do principal cabeça dessa fundação, eu nunca tive qualquer uma influência do lado militar contra nós. Muito antes, pelo contrário. Eu como diretor do Liceu, nós éramos bastante requisitados pelo quartel aqui, 24 BC, pra participar de festividades, etc. e tal, festividades que nós tínhamos no Liceu, convidávamos as autoridades todas e participávamos muito de práticas esportivas, e vice-versa... nós tínhamos uma convivência muito boa. Então, a Dr.^a Antônia foi escolhida, aclamada por nós, porque ela juntava todas as qualidades: morais, intelectuais, prestativa, de conhecimento, de tudo, pra ser presidente da APEMA; ela foi escolhida por aclamação, exatamente porque não se achou uma pessoa que quisesse ser contra a prof. Dr.^a Antônia; ela era uma pessoa dócil, uma pessoa muito querida, e era professora do Liceu, e o Liceu era o carro chefe de todos esses outros colégios, todas essas entidades.

Bauer e Vanessa Dantas: A historiografia brasileira aponta que o Brasil estava vivendo em um processo de lutas pela superação do regime ditatorial naquela oportunidade. Como os trabalhadores em educação do Maranhão encaravam esse período? Havia algum tipo de resistência?

Prof. Mário: Olha, até onde eu sei, até onde eu acompanhei, nós dificilmente tratávamos alguma coisa sobre regime, sobre alguma, coisa... nós tratávamos sobre a democracia da entidade, a participação da entidade; não lutávamos por absurdos, ou por exceções, e sim pelo que na realidade nós tínhamos direitos, e sempre fomos reconhecidos com os nossos direitos e sempre fomos respeitados.

Bauer e Vanessa Dantas: Em seus primórdios, em sua opinião, como a atuação da APEMA pode ser caracterizada (classista, corporativista, clientelista...)?

Prof. Mário: Eu caracterizo a APEMA como uma entidade puramente dirigida ao seu domínio: Educação. Ao seu domínio dos seus associados; associação democrática que lutava pelos interesses da categoria dos servidores da educação. Isso era na Assembleia, ia lutar pelo estatuto do magistério; ia lutar pelas leis que beneficiavam os profissionais da educação. Nós, não quer dizer que fugíamos a isso, mas, a nossa primeira e mais importante luta, era pela educação, educação de qualidade, salários dignos, lutamos muito com isso. Eu acho que isso aí já era o tempo suficiente pra nós lutarmos por nós, não tínhamos tempo pra lutar pelos outros.

Bauer e Vanessa Dantas: Em fins da década de 1970, o Brasil vivia momento de grande efervescência/ebulição e mobilização dos trabalhadores e dos movimentos sociais que clamavam pela abertura política no país. Foi nesse cenário que se realizou, em janeiro de 1978, o XIII Congresso da CPB, na cidade alagoana de Maceió. Você tem notícia da participação da APEMA nesse importante evento? Quais foram as reivindicações que esses professores levantaram nesse congresso?

Prof. Mário: Olha, me recordo bem, nós tínhamos a luta da aposentadoria pra mulher aos 25 anos, e o homem aos 30 anos. E tentaram nos colocar como um servidor público normal, ou seja: a aposentadoria pra mulher aos 30 e aos 35 para o homem, mas, nós tivemos presente, sempre muito bem representado. Nesta época, já começava aquela transformação de associação em sindicato de categoria, que eu

particularmente, eu particularmente, não... é... porque aí aparecia as abrangências legais, etc e tal para os servidores, mas, eu era muito mais do tempo da associação. Por que que eu era mais do tempo da associação? Porque ela lutava pela classe, ela lutava pela classe. Quando transformou isso tudo em sindicatos, aí nós vemos uma série de adesivos que colocaram nisso tudo: o cidadão saia do emprego pra ficar sendo presidente do sindicato, pra ser funcionário do sindicato, continuava recebendo... o tempo nosso, das nossas associações, absolutamente nada, Dr.^a Antônia era presidente, e todas as pessoas que eram diretora continuavam dando suas aulas, trabalhando dentro de suas profissões, por isso é que eu acho que a associação é mais ligada à classe do que o sindicato. Então nós lutamos por tudo isso, foi representação

Bauer e Vanessa Dantas: Uma das questões centrais colocadas para os membros da APEMA no início da década de 1980, foi a luta pela regulamentação e aprovação do Estatuto do Magistério. Em sua opinião, quais foram os principais passos que levaram à sua aprovação? Qual foi a importância da aprovação do chamado Novo Estatuto do Magistério para a categoria?

Prof. Mário: Olha, eu na Assembleia enquanto deputado, eu discursava na tribuna sobre esse assunto um dia sim e outro também, e mostrando... o meu trabalho foi sensibilizar primeiro meus pares, tá entendendo? Então ficou simpático a coisa na assembleia, a liderança do governo que era um companheiro velho meu, que Deus o tenha, deputado Zé Bento Neves, e eu era vice-líder do governo. E eu comecei a sensibilizar essa turma toda e cada dia ia aumentando as galerias e a rua quando tratava disso... opa hoje vai ter discussão sobre as coisas da educação... então começou a frequentar muito a assembleia, os professores. Aí nós conseguimos sensibilizar o governo a reformar o Estatuto do Magistério... indicação, debate, muitos discursos, etc. e tal, e o governo resolveu reformar o Estatuto do Magistério, que era uma reivindicação, uma luta do próprio Secretario de Educação que era professor também, etc, etc. e tal... formataram o Estatuto do Magistério, mas, ainda não assim como nós queríamos, aí passou a parte nossa. E eu disse: - Gente, só vai com a Assembleia cheia de professor; e isso, quando esse estatuto começou a ser discutido, a Assembleia era cheia de terça a sexta-feira, lotada de professor, cada dia era um assunto, uma coisa, emenda pra poder melhorar aquilo, eu devo ter apresentado naquela época, tá lá nos anais da casa, se tu quiser procurar pra ver, umas cem, duzentas emendas, pra poder... assunto que estava lá e nós queríamos rever... nós modificamos um bocado de coisa, algumas coisas não tinha jeito, mas, modificamos. Olha nós modificamos a questão salarial, não como nós queríamos mas, melhorou, a questão de carga-horária, a questão de planejamento no estatuto pra poder você ter tantas horas pra lecionar e tantas horas pra planejar, tantas horas pra corrigir prova; foi se transformando em um Estatuto mais humano, foi essa época de 1982. Foi nessa época de 1982 que o Estatuto teve essa conotação; as outras modificação pra frente, foram consequências daquela. Mas, nós conseguimos nessa época muita coisa, coisa que nego pensava que nós não íamos conseguir. Mas, a luta foi árdua, a briga foi intensa, era casa cheia todo dia, e você sabe, a pressão sobre o governante é diferente, cada um daqueles que estavam ali comigo, nós éramos 32, cada um daquele tinha um parente, um filho estudando que pedia por ele... aí fizemos a sensibilização, fizemos um trabalho muito bom, todo mundo, um trabalho muito bom. E dia da sessão, no colégio não dava aula e arrochava pro rumo da Assembleia, casa cheia.

Bauer e Vanessa Dantas: Existe alguma passagem dessa trajetória que você julgue importante ser lembrada?

Prof. Mário: Primeira de todas as principais: a ida dos professores a Curitiba no Paraná e de lá vindo a fundação da APEMA; Aprovação do Estatuto do Magistério na Assembleia Legislativa, eu considero dentro das importantes; e a presidência e o desempenho da professora Antônia Arruda; considero essas coisas muito importante; e quando Lucimá, por exemplo, fez a transformação, que eu não gostei muito de transformar de associação, mas, tinha que... pra sobreviver tinha que ter feito aquilo, era se transformar em sindicato.

Bauer e Vanessa Dantas: O senhor conheceu o professor Anacleto? Como o senhor descreveria o papel político e sindical dele?

Prof. Mário: Demais, Anacleto era vice do Gonçalves Dias, não era minha filha? Ele foi vice diretor de um desses colégios, aí... Anacleto foi um bom presidente também, ele teve grandes conquistas, Anacleto. Ele foi... era um cara que participava bem da coisa, tem o seu valor dentro da associação, era querido também, como a Lucimá era querida... quer dizer: nós defendíamos a nossa causa, que era a Educação. O importante do Sindicato dos Professores é que quando passou a ser sindicato passou a ser politizado, aí pronto, arreventou tudo. Nós naquela época não tinha esse negócio de política no meio, nós defendíamos Educação. Hoje o quê que se vê no sindicato nosso aí? Eu certa vez fui ao Sindicato... nessas novas administrações de PC do B, desses negócios que tem por aí, aí eu fui lá conversar com o presidente. Eu lá como patrono, lá tem uns negócios meu lá, desde a associação... o embrião do sindicato... rapaz por que que você não faz... Convide os ex-presidentes da APEMA, pra se formar um conselho consultivo pra vocês... mais democrático, tudo... Uhhh professor, é um negócio bacana! Mas, ficou só naquele negócio: - uhhh professor é um negócio bacana. Não querem interferência de ninguém... hoje, o que se vê aí, pelo menos as informações que eu tenho de alguns professores que se encontram comigo é que é um grupo fechado, é política, é política 24 horas por dia. Educação, nota zero. Nós fazíamos a política da educação. A APEMA fazia a política da Educação, nada absolutamente política partidária. Nosso partido era Educação.

Agora Iani, que os professores lançaram ela candidata a deputada estadual. Ela foi candidata a deputada estadual pelo PMDB. Não se elegeu... eu disse pra ela: - Iani, tudo bem! Muito boa presidente, competente... largou até depois a profissão de professor, passou em direito, começou a advogar, e passou a advogar para professor...

Lucimá também foi muito boa presidente, lutou demais pela categoria, agora só que ela saiu contrariada... assumiu a oposição, que era os comunistas, e aí, o marasmo que ficou a coisa... hoje você não vê nem falar.

Entrevista realizada com Raimunda Rilma Melo de Carvalho no dia 20 de janeiro de 2016, às 20h32, professora aposentada de educação básica da rede estadual do Maranhão.

Bauer e Vanessa Dantas: Quando a senhora ingressou na profissão de professora?

Prof.^a Rilma: Como professora eu comecei logo que eu cheguei, porque eu sou do interior né?! eu vim pra cá, eu fiz vestibular, passei. Aí eu fui trabalhar primeiro no Ateneu... Eu comecei no Ateneu, depois passei pra o município, fui trabalhar no... como é o nome daquele colégio ali na Alemanha? Luís Viana. Aí eu trabalhava lá pela manhã e trabalhava no Ateneu a noite, e estudava a tarde. Aí eu passei no concurso da TVE, aí fiquei trabalhando de manhã na TVE, a tarde na faculdade e a noite no Ateneu, né?! Até me formar. Aí quando eu me formei, eu consegui no estado, aí fiquei no Estado e na TVE, né?! Então, a partir do Estado, e a partir da TVE também, os problemas que vão surgindo, a gente vai se envolvendo, né?! Tanto no Estado como na TVE, a gente vai se envolvendo por causa das irregularidades, por causa das coisas que vão surgindo, né?! e a gente quando pensa que não tá envolvido no movimento.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora tem notícia de algum embate envolvendo os professores estaduais maranhenses e o período Vitorinista?

Prof.^a Rilma: Não.

Bauer e Vanessa Dantas: Existia alguma entidade com característica associativa ou que procurasse representar os interesses dos professores?

Prof.^a Rilma: Não, eu já lembro mesmo é a partir da APEMA, que era a associação dos professores, né?! então a partir da APEMA é que eu tenho esse conhecimento, antes, não.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora teve alguma participação em algum daqueles congressos que ocorreram da CPB?

Prof.^a Rilma: Não, o congresso que eu participei foi pela TVE em Brasília. Nessa época nós fomos escolhidos por... como a gente trabalha por disciplina né?! então foi escolhido um professor de cada disciplina pra gente ir pra Brasília... minha disciplina era história, e como a gente tava muito defasado, né?! e as coisas lá fora estavam... nunca pararam, né?! tava avançado e a gente aqui no Maranhão tava... eu acho que eles sentiram, né?! que estava muito defasado e aí nós fomos. Só que quando nós chegamos lá, eu acho que por causa do tempo que a gente passou aqui... assim... sem nenhuma atividade, sem alguma coisa assim, é, a gente ficou assim, a princípio, meio perdido, né?! aí já a partir do segundo dia que a gente foi tomando pé da situação, mas, foi só uma semana. Foi muito bom, mas, foi um período muito curto. Mas, esse foi um congresso de caráter didático, metodológico, não foi um congresso político. Desses congressos políticos sabem quem fala muito bem deles pra você? Meu irmão, que ele foi.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora sabe como era a escolha desses representantes que participavam desses congressos políticos?

Prof.^a Rilma: Eu não sei, porque eu nunca fui convocada/convidada. Eu nunca vi assim assembleia, eu acho que era a ponta de dedo, eu acho, porque eu nunca fui convocada pra decidir, eu só sabia a notícia. A princípio diziam assim: - Não, vamos pra tal lugar, vamos pra tal lugar, cada ano iam pra um lugar diferente, né?! Mas, meu irmão te conta isso bem direitinho, que ele foi muitas vezes.

Bauer e Vanessa Dantas: Nos primórdios da APEMA existia uma série de relações com o governo do estado, inclusive, algumas que estavam associadas à obtenção de recursos para o aluguel da sede, ou mesmo que pudessem favorecer a manutenção física da entidade. Como essas relações eram caracterizadas naquele período? Havia algum tipo de apoio político da APEMA para com os governos?

Prof.^a Rilma: Olha, eu acho que isso aí, só a diretoria da APEMA sabe... porque essas coisas sempre... era a cúpula, tá entendendo? A participação dos professores não existia. Agora se sabe que existia essa troca de favores, a gente sabe que existia pela própria... éé... pela própria Lucimá. Vamos supor... eu falo mais da Lucimá porque foi do meu tempo... pela própria atitude dela, tá entendendo?! Então a gente sabe que existia, mas, isso era só a cúpula; os professores não participavam.

Bauer e Vanessa Dantas: Quais são as lembranças que a senhora tem da primeira direção eleita?

Prof.^a Rilma: Não, dá prof. Antonia, eu soube depois, que ela foi eleita... o que acontecia muito que eu lembro bem, é que qualquer pessoa votava nas assembleias, não no começo, já mais pra o período de Lucimá, porque ela marcava o credenciamento para 8h, mas, começava 6h, aí quando era o horário marcado, os professores não conseguiam mais o crachá pra votar. Era desse jeito!

Bauer e Vanessa Dantas: Professora, senhora se recorda dos pontos políticos e conjunturais que eram discutidos pela APEMA naquela oportunidade? A senhora chegou a participar de assembleias, quais eram as discussões realizadas nesses encontros?

Prof.^a Rilma: Nenhuma (risos), por quê? Porque tudo era, como diz a história, era camuflado; o que eles decidiam na cúpula, na direção, tá entendendo? Quando os professores reclamavam de alguma coisa eles faziam uma assembleia “pra dizer” que estavam preocupados em procurar a melhoria de salário e não sei o quê... quando as pessoas começavam a falar, ele desligavam o microfone e ninguém falava.

Bauer e Vanessa Dantas: A greve de 1985 tinha uma série de reivindicações, a senhora se recorda qual era essa pauta?

Prof.^a Rilma: A pauta era que, João Castelo, encheu o Estado, encheu o Estado, “Trem da Alegria”, aí quando Luiz Rocha entrou, aí teve uma lei aí, teve uma lei, eu

não me lembro qual foi essa lei que tinha que fazer concurso, né? Que foi a partir daí que tinha que existir o concurso. Aí deve ter tido um acordo entre Luiz Rocha e João Castelo né, que o quê que aconteceu? Foi feito tipo um curso, eu te digo porque eu entrei naquele tempo, tá entendendo? Aí o quê que acontece, foi feito um curso de mais ou menos 15 dias, não lembro: uma semana ou 15 dias e no final desse período eles fizeram uma prova, que era justamente pra aprovar todo mundo, pra poder dizer que era concursado, e isso deu a estabilidade. Pois é! E foi isso que garantiu realmente a estabilidade de todo mundo naquela época. Isso no governo de Luiz Rocha. Tá entendendo?

Bauer e Vanessa Dantas: Como foi a sua entrada para o quadro do Estado?

Prof.^a Rilma: Naquela época não tinha o concurso, não era? Eles chamavam a pessoa e tal. E como meu esposo na época era diretor do Centro Social Urbano Bequimão, ele trabalhava com... como era o nome do deputado? Bento Neves! Ele trabalhava com o Bento Neves na época e era diretor do CSU do Bequimão, aí quando foi um dia ele chegou lá em casa e disse assim: - Olha eu arranjei uma vaga pra Salomé (que é minha irmã), eu arranjei uma vaga pra Salomé que ela era farmacêutica-bioquímica, tava se formando, ou já tinha se formado, uma coisa assim; aí eu disse: -Engraçado, tu arranja pra Sa... tá certo que ela é minha irmã, mas, eu tô bem aqui dentro de casa e tu não arranja pra mim? Aí ele disse assim: - Ah! eu não sabia se tu queria; Eu disse: Claro que eu quero! Ele disse: Pois amanhã... tá entendendo? Aí ele foi e me arranjou. Aí quando vem este bendito negócio do concurso; aí ele disse: tá vendo, agora vai fazer concurso; eu disse: meu filho, isso pra mim é o mais prático, tá entendendo? Eu não tenho medo. Eu vou fazer e vou passar, aí sim eu tô garantida. Aí eles fizeram esse seletivo... Eles primeiro deram o curso, eu não me lembro se foi uma semana, mas, parece que foi 15 dias. Aí no final desses quinze dias eles fizeram o seletivo, aí todo mundo ficou seguro.

Bauer e Vanessa Dantas: A historiografia brasileira aponta que o Brasil estava vivendo em um processo de lutas pela superação do regime ditatorial naquela oportunidade. Como os trabalhadores em educação do Maranhão encaravam esse período? Havia algum tipo de resistência?

Prof.^a Rilma: Que eu tenha conhecimento, não.

Bauer e Vanessa Dantas: Então como se dava o contato de vocês com a direção da APEMA, eles ocorriam mais na época das greves, nas mobilizações por melhores salários...?

Prof.^a Rilma: Mais não, só! Só na época das greves. A categoria obrigava a direção ir para as greves e a pauta era mais o salário mesmo. Aí ficava aquele negócio, o tempo passando, tá entendendo? O tempo passando pra fazer o "h" porque não existia mesmo acordo, não existia nada, aí depois ela se mete por de trás, ganhava um carro... rrsrs e isso foi no período da APEMA.... E sempre as greves começavam pelos professor, nunca começou pela direção, nunca! Pode ter certeza disso! Você não vai encontrar registro em lugar nenhum, a direção chamando greve pra reivindicar alguma coisa pra professor. Tanto que o surgimento do MOSEPE foi justamente por isso. Por que como o Sinproesemma, a APEMA, era vendida, então

nós nos reunimos, tá entendendo? Paulo Rios, é o cabeça, Dolores é a outra cabeça, tá entendendo? Paulo Rios, Dolores, Chicão, tá entendendo? Eu sei que foram assim, bem uns cinco... Giovani, que era do Sindsep, Ana, ana Ruth, então esse pessoal, a gente se reunia... pra reivindicar justamente pra criar esse movimento contra a APEMA... na verdade contra a liderança da APEMA...

Bauer e Vanessa Dantas: Na greve de 1985 a senhora chegou a ficar acampada também, junto a outros professores?

Prof.^a Rilma: Eu não sei de onde foi que a gente saiu... que quando a gente chegou bem ali na frente da Praça João Lisboa... vou perguntar pra Luiza, porque eu levava meus meninos pra participar, eu dizia: - Vocês tem que aprender a reivindicar os direitos de vocês é de agora, aí eu levava; aí quando chegou bem ali na frente da Caixa Econômica da Praça João Lisboa a polícia vinha de lá do Palácio pra cá né? Aí eu não me lembro que era a pessoa que tava comandando, eu sei que um era um homem, e ele disse assim: - Senta todo mundo no chão em silêncio, aí todo mundo ficou sentado no chão; aí a polícia ficou assim... todo mundo sentado lá no chão, aí de repente, não sei quem foi, começou a cantar o hino nacional, rrsrs ... aí todo mundo: - Ouviram do Ipiranga às margens... rrsrs. Aí cada um foi se levantando devagarinho... as pessoas que estavam coordenando iam orientando né? Iam passando um pro outro, um pro outro, aí devagar sem confusão ir passando pelo meio dos policiais e continuar andando até a porta do Palácio. E lá na porta do Palácio foram vários dias, lá na porta do Palácio... ficava um grupo lá, acampado, iam se revezando... tinha gente do interior, tinha muita gente do interior... As pautas de reivindicação dessa greve, além do salário, era a melhoria da qualidade do ensino, tá entendendo? Era as condições de trabalho e também a melhoria dos, dos, como se pode dizer assim: Dos prédios né? Porque a estrutura era tudo ruim. Eu me lembro bem dessas aí... E o que aconteceu? Houve uma negociata pra parar a greve, como sempre acontece. Só que depois, a maioria do que foi negociado não foi atendido. Geralmente é assim, negociam pra acabar a greve, né?! Aí depois aquilo que foi negociado não é cumprido, né?!

Bauer e Vanessa Dantas: Em seus primórdios, em sua opinião, como a atuação da APEMA pode ser caracterizada (classista, corporativista, clientelista...)?

Prof.^a Rilma: Clientelista é o que mais se pode caracterizar, porque, primeiro, usavam o nome da APEMA não é? Pra se sobressair, e com isso, obter favores pessoais, no nome da APEMA. Então a APEMA servia pra eles.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora chegou a conhecer a professora Antônia Arruda, e teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical da prof. Antônia de Arruda Soares (1ª presidente da APEMA)?

Prof.^a Rilma: Eu conheci porque ela foi minha professora, e ela era muito integra, mas, eu não cheguei a participar no período que ela foi presidente da APEMA. Mas, assim, ela era uma pessoa muito séria, o que ela dizia ela cumpria, ela fazia questão de chegar sempre no horário nas aulas dela, exigia que todo mundo chegasse no horário, ela não gosta... depois que ela começava a aula ela não gostava que ninguém ficasse entrando e saindo, tá entendendo? Era uma pessoa assim, muito correta, muito integra.

Bauer e Vanessa: A senhora chegou a conhecer a professora Ianni Leão, e teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical da prof. Antônia de Arruda Soares (2ª presidente da APEMA)?

Prof.ª Rilma: Eu conheci a professora Ianni no serviço, que a gente trabalhava no mesmo lugar, né? ... na TVE, e nesse momento eu ainda não era do movimento... mas, conhecendo a pessoa que ela é, eu tenho certeza que o que ela pode fazer de melhor ela deve ter feito. Porque eu a conheço, ela é uma pessoa muito integra, muito séria, ela é uma pessoa muito humana, então diante das qualidades dela como ser humano, ela não ia fazer nada diferente, né? Até onde eu conheço, ela não ia com essa história de falcatura, de enrolar, de querer fazer coisa errada... eu lembro de uma senhora que era do quadro da TVE, eu só não me lembro o nome dela agora... ela era serviços gerais, era serviços gerais na TVE e era serviços gerais no Estado, e quando chegou aquele período que a pessoa não podia ter dois empregos né?! Ela foi chamada pra fazer a opção por um dos dois, ela não podia ficar nos dois, e ela pediu a opinião de Ianni; aí Ianni disse: você vai pelo que ganha mais. Aí ela disse: - Então eu fico na TVE. E foi, deu baixa no Estado pra ficar na TVE, né?! Só que depois que ela deu baixa no Estado, demitiram da TVE. Aí ela ficou sem emprego, tá entendendo?! Aí Ianni chegou pra ela e disse assim: - Não se preocupe que eu vou dar um jeito no seu caso e corre atrás, tá entendendo?! Atrás de advogado e foi pra um lado e foi pro outro, e reintegrou. Tá entendendo?! E durante esse período a gente ajudava ela, assim, ela levava bejú, levava bolo, pra vender e todo mundo colaborava porque sabia da situação dela e ela foi reintegrada, e Ianni foi que correu atrás e conseguiu, dois anos depois.

Bauer e Vanessa Dantas: A senhora chegou a conhecer o professor Antonio Anacleto, e teria disposição para nos apresentar uma caracterização do papel político e sindical da prof. Antonio Anacleto (3ª presidente da APEMA)?

Prof.ª Rilma: Eu conheci também como professor da rede, mas, da direção também, não o conheci. Até porque a associação nesse período era mais assim, comemorar aniversário, fazer um encontro, era mais recreativo. Eu não participava muito da associação naquela época, eu trabalhava dois expedientes, tinha filho, tinha tudo...

Bauer e Vanessa Dantas: Uma das questões centrais colocadas para os membros da APEMA no início da década de 1980, foi a luta pela regulamentação e aprovação do Estatuto do Magistério. Em sua opinião, quais foram os principais passos que levaram à sua aprovação? Qual foi a importância da aprovação do chamado Novo Estatuto do Magistério para a categoria?

Prof.ª Rilma: Eu me lembro que eles foram nas escolas e escolheram alguns professores lá, para irem pra APEMA, para reformular esses Estatuto, agora como isso foi feito, eu não sei.

Bauer e Vanessa Dantas: Porque algumas pessoas caracterizam a senhora como oposição a liderança da APEMA no período em que a senhora esteve lá?

Prof.^a Rilma: Porque, por exemplo, ela fazia uma reunião e começava a falar algumas coisas sem sentido, e as reivindicações não aconteciam, não trazia nada de concreto, era só enrolada mesmo, e quando os professores se sentiram lesados, aí começaram as brigas...

Bauer e Vanessa Dantas: Existe alguma passagem dessa trajetória que você julgue importante ser lembrada?

Prof.^a Rilma: Eu acho que é a participação, porque todos nós como sendo da categoria, né? É obrigação da gente de participar... E pra mim o mais importante foi o MOSEPE, foi a época mais importante porque a gente entrou meio em choque com o Sinproesemma, mostrando que lá estava tudo errado, que tinha que fazer alguma coisa pela categoria, e nada era feito e a gente se reunia e colocava alguma coisa ali, porque a gente achava que era necessário reivindicar... eu discutia, mas, eu nunca fui de frente do movimento... eu participava... nunca me recusei... mas, nunca fui de linha de frente, mesmo sendo oposição, por quê? Por dois motivos que eu sempre achei assim, necessários: primeiro, porque você sabe que pra você ser de linha de frente, você tem que ter costa quente. Eu vejo assim, porque qualquer coisa que ocorra né? Por debaixo dos panos você vai lá e dá seu jeito e eu não tinha ninguém, tu tá entendendo. Eu sou uma simples professora. E segundo: eu tinha uma família, tá entendendo? Então eu nunca me neguei, eu nunca me recusei a participar, mas, de linha de frente, pra tomar frente, nunca... porque ninguém tinha coragem de pegar o microfone, então eu peguei várias vezes o microfone e dizia tudo aquilo que tava engasgado aqui, tá entendendo? Aí o quê que acontece? Nesse momento ela ia e acaba com a reunião... ela desligava microfone, ela desligava as luzes, tá entendendo? Porque ou ela falava o quem falava dizia do jeito dela ou ela dizia assim: - A reunião tá indo por outro lado, não é isso que a gente quer... e a gente queria que se discutisse as necessidades do professor: era salário, era condições de trabalho; E ela dizia: - Não, tá tudo bem, porque na escola tal tá assim e assim, e foi feito isso; sabe essas coisinhas pequenas; e nada de passarem a pauta. Aí ficava difícil, né?!